

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**Faculdade de Educação - FACED**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira**

**FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA:**  
**uma análise à luz da centralidade do trabalho**

**José Pereira de Sousa Sobrinho**

**Fortaleza - 2009**

**JOSÉ PEREIRA DE SOUSA SOBRINHO**

**FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA:  
uma análise à luz da centralidade do trabalho**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Educação. Na linha de Pesquisa: Marxismo, Educação e Luta de Classes.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas

Co-Orientadora: Profa. Dra. Betania Moreira de Moraes

**Fortaleza – 2009**

**Título do Trabalho:** Formação em Educação Física: uma Análise à luz da Centralidade do Trabalho

**Autor:** José Pereira de Sousa Sobrinho

Defesa da dissertação apresentada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ à banca examinadora abaixo nomeada.

Conceito obtido: \_\_\_\_\_

---

Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas – Orientador (UFC)

---

Profa. Dra. Betânia Moreira de Moraes - Co-Orientadora (UECE)

---

Profa. Maria das Dores Segundo – Examinadora (UFC)

---

Prof. Dr. Hajime Takeuchi Nozaki – Examinador (UFMS)

## DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todos aqueles que lutam

Aqueles que dedicam seus dias a vencer,  
as misérias dos homens, e o homem em sua miséria  
Aos companheiros que caminhamos juntos nas terras Bárbaras,  
Caminhada que se faz de abraços, de mãos firmes e com calos.

Pois a luta é rígida e singela  
por que ao mesmo tempo que ela é dura ela é carinhosa

Pois a luta é daqueles que amam,  
Amam por que lutam e lutam para poder amar,  
Amam a vida, amam a humanidade acima de tudo,

Dedico minhas palavras aqueles que lutam  
A luta silenciosa de quem discorda de tudo  
A luta ardente de quem grita contra a injustiça  
A luta inglória de quem é expropriado da possibilidade de vida

Dedico essas páginas a todos que sonham  
Com o mundo diferente  
A todos que despertam, e caminham na direção do novo mundo  
A todos que fazem de sua vida poesia

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família por tudo o que conquistei em minha existência. Esteve sempre junto a mim, em todas as dificuldades, em todos os momentos de árduo caminhar.

Em especial a Sra. Maria Irene, minha mãe, que dedica uma devoção santa a todos os seus filhos. Em retribuição, tenho guardado em meu coração um altar destinado a sua canonização em vida. Rezo para ti e a ti entrego todos os meus pecados.

Ao meu pai, Sr. Raimundo Pereira que em sua luta diária me ensina sem palavras que a vitória é continuar a lutar.

Aos meus irmãos, Regiane e Neto, que compreenderam e respeitaram esses dois anos trancafiados no quarto, imerso em livros e em pensamentos distantes. Momentos estes apenas interrompidos por conversas matinais de uma Mãe calorosa e beijos afetuosos de uma sobrinha carinhosa.

Agradeço ao meu orientador Prof. Eduardo Chagas, por sua atenção e orientações comprometidas em formar um intelectual com rigor e disciplina no processo de apreensão e produção da ciência. Através do rigor de suas leituras e de suas orientações visando sempre extrair o máximo de seu orientando, assim como, através da liberdade de escolha ofertada como um exercício da autonomia. Sou grato por mais esse percurso findo em minha trajetória acadêmico-profissional.

Em especial a Profa. Betania Moraes, por ter aceitado a difícil tarefa de continuar a guiar-me nos caminhos de minha formação. Novamente destinando o seu precioso tempo livre a orientar-me no árduo caminho de produção deste trabalho, no qual demonstrou uma dedicação superior a de trajetórias anteriores, o que eu considerava impossível diante da tamanha dedicação anteriormente demonstrada. A sua dedicação e afeto nos fez romper as rígidas barreiras da relação aluno-professor e chegar nos belos campos em que caminham amigos fraternos. Agradeço pela contribuição desses cinco anos caminhados juntos. Serei sempre grato. À mestra com carinho.

Ao Profa. Susana Jimenez e ao Prof. Hajime Nozaki por estarem no processo de avaliação e pelas contribuições ao meu trabalho. Em especial a Profa. Susana por estar sempre presente nessa curta trajetória. E ao Prof. Hajime, pela atenção dedicada expressa no rápido aceite ao convite para participar da banca e avaliar o meu trabalho.

Ao Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO, e todos que o fazem por qualificar a minha formação em seus diversos espaços de debate e de estudo.

A todos que constroem o Colégio Brasileiro de Ciência do Esporte – CBCE, no Ceará, pelos debates em prol da luta. Em especial, aqueles que constroem junto a mim, o Grupo de Trabalho Temático – GTT, de Formação Profissional e Mundo do Trabalho: Rafael Barbosa, Thiago Coutinho, Aline Lima, Elmo Nunes, Tobias, Raoni, entre outros. Este estudo apresenta muito dos debates formulados em nossos encontros.

Ao Movimento Estudantil de Educação Física – MEEF, pela contribuição em minha formação inicial e durante o mestrado.

Aos meus amigos com os quais aprendi e continuo aprendendo. Estamos juntos na luta, somos amigos e companheiros: Nyágara, Marcel, Meiriane, Romulo, Walter, Elmo, Andréia. Pessoas pelas quais tenho o maior carinho.

À minha companheira Dani, por todo este tempo, no qual construímos nossa história juntos. Pela dedicação recíproca, carinho, por me ajudar a suportar as dificuldades da execução deste estudo e pelos momentos maravilhosos...

## O Silêncio de Pascal

*" O silêncio desses espaços  
infinitos me apavora "  
os pensamentos estraçalhados de  
Pascal  
são a crise de uma consciência  
excepcional  
no limiar de uma nova era  
o místico Pascal  
contempla o céu estrelado  
numa vã espera de vozes  
o céu calou-se  
estamos sós no infinito  
deus nos abandonou  
" daquela estrela à outra  
a noite se encarcera  
em turbinosa vazia desmesura  
daquela solidão de estrela  
àquela solidão de estrela "  
(leopardi via haroldo de campos)  
nenhum ufo  
no close contact of the third kind  
a solidão " cósmica " de Pascal  
é o pendant do vazio  
de sua classe social  
cuja hegemonia está para terminar  
os germes da revolução francesa  
que vai derrubar a nobreza  
e colocar a burguesia no poder  
já estão no ar  
Pascal ouve nos céus  
o tremendo silêncio  
de uma classe que já disse  
tudo que tinha a dizer  
pela boca da história.*

*Paulo Leminski*

## RESUMO

Formulamos este estudo com a tarefa de refletir sobre o processo de formação de professores de educação física. Contudo, nossa pesquisa submersa no referencial teórico-metodológico do materialismo histórico e dialético, recuperado por Lukács como uma ontologia do ser social, cumpre a tarefa de analisar a realidade social, a partir de seu modelo de organização da vida. Centramos nosso estudo, então, no modo de (re)produção capitalista. Nessa perspectiva, nos detemos sobre o trabalho como elemento fundante do ser social, assim como sobre o processo de constituição da sociedade de classes soerguida sobre a égide do trabalho explorado - para tanto, nossa análise se debruça sobre a teoria do valor trabalho. Perfazemos essa análise perscrutando, a partir do conceito de trabalho ontológico, a origem do complexo da cultura corporal, objeto de estudo da educação física, assim como, elaborando uma reflexão sobre a constituição omnilateral do ser. Articulado ao nosso objeto, investigamos o metabolismo social de (re)produção do capital. Apresentamos os fundamentos das contradições do sistema que explicam sua atual crise, adjetivada por Mézáros de estrutural. Analisamos, na seqüência, a transformação superestrutural, com alterações no padrão de regulação social, da educação e da cultura; tais estratégias utilizadas pelo capital para superação dos efeitos da crise. Abordamos, decorrentemente, as conseqüências da crise estrutural do capital no campo de trabalho do professor de Educação Física, bem como, no seu processo de formação docente. Nessa direção, analisamos as estratégias de regulação do mercado promovidas sobre o processo de regulamentação da profissão, refletindo sobre o sistema Conselho Federal de Educação Física - CONFEF. Concluimos, discutindo as transformações no processo de formação acadêmica-profissional em Educação Física, estabelecendo uma análise sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Educação Física, homologada sobre a Resolução 09/04. O trabalho culmina expressando as conseqüências da contradição originária da sociedade capitalista entre produção social e apropriação privada dos bens materiais, bem como suas repercussões no próprio processo de educação e formação humana, em especial sobre a formação docente em educação física: o aligeiramento da formação de professores e seu atrelamento às novas necessidade do capital. Advoga, na contramão das exigentes imposta pelo sistema social vigente, que a cultura corporal, ao desprender-se das amarras impostas pelo capital, a qual tudo transforma em mercadoria, passará a exercer um processo significativo no desenvolvimento das plenas capacidades humanas, sob solo histórico edificado pelos trabalhadores livres e associados.



## ABSTRACT

We study this with the task of reflecting on the process of training teachers of physical education. However, our research submerged in the theoretical and methodological reference of historical and dialectical materialism, recovered by Lukács as an Ontology of social being, it performs the task of analyzing the social reality from their model of organization of life. Focus our study, then, in order to capitalist (re) production. In holding the work as founding element of social being, and on the process of incorporation of classes over the aegis of work operated - for both, our analysis focuses on the theory of work-value. From the ontological concept of work, rebuild the source of the complex corporal culture, study of physical education, as well as produces a reflection on the constitution of omnilateral being. However, our discussion focuses on research on metabolism of capital social (re) production, we present the fundamentals of the contradictions of the system to explain its present crisis, of structural adjectivation by Mészáros. Conducting our analysis on the transformation superestructural with changes in the pattern of social regulation, education and culture, such strategies used by capital to overcome the effects of the crisis. The third chapter discusses the consequences of the structural crisis of capital in the work of Physical Education teacher and, proportionately, in the process of teacher's training. In this direction, we analyze the strategies of market regulation promoted on the process of regulating the profession, reflecting on the system the Federal Council of Physical Education (CONFEP). We conclude by discussing the changes in the academic and professional training in Physical Education, providing an analysis on the National Curricular Guidelines for Physical Education courses, approved on Resolution 09/04. Express the consequences of capitalist society from the contradiction between social production and private appropriation of property, and its repercussions in the process of human education and training, particularly on teacher training in physical education: the reduction of teacher training and its combined with the need for new capital. Advocates as opposed in the requirements of the existing social system, the corporal culture, to loosen up the ties imposed by capital, which turns everything into merchandise, it will have a significant process in the development of full human capacity, in history soil built by workers and members free.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
<b>1 O TRABALHO COMO A ORIGEM DO MOVIMENTO DO HOMEM DE TORNAR-SE HOMEM.....</b>	<b>07</b>
1.1 Trabalho: a Origem Ontológica da Historia Humana.....	09
1.2 A Totalidade do Trabalho Social na Sociabilidade Capitalista.....	18
1.3 Trabalho, Complexo da Educação e a Formação do Ser Omnilateral.....	33
1.3.1 O Ser Social: da Linguagem à Magia de Educar.....	38
1.3.2 O Homem fez-se Homem: do Ser Genérico, ao Ser de Classe e à Construção do Ser Omnilateral .....	46
1.4 Trabalho e Cultura Corporal: a Formação Omnilateral.....	55
1.4.1 O Homem fez-se Corpo: do Corpo fez-se a Cultura Corporal.....	59
1.4.2 A Cultura Corporal: do Ser-em-si ao Devir-a-ser.....	67
<b>2 O METABOLISMO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL, A ATUAL CRISE ESTRUTURAL DO SISTEMA E A DECORRENTE TRANSFORMAÇÃO SUPERESTRUTURAL .....</b>	<b>78</b>
2.1 Metabolismo Social de Reprodução do Capital e a Atual Crise Estrutural do Sistema.....	80
2.2 O Estado e a Superestrutura do Capital face sua Crise Estrutural.....	105
2.2.1 O Estado e o Padrão de Regulação Social.....	110
2.2.2 A Crise Estrutural e a Reestruturação Produtiva: o Padrão de Acumulação Flexível.....	115
2.3 O Estado Neoliberal e o Controle da Crise Estrutural.....	122
2.3.1 A Crise Financeira Americana de 2008 e a Crise Estrutural .....	128
2.4 A Crise Estrutural, a Reestruturação Cultural e o Irracionalismo Pós-moderno.....	137
2.5 A Crise Estrutural, a Reestruturação Educacional e o Racionalismo Instrumental.....	146
<b>3 A FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA EM CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL.....</b>	<b>157</b>

3.1	Regulamentação da Profissão de Educação Física: a Resposta Fenomênica à Crise Estrutural do Capital.....	160
3.2	Diretrizes Curriculares para os Cursos de Educação Física na Direção do Capital: da formação para o trabalho precário à precarização do ensinar.....	177
3.2.1	Resolução 07/04 das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Educação Física.....	183
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>203</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>211</b>

## INTRODUÇÃO

Desenvolvemos essa dissertação no contexto de crise estrutural do sistema produtivo hegemônico, com profundas transformações sociais no campo da política, da cultura e da educação. Sob o marco do desemprego sempre crescente em nível mundial e o aprofundamento das desigualdades entre os mais ricos e os mais pobres.

No que se refere à educação, destacamos, em especial, as últimas décadas, as quais são marcadas por buscas de soluções milagrosas para os problemas educacionais em todo o mundo. Patrocinados por organismos internacionais como o Banco Mundial (BM) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), os estudos e as pesquisas nessa área esforçaram-se por formular o modelo da conclamada *Educação Para o Novo Milênio*.

Modelo de formação do professor reflexivo, currículo flexível, educação à distancia, redução do tempo de formação, formação polivalente, formação para empregabilidade, métodos do aprender a aprender, são alguns dos termos ou paradigmas que passam a povoar o cotidiano acadêmico do processo de formação de professores.

No caso específico do processo de formação de professores em Educação Física, estamos completando em 2009 cinco anos em que as novas diretrizes curriculares foram instaladas, a partir da Resolução 07 de 2004. A educação física vivência neste tempo a estruturação de um currículo fragmentado em duas formações distintas: bacharelado e licenciatura.

Cumpramos neste trabalho a tarefa de refletirmos sobre o processo de formação de professores de educação física, formulando uma crítica contundente quanto a referida resolução que determina a fragmentação da formação de professores de educação física.

Contudo, entendemos que a elaboração de uma análise do processo acadêmico não deve se encerrar na investigação do processo em-si, ou seja, não devemos entender o processo de formação acadêmica isolado em si mesmo, dissociado do demais determinantes materiais e históricos que consolidam a sua época. Nesse sentido, não devemos limitar nosso estudo a análise de leis, currículos, programas, projetos político-

pedagógicos etc. Cumpre, outrossim, realizar uma análise pela raiz da problemática, isto é, que desnude os diversos determinantes sociais envoltos nesse processo de formação. Portanto, um estudo que busca compreender o processo de formação de professores em sua essência deve refletir sobre a sociedade e seu modelo de organização da vida, sob o qual esse processo docente se efetiva.

Esse caminho investigativo implica compreender o processo de formação de professores no seio das contradições da sociedade, ou seja, como ele se apresenta em sua concretude, enfim, como uma sociabilidade que se organiza a partir da divisão em classes. Faz-se necessário, também, refletir sobre seu modelo de organização da vida, o qual pauta-se na reprodução da propriedade privada dos meios de produção e acumulação privada da riqueza socialmente produzida, o que nos impõe analisar o sistema capitalista em sua existência material.

Essas premissas básicas de análise do nosso objeto - a formação acadêmica em Educação Física, delimitou o percurso de sua apropriação aos âmbitos espacial, social e histórico. Quanto ao espaço nos referiremos ao modelo nacional de formação de professores de Educação Física. Sobre o segundo aspecto, social, já pontuamos acima que o mesmo se efetiva no interior de uma sociedade regida sobre a estrutura metabólica do sistema capitalista. Em relação ao contexto histórico, os primeiros parágrafos desse texto introdutório nos dão algumas pistas iniciais a respeito da época a qual vivemos, e consentaneamente, sobre os determinantes que conformam nosso objeto. Não custa novamente sublinhar algumas e citar outros: a crise estrutural na qual está imersa o atual modelo social, o desemprego, a precarização do trabalho, as transformações políticas, culturais e no campo da educação.

O propósito de guiar nossa análise conforme apresentada, implicou na escolha de um referencial teórico-metodológico que nos permitisse: compreender o real de modo a apreender uma parte de sua totalidade, a relação trabalho-educação, mais precisamente, analisar o processo histórico de formação do homem pelo próprio homem; perscrutar o processo de reprodução da sociedade capitalista contemporânea em face de suas mudanças no processo de exploração do trabalho; bem como suas conseqüências para o campo de formação de professores em educação física.

Mas nossa pesquisa requeria um referencial que além de explicar o real fornecesse os elementos necessários para guiar nossa ação em busca de transformá-lo. Por atender a estas premissas, nossa escolha recai sobre os pressupostos teórico-metodológico do materialismo histórico e dialético, recuperado por Lukács como uma ontologia do ser social. Em outras palavras, por compreender que o legado marxiano oferece o melhor instrumental teórico de investigação para a apreensão da realidade em sua totalidade – pelo qual partimos da realidade dada, ou seja, da aparência em si, mas não nos limitamos à aparência propriamente dita, buscando, outrossim, compreender as suas múltiplas determinações que dão origem ao fenômeno social pesquisado. Portanto, almejamos ao utilizar o onto-método marxiano, a apreensão da essência do real, com o intuito de reconstituirmos a unidade contraditória entre fenômeno e essência.

Dizendo de outro modo, almejamos a compreensão da coisa em si, da essência do fenômeno, o que é apenas possível ao decifrarmos o caráter dialético de movimento do real, ao desnudarmos o caminho percorrido pela coisa em-si em seu processo de construção histórica, o qual é regido por uma dinâmica de múltiplas determinações. Ou seja, os diversos complexos que compõem o real perfazem um todo interligado, no qual se determinam mutuamente. Nos endereçamos, portanto, à concepção marxiana-lukacsiana de que a realidade é um complexo de complexos.

Em suma, para compreendemos essa realidade e reconstruí-la em sua totalidade orgânica recorreremos ao método onto-histórico desenvolvido por Marx, o qual, ao nosso ver, apresenta o meio efetivo de investigação e exposição do real, de sua essência, de sua totalidade interligada que perfaz o mundo dos homens.

O texto encontra-se organizado em três capítulos. No primeiro, guiado pela compreensão do processo de co-determinação que media a relação entre os diversos complexos que configuram o real, nos debruçamos sobre os fundamentos que constituem o ser social e sua forma de organização.

Analisamos o modelo de organização societária a partir das teses formuladas por Marx, as quais reafirmam a centralidade do trabalho como complexo através do qual podemos compreender a totalidade da realidade social. Esse capítulo está subdividido em quatro partes. Na primeira seção nos detemos sobre o trabalho como elemento

fundante do ser social, a qual se verticaliza na recuperação do processo de constituição da sociedade de classes soerguida sobre a égide do trabalho alienado. Tal análise é desenvolvida no segundo tópico deste capítulo, no qual nos referimos à teoria do valor trabalho e ao conceito de trabalho abstrato como meio de exploração do trabalhador. Nesse mesmo ponto refletimos sobre o caráter do fetiche da mercadoria e sobre a totalidade do trabalho social, como conceitos necessários para a compreensão do real. O terceiro item aborda, com a contribuição de Lukács, as relações entre o trabalho e os complexos da linguagem e da educação, elaboração necessária para a compreensão dos determinantes envolvidos na constituição do membro, exemplar da espécie humana, em indivíduo partícipe do gênero humano; processo que implica na necessária produção e transmissão entre gerações dos diversos conhecimentos acumulados historicamente. A quarta parte apresenta a categoria cultura corporal em sua relação de dependência ontológica, autonomia relativa e determinação recíproca, nos termos lukacsianos, aos complexos do trabalho e da educação. Discorre, ainda, sobre a concepção de cultura corporal enquanto objeto de estudo da Educação Física, assim como, elabora uma reflexão sobre a constituição omnilateral do ser social.

No segundo capítulo deste estudo, investigamos o metabolismo social de (re)produção do capital. Apresentamos os fundamentos das contradições do sistema que explicam sua atual crise, adjetivada por Mészáros de estrutural. Analisamos, na seqüência, a transformação superestrutural, com a alteração no padrão de regulação social, na educação e na cultura; tais estratégias utilizadas pelo capital para superação dos efeitos da crise.

O segundo capítulo condensa os estudos desenvolvidos para a compreensão do metabolismo social de reprodução do capital, bem como versa sobre a atual crise estrutural do sistema. Dizendo de outro modo, nessa parte da pesquisa, apresentamos a análise das contradições existentes nos fundamentos da sociedade capitalista e sua forma de desenvolvimento que levam à existência de crises periódicas, particularmente, discorreremos sobre a sua mais recente crise, adjetivada por Mészáros de estrutural. Desemboca nossa análise sobre as estratégias utilizadas pelo sistema para a superação dos efeitos de sua crise estrutural, centrando-nos nas transformações superestruturais implicadas.

No segundo item desse capítulo, nossa reflexão perpassa a transformação no padrão de acumulação acarretada pelo esgotamento do padrão taylorista/fordista. No terceiro tópico, nos detemos na análise do Estado, ou seja, em sua transformação política e ideológica sobre a base do modelo neoliberal. Na quarta e quinta seção discutimos, respectivamente, os efeitos da crise sobre o processo de produção cultural, regido sobre o assenso das teorias pós-modernas e o novo projeto político-pedagógico, soerguido sobre o paradigma do aprender a aprender.

O percurso de nossa exposição perpassa, portanto, a análise do processo de surgimento do novo padrão de acumulação, o qual está associado a um novo mecanismo de regulação social, que perpassa a esfera da cultura e da educação. Pretendemos, nesse sentido, expor os diversos complexos em sua relação de co-determinação, sob os fundamentos estruturais do modelo capitalista de organização da vida. Em poucas palavras, almejamos desnudar a relação entre a base subjetiva de controle das consciências e o novo padrão de acumulação, cuja base social produtiva está baseada na produção de mercadorias.

As análises formuladas nos dois primeiros capítulos nos fornecem os elementos necessários para investigação do nosso objeto específico, qual seja o processo de formação em Educação Física. O terceiro capítulo, então, discorre sobre a formação em Educação Física no contexto de crise estrutural do capital. Encontra-se subdividido em dois itens. No primeiro tópico nos debruçamos sobre as conseqüências e repercussões da crise estrutural do capital sobre o campo de trabalho do professor de Educação Física e, decorrentemente, sobre seu processo de formação docente. Analisamos, então, as estratégias de regulação do mercado promovidas sobre o processo de regulamentação da profissão, bem como as intervenções do sistema Conselho Federal de Educação Física - CONFEF sobre a definição do modelo de formação docente em Educação Física.

Em outras palavras, no bojo desse capítulo, analisamos as conseqüências da atual crise do sistema capitalista no processo de formação profissional em Educação Física, estabelecendo uma análise das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de educação Física, homologada sobre a Resolução 09 de 31 de março de 2004, a qual efetiva a fragmentação do currículo em duas formações: Bacharelado e Licenciatura. Buscamos, então, desvendar nesse novo processo de formação de professores de



Educação Física a implantação do novo projeto político-pedagógico dominante e, consentaneamente, o processo de aligeiramento da formação docente implantada sobre o domínio do capital.

O trabalho culmina com nossas considerações finais sobre o objeto estudado, expressando as conseqüências da contradição originária da sociedade capitalista entre produção social e apropriação privada dos bens materiais e suas repercussões no próprio processo de educação e formação humana, em especial sobre a formação docente em educação física.

Os anseios por identificar as mediações inerentes ao processo de formação acadêmico-profissional em educação física na sociedade capitalista em crise estão em concordância com nossa trajetória acadêmica, a qual é marcada por uma constante militância no movimento estudantil na Universidade Estadual do Ceará (UECE). No percurso desta militância, participamos de gestões no Centro Acadêmico (CA) do curso de Educação Física como, também, do Diretório Central dos Estudantes (DCE), nos quais estivemos empenhados na luta constante por uma transformação qualitativa do processo de formação acadêmico-profissional em Educação Física.

Esta pesquisa intenta, por fim, ser uma explanação teórica que forneça elementos tanto para a categoria docente quanto para a categoria discente visando à compreensão das contradições que permeiam o processo de formação humana, dando-lhes instrumentos teóricos para a construção de uma reflexão crítica e uma ação coerente voltadas para a transformação desse processo de formação de professores em direção ao modelo de formação docente que venha atender os anseios mediatos da classe trabalhadora de conquista do conhecimento historicamente acumulado.

## **1 O TRABALHO COMO A ORIGEM DO MOVIMENTO DO HOMEM DE TORNAR-SE HOMEM**

Iniciamos este estudo apontando para a importância de retomar a análise marxiana que advoga a raiz do homem no próprio homem, ou seja, compreender na própria existência humana a origem da humanidade. Para desvendarmos a origem desse processo de auto-criação do homem, devemos atribuir ao trabalho o complexo fundante da existência humana. Já que, este atua enquanto impulso inicial que coloca a história humana em seu movimento incessante.

Ao estudarmos a obra marxiana percebemos que a centralidade do trabalho perpassa o conjunto de seus escritos, dado que reafirma, enquanto essencial, a compreensão dessa categoria para a interpretação da história humana - a partir, não custa sublinharmos, de análise referenciada no onto-método materialista histórico e dialético. Impomos, então, enquanto tarefa inicial para este estudo desvendarmos o complexo do trabalho e suas mediações no processo de determinação da realidade concreta. Com este propósito nos debruçaremos sobre duas das principais obras de Marx, “O Manuscritos Econômico-Filosóficos” e a maior de suas obras, “O Capital” nas quais centraremos o nosso olhar sobre a categoria trabalho.

A escolha dessas duas obras, os Manuscritos de 1844, obra da juventude de Marx, e O capital, que veio a ser efetivada em sua maturidade, nos coloca no centro da polêmica sobre a suposta distinção entre os escritos desses dois momentos da produção teórica do filósofo alemão. Longe de nossas pretensões encerrarmos essa questão, mas definitivamente temos acordo com a tese que conclama a historicidade presente na produção teórica marxiana. Tese essa que expressa um caráter de continuidade no interior de toda a obra do filósofo alemão. Obra essa que expõe o método de análise apropriado por Marx como um processo de investigação e exposição, no qual o pesquisador pretende no processo de apreensão do real superar a simples aparência dos fenômenos sociais e reconstruí-los em sua unidade contraditória entre aparência e essência. A interdependência existente no interior deste método indica que o processo de investigação constitui uma unidade de co-determinação com o modelo de exposição.

A longa obra marxiana, expressa não apenas o amadurecimento teórico no processo de investigação científica e interpretação de uma realidade aparentemente caótica, mas perpassa o amadurecimento do método de exposição capaz de expressar o movimento dialético do real.

Para tanto, reconhecemos nesse logo processo, entre os escritos de sua juventude e a obra de sua maturidade, um conjunto de transformações e superações conceituais que expressam o seu refinamento teórico. Devemos, então, entender a produção marxiana como um processo essencialmente histórico de sua acumulação teórica.

Dizendo de outro modo, o caráter histórico de sua obra não caracteriza uma ruptura entre as suas convicções de juventude e os escritos de maturidade. Podemos constatar exatamente o oposto: sua obra, desde sua juventude até os últimos escritos expostos de sua maturidade, assinala para uma inquebrantável continuidade do desenvolvimento de suas reflexões, que tem sua base teórica na filosofia clássica alemã (O método dialético de Hegel); a crítica social dos pensadores utópicos e a econômica política clássica. Reafirmamos essa afirmativa quando encontramos categorias ou preceitos centrais desenvolvidas na totalidade da obra marxiana, tal como o conceito de trabalho, o qual desenvolvido a partir das análises das teorias econômicas, figura como o principal elemento de continuidade e de ligação entre o jovem e o velho Marx.

Portanto, nos colocamos em oposição as teses que apontam para um corte epistemológico nas duas fases de sua produção, e reconhecemos a continuidade do desenvolvimento teórico presente em seus escritos de juventude que encontram eco na obra de sua maturidade. A compreensão da obra marxiana como uma totalidade nos abre o caminho que teremos que percorrer para referendar a centralidade do trabalho para a análise da realidade. Já que, é a partir da compreensão da categoria trabalho que pretendemos conquistar os fundamentos teóricos necessários para compreender os demais complexos presentes em nossa realidade social, a serem desenvolvidos no decorrer de nosso estudo. Sejam estes a educação e a própria cultura corporal.

Para tanto, iniciamos o estudo sobre os conceitos de trabalho desenvolvidos nos Manuscritos Econômicos Filosóficos de 1844, no qual pautaremos a nossa

investigação sobre as categorias: alienação e exteriorização. Em uma palavra: a efetivação do ser social em sua existência alienada, descrita por Marx, a partir da apropriação do trabalho alheio.

Passando para o segundo momento do capítulo nos deteremos sobre o conceito de trabalho ontológico formulado por Lukács a partir dos escritos marxianos. Os estudos do filósofo húngaro se particularizam por reconstruir a origem do ser social a partir do conceito de salto ontológico, o qual apresenta o trabalho como o ato fundante do ser social. Essa análise preliminar servirá de base ontológica para a reflexão desenvolvida sobre os escritos de maturidade de Marx. Na obra *O Capital*, Livro Primeiro, discorreremos sobre o conceito de trabalho abstrato, enquanto elemento de complexificação da exploração do trabalho, bem como sobre o fetiche como um constructo da sociedade do capital. Conceitos estes que fornecem a base teórica para o desenvolvimento dos nossos estudos no campo do materialismo histórico e dialético.

A recuperação desses estudos fornecem os elementos necessários para nos concentrarmos sobre a *Ontologia do Ser social*, de Lukács, necessária à reconstrução do surgimento dos diversos complexos que advém do trabalho: a linguagem, a educação e o próprio conceito de cultura corporal. O último conceito referido como basilar para a análise do processo de formação em educação física, objeto central deste estudo a ser retomado no terceiro capítulo.

Nesse ponto repousa a grande contribuição científica de Marx, tanto para a humanidade quanto para a classe trabalhadora, ao revolucionar o processo de análise da realidade e ao apontar o trabalho como meio de construção do próprio ser social. Já que este ao reconstruir passo a passo o metabolismo social do modo capitalista de produção e reprodução, formulou as bases para uma filosofia da práxis, a qual nos inspira e nos guiará nas páginas que seguem a produção desses escritos.

## **1.1 Trabalho: a Origem Ontológica da História Humana**

Em 1844, aos 26 anos de idade, Karl Marx concluía os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Esta obra escrita ainda em sua juventude apenas viria a ser

publicada quase 50 anos após a sua morte, no ano de 1932, na então União Soviética. A publicação dessa obra, também conhecida como “Os Manuscritos de Paris”, influenciou todo o pensamento marxista e desde então se tornou um grande marco dentre a vasta obra de Karl Marx.

É justamente nessa obra que Marx aponta o trabalho como o ato fundante do gênero humano, como atividade vital do ser humano e como meio através do qual o homem constrói e reconstrói a sua própria natureza e se faz e refaz enquanto homem em um processo constante de auto-mediação com a natureza.

Portanto, toda a assim chamada *História da humanidade* é na verdade a história do trabalho humano, como Marx afirma, nos próprios Manuscritos Econômico-Filosóficos:

toda a assim denominada história mundial nada mais é do que o engendramento do homem mediante o trabalho humano, enquanto o vir a ser da natureza para o homem, então ele tem, portanto, a prova intuitiva, irresistível, do seu nascimento por meio de si mesmo, do seu processo de geração.<sup>1</sup>

O trabalho é essencialmente uma atividade humana; o homem é o único ser capaz de trabalhar; o trabalho é a sua atividade vital, livre e consciente – são justamente estas características que diferenciam o homem dos animais. Como afirma Marx:

O animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É ela. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade (Bestimmtheit) com a qual ele coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico. Ou ele somente é um ser consciente, isto é, a sua própria vida lhe é objeto, precisamente porque é um ser genérico. Eis por que a sua atividade é atividade livre.<sup>2</sup>

A reflexão do filósofo alemão nos descreve que nesta atividade livre e consciente está a origem do homem como ser social. O trabalho é o ato fundante que coloca em movimento a construção e reconstrução contínua do homem, de si mesmo e

---

<sup>1</sup> MARX, Karl. Propriedade privada e Comunismo. In: \_\_\_\_\_. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 114.

<sup>2</sup> MARX, Karl. Trabalho Estranhado e Propriedade privada. In: \_\_\_\_\_. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Op. cit., p. 84.

do outro homem, ou seja, da própria natureza humana. O trabalho é, portanto, a origem deste incessante movimento, é a atividade por intermédio da qual o homem se reconhece enquanto homem. É através dele que o homem age perante a natureza em busca da perpetuação de sua existência, no seu incessante recriar do ser social.

o homem produz o homem, a si mesmo e ao outro homem; assim como [produz] o objeto, que é o acionamento (*Betätigung*) imediato da sua individualidade e ao mesmo tempo a sua própria existência para o outro homem, [para] a existência deste, e a existência deste para ele. Igualmente, tanto o material de trabalho quanto o homem enquanto sujeito são tanto resultado quanto ponto de partida do movimento [...]. Portanto, o caráter social é o caráter universal de todo o movimento; assim como a sociedade mesma produz o homem enquanto homem, assim ela é produzida por meio dele. A atividade (*Tätigkeit*) e a fruição, assim como o seu conteúdo, são também os modos de existência segundo a atividade social e a fruição social.<sup>3</sup>

A formação do ser humano se dá no constante intercâmbio do homem com a natureza. Marx supera, portanto, as concepções liberais que tentam explicar a origem do homem a partir de uma concepção abstrata de ser natural e puro, que na verdade nada explica. O filósofo alemão supera essa concepção idealista e coloca a história do homem sobre os seus próprios pés ao expor que é justamente no ato de trabalhar que o homem constrói a si mesmo dando forma à natureza humana. O ato de produção dos meios necessários à vida humana constitui a esfera ontológica fundamental da existência humana, ou seja, o trabalho transforma a natureza inorgânica e as forças da natureza, em objetos e meios de trabalho. Esses objetos e forças produtivas, resultados do trabalho humano, são objetos humanizados, ainda natureza, mas passam a ser natureza humanizada, pois é através da objetivação dessa natureza, em objetos sociais que o homem mesmo “se torna ser social (*gesellschaftliches Wesen*), assim como a sociedade se torna ser (*Wesen*) para ele neste objeto”<sup>4</sup>.

Os produtos do trabalho humano carregam em si o próprio trabalho humano, o resultado do trabalho humano é a forma material e objetiva do trabalho, é o trabalho transformado em coisa física, o objeto é a própria objetivação do trabalho, assim como o objeto e o processo de sua produção são conseqüentemente a objetivação do

---

<sup>3</sup> MARX, Karl. Propriedade privada e Comunismo. In: \_\_\_\_\_. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Op. cit., p. 106.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 109.

trabalhador. Ou seja: “O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (sachlich), é a objetivação (Vergegenständlichung) do trabalho. A efetivação (Verwirklichung) do trabalho é a sua objetivação.”<sup>5</sup>

A análise marxiana expressa que, a objetivação humana, como objetivação do trabalho, se dá na relação do homem com a natureza. Esse processo contínuo de intercâmbio com a natureza como processo de produção de objetos possui necessariamente o momento da exteriorização. Nesta relação entre produtores e produto, a exteriorização é o momento essencialmente positivo da efetivação humana. O processo de exteriorização é ato no qual o trabalhador fixa no objeto produzido o seu próprio trabalho, encerra neste objeto parte de sua própria vida, portanto, a efetivação do homem, enquanto ser genérico, apenas se dá sob a forma de exteriorização, como nos afirma o filósofo alemão, a exteriorização “do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa (*äussern*), mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe fora dele (*ausser ihm*), independente dele”<sup>6</sup>, tornando-se uma potência autônoma do trabalhador, a potência de si exteriorizada ao objeto.

O autor afirma que no ato livre e consciente de produção, no qual o homem encerra parte de si no objeto, ele fixa parte de sua vida e parte de sua capacidade intelectual e física que é exteriorizada no produto de seu trabalho. A concretização do trabalho é sua própria exteriorização, é um momento inerente ao ato de trabalhar, essencialmente necessário à objetivação do homem em todas as formas de produção humana, pois se o “produto do trabalho é a exteriorização, então a produção mesma tem de ser a exteriorização ativa, a exteriorização da atividade, a atividade da exteriorização.”<sup>7</sup> E o processo de exteriorização é o momento essencialmente positivo da produção, pois nele se consolida a existência genérica operativa do homem. Nas palavras de Marx, é através da exteriorização do seu trabalho que:

a natureza aparece como sua obra e sua efetividade (*Wirklichkeit*). O objeto do trabalho é portanto a objetivação da vida genérica do homem: quando o

---

<sup>5</sup> MARX, Karl. Trabalho Estranhado e Propriedade privada. In: \_\_\_\_\_. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Op. cit., p. 80.

<sup>6</sup> Ibidem, p. 81.

<sup>7</sup> Ibidem, p. 82.

homem se duplica não apenas na consciência, intelectual[mente], mais operativa, efetiva[mente], contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele.<sup>8</sup>

A capacidade de trabalho humano se desenvolve, e a sociedade capitalista é o mundo criado pelo homem. É a partir do estranhamento do trabalho fundado na apropriação do trabalho alheio que o mundo da propriedade privada se desenvolve. Na sociedade capitalista, o homem desenvolve as suas capacidades produtivas e intelectuais, produz riqueza, abundância e tecnologia, mas apenas para uma minoria detentora da propriedade privada, enquanto que para a maioria dos homens produz miséria, fome e degradação. O resultado do trabalho já não pertence ao trabalhador, e a consequência direta disto é que

o trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador [...] Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador.<sup>9</sup>

A análise marxiana advoga que em sua relação estranhada, o trabalho não passa de uma mercadoria, surge como fonte de miséria e desgaste, deforma o trabalhador. Trabalho pernicioso, a desefetivação do trabalhador. Como nos apresenta o filósofo alemão:

A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (*Entfremdung*), como alienação (*Entäusserung*)<sup>10</sup>.

O trabalho estranhado adquire sua forma mais complexa no âmbito da sociedade capitalista, é a própria exteriorização humana que se configura em sua forma historicamente estranhada. No trabalho estranhado as relações entre homem e natureza passam a ser subvertidas, isto é, a própria essência ativa e consciente do trabalho humano encontra-se subjugado pela lógica do capital.

---

<sup>8</sup> MARX, Karl. Trabalho Estranhado e Propriedade Privada. In: In: \_\_\_\_\_. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Op. cit., p. 85.

<sup>9</sup> Ibidem, p. 82.

<sup>10</sup> Ibidem, p. 80.



No contínuo processo de tornar-se homem do homem, de construção da natureza humana, contraditoriamente, a natureza humanizada transforma o trabalhador em um simples meio de produção; já não se faz diferença, como afirma Marx: se trabalha com a máquina ou como máquina. O resultado do trabalho tornou-se, portanto, um objeto alheio, alienado e estranho a quem o produz.

Os escritos do teórico alemão afirmam que o homem na sociedade capitalista, no mundo das coisas, está numa relação estranhada com o produto de seu trabalho, com o mundo por ele mesmo criado, com o próprio mundo das coisas, o qual já não é reconhecido pelo próprio homem como produto de seu trabalho. O trabalhador já não percebe no produto humano uma parte de si, de sua própria existência, e é incapaz de enxergar a natureza humana inerente aos objetos por ele produzidos; ele estranha a sua própria capacidade física e intelectual inserida nos produtos de seu trabalho, os quais estão alienados de si, já que o:

trabalhador encerra sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. Por conseguinte, quão maior esta atividade, tanto mais sem-objeto é o trabalhador. Ele não é o que é o produto do seu trabalho. Portanto, quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é.<sup>11</sup>

Na relação de estranhamento do trabalhador ao objeto, o próprio processo de exteriorização adquire a forma estranhada, já que:

A exteriorização (*Entäusserung*) do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa (*äussern*), mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe fora dele (*ausser ihm*), independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência (*Match*) autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha.<sup>12</sup>

No entanto, podemos distinguir nos Manuscritos de 1844, que o fenômeno geral do estranhamento humano não se resume ao simples objeto exteriorizado, mas reside também no processo de exteriorização do objeto, ou seja, o ato de trabalho também é estranho ao trabalhador. O trabalho deixa de ser fonte de liberdade, consciência e satisfação humana, e torna-se fonte de sofrimento e infelicidade. O

---

<sup>11</sup> Ibidem, p. 81.

<sup>12</sup> Ibidem, p. 81.

trabalho já não é uma atividade livre, mas passa a ser determinado por uma força alheia ao trabalhador. O trabalho, que é a essência humana, surge agora em sua forma estranhada como um mero meio de atendimento das necessidades indispensáveis à existência do trabalhador. Marx descreve a relação do ato de trabalho estranhado como algo que:

é externo (*äusserlich*) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito. [...] O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. Finalmente a externalidade do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de um outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro.<sup>13</sup>

Portanto, Marx revela que a existência do trabalhador na sociedade da propriedade privada se resume a uma luta incessante pela continuidade de sua existência. A vida do homem é essencialmente atividade, atividade produtiva de vida, de existência, de humanidade, a atividade geradora do ser genérico. Mas essa atividade que é estranha não pertence ao homem que trabalha, pois o trabalho é agora alheio ao trabalhador, e o resultado é que essa atividade surge como

miséria, a força como impotência, e procriação como castração. A energia espiritual e física própria do trabalhador, e a sua vida pessoal – pois o que é a vida senão atividade – como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele.<sup>14</sup>

O trabalho como resposta ao primeiro carecimento do homem, realiza-se como uma atividade livre e consciente frente as determinações causais da natureza – é exatamente nessa legalidade inerente ao trabalho que o homem concretiza-se como ser genérico. Através do trabalho, da vida produtiva, o homem se reconhece enquanto ser genérico, assim a “vida produtiva é, porém, a vida genérica. É a vida engendradora da vida.”<sup>15</sup> A consequência direta do trabalho estranhado é o estranhamento por parte do próprio homem do ser genérico, pois “a vida produtiva mesmo aparece ao homem

---

<sup>13</sup> Ibidem, p. 82-83.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 83.

<sup>15</sup> Ibidem, p. 84.

apenas como um meio para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física [...]. A vida mesmo aparece só como meio de vida.”<sup>16</sup>

O teórico alemão expõe em sua reflexão, que na realidade concreta o trabalho e o objeto do trabalho são a objetivação da vida genérica do homem, e na relação em que esse objeto e o trabalho são alheio ao homem que o produz concretiza-se o estranhamento da vida genérica do homem pelo próprio homem, porque, ao arrancar-lhe de sua posse o seu objeto, “arranca-lhe a sua vida genérica, sua efetiva objetividade genérica.”<sup>17</sup> Diante do estranhamento da vida genérica, o homem estranha o seu próprio corpo, “assim como a natureza fora dele, tal como a sua essência espiritual, a sua essência humana.”<sup>18</sup> Portanto, o homem nega o próprio trabalho humano como sua gênese ontológica, nega a natureza humanizada como resultado de sua atividade vital.

Como consequência direta do estranhamento do homem ao objeto do seu trabalho, ao estranhamento do trabalho como sua atividade vital e ao estranhamento do homem como ser genérico, Marx nos descreve o estranhamento do homem com outros homens e do homem consigo mesmo. Esta relação do homem com outros homens se dá na relação com o trabalho, e na relação que esses outros homens têm com o seu trabalho e o resultado do seu trabalho. O trabalho estranhado não é um trabalho livre e autodeterminado, assim como o resultado de seu trabalho já não lhe pertence e dele o trabalhador não usufrui. O trabalho é determinado e seu resultado apropriado por uma força externa ao trabalhador, a força do próprio capitalista que exerce domínio sobre o ato de trabalho, apodera-se de seu resultado e de parte da vida do trabalhador.

Nesse sentido, trabalhador e capitalista em suas distintas relações com o ato de trabalho e seu resultado acabam por exercer relações antagônicas inconciliáveis, uma relação de constante conflito. Desde modo, capitalistas e trabalhadores são estranhos um frente ao outro; pois como descreve Marx, se o trabalhador se relaciona “com o produto de seu trabalho, com seu trabalho, independente dele, então ele se relaciona com ele de

---

<sup>16</sup> Ibidem, p. 84.

<sup>17</sup> Ibidem, p. 85.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 85.

forma tal que um outro homem estranho a ele, inimigo, independente dele, é o senhor deste objeto.”<sup>19</sup>

Todos os feitos e relações presentes na história da humanidade são exatamente o resultado da relação do homem com a natureza e para com os outros homens. Não há espaço na realização da história humana para forças sobrenaturais, nem poderes divinos, e nem semi-deuses. Esta não é determinada por forças externas às suas, nem determinadas essencialmente pela natureza. Ela tem como seu único autor o próprio homem, e a tinta e papel de sua história é o modo como produz sua existência no intercâmbio com a natureza.

Portanto, “todo auto-estranhamento (*selbentfremdung*) do homem de si e da natureza aparece na relação que ele outorga a si e à natureza para com os outros homens diferenciados de si mesmo.”<sup>20</sup> Por sua vez, o poder do capitalista sobre o trabalho e seu resultado e, conseqüentemente, sobre a vida do próprio trabalhador é um poder constituído pelas próprias relações humanas – essas de constante antagonismos que resumem em si o estranhamento do homem com o homem; é uma relação constituída nas relações do homem no âmbito da sociedade da propriedade privada, por meio do trabalho estranhado. Como nos relata Marx:

o homem engendra, portanto, não apenas sua relação com o objeto e o ato de produção enquanto homens que lhe são estranhos e inimigos; ele engendra também relação na qual outros homens estão a sua produção e ao seu produto, e a relação na qual ele está para com estes outros homens. Assim como ele [engendra] a sua própria produção para a sua desefetivação, para o seu castigo, assim como [engendra] o seu próprio produto para a perda, um produto não pertencente a ele, ele engendra também o domínio de quem não produz sobre a produção e sobre o produto. Tal como estranha de si a sua própria atividade, ele apropria para o estranho a atividade não própria deste.<sup>21</sup>

Conforme depreende-se da análise marxiana, as relações de estranhamento do homem a si mesmo, o poder misterioso do capitalista, nada mais é que resultado da relação de estranhamento do homem a sua própria atividade mais elementar. Este estranhamento ao produto do trabalho humano e ao ato de trabalho tem a sua origem nas relações humanas intermediadas pela propriedade privada, pela relação homem-natureza

---

<sup>19</sup> Ibidem, p. 87.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 87.

<sup>21</sup> Ibidem, p. 87.

que resulta na posse indevida do trabalho alheio. Está, portanto, na propriedade privada a origem do homem estranhado, mas dialeticamente está no trabalho estranhado, no objeto estranhado, a origem da própria propriedade privada. Como nos relata o filósofo alemão:

A propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a conseqüência necessária do trabalho exteriorizado, da relação externa (äusserlichen) do trabalhador com a natureza e consigo mesmo.

A propriedade privada resulta portanto, por análise, do conceito de trabalho exteriorizado, do homem, exteriorizado, de trabalho estranhado, de vida estranhada, de homem estranhado.<sup>22</sup>

Na relação entre trabalho estranhado e propriedade privada, processo e resultado se confundem, se auto-constroem ao serem colocados em movimento pelo trabalho humano. Ambos são constituídos, se construindo mutuamente em um mesmo envolver histórico que tem no trabalho estranhado o seu momento predominante. Como conseqüência, tal processo deságua na formação da própria sociedade capitalista – esta sociedade humana que é o resultado de todo o trabalho humano, produto do trabalho social, produz a desefetivação do homem, já que a produção produz o “homem não somente como uma mercadoria; ela o produz, nesta determinação respectiva, precisamente como um ser desumanizado [...] tanto espiritual quanto corporalmente – imoralidade, deformação, embrutecimento de trabalhadores e capitalistas.”<sup>23</sup>. Portanto, a extinção de tal modelo de sociedade está na relação direta da superação de toda desumanização do homem, e isto apenas é possível com a extinção completa do modo de trabalho estranhado e de toda forma de propriedade privada dos meios de produção.

No tópico seguinte continuaremos a examinar as concepções marxianas a respeito do trabalho passando a investigar o livro *O Capital*, no qual Marx se esforça por expor as determinações da relação contraditória entre capital e trabalho no seio da sociedade capitalista, suas perspectivas para o trabalho e, conseqüentemente, para o mundo dos homens.

---

<sup>22</sup> Ibidem, p. 87.

<sup>23</sup> MARX, Karl. A Relação da Propriedade privada. In: \_\_\_\_\_. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Op. cit., p. 92-93.

## **1.2 A Totalidade do Trabalho Social na Sociabilidade Capitalista**

Como explicitado pela análise marxiana o homem é um ser social, sua natureza humana é essencialmente natureza social. O homem possui na sua capacidade de trabalhar a sua força criadora, a força fundadora da essência humana, ou seja, fundadora de si mesmo a partir do intercâmbio dele com a natureza. Portanto, encontramos já nos Manuscritos de 1844 o caráter ontológico do trabalho.

É Georg Lukács, filósofo húngaro, contemporâneo da revolução russa, quem recobra o caráter ontológico do trabalho presente nos escritos de Marx, e desenvolve em sua obra os fundamentos da ontologia humana, ao realizar uma análise onto-histórica da sociedade humana.

Portanto, é nos rastros dos escritos marxianos, e da análise do trabalho como fundante do ser social desenvolvidos por Engels, que Lukács continua a afirmar que a existência presente no homem, em seu corpo, é uma parte da existência da própria natureza. As evidências de tal afirmação estão no próprio homem, na base inorgânica dos elementos constitutivos de seu corpo, já que as substâncias formadoras do corpo humano estão presentes na natureza, tanto na forma inorgânica, quanto na forma orgânica. Assim como os seres orgânicos desenvolvem-se de uma base inorgânica, o homem desenvolve-se de uma base orgânica mais avançada (embora portador de uma natureza social que o distingue essencialmente das demais esferas ontológicas, o homem mantém com os seres orgânicos e inorgânicos um caráter de unitariedade, de incessante intercâmbio, mas, ao mesmo tempo, de heterogeneidade expressa na constante produção do novo).

Para confirmar tal preposição, Lukács afirma que basta estender nossas observações aos animais, pois percebemos facilmente que as qualidades superiores do corpo humano são também características constitutivas dos seres orgânicos mais desenvolvidos. Verificamos isso comparando a mão de um chimpanzé com a mão do homem. No entanto, o mesmo autor segue afirmando que ocorre sempre uma transformação qualitativa de uma forma à outra, na passagem do inorgânico para a forma orgânica e, por sua vez, da passagem do ser orgânico para o gênero humano.

Tamanha mudança qualitativa pressupõe “uma passagem que implica num salto – ontológico necessário – de um nível de ser a outro, qualitativamente diferente”<sup>24</sup>.

Lukács afirma que tanto os animais como o homem possuem uma característica comum de exercer a atividade perante a natureza para atenderem as necessidades essenciais à sua existência. Mas o que vem diferenciar o homem dos demais animais é que a sua atividade perante a natureza torna-se qualitativamente superior ao tornar-se uma atividade vital consciente, ou seja, ao adquirir um caráter teleológico. É este fato que determina o momento exato do salto ontológico, eliminando o caráter de escravidão do homem às suas necessidades fisiológicas. Essa condição, que os seres orgânicos não podem superar, separa qualitativamente a existência humana da existência animal, vêm constituir o homem enquanto ser genérico.

Essa atividade consciente de caráter teleológico, como atividade exclusiva dos homens, é definida por Lukács como o próprio ato de trabalho, no qual o homem exerce o intercâmbio com a natureza. Como não poderia ser diferente, tanto a atividade de trabalho quanto a atividade animal tem por fim primeiro a sobrevivência e reprodução da vida, mas o ato de pôr teleológico é o ato que distingue tais atividades, a do homem e do animal, como afirma Lukács:

É claro que o primeiro impulso para a posição teleológica provém da vontade de satisfazer uma necessidade. No entanto esta é uma característica comum tanto à vida animal como humana. Os caminhos começam a divergir quando entre necessidade e satisfação se insere o trabalho, a posição teleológica. E neste mesmo fato, que implica o primeiro impulso para o trabalho, se evidencia a sua a sua natureza marcadamente cognitiva, uma vez que é indubitavelmente uma vitória do comportamento consciente sobre a mera espontaneidade do instinto biológico o fato de que entre a necessidade e a satisfação imediata seja introduzido o trabalho como elemento mediador.<sup>25</sup>

A análise marxista de Lukács apenas reafirma o trabalho como uma atividade necessariamente humana, não importa quão perfeitos possam ser os feitos dos animais. Dos seres orgânicos, o homem é o único ser capaz de visualizar em sua mente o objeto a ser criado. Apenas o homem, através do pôr teleológico, pode antever o produto futuro em sua consciência e torna-se capaz de planejar a sua atividade, refletir sobre o processo

---

<sup>24</sup> LUKÁCS, Georg. “O trabalho”, In: *Ontologia do Ser Social*. Tradução Ivo Tonet. 2007, p.2, (mimeografado).

<sup>25</sup> Ibidem, p. 36.

e conceber o objeto antes mesmo de efetivá-lo. Em relação ao animal, a atividade deste possui um caráter essencialmente instintivo, uma atividade na qual ele é escravo da natureza, atividade essa distinta do ato de trabalho. Marx possui uma passagem muito conhecida quando diferencia a atividade humana, o ato de trabalho, da atividade de uma aranha e de uma abelha. Ele afirma que:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador.<sup>26</sup>

Retornando aos escritos do teórico húngaro podemos aferir o ato de trabalho, como atividade consciente e planejada, ou seja, essa é a atividade que distingue o homem dos animais, é o meio através do qual o primeiro domina os seus instintos e passa a construir uma natureza distinta da natureza animal, a construção da essência humana como sua natureza social. O momento exato do salto ontológico é o momento exato em que surge esse novo homem, uma nova forma de ser vivo. Portanto, como nos relata Lukács:

o trabalho revela-se como o instrumento da autocriação do homem pelo homem. Como ser biológico ele é um produto do desenvolvimento natural. Com sua auto-realização, que também implica, obviamente, nele mesmo um retrocesso das barreiras naturais, embora jamais um completo desaparecimento delas, ele ingressa num novo ser: o ser social.<sup>27</sup>

No processo contínuo de efetivação da autoconstrução humana e de formação da natureza humana, o ser social constitui, ao longo de sua história, várias formas de organização social. Mas é importante compreender que o homem nunca é um ser acabado ou terminado. Desde o salto ontológico, ele continua se construindo na mesma medida em que constrói e reconstrói suas formas de organização social e de reprodução da vida. A história do homem é a história de um movimento incessante que chega à atual forma de organização da vida, este que é o modo capitalista de produção, como simplesmente resultado do trabalho humano.

---

<sup>26</sup> MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna – 24º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 211 - 212.

<sup>27</sup> LUKÁCS, Georg. “O trabalho”, In: *Ontologia do Ser Social*. Op. cit., p. 40.



Marx em sua tarefa teórica de estudar a fundo a forma capitalista de produção, analisa a realidade dessa forma de organização social com o propósito de compreender a sua realidade, e parte da totalidade da natureza humana para capturar abstratamente a totalidade em movimento e, assim, descrever o movimento do movimento. O resultado desse estudo e dessa pesquisa rigorosa que inicia-se já nos escritos de sua juventude, está consubstanciado em sua obra última, *O Capital*. É nessa obra, concluída já na sua chamada fase de maturidade, que o filósofo alemão executa uma crítica radical ao modo de organização capitalista e também dá as indicações para a construção de uma nova forma de sociabilidade humana.

Portanto, é em *O Capital* que Marx desvela o caráter particular da forma de produção na sociedade capitalista e desvenda os mistérios da forma de trabalho no seio dessa sociabilidade. Mesmo nessa forma de organização social, o trabalho persiste em sua forma ontológica, em seu caráter útil, como meio de produção de objetos úteis ao ser humano, meio para criação de valores-de-uso. A forma trabalho como dispêndio de força humana de transformação da natureza; Marx descreve esse processo de produção como o meio do homem se apropriar dos elementos naturais para atender às necessidades humanas. Essa “é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as formas sociais.”<sup>28</sup>.

Podemos aferir no trabalho, tal como descrito por Lukács, o elemento fundante da substância humana a qual persiste como forma de intercâmbio eterna do homem com a natureza em todas as formas de organização da vida produzidas pela natureza humana, uma vez que o homem apenas pode produzir e reproduzir a sua existência ao atuar com a própria natureza e, como ela, mudando-lhe as formas, dando-lhes forma de natureza humanizada. Os escritos de Marx confirmam essa tese, quando este expressa que os avanços da ciência, da tecnologia e da técnica presentes na sociedade capitalista qualificam essa relação entre homem e natureza, mas a forma original, a essência deste intercâmbio, é eterno. O homem tem na natureza a gênese de sua existência e com ela

---

<sup>28</sup> MARX, Karl. *O Capital*. Op. cit., 2006, p. 218.

perpetua essa existência. Como afirma o próprio Marx citando William Petty, “o trabalho é o pai, mas a mãe é a terra.”<sup>29</sup>.

Essa forma originária de trabalho presente em todas as formas de sociabilidade humana é o trabalho concreto, meio através do qual o homem incorpora à natureza um caráter de humanidade, trabalho concreto como meio que possibilita a fixação no objeto de qualidades humanas, dando origem a objetos distintos da simples natureza, objetos que atendem a uma necessidade específica humana ao serem transformados pelo trabalho humano em natureza humanizada. O trabalho concreto é sempre dispêndio de cérebro e músculo humano, é o ato originário e eterno de pôr “em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos – a fim de apropriar-se de recursos humanos da natureza. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.”<sup>30</sup>.

Portanto, como afirma o teórico alemão, o trabalho concreto é a forma de produção das riquezas materiais e espirituais. Como forma de objetivação humana, o trabalho é produtor de objetos úteis ao homem, objetos esses que apenas têm o seu valor reconhecido, confirmado no ato de sua utilização, no momento exato em que este atende a uma necessidade humana específica. Essa utilidade valorosa à existência humana presente nos objetos é o seu valor-de-uso que constitui “o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social”<sup>31</sup>, desses objetos, produtos do trabalho concreto.

Mas, apesar do caráter eterno da forma concreta de trabalho e da produção de valores-de-uso, o autor afirma que o trabalho como ato produtivo possui especificidades postas em cada forma de organização social, é, portanto, também determinado historicamente. É na forma específica de organização social capitalista que o trabalho surge em sua forma estranhada mais complexa, qual seja: o trabalho posto como produtor de mercadorias.

A riqueza surge como a “imensa acumulação de mercadorias”<sup>32</sup>, mas a mercadoria nada mais é do que um objeto útil ao homem é, “antes de mais nada, um objeto externo ao homem, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades

---

<sup>29</sup> Ibidem, p. 65.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 211.

<sup>31</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 57.

humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia.”<sup>33</sup>

A reconstrução do real formulada por Marx afirma que a forma mercadoria é, portanto, um objeto útil, um objeto possuidor de valor-de-uso. Mas essa forma específica do produto do trabalho apresenta uma outra qualidade, a de ser também possuidor de valor-de-troca, já que o próprio valor-de-uso é também “ao mesmo tempo, o veículo material do valor-de-troca”<sup>34</sup>.

Esse segundo caráter da mercadoria, descrito pelo teórico, o valor-de-troca, apenas se manifesta na relação em que ela exerce com uma outra mercadoria, outro objeto útil distinto do primeiro, uma relação de troca entre si.

Essa relação, na qual objetos com utilidades distintas são trocados entre si, e portanto, são equiparados em sua forma de valor, apenas é possível porque os seus respectivos valores-de-uso sofrem de uma abstração real. Então, o valor-de-troca é apenas expressão de uma outra substância presente nos objetos que permite que esses sejam igualados entre si, que, por sua vez, é a origem do próprio valor-de-troca.

Essa substância, invisível ao olho humano, presente na mercadoria, que permite equiparar as diferentes mercadorias, descrita na obra marxiana como exatamente a característica presente em todo o objeto produzido pelo homem, é o próprio trabalho humano. Portanto, Marx desvenda o mistério da mercadoria ao explicitar que é justamente na contabilização da quantidade de trabalho igual, dispendido na produção de diferentes objetos que permitem que eles possam ser trocados como coisas equivalentes. A quantidade de trabalho é medida pela quantidade de tempo de trabalho, o quantitativo de minutos, horas ou dias, determinados socialmente.

Assim como mercadorias de diferentes qualidades e utilidades são igualadas entre si, todos os trabalhos em suas diversas qualidades passam a ser contabilizados como determinantes do valor das mercadorias e, para tanto, esses trabalhos são também transformados em uma única espécie de trabalho determinado historicamente. Trata-se da forma de trabalho abstrato<sup>35</sup>.

---

<sup>33</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>34</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>35</sup> O conceito de trabalho abstrato surge nas obras de maturidade de Marx, em especial no “O Capital”, conceito este que é desenvolvido a partir dos estudos elaborados sobre a teoria do valor trabalho iniciadas

Essa é, portanto, uma particularidade da sociedade capitalista descrita nos escritos do teórico alemão, o trabalho produz mercadorias que possuem um duplo caráter, possuidoras de valor-de-uso e valor-de-troca. O caráter valor-de-uso é o resultado lógico da forma eterna de trabalho. Mas a produção de valor-de-troca é resultado dessa forma particular de trabalho, o trabalho abstrato. O próprio trabalho adquire, portanto, um duplo caráter na sociedade capitalista.

A teoria marxiana nos descreve que essas duas formas de trabalho coexistem, estão presentes no mesmo ato de trabalho, na mesma ação humana perante a natureza. Nessa relação de unidade contraditória entre as duas formas de trabalho, a sua forma abstrata jamais supera a forma concreta, mas na relação em que o trabalho assume a forma de produtor de mercadorias, o trabalho concreto fica subsumido à forma abstrata.

A subsunção do trabalho concreto à forma do trabalho abstrato confirma-se no fato de que todos os trabalhos humanos, em suas distintas qualidades de produzir diversos valores-de-uso, passam a ser equiparados em uma única qualidade: a de serem tempo de trabalho humano. Desta feita, o trabalho é abstraído de suas qualidades específicas, o que explica nas relações de troca os produtos do trabalho do marceneiro, do pedreiro, do carpinteiro, serem todos equiparados em seus valores.

O valor é inserido no objeto justamente no ato de trabalho. É a magnitude de trabalho abstrato, ou seja, a quantidade de tempo de trabalho humano gasto na fabricação de uma mercadoria que determina o seu valor.

Portanto, o valor de uma mercadoria não se trata de algo inerente a ela, ou algo sobrenatural, pois, na verdade, o caráter do valor é algo socialmente constituído. Como assevera Marx, qualquer mercadoria apenas possui valor porque nela “está corporificado, materializado, trabalho humano abstrato”<sup>36</sup>. Logo em seguida, Marx põe um fim ao mistério da origem do valor, ao desvendar que o caráter quantitativo ou a grandeza do valor é, na verdade, determinado pela “quantidade de trabalho socialmente

---

pelos economistas clássicos. Nos Manuscritos de 1844, Marx apenas havia iniciado os estudo das obras dos economistas clássicos, e tal conceito significa um salto qualitativo em sua obra e na análise da realidade objetiva.

<sup>36</sup> Ibidem, p. 60.

necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor-de-uso”<sup>37</sup>.

Ainda sobre o trabalho abstrato, Marx explica que esta forma histórica de trabalho constrói uma igualdade abstrata dos diferentes trabalhos humanos, é exatamente essa capacidade de abstração real que permite a socialização das diversas qualidades de trabalho

na medida em que cada espécie particular de trabalho privado útil pode ser trocada por qualquer outra espécie de trabalho privado com que se equipara. A igualdade completa de diferentes trabalhos só pode assentar numa abstração que põe de lado as desigualdades existentes entre eles e os reduz ao seu caráter comum de dispêndio de força humana de trabalho, trabalho abstrato.<sup>38</sup>.

Portanto, o trabalho em sua forma concreta, como produtor de valor-de-uso, nada interfere na determinação do valor das mercadorias. Pois como demonstra o teórico alemão, as relações de troca, onde uma mercadoria B exerce a função de equivalente de uma outra mercadoria “A” a ser trocada, significa que quando essas duas mercadorias são permutadas entre si, e, portanto, o valor-de-troca da mercadoria “A” é equiparado ao valor-de-uso da mercadoria “B”, que ocupa a posição de equivalente, ocorre na verdade a efetiva representação do valor-de-troca da mercadoria “A” no valor-de-uso da mercadoria “B”. O valor-de-uso de “B” surge na relação de troca como a materialização do valor-de-troca de uma mercadoria de “A” de igual valor, portadora da mesma quantidade de trabalho. Portanto, o valor-de-uso da mercadoria equivalente apenas exerce a função nas relações de troca de representação do valor das demais mercadorias, o que nos aponta que na sociedade das mercadorias o próprio valor-de-uso encontra-se subsumido ao valor-de-troca.

Um valor-de-uso qualquer que assume a forma de equivalente em uma relação de troca com uma segunda mercadoria é apenas a expressão do valor dessa segunda mercadoria. É exatamente nessa relação de troca simples, em que os objetos com utilidades diferentes são equiparados entre si, que se evidencia a condição específica do

---

<sup>37</sup> Ibidem, p. 61.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 95.

trabalho como criador de valor, ao mesmo tempo em que esses diferentes trabalhos são socializados.

Marx descreve o desenvolvimento das relações de troca ao apontar que, das relações de trocas simples, com equivalência simples, as relações de troca progredem para a forma de equivalência extensiva e, conseqüentemente, para a forma de equivalência geral, como mecanismos desenvolvidos de intercâmbio e socialização dos diferentes trabalhos, característica de um determinado momento histórico, o que podemos distinguir como o desenvolvimento do mecanismo de circulação de mercadorias necessária ao desenvolvimento do sistema do capital.

Na forma de equivalente geral, constituída na totalidade das relações sociais, uma mercadoria assume a forma de equivalente de todas as mercadorias. Na expressão do valor todas as mercadorias adquirem uma única forma, a forma de uma mercadoria específica, à qual todas as outras mercadorias são equiparadas. A respeito da forma de equivalente geral, Marx expressa que:

A forma geral do valor [...] surge como obra comum do mundo das mercadorias. O valor de uma mercadoria só adquire expressão geral porque todas as outras mercadorias exprimem seu valor através de um mesmo equivalente, e toda nova espécie de mercadoria tem de fazer o mesmo. Evidencia-se, desse modo, que a realidade de suas relações sociais, pois essa realidade nada mais é que a existência social deles, tendo a forma do valor, de possuir validade social reconhecida.<sup>39</sup>

A análise marxiana define a passagem para a forma de equivalente geral, como resultado da complexificação das relações sociais no interior da sociedade capitalista, o que possui um peso histórico, já que é apenas no processo incessante de trocas particulares de diferentes mercadorias que se socializam os diferentes trabalhos humanos particulares. O que antes era a relação entre produtores, torna-se agora apenas a relação entre as mercadorias. Portanto, as relações das mercadorias passam a mediar as relações humanas, o processo de circulação de mercadorias instituído sobre o domínio do capital, determina as próprias relações humanas.

É, pois, com a complexificação e o desenvolvimento dessas relações de troca que se desenvolve a socialização dos diferentes trabalhos humanos, uma vez que no

---

<sup>39</sup> MARX, Karl. *O Capital*. Op. cit., p. 88.

interior da sociedade capitalista, é apenas na totalidade dessas relações de troca que os trabalhos particulares se somam, configurando todo o trabalho humano. A totalidade dos trabalhos é apenas trabalho social.

Portanto, como assevera Marx, todo trabalho humano é uma pequena parte de uma totalidade que perfaz o todo social. Esse é o caráter positivo do trabalho, de ser parte da totalidade social. Até mesmo o trabalho como produção de mercadorias possui um caráter social, já que, ao produzir algo para a troca, atende a uma necessidade particular, individual. Noutros termos, o meio para que esse objeto seja trocado está diretamente condicionado à produção de algo que interesse ao corpo social: produzir algo que possa ser trocado. Para atender a uma necessidade particular, o produtor, como foi dito, tem que atender a uma necessidade social, estando presente, então, o caráter de trabalho social, caráter positivo do trabalho ao produzir um valor-de-uso útil à totalidade social. Assim, “desde que os homens, não importam o modo, trabalhem uns para os outros, adquire o trabalho uma forma social”<sup>40</sup>.

Na realidade capitalista, as relações de troca apenas se concretizam em relações particulares. Essas trocas individuais socializam os diferentes produtos, mas não possuem as características de serem planejadas ou determinadas pelo coletivo social, o que resulta que esse caráter social da produção passa a ser perceptível ao trabalhador apenas nas relações de troca existentes com a presença da forma geral do valor. Marx confirma tal preposição na passagem em que descreve a forma equivalente geral e aponta esse caráter positivo de sua forma ao utilizar o famoso exemplo do linho como equivalente geral. Nessa passagem, Marx afirma que:

Sua própria forma natural é a figura comum do valor desse mundo, sendo, por isso, o linho diretamente permutável por todas as outras mercadorias. Considera-se sua forma corpórea a encarnação visível, a imagem comum, social, de todo trabalho humano. O trabalho têxtil, o trabalho privado que produz linho, ostenta, simultaneamente, forma social, a forma de igualdade com todos os outros trabalhos. As inumeráveis equações em que consiste a forma geral de valor equiparam, sucessivamente, ao trabalho contido no linho qualquer trabalho encerrado em outra mercadoria e convertem, portanto, esse trabalho têxtil em forma geral de manifestação do trabalho humano sem mais qualificações. Assim, o trabalho objetivado no valor da mercadoria é representado não só sob, o aspecto negativo em que se põem de lado todas as formas concretas e propriedades úteis dos trabalhos reais; ressalta-se, agora,

---

<sup>40</sup> Ibidem, p. 93.

sua própria natureza positiva. Ele é, agora, a redução de todos os trabalhos reais a sua condição comum de trabalho humano, de dispêndio de força humana de trabalho.<sup>41</sup>

Entretanto, a análise marxiana expressa que as relações de troca e a forma de equivalência geral, ou expressão do valor, apresentam a sua face mais desenvolvida na forma equivalente geral mercadoria-dinheiro, que tem a sua expressão mais conhecida na mercadoria ouro. A forma mercadoria-dinheiro tem a sua constituição social, na medida em que uma mercadoria qualquer adquiriu o monopólio da forma de equivalente geral que, por sua vez, da forma mercadoria-dinheiro acaba transformando-se, finalmente, na forma dinheiro de valor.

Fica claro agora, a partir dos escritos do teórico alemão, que a própria forma dinheiro nada mais é que um produto do trabalho humano, é uma mercadoria em sua forma de equivalente geral dos demais produtos dos trabalhos humanos. Mas o dinheiro possui um caráter enigmático e misterioso. Essa forma de mercadoria adquire neste contexto social tamanha importância, se reveste de uma força tal que, mesmo sendo essa mercadoria apenas produto do trabalho humano, ela passa a incorporar tamanho poder que se torna coisa quase viva ou tão importante como se viva fosse. Assim, essa forma mercadoria torna-se dominadora do homem.

No interior da sociabilidade capitalista dominada pela força das mercadorias, a própria vida humana é colocada em segundo plano, as relações humanas são substituídas pelas relações entre as coisas. As próprias relações comerciais surgem perante os homens como criadoras da realidade e criadoras das relações sociais, já que as próprias relações “entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação entre os produtos do trabalho.”<sup>42</sup>

Portanto, como nos descreve Marx, as relações sociais surgem simplesmente como relações entre as mercadorias, e o caráter positivo do trabalho, pelo fato de ser apenas uma parte do todo, de ser uma parcela da totalidade do trabalho social, fica imperceptível à compreensão do produtor. É esse o enigma da mercadoria-dinheiro ou, simplesmente, forma dinheiro de valor, ao disfarçar perante o próprio produtor a

---

<sup>41</sup> Ibidem, p. 89.

<sup>42</sup> Ibidem, p. 94



unidade do gênero humano por ele concretizada através da totalidade do trabalho humano, pois:

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentado-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtores do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtores do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos.<sup>43</sup>

A essa relação de poder da mercadoria sobre o próprio homem Marx denomina fetiche e, ao mesmo tempo em que descreve essa relação, o autor aponta esse fetiche como uma característica dos objetos que estará sempre presente enquanto perdurar o trabalho humano como produtor de mercadorias, pois, nessa existência social:

Uma relação social definida estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. [...] Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si com os seres humanos. É o que ocorre como os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo a isso de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção das mercadorias.<sup>44</sup>

O fetichismo da mercadoria consiste na coisificação das relações entre os homens, passando estas a serem intermediadas pelos objetos e, portanto, as relações entre os homens tornam-se uma relação coisificada. Mas uma forma específica de mercadoria passa a intermediar as relações entre as coisas, ao se tornar o representante universal da riqueza, e torna a relação entre homens uma relação entre cifras: trata-se da forma dinheiro.

A relação de fetichismo da mercadoria se manifesta “na transformação geral dos produtos do trabalho em mercadorias, transformação que gera a mercadoria equivalente universal, dinheiro”<sup>45</sup>. Este se torna o representante universal de toda a riqueza humana, é apenas através deste que o trabalhador pode atender às suas necessidades individuais e sócias, ao apoderar-se da mercadoria universal que, por sua vez, se apoderou dos

---

<sup>43</sup> Ibidem, p. 94

<sup>44</sup> Ibidem, p. 94.

<sup>45</sup> Ibidem, p. 117.

próprios poderes genuinamente humanos. O dinheiro torna-se o portador de todas as qualidades humanas, o portador da igualdade e da liberdade. O homem transfigura o seu poder e sua capacidade para a forma dinheiro. Todos os seus desejos e necessidades humanas apenas podem ser realizados pelo intermédio da forma dinheiro, assim como as relações entre os homens são agora as relações entre o possuidor da mercadoria e o possuidor do dinheiro. Como afirma Marx nos *Grundrisse*, “o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais, o possui enquanto é proprietário de valores de troca, de dinheiro. Seu poder social, assim como seu nexos com a sociedade, ele o leva consigo no bolso”.<sup>46</sup>

Vale sublinhar que o fetichismo surge em nossa análise como uma continuidade complexificada da categoria estranhamento já desenvolvida nos Manuscritos de 1844. O caráter mais elaborado da categoria fetichismo presente nos escritos do *Capital* apresenta-se como resultado do processo acumulativo da longa investigação marxiana sobre a base da sociedade capitalista. Assim como, a repercussão na obra de nosso autor das transformações econômicas presentes na Europa, e a sua própria presença na Inglaterra – que se apresenta como o centro do desenvolvimento capitalista naquele momento histórico – o que permite a Marx uma análise mais aprofundada sobre o fenômeno do fetichismo, como uma continuidade dos escritos de sua juventude, quando se referia ao conceito de estranhamento.

Portanto, a mudança teórica dos escritos marxianos corresponde a uma complexificação da própria realidade e a possibilidade de nosso investigador analisar a fundo o modelo capitalista de sociedade até então mais desenvolvido. O que leva à compreensão de que a análise do estranhamento possui apenas os fundamentos iniciais do que vêm a ser a categoria do fetichismo, a transferência dos poderes humanos para os objetos, as forças, as capacidades, a atividade vital humana que surge apartada do próprio homem, e tem no dinheiro o seu mais desenvolvido depositário, portanto, o estranhamento mesmo tem sua forma teórica mais desenvolvida no próprio fetiche da mercadoria, um processo de complexificação que tem um duplo caminho: o acúmulo intelectual de nosso autor e a própria transformação da sociedade objetiva, o que lhe

---

<sup>46</sup> MARX apud SILVEIRA, Paulo. Da Alienação ao Fetichismo – Formas de Subjetivação e de Objetivação. Illich. In.: SILVEIRA, P.; DORAY, B. (Org). *Elementos para uma Teoria Marxista da Subjetividade*, São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1989, p. 84.

permite refletir sobre o fetiche da mercadoria e suas conseqüências para a totalidade do trabalho humano.

Pois como aponta Marx, seguindo o desenvolvimento de *O Capital*, essa relação fetichizada entre os homens, sobre o domínio do dinheiro, tem como resultado o mascaramento do caráter social da soma dos diferentes trabalhos particulares. A própria realidade surge como realização da própria mercadoria, e o dinheiro surge como a força construtora da realidade, como o meio através do qual todas as necessidades e feitos humanos se concretizam.

Portanto, ao homem fica incompreensível que a totalidade social na verdade resulta dos diversos trabalhos particulares somados, que a existência social humana é conseqüência direta dos diversos trabalhos concretos que se complementam. Em cada ato de trabalho concreto existe uma pequena parcela da construção do todo social. Contraditoriamente, a forma de trabalho abstrato produz o mundo das mercadorias, produz a forma valor, e, dessa forma inicial do valor, novas formas mais desenvolvidas são constituídas socialmente, até a produção da forma dinheiro. É exatamente “essa forma acabada do mundo das mercadorias, a forma dinheiro, que realmente dissimula o caráter social dos trabalhos privados e, em conseqüência, as relações sociais entre os produtores particulares, ao invés de pô-las em evidência”<sup>47</sup>.

A análise de Marx vinculada a realidade, expressa que a conseqüência direta da construção de uma sociabilidade dominada pelas coisas é que esta sociedade surge ao homem como construída pelo poder das coisas, pelo poder do dinheiro e não pelo poder dos homens. Fábricas, casas, tecnologia, cidades inteiras, a própria natureza humana e os objetos produzidos por ela, surgem ao homem como produtos do dinheiro e a serviço do mesmo. Os próprios valores humanos são construídos à imagem e semelhança dessa realidade. Os valores são invertidos assim como as relações humanas estão invertidas, como relações coisificadas. Constrói-se, enfim, “uma formação social em que o processo de produção domina o homem, e não o homem o processo de produção, são considerados pela consciência burguesa uma necessidade tão natural quanto o próprio trabalho produtivo”<sup>48</sup>. A sociedade efetivada sobre o domínio da classe burguesa é uma

---

<sup>47</sup> MARX, Karl. *O Capital*. Op. cit., p. 97.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 102.

forma social coisificada, desumanizada, já que o homem não reconhece em si, mas apenas nas coisas, as capacidades que são inerentes ao próprio homem, enfim, uma sociedade na qual o homem não é realmente homem.

No entanto, a reflexão sobre o real, formulada sobre o onto-método dialético, insiste sobre a afirmação histórica de que o ser social é na verdade o único produtor dessa sociabilidade ao mesmo tempo em que é, ele mesmo, produto dessa realidade. O homem, através da totalidade de seu trabalho, constrói o mercado e as coisas, mas é apartado dessa compreensão da realidade. O homem constrói as relações dominadas pelas coisas, tendo como resultado uma sociedade com valores humanos coisificados, uma sociedade sem ética e amoral.

Portanto, essa sociabilidade capitalista é resultado do trabalho abstrato, assim como o próprio trabalho abstrato é resultado da sociedade capitalista. Essa forma específica de trabalho determinado historicamente leva à construção de uma sociabilidade marcada pela produção anárquica, determinada pela necessidade constante de acumulação de capital. O que transforma a força de trabalho em mercadoria, transforma o produtor em assalariado e o coloca numa relação antagônica ao capitalista. Trata-se, por sua vez, de uma sociedade que se concretiza e se perpetua na exploração do homem pelo homem, produz homens-mercadorias, homens coisificados e, decorrentemente, produz a desumanização do homem.

No próximo tópico seguiremos refletindo sobre o caráter ontológico do trabalho, isto é, retomaremos a discussão sobre a gênese do ser social por esta conter os elementos necessários para nos guiar no processo de descrição dos demais complexos que constituem o ser social, dos quais nos interessa refletir, particularmente, sobre a linguagem, a educação e a cultura corporal.

### **1.3 Trabalho, Complexo da Educação e a Formação do Ser Omnilateral**

Retomando a nossa análise inicial, vimos que o homem possui a origem de sua existência enquanto ser social a partir do trabalho. É mediante o trabalho originário que o homem efetiva-se enquanto homem, e é justamente nesta efetivação do novo, enquanto resultado do trabalho, que se dá a transição do macaco em homem. Como nos

aponta Lukács, “O salto acontece logo que a nova constituição do ser se torna efetiva, mesmo que em atos isolados e inteiramente primordiais”<sup>49</sup>. O trabalho se encontra nesse rastro incalculável de tempo no qual está inserido o salto e dá origem à constante efetivação do novo, à efetivação do novo ser, à nova realidade, até a possibilidade infinita de efetivação de um novo homem. O teórico de Budapeste nos aponta essa possibilidade quando afirma que:

o trabalho, o processo teleológico que o constitui, está voltado para a realidade; a efetivação não é apenas o resultado real que o homem real afirma no trabalho em luta com a própria realidade, mas também o fato ontológico novo que acontece no ser social em contraposição ao mero tornar-se outro dos objetos nos processos naturais.<sup>50</sup>

Lukács desenvolve a análise de Marx nos Manuscritos de Paris ao afirmar que a efetivação do homem enquanto ser social separa-o de sua própria natureza inorgânica e orgânica. Ao se constituir como ser social, o homem se reconhece enquanto gênero humano distinto da natureza em si, efetiva a sua liberdade ao livra-se das correntes do instinto que aprisionam as espécies orgânicas nos limites da própria natureza. O homem se auto-constitui enquanto sujeito, ser de sua própria história, e, ao mesmo tempo, reconhece na natureza, agora parte apartada de si, distinta de si, o objeto sobre o qual irá atuar e transformar através da mediação do trabalho. Do trabalho surge à própria constituição de uma nova natureza, a natureza humana, que é essencialmente social. E a construção dessa natureza apenas se efetiva no eterno intercâmbio entre homem e natureza, no qual o homem é o sujeito, e a natureza é exatamente o objeto sobre o qual o sujeito exerce seu domínio.

Temos, como nos aponta o filósofo húngaro, nessa relação de identidade e não-identidade entre homem e natureza, o distanciamento do primeiro de sua própria base orgânica e inorgânica. Essa distancia de sua base permite ao homem reconstruir idealmente o próprio real, construir o reflexo do próprio objeto que tem sua existência distinta do próprio ser. A própria consumação do reflexo do real tem sua origem na posição teleológica consciente, o que permite a separação entre homem e natureza, ou seja, a efetivação da relação entre sujeito e objeto. Lukács afirma ainda que, na

---

<sup>49</sup> LUKÁCS, Georg. O trabalho, In: *Ontologia do Ser Social*. Op. cit., p. 43.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 99.

análise do reflexo, imediatamente encontramos a precisa separação que existe entre objetos, que existem independentemente do sujeito, e sujeitos, que podem reproduzi-los de modo mais ou menos correto mediante atos de consciência, que podem apropriar-se deles espiritualmente. Essa separação tornada consciente entre sujeito e objeto é um produto necessário do processo de trabalho e com isso a base para o modo de existência especificamente humano. Se o sujeito, enquanto separado na consciência do mundo objetivo, não fosse capaz de observar e produzir e de reproduzir no seu ser-em-si este último, jamais aquela posição do fim, que é o fundamento do trabalho, mesmo o mais primitivo, poderia realizar-se.<sup>51</sup>

É exatamente a distância entre sujeito e objeto que permite ao homem reproduzir no plano da consciência o próprio objeto, este que tem sua existência independente do sujeito. Ademais, Lukács compreende no reflexo a possibilidade de objetivação do novo, já que, na medida em que o homem pode reproduzir no ideal o próprio real, este pode no plano da consciência refletir sobre a realidade. Formulando hipóteses e teses de intervenção na realidade – efetivar a escolha entre alternativas, nessa possibilidade encontramos a relação ontológica entre reflexo e realidade, pois, como afirma o filósofo húngaro, o reflexo tem uma natureza contraditória, já que ele é o exato “oposto de qualquer ser, precisamente porque ele é reflexo e não ser; por outro lado e ao mesmo tempo, é o meio através do qual surgem novas objetividades no ser social, por meio do qual se realiza a sua reprodução no mesmo nível ou em nível mais alto.”<sup>52</sup>

Seguindo a análise de Lukács podemos aferir que a posição teleológica consciente tem em seu fim o trabalho humano, o que provoca a distância entre reflexo e realidade. Na relação oposta entre ser e reflexo do ser, real e o ideal, está a origem da própria linguagem, já que o reflexo nada mais é do que uma reconstrução conceitual de um fenômeno, mesmo o mais primitivo ato de trabalho, como uma caçada ou a pesca, pois do ato de trabalho conscientemente planejado surge a necessidade do homem de conceituar os objetos. O passo seguinte é dar aos objetos criados símbolos sonoros rudimentares, que possam distinguí-los dos demais objetos e de si mesmo. A comunicação existe entre os próprios seres orgânicos, mas apenas o salto ontológico e o processo aqui descrito levam o homem a constituir conceitualmente os objetos que existem no ideal de cada indivíduo, no seu ser-em-si, na necessidade de transmitir esses conceitos aos demais homens e até mesmo uma maior elaboração teleológica do

---

<sup>51</sup> Ibidem, p. 23.

<sup>52</sup> Ibidem, p. 25.

processo de trabalho estão os nexos que levam à constituição da linguagem. Engels nos apresenta esse processo da seguinte forma:

Os homens em formação chegaram a um ponto em que tiveram necessidade de dizer algo uns aos outros. A necessidade criou o órgão: a laringe pouco desenvolvida do macaco foi-se transformando, lenta mas firmemente, mediante modulações que produziam por sua vez modulações mais perfeitas, enquanto os órgãos da boca aprendiam pouco a pouco a pronunciar um som articulado após outro.

A comparação com os animais mostra-nos que essa explicação da origem da linguagem a partir do trabalho e pelo trabalho é a única acertada. O pouco que os animais, inclusive os mais desenvolvidos, têm que comunicar uns aos outros pode ser transmitido sem o concurso da palavra articulada.<sup>53</sup>

O homem está em seu constante processo de intercâmbio com a natureza, em seu incessante ato de reproduzir-se e criar novas objetividades. Nesse processo, surge no trabalho novas técnicas de produção, conceitos constituídos, reflexos que reproduzem o real, reproduzem as causalidades dadas e constituem um leque de experiências consumadas pelo homem, finalidades postas que encontram efetividade no real e passam a compor o conhecimento humano. A linguagem, por sua vez, propicia um salto mais amplo das possibilidades humanas: permite um desenvolvimento das capacidades de produção ao autorizar uma maior cooperação entre os homens no ato de trabalho. Noutros termos, permite que os conhecimentos particulares de um grupo, sobre o trabalho, como suas causalidades postas e os reflexos acertados da realidade sejam transmitidos e acumulados entre as diversas gerações. Lukács nos confirma a legalidade desse processo quando afirma que:

Só o distanciamento conceptual dos objetos por meio da linguagem é capaz de fazer com que o distanciamento real que se realizou no trabalho seja comunicável e seja fixado como patrimônio comum de uma sociedade. É suficiente lembrar como a sucessão temporal das diversas operações e suas mediações correspondentes à índole das coisas (a ordem, as pausas etc.), não precisam ter-se tornado um fato social – apenas para sublinhar o elemento de maior relevo – sem uma precisa articulação do tempo na linguagem. Do mesmo modo que com o trabalho, também com a linguagem se realizou um salto do ser natural para o social; também aqui esse salto é um processo lento, cujos momentos iniciais permanecerão desconhecidos para sempre, ao passo que é possível examinando o desenvolvimento dos instrumentos estudar com

---

<sup>53</sup> ENGELS, Friedrich. Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. In: Karl Marx e Friedrich Engels. *Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-Ômega, vol. 2, 1980, p. 271.

certa exatidão a direção evolutiva, da qual podemos, dentro de certos limites, ter uma visão geral como um conhecimento *post festum*.<sup>54</sup>

Como explicitado por Lukács, a própria linguagem tem sua gênese ontológica e seu desenvolvimento associada ao processo de trabalho, assim como é a própria divisão do trabalho em sua forma ainda primitiva que propicia um maior desenvolvimento da linguagem. Portanto, temos no trabalho o momento determinante para a construção dos demais complexos, até mesmo o complexo da divisão do trabalho, já que, é no processo de produção para atendimento de necessidades humanas que se desenvolve o trabalho, e novas necessidades passam a exigir uma maior cooperação entre os vários indivíduos. O que obriga esses sujeitos a uma comunicação mais especializada, onde conceitos e símbolos sonoros possam descrever com maior exatidão a atividade a ser operada, pelo outro sujeito partícipe do trabalho. O filósofo húngaro nos descreve esse processo, quando afirma que:

À medida que progredem o trabalho, a divisão do trabalho e a cooperação, simultaneamente a fala deve se elevar a níveis superiores, deve se fazer sempre mais rica, flexível, diferenciadas, etc., a fim de que os novos objetos e conexões possam se tornar comunicáveis. De maneira que o crescente domínio do homem sobre a natureza também encontra uma sua expressão direta no número de objetivos e relações que ele é capaz de nomear. A veneração mágica dos nomes das pessoas, coisas e relações tem aqui suas raízes. Em tal nexos, porém, objetivamente vem à luz algo que para nós tem uma importância ainda maior: o fato ontológico que todas as ações, relações, etc. são sempre correlações entre complexos, pelas quais os elementos destes têm uma operatividade real somente como partes constitutivas do complexo a qual pertencem. Não há necessidade de se deter a esclarecer que o homem, até como ser biológico, é um complexo. O fato de que a fala não pode ser senão um caráter de complexo é da mesma forma, também uma evidencia imediata.<sup>55</sup>

Desvendamos o caminho para a construção do complexo da linguagem, por duas razões. A primeira para nos determos sobre o conceito da teleologia secundária, já que é a linguagem que oferece aos homens a capacidade destes se comunicarem entre si. Do desenvolvimento da linguagem no homem, surge a teleologia secundária como a possibilidade de objetivação de uma determinada finalidade, a qual o filósofo húngaro denomina finalidade secundária, porque tem como objetivo essencial não a

---

<sup>54</sup> LUKÁCS, Georg. “O trabalho”. In: *Ontologia do Ser Social*. Op. cit., p. 83.

<sup>55</sup> LUKÁCS, Georg. “A Reprodução”. In: *Ontologia do Ser Social*. Op. cit., p. 3.



transformação imediata de um objeto natural em valor de uso. Porém, como nos afirma Lukács, trata-se sim da transformação da consciência de um grupo de homens visando a induzir um outro ser social a realizar uma posição teleológica concreta.

A segunda razão está na intenção direta de reconstruirmos, mesmo que parcialmente, o processo de construção dos diversos complexos que ocorre no mundo dos homens a partir do trabalho, entre os quais destacamos, a divisão do trabalho, a linguagem, a ciência, a cultura, a educação e a cultura corporal, etc. Estes complexos em sua interface, em sua mútua determinação, constituem a realidade à qual podemos nos referir como um complexo de complexos. Vale lembrar que estes complexos têm no trabalho a sua gênese, o seu modelo determinante, e constitui com este uma relação de identidade e não-identidade<sup>56</sup>. Portanto, a totalidade humana em movimento, que perfaz a própria práxis humana, possui no trabalho o seu modelo originário.

### 1.3.1 O Ser Social: da Linguagem à Magia de Educar

O complexo da educação surge como objeto específico deste estudo. Nossa tarefa é analisá-lo após a compreensão da relação entre teleologia secundária e o complexo da linguagem, os quais nos possibilitam compreender os percursos percorridos pelo homem para a transmissão entre as gerações dos diversos conhecimentos acumulados historicamente. O processo de transmissão de conhecimento surge como teleologia secundária pela necessidade de forjar, via relação entre consciências, uma teleologia concreta por parte do outro homem, e esse processo apenas é possível pela formulação da própria linguagem que permite o acúmulo e a transmissão do conhecimento.

A própria educação em seus primeiros momentos, pós o salto ontológico, não se distingue do trabalho. A educação mesmo ocorre no e pelo trabalho, ela surge como

---

<sup>56</sup> Contudo, tal análise não aponta para a relação de identidade entre trabalho e educação. Temos no trabalho a resposta para a gênese dos demais complexos. A unidade entre esses dois complexos nos momentos iniciais do processo de trabalho, ou seja, quando a vida do homem torna-se social, não representa um elemento determinante em favor de uma conclamada unidade de identidade. Os diversos complexos mantêm com o trabalho uma relação de identidade ao ter no trabalho o momento predominante de sua origem, contudo, estes guardam com este complexo uma relativa autonomia, ou seja, uma relação de não-identidade.

atividade que possibilita a transmissão das técnicas rudimentares de trabalho. Portanto, a análise de Lukács expressa que as possibilidades de acumulação do conhecimento estão diretamente relacionadas com as capacidades produtivas, mas o inverso também é verdade, já que as capacidades produtivas estão diretamente determinadas pelo processo histórico de acumulação do conhecimento pelo homem, o que nos descreve o desenvolvimento das capacidades produtivas e do conhecimento como um processo de mútua determinação.

Seguindo a análise sobre as capacidades humanas, Lukács ainda demonstra que o ser social possui a capacidade ilimitada de constituir novas objetivações, capacidade essa que leva sempre adiante o processo de acumulação e produção de novos conhecimentos, assim como, a criação de meios para transmiti-los às diversas gerações. A transmissão destes conhecimentos concretiza-se no ato em que os homens educam-se a si mesmos no diversos espaços da sociabilidade humana. Essa característica ontológica do ser social em sua incessante constituição do novo revela a própria formação humana como um processo sem fim. Do qual podemos aferir que o ser social é sempre um ser inacabado, já que, este existe em sua infinita auto-construção de si mesmo, o que nos conduz a apreensão do caráter *lato* da educação, como um processo de constituição do ser social no qual este deve ser imbuído da intelectualidade necessária para constituir em sua práxis social, novas objetivações. Lukács afirma que:

Na educação dos homens, ao contrário, a essência consiste em torná-los aptos a reagir adequadamente a eventos e situações imprevisíveis, novas, que se apresentarão mais tarde nas suas vidas. Isto significa [...] que a educação do homem – no sentido mais lato – em verdade não é jamais totalmente concluída.<sup>57</sup>

Portanto, a própria sociedade humana se encarrega de apresentar em sua estrutura social, sempre novas situações em que o ser social precisa encontrar respostas adequadas, ou seja, concretizar novas objetivações. Esta inconclusão eterna em sua formação está expressa quando observamos na socialização do conhecimento acumulado historicamente a possibilidade do desenvolvimento ilimitado dos valores, ideologias, ciências, etc., que correspondem ao desenvolvimento material alcançado pelo homem em cada época histórica e de cada sociedade específica. Portanto, na

---

<sup>57</sup> Ibidem, p. 15.

educação em seu sentido *lato* estão as possibilidades da constante auto-criação do homem, em seu permanente negar-se a si mesmo em sua existência imediata, na busca pela efetivação de um novo homem, o devir-a-ser.

Mas a educação, nas palavras do filósofo húngaro, também se efetiva em sua característica *estrita*, limitada. A qual é definida como uma educação específica, para perpetuar sobre o ser social os conhecimentos necessários à sua sociabilidade em um determinado período histórico, já que “toda sociedade reclama dos próprios membros uma dada massa de conhecimentos, habilidades, comportamentos, etc.: conteúdo, método, duração, etc.”, portanto, a “educação em sentido estrito são conseqüências das necessidades sociais assim surgidas.”<sup>58</sup>

O complexo da educação perfaz, então, uma totalidade, uma co-relação entre seu caráter *lato* e *estrito*, no qual a possibilidade de um desenvolvimento ilimitado está presente no homem. Este não se realiza deslocado do real, mas justamente o inverso: ele se realiza em um processo de total inter-dependência com os demais complexos da realidade social, o que aponta diretamente para a existência da educação em seu caráter *estrito*, ou seja, limitado historicamente, mas também aponta para amplas possibilidades de desenvolvimento do gênero humano. Portanto, o caráter da educação apanhado aqui pelo filósofo húngaro a partir da análise ontológica do trabalho demonstra a contradição entre a contínua reprodução da realidade e o incessante impulso à construção do novo, presente na esfera da educação. Essas duas possibilidades co-existem em um infatigável movimento contraditório que caminham sempre ou para a continuidade no interior da continuidade, ou para a descontinuidade no interior da continuidade, no processo de reprodução humana.

Tal análise desenvolvida na obra de Lukács, elimina a hipótese da educação possuir em sua essência um caráter simplesmente reprodutivista, ou seja, de apenas reproduzir os valores dominantes de uma determinada época histórica. Esse complexo aponta justamente para a possibilidade inversa, já que as possibilidades instituídas no processo de efetivação de teleologias secundárias no processo de educação estão ausentes de qualquer controle total por parte de qualquer estrutura ou superestrutura socialmente constituída. Lukács confirma nossa análise ao afirmar que a educação em:

---

<sup>58</sup> Ibidem. p. 17.

sua essência consiste em influenciar os homens a fim de que, frente às novas alternativas da vida, reajam no modo socialmente desejado. Ora, este propósito se realiza sempre – em parte – e isto contribui para manter a continuidade na transformação da reprodução do ser social; mas ele a longo prazo fracassa – em parte, – ainda uma vez, como sempre, e isto é o reflexo psíquico não só do fato qual tal reprodução se realiza de modo desigual, que ela produz continuamente movimentos novos e contraditórios, aos quais nenhuma educação, por mais prudente, pode preparar suficientemente, mas também do fato que nestes momentos novos se exprime – de maneira desigual e contraditória – o progresso objetivo do ser social no curso de sua reprodução.<sup>59</sup>

As palavras do filósofo húngaro nos deixa claro que a educação não possui em suas características históricas um caráter puramente reprodutivista, já que, mesmo sob a racionalidade dialética de continuidade no processo de reprodução das distintas classes sociais necessárias a este sistema, este processo de formação do ser social guarda em-si a possibilidade de uma formação desigual que se afaste dos ditames de continuidade e caminhe para um processo de ruptura com essa incessante intencionalidade voltada para a reprodução.

Contudo, como já citamos anteriormente a educação possui um caráter histórico no qual os meios, objetivos e conteúdos são reformulados de acordo com a estrutura social de organização da vida. Ponce<sup>60</sup> nos descreve a educação nas sociedades primitivas – nas quais prevalecem a inexistência de classes sociais – como derivada dessa estrutura homogênea do ambiente social sem classes, dessa forma a educação das crianças não era confiada a ninguém, mas era através de sua convivência diária com os adultos que aprendiam as práticas de seu grupo social.

Esse modelo social de educação é corrompido na medida em que a forma primitiva de organização da produção social é superada com a efetivação de uma nova divisão social do trabalho. Tal divisão, antes pautada pelas capacidades individuais de cada ser social, passam a ser determinadas, também, por aqueles que administram a produção e os que realmente produzem, ou seja, pela divisão entre trabalho manual e intelectual. Neste modelo social de divisão do trabalho está a origem da apropriação privada do trabalho alheio, na medida em que os administradores – enquanto um ente exterior ao trabalho e que se distingue do ser que trabalha – passam a exercer uma

---

<sup>59</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>60</sup> PONCE, A. *Educação e Luta de Classes*. São Paulo: Cortez, 1988.

relação de poder sobre o processo e o resultado do trabalho. Neste processo se encontram os nexos históricos que produzem a distinção entre os sujeitos que executam o trabalho e aqueles que pensam o trabalho, na proporção em que o domínio dos conhecimentos de elaboração e planejamento se tornam exclusivos de um grupo social. Encontramos aqui o momento predominante que dá origem às classes sociais.

Retomamos a análise marxiana sobre o trabalho alienado para afirmar que no processo de apropriação do trabalho alheio, descrito anteriormente, constitui-se a forma negativa de trabalho, dando origem ao estranhamento do homem em relação ao objeto do trabalho, ao qual está alheio e não lhe pertence. Nesse processo de transformação o próprio ato de trabalho adquire uma forma estranha ao trabalhador, que está apartado do domínio dos meios de produção, assim como do que produzir e de como produzir. A contradição adquire vida na existência real dos homens, e como nos afirma Engels, esta tem sua origem no momento em que a cabeça que planejava o trabalho torna-se “capaz de obrigar mãos alheias a realizar o trabalho projetado por ela.”<sup>61</sup> Portanto, o homem está em oposição ao próprio homem. Ao ser colocado em posições opostas no processo produtivo, o homem surge como negação do homem no seio da sociedade fragmentada em classes.

A consequência direta da fragmentação do ser social em classes sociais está determinada pelo processo em que o ser social passa a não reconhecer o outro como parte de si, enquanto indivíduo construtor de uma totalidade social e parte determinante de sua individualidade, enquanto gênero humano. Outrossim, o ser social em seu estranhamento do gênero vê no outro parte arrancada de si, vê no outro o indivíduo construtor de uma realidade partida em si, que não lhe pertence, mas pertence ao outro. Um ser que está em oposição a si.

Desse estranhamento do outro, surge o estranhamento de si, pois quando este não percebe a sua individualidade enquanto construtor e construtora dessa totalidade universal, não percebe a si mesmo enquanto parte do todo, não vê em si parte determinante do outro, do individual, que se realiza em cada ser social.

---

<sup>61</sup> ENGELS, Friedrich. *Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem*. In: Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras Escolhidas*. Op. cit., p. 275.

O homem que estranha o seu gênero não reconhece sua existência de classe, reconhece apenas o seu ser-em-si, e clama por uma universalidade que tem a sua efetivação puramente abstrata no seio dessa sociedade fragmentada por classes antagônicas. Contudo, o ser-para-si, é o ser que se reconhece em uma determinada classe, no movimento histórico e na posição individual e coletiva ocupada na divisão social do trabalho, ou seja, se reconhece enquanto um ser partícipe de uma classe social. Este sujeito consciente de sua existência de classe, se reconhece em uma universalidade parcial, apenas em sua parte, ou seja, apenas em sua classe.

A capacidade humana é agora a capacidade de sua classe, a capacidade de agir com a cabeça e a capacidade de agir com as mãos. O ser humano encontra-se em classes distintas que se encontram em posições antagônicas no processo produtivo. As capacidades humanas são desenvolvidas nas distintas classes, como nos apresenta Marx no trecho a seguir:

A divisão do trabalho só surge efetivamente a partir do momento em que se opera uma divisão entre o trabalho material e intelectual. A partir deste momento, a consciência pode supor-se algo mais do que a consciência da prática existente, que representa o fato de qualquer coisa sem representar algo de real. É igualmente, a partir deste instante, que ela se encontra em condições de se emancipar do mundo e de passar à formação da teoria “pura”, da teologia, da filosofia, da moral, etc. [...] Pouco importa, de resto aquilo que a consciência empreende isoladamente, toda essa podridão tem um único resultado: os três momentos, constituídos pela força produtiva, o estado social e a consciência podem e devem necessariamente entrar em conflito entre si, pois através da divisão do trabalho torna-se possível aquilo que se verifica efetivamente: que a atividade intelectual e material, o gozo e o trabalho, a produção e o consumo, caibam a indivíduos distintos; então, a possibilidade de que esses elementos não entrem em conflito reside unicamente na hipótese de acabar de novo com a divisão do trabalho.<sup>62</sup>

A escola mesmo tem sua gênese na sociedade de classe. Na educação de classe consubstancia-se a emancipação da teoria pura: aos proprietários a formação espiritual voltada para o comando, para os não-proprietários a formação permanece sendo realizada no e pelo trabalho. Em outras palavras, a escola, enquanto espaço de ócio, efetiva a formação do gênero humano fragmentado na educação pautada pela divisão entre quem pensa o trabalho e quem o executa. Portanto, na fragmentação histórica do

---

<sup>62</sup> MARX, Karl. A ideologia alemã. Marx & Engels. In: *Textos Sobre Educação e Ensino*. São Paulo: Editora Moraes, 1976, p.16.

processo produtivo em que se constituem as distintas classes, efetiva-se, também, a educação voltada para essas distintas classes: a educação para o desenvolvimento intelectual de uns e a educação para o trabalho manual de outros. Manacorda nos aponta que, ao dividir o trabalho,

divide-se o homem; divide-se o indivíduo em si mesmo, enquanto cada um é contextualmente o lugar de realidade e de possibilidade que se contradizem, e se divide os indivíduos entre si na sociedade, enquanto as capacidades humanas pertencem, divididas e, portanto, deformadas, separadamente a uns e outros indivíduos mas não a uns e a outros ao mesmo tempo.<sup>63</sup>

A distinção entre o ser pensante e o ser prático são duas esferas do mesmo ser social que se encontram partidas. Está apartada do homem a sua integralidade, as capacidades genuinamente humanas fundadas no trabalho de executar, planejar e consumir apenas se realizam em seres distintos e antagônicos. A educação de classe reproduz a educação restrita, ao socializar às distintas classes sociais os conhecimentos específicos, as respectivas funções sociais exercidas perante o processo de produção, enquanto a educação em sua totalidade, em seu caráter *lato e estrito*, é consumada sobre o domínio de uma classe. A particularidade do processo educativo na sociedade de classes está em que a definição do que ensinar, como ensinar e para quem ensinar, e até mesmo, o que inventar ou reinventar é regido pela classe detentora do poder econômico e político, sob a guarda de um determinado período histórico.

No entanto, a educação na sociedade de classe, é restrita em sua essência, ao limitar o acesso ao conhecimento às distintas classes sociais, e constitui-se como elemento de limitação do próprio ser social. Noutros termos, a educação, como um complexo determinante e determinado, impede a fruição do ser social em sua totalidade. A classe mesmo efetiva-se como uma existência apartada do todo, o ser de uma classe social efetiva-se como um ser que carrega em-si apenas uma parte dessa totalidade do gênero humano. Efetiva-se, portanto, o homem como um ser unilateral.

Para analisarmos o ser unilateral devemos refletir sobre o complexo da educação em sua totalidade, ou seja, desvelarmos os demais complexos que compõem o real e desvendarmos o movimento dialético de co-determinação que compõem a realidade.

---

<sup>63</sup> MANACORDA, Mario Alighiero. *Marx e a Pedagogia Moderna*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 63.

Portanto, a apreensão do desenvolvimento do ser unilateral está diretamente interligada com o desenvolvimento das capacidades humanas de produção, assim como o próprio desenvolvimento quantitativo desse complexo impõe uma transformação radical do modelo social da produção. A compreensão das transformações qualitativas do modelo de produção da vida ocorre no processo histórico em que um acúmulo quantitativo de capacidade de produção oferece os nexos ideais para um salto qualitativo no modo de organização da vida, e impõe uma transformação radical da existência do ser social. Assim, as revoluções sociais surgem no rastro histórico dos limites de um modelo social, na medida em que estes limites impedem os avanços das capacidades humanas, essa forma de organização da vida se apresenta como uma barreira a ser superada – na sociabilidade capitalista consta as leis sociais do movimento dialético que imprimiram, pela ação dos homens, a superação dos modelos históricos anteriores de organização social.

Nessa descrição consta de forma geral a origem da supremacia burguesa que, ao derrotar o seu antecessor, transformou a estrutura social de produção, circulação e consumo, dos bens materiais e espirituais, assim como os modelos de regulação social, revolucionando radicalmente a sociedade. Sobre o domínio burguês aprofunda-se a constituição do ser social em sua existência unilateral.

Marx expressa no domínio burguês a origem do modelo capitalista, o qual engendra a complexificação da forma estranhada do trabalho humano. O estranhamento do trabalhador em relação ao outro atinge sua forma mais contraditória no seio da sociedade capitalista. O trabalhador que estranha o seu objeto, objeto este que continua alheio ao trabalhador, agora passa a enxergar no resultado de seu trabalho apenas um valor-de-troca, e o objeto mesmo é uma mercadoria alienada, em sua existência fetichizada. O trabalho concretiza-se enquanto hierárquico e parcial. Na forma vertical de produção, o trabalhador está contra o trabalhador, a sua unidade de classe no trabalho está a favor daquele que está em posição oposta de sua classe. A própria capacidade produtiva, antes conhecimento do trabalhador, está alienada à produção, o seu próprio saber manual lhe é estranho. Na linha de montagem, o trabalhador parcial passa a exercer apenas uma função de máquina, não domina todo o processo produtivo, sua capacidade mesmo lhe é estranha, portanto, o trabalhador estranha a si mesmo. Vê em si



mesmo apenas o que o olhar estranhado do capitalista enxerga, ou seja, simples força de trabalho. Para tal análise, interessa-nos aqui recorrer aos escritos marxianos de *O Capital* na passagem em que este descreve a produção manufatureira que antecede a própria indústria moderna:

O organismo coletivo que trabalha, na cooperação simples ou na manufatura, é uma forma de existência do capital. Esse mecanismo coletivo de produção composto de numerosos indivíduos, os trabalhadores parciais, pertence ao capitalista. A produtividade que decorre da combinação dos trabalhos aparece, por isso, como produtividade do capital. A manufatura propriamente dita não só submete ao comando e a disciplina do capital o trabalhador antes independente, mas também cria uma graduação hierárquica entre os próprios trabalhadores. Enquanto a cooperação simples, em geral, não modifica o modo de trabalhar do indivíduo, a manufatura o revoluciona inteiramente e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Deforma o trabalhador monstruosamente, levando-o, artificialmente, a desenvolver uma habilidade parcial, à custa da repressão de um mundo de instintos e capacidades produtivas, lembrando aquela prática das regiões platinas onde se mata um animal apenas para tirar-lhe a pele ou o sebo. Não só o trabalho é dividido e suas diferentes frações são distribuídas entre os indivíduos, mas o próprio indivíduo é mutilado e transformado no aparelho automático de um trabalho parcial, tornando-se, assim, realidade a fábula absurda de Menenius Agrippa que representa um ser humano como simples fragmentação de seu próprio corpo. Originariamente, o trabalhador vendia sua força de trabalho ao capital, por lhe faltarem os meios materiais para produzir uma mercadoria. Agora, sua força individual de trabalho não funciona se não estiver vendida ao capital. Ela só opera dentro de uma conexão que só existe depois da venda, no interior da oficina do capitalista. O trabalhador da manufatura, incapacitado, naturalmente, por sua condição, de fazer algo independente, só consegue desenvolver sua atividade produtiva como acessório da oficina do capitalista. O povo eleito trazia escrito na fronte que era propriedade de Jeová; do mesmo modo, a divisão do trabalho ferreteia o trabalhador com a marca de seu proprietário: o capital.<sup>64</sup>

As capacidades humanas tornam-se abstratas ao tornarem-se simples capacidade produtiva, simples quantidade de tempo de trabalho em sua forma abstrata. Essa forma de trabalho parcial subsume o trabalho concreto, subsume o trabalhador ao capitalista. O trabalhador unilateral que se apropria apenas de parte do processo produtivo, a sua especialidade, percebe agora o seu conhecimento esfacelado em diversas partes ainda menores. A manufatura fragmenta todo o processo produtivo, o trabalhador atua agora na confecção de apenas parte do valor-de-uso total. O ato de trabalho, no qual o trabalhador exterioriza sua capacidade passa a existir como uma atividade autômata,

---

<sup>64</sup> MARX, Karl. *O Capital*. Op. cit., 2006, p. 415-416.

dissociado do todo. O próprio trabalhador tem o seu corpo fragmentado, tem a sua existência esfacelada no processo de trabalho, e o homem surge como uma monstruosidade, um ser mutilado, um ser unilateral.

### 1.3.2 O Homem fez-se Homem: do Ser Genérico, ao Ser de Classe e à Construção do Ser Omnilateral

A análise marxiana expressa no processo histórico de consolidação da sociedade capitalista a própria transformação do ser social. Este supera sua forma essencialmente feudal ao assimilar as formas históricas da organização da vida burguesa. O tempo de trabalho surge como o meio de intercâmbio entre os diversos produtores independentes entre si e a classe detentora dos meios de produção, o valor-de-uso é subsumido ao valor-de-troca, a indústria moderna vê a sua forma embrionária na manufatura capitalista, a qual já possui, ainda que de forma desordenada, o modelo de organização da produção fabril. Mas apenas com a instalação do maquinário a vapor<sup>65</sup>, a indústria passa a caminhar em direção a sua atual forma. A exploração do trabalhador adquire formas extremas, a sua capacidade produtiva torna-se agora uma simples força motriz da máquina. A indústria moderna adentra a ciência e a subjugua à produção de valor transformando-a em força produtiva independente/dependente do trabalhador. Ou seja, independente da capacidade intelectual do trabalhador na produção da ciência, mas dependente de sua capacidade de trabalho força motriz da máquina. As duas capacidades alienadas do trabalhador, a primeira completamente expropriada, sob domínio da classe dominante e ausente do domínio do trabalhador. Enquanto a segunda, a força de trabalho alienada, apenas surge enquanto valor-de-uso ao ser recrutado no seio da fábrica capitalista. A existência alienada do trabalhador traz o enriquecimento da produção à custa de sua pobreza não só material, mas também espiritual/intelectual, pois como nos relata Marx:

---

<sup>65</sup> A introdução da tecnologia da máquina a vapor e elementos químicos na produção em ampla escala, no fim do século XVIII, com a difusão gradativa a vapor e da substituição da produção artesanal pelas manufaturas. A máquina a vapor é generalizada durante no período de ascensão do capital que se instaura após a crise de 1847, que concretiza a superação das manufaturas pela indústria moderna. (ALMEIDA, Eduardo. *Está se Abrindo uma Nova Onda Longa Recessiva. Revista Marxismo Vivo*. Ed. Instituto José Luís e Rosa Sundermann. Nº 19, p. 37 a 51, 2008.)

O camponês e o artesão independentes desenvolvem, embora modestamente, os conhecimentos, a sagacidade e a vontade, como o selvagem que exerce as artes de guerra apurando sua astúcia pessoal. No período manufatureiro, essas faculdades passam a ser exigidas apenas pela oficina em seu conjunto. As forças intelectuais da produção só se desenvolvem num sentido, por ficarem inibidas em relação a tudo o que se não se enquadre em sua unilateralidade. O que perdem os trabalhadores parciais, concentra-se no capital que se confronta com eles. A divisão manufatureira do trabalho opõe-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade de outrem e como poder que os domina. Esse processo de dissociação começa com a cooperação simples, em que o capitalista representa, diante do trabalhador isolado, a unidade e a vontade do trabalhador coletivo. Esse processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, reduzindo-o a uma fração de si mesmo, e completa-se na indústria moderna, que faz da ciência uma força produtiva independente do trabalho recrutando-a para servir ao capital.

Na manufatura, o enriquecimento do trabalhador coletivo e, por isso, do capital em forças produtivas sociais realiza-se à custa do empobrecimento do trabalhador em forças produtivas individuais.<sup>66</sup>

A tendência inerente ao sistema capitalista de revolucionar a sua base produtiva leva a um avanço científico e a uma revolução cultural em nossa época ao cumprir a tarefa histórica de recrutar os diversos trabalhos individuais sobre o alicerce da indústria moderna, enriquecendo a produção social e elevando as capacidades humanas. A contradição desse modelo societário está na apropriação privada dessa riqueza o que conclama o trabalhador ao empobrecimento material e espiritual. A pobreza espiritual concretiza-se na medida em que as forças intelectuais de produção apenas avançam em um sentido, ou seja, apenas as capacidades específicas são desenvolvidas, e o ser social não se desenvolve em sua totalidade, mas, sim, de forma fragmentada e em sentidos opostos. Em outras palavras, as capacidades humanas são desenvolvidas em sujeitos distintos que exercem funções opostas no processo de produção, que seja o domínio intelectual e o domínio manual técnico da produção, e estas capacidades se desenvolvem apartadas e em seres distintos.

Dizendo de outra forma, no ser social fragmentado, o desenvolvimento percorre um único caminho que se restringe ao processo produtivo em si – no que se refere a classe trabalhadora –, ou à gestão intelectual do processo produtivo – no que se refere a classe dominante –, de modo que as capacidades humanas se realizam isoladas, nunca juntas de modo unitário no ser social. A elevada capacidade adquirida pelo homem em

---

<sup>66</sup> Ibidem, p. 416.

seu desenvolvimento é apenas parcial no processo de formação unilateral. Os limites superados pelos conhecimentos socialmente acumulados adquirem para cada classe um único caminho: ao trabalhador está imposto o caminho da alienação do conhecimento do planejamento, organização e elaboração da totalidade do processo produtivo. A medida em que esse processo adquire uma organização complexa e científica, o seu domínio por parte do trabalhador torna-se remoto. Em contrapartida, o trabalhador se apropria de um leque de conhecimentos científicos presentes no ato produtivo, mas o seu conhecimento engloba uma parcela sempre menor da totalidade do processo produtivo, ou seja, o trabalhador apropria-se sempre mais de menos.

Mas a introdução da ciência no processo produtivo, aliada à luta organizada do movimento operário, tornou inevitável ao sistema capitalista a universalização do ensino: a educação universal, expressa o seu caráter *estrito*, ao conduzir para um modelo de formação humana regida para necessidades e regras de determinada época histórica, e domínio político-econômico exercido pela burguesia, conclama a socialização de parte do conhecimento ao trabalhador para que este possa assimilar as técnicas necessárias a serem incorporadas à sua força de trabalho e serem utilizadas enquanto valor-de-uso no seio da indústria moderna. Esse processo de universalização da educação percorre os caminhos de uma educação unilateral para ambas as classes: a educação intelectual que permite a apropriação dos conhecimentos científicos necessários para o processo de gestão social da produção, bem como o reduzido conhecimento científico necessário para o processo produtivo para a classe trabalhadora.

A educação universal expressa, portanto, o seu caráter *lato* ao criar a possibilidade de invenção do novo, ou seja, novas objetivações, e o seu caráter *estrito* ao ampliar o acesso ao conhecimento daquilo que já é um saber historicamente constituído. A unidade contraditória, descrita por Lukács, entre o caráter *lato* e *estrito* da educação amplia as capacidades produtivas presentes na práxis humana, elevando as contradições presentes no ser unilateral, onde o ser pensante está alienado do ser prático. O ser unilateral é a efetivação de uma existência parcial, na qual o desenvolvimento das capacidades humanas se dá apenas uma a uma em cada ser isolado. A formulação marxiana nos permite afirmar que as capacidades do espírito e do

corpo, da criatividade e do gozo, da intelectualidade e da prática se desenvolvem como atos de trabalho isolados em diferentes seres sociais, ou seja, desenvolvem-se na verdade de forma limitada.

Porém, no trabalho está a possibilidade da riqueza universal dos homens, e o sistema do capital é o demiurgo involuntário desse processo ao aspirar sem descanso à forma universal de riqueza, ao que impele, segundo Marx, o trabalho “para além dos limites de sua necessidade e cria, assim, os elementos materiais para o desenvolvimento da individualidade rica, que é omnilateral tanto em sua produção quanto em seu consumo.”<sup>67</sup>

Na possibilidade ontológica de desenvolvimento humano e a na eterna reconstrução do ser social, em busca de um devir-a-ser, está inscrita a alternativa histórica de constituição do ser omnilateral. Marx, descreve essa existência histórica do ser social como uma forma superior da existência humana, na qual o ser social encontra-se repleto em sua totalidade e as diversas capacidades humanas se efetivam no homem. O ser intelectual e o ser prático, o trabalho e o gozo, o pensar e o fazer, não se separam, pois visam à formação de um ser detentor de diversas capacidades, possibilidades ilimitadas, para o trabalho e para o espírito. Os fundamentos sociais que expressam essa alternativa histórica se encontram contraditoriamente na própria sociedade capitalista, neste modelo social estão os nexos que conduzem à alternativa de um desenvolvimento da totalidade humana, ao elevar a um nível superior o conjunto de capacidades intelectuais e produtivas da sociedade.

Esse desenvolvimento é perceptível quando observamos que a sociedade capitalista impõe ao trabalhador explorado a superação de sua capacidade especializada de trabalho e a apropriação de novas habilidades de acordo com as possibilidades de venda da sua força de trabalho. A sua capacidade de trabalho como único meio de subsistência deve ser mutante, atendendo às transformações tecnológicas presentes na sociedade capitalista. Portanto, o modo de produção do capital, ao revolucionar incessantemente a sua base produtiva, carrega em si a tendência à constituição do ser omnilateral, pois como nos afirma Marx:

---

<sup>67</sup> MARX apud MANACORDA, Mario Alighiero. *Marx e a Pedagogia Moderna*. Op. cit., 2000, p. 81.

Por meio da maquinaria, dos processos químicos e dos outros modos, a indústria moderna transforma continuamente, com a base técnica da produção, as funções dos trabalhadores e as contribuições sociais do processo de trabalho. Com isso, revoluciona constantemente a divisão do trabalho dentro da sociedade e lança ininterruptamente massas de capital e massas de trabalhadores de um ramo de produção a outro. Exige, por sua natureza, variação do trabalho, isto é, fluidez das funções, mobilidade do trabalhador em todos os sentidos. Entretanto, reproduz em sua forma capitalista a velha divisão do trabalho, com suas peculiaridades rígidas. [...] essa contradição absoluta elimina toda a tranqüilidade, solidez e segurança da vida do trabalhador, mantendo-o sob ameaça constante de perder os meios de subsistência, ao ser-lhe tirado das mãos o instrumental de trabalho, de tornar-se supérfluo, ao ser impedido de exercer sua função parcial; como essa contradição se patenteia poderosa na hecatombe ininterrupta de trabalhadores, no desgaste sem freio das forças de trabalho e nas devastações da anarquia social. Isto é o aspecto negativo. Mas, se a variação do trabalho só se impõe agora como uma lei natural que encontra obstáculos por toda a parte, a indústria moderna, com suas próprias catástrofes, torna questão de vida ou morte reconhecer como lei geral e social da produção a variação dos trabalhos e, em conseqüência, a maior versatilidade, possível do trabalhador, e adaptar as condições à efetivação normal dessa lei. Torna questão de vida ou morte substituir a monstruosidade de uma população operaria miserável, disponível, mantida em reserva para as necessidades flutuantes da exploração capitalista, pela disponibilidade absoluta do ser humano para as necessidades variáveis do trabalho; substituir o indivíduo parcial, mero fragmento humano que repete sempre uma operação parcial, pelo indivíduo integralmente desenvolvido, para o qual as diferentes funções sociais não passariam de formas diferentes e sucessivas de sua atividade.<sup>68</sup>

É licito sublinhar a atualidade da análise marxiana quando observamos a apologia do discurso dominante ao chamado trabalhador pró-ativo, ou quando olhamos as estatísticas de desempregados que forçam os trabalhadores a aderirem sempre para novas funções com intuito de conseguir vender sua força de trabalho, de modo a garantir o atendimento de suas necessidades mais básicas à sua sobrevivência. Nada mais comum do que professores no comércio, advogados atuando como administradores ou encanadores empregados como metalúrgicos.

Portanto, a análise marxiana nos apresenta o ser omnilateral como uma tendência presente na classe trabalhadora, como uma possibilidade existente em seu ser-em-si, fato contraditória e historicamente constituído no processo de formação da classe trabalhadora no seio da sociedade capitalista. Contudo, a efetivação do ser omnilateral, na qual as múltiplas capacidades se desenvolvam universalmente, não passa apenas pelo desenvolvimento multilateral das diversas capacidades de trabalho do ser social, mas

---

<sup>68</sup> MARX, Karl. *O Capital*. Op. cit., 2006, p. 551-552.

passa pelo desenvolvimento universal da mente e do corpo humanos, em todos os seus sentidos e capacidades, pois a fruição do ser em sua essência omnilateral é a fruição do homem total. Como nos descreve Marx:

O homem se apropria da sua essência omnilateral de uma maneira omnilateral, portanto como um homem total. Cada uma das suas relações *humanas* com o mundo, ver, ouvir, cheirar, degustar, sentir, pensar, intuir, perceber, querer, ser ativo, amar, enfim todos os órgãos da sua individualidade, assim como os órgãos que são imediatamente em sua forma como órgãos comunitários, são no seu comportamento *objetivo* ou no seu *comportamento para com o objeto* a apropriação do mesmo, a apropriação da efetividade humana; o seu comportamento para com o objeto é o acionamento da efetividade humana; (por isso ela é precisamente tão múltiplice (*vielfach*) quanto múltiplas são as *determinações essenciais e atividades humanas*), *eficiência* humana e *sofrimento* humano, pois o sofrimento, humanamente apreendido, é uma autofruição do ser humano.<sup>69</sup>

Para tanto, Marx expressa como condição preeminente para a realização do ser omnilateral a extinção da divisão social do trabalho, entre trabalho manual e intelectual, a qual deve ser suprimida de todas as relações humanas. O trabalho deve ser emancipado de sua forma histórica, trabalho abstrato, com a superação da relação de submissão entre trabalho concreto a sua forma abstrata, e o conseqüente domínio do capital sobre o trabalho. Portanto, o percurso em direção à consumação do ser omnilateral passa necessariamente pela supressão de toda forma de propriedade privada dos meios de produção. Está exatamente neste ato histórico a conquista da emancipação do trabalho, já que a

supra-sunção da propriedade privada é, por conseguinte, a emancipação completa de todas as qualidades e sentidos humanos; mas ela é esta emancipação justamente pelo fato desses sentidos e propriedades terem se tornado humanos, tanto subjetiva quanto objetivamente.<sup>70</sup>

A constituição omnilateral do ser social efetiva-se no processo de supressão da apropriação privada das riquezas socialmente constituídas, que passam a ser propriedade universal dos homens. Ou seja, as coisas passam a ser apropriadas como o que realmente são em sua essência, apenas trabalho exteriorizado, natureza

---

<sup>69</sup> MARX, Karl. Propriedade privada e Comunismo. In: \_\_\_\_\_. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Op. cit., p. 108.

<sup>70</sup> Ibidem, p. 109.

transformada em natureza humanizada. Os meios de definição do que produzir, de como produzir e o domínio intelectual de todo o processo produtivo passa a ser controlado pelos trabalhadores associados. A distinção entre o ser prático e o ser pensante, ou seja, a separação entre trabalho intelectual e manual, é superada quando as comunidades de homens iguais, com distintas capacidades, passam à gestão consciente de todo o processo de produção, de circulação e de consumo das riquezas sociais.

Os homens já não se encontram alienados de seu poder social e, de sua posse, podem se desenvolver em sua totalidade, constituir novas objetivações de forma ilimitada como propriedade social. As diversas capacidades de trabalho, as habilidades multilaterais devem ser desenvolvidas para atender às distintas necessidades coletivas, assim como, possibilitar um amplo desenvolvimento do ser social. Portanto, o seu desenvolvimento omnilateral se efetiva na superação dos limites impostos pela sociedade de classes para o seu amplo desenvolvimento técnico e intelectual. Os membros da comunidade humana, ao terem o domínio consciente do processo intelectual de planejamento e organização da produção, assim como o domínio intelectual do processo de execução da produção em si, constituem uma totalidade do ser social, efetivam o ser omnilateral em sua essência. O ser social se auto-constrói como o sujeito consciente de sua história. Todas as definições e as decisões alienadas da comunidade humana retomam a sua origem ao retornar às mãos dos próprios homens. É superada toda forma de poder alienada dos homens, já que em uma sociedade comunista:

Os instrumentos de opressão governamental e da dominação sobre a sociedade se fragmentarão graças a eliminação dos órgãos puramente repressivos, e ali, onde o poder tem funções legítimas a cumprir, estas não serão cumpridas por um organismo situada acima da sociedade, mas por todos os agentes responsáveis desta mesma sociedade.<sup>71</sup>

Assim, na formação omnilateral do ser social surge a constituição do homem em todas as suas capacidades, das quais esteve historicamente expropriado. A superação dos limites históricos permite ao ser social apropriar-se de um vasto conteúdo

---

<sup>71</sup> ENGELS, Friedrich. Primeiro esboço de “A guerra civil na França”. Marx & Engels. In: *Textos Sobre Educação e Ensino*. São Paulo: Editora Moraes, 1976, p. 94.



intelectual. A ciência que se emancipou do trabalho, agora se emancipa do ócio alienado concretizado no seio da educação de classe e de seu caráter puramente escolástico. As ciências apropriadas universalmente pelo ser social são os instrumentos necessários para a realização de sua omnilateralidade tanto nos atos de trabalho, assim como nos atos de não trabalho. Ao homem está dada a possibilidade de exercitar e desenvolver as suas diversas capacidades de forma livre, já que o trabalhador já não é determinado pela produção, mas a produção é que é determinada pelo trabalhador. Eis o reino da liberdade:

Na sociedade comunista, porém, onde cada indivíduo pode aperfeiçoar-se no campo que lhe aprouver, não tendo por isso uma esfera de atividade exclusiva, é a sociedade que regula a produção geral e me possibilita fazer hoje uma coisa, amanhã outra, caçar de manhã, pescar à tarde, pastorear à noite, fazer crítica depois da refeição, e tudo isto a meu bel-prazer, sem por isso me tornar exclusivamente caçador, pescador ou crítico.<sup>72</sup>

As possibilidades alusivas ao tempo livre, apontadas por Marx na citação acima, apresentam-nos a formação do ser omnilateral que poderá ser concretizado como modelo educacional social, sob o qual todos os espaços de organização da vida deverão ser valorizados no processo de constituição do novo homem, assim como, os espaços de organização do lazer no denominado tempo livre, a simples organização das atividades produtivas ou a vida coletiva cotidiana. Estas tarefas preparam o gênero humano ao auto-reconhecimento de sua totalidade, no qual o ser social em sua auto-organização coletiva é o sujeito definidor de todos os momentos da reprodução da vida. A educação surge como um complexo qualitativamente distinto, no qual as possibilidades de novas objetivações, de reconstruir a existência social, as técnicas, as formas de organização do trabalho e lazer, serão plenas. Enfim, o acesso ao conhecimento a todos deverá concretizar-se como necessidade premente nessa nova sociabilidade.

A própria formação em seu caráter *estrito* adquirirá uma unidade inseparável com os demais processos de reprodução social na tarefa de constituição do novo homem. Para nós, é impossível, dados os limites de nossa análise, descrever em detalhes tal processo de formação, mas nos cabe apontar algumas premissas da educação

---

<sup>72</sup> MARX, Karl. A ideologia alemã. Marx & Engels. In: *Textos Sobre Educação e Ensino*. Op. cit., p.17.

omnilateral descritas por Marx. A esse respeito alguns escritos são basilares como n' *O Capital*, quando o filósofo alemão afirma que:

Do processo fabril, conforme expõe pormenorizado Robert Owen, brotou o germe da educação do futuro, que conjugará o trabalho produtivo de todos os meninos além de uma certa idade com o ensino e a ginástica, constituído-se em método de elevar a produção social e em meio de produzir seres humanos plenamente desenvolvidos.<sup>73</sup>

No texto “*Instruções aos Delegados do Conselho Central Provisório*”, Marx faz alusão à educação do ser social, em seu caráter total, referindo-se novamente à formação plena ao apontar os três alicerces da formação humana. O filósofo alemão afirma:

Por educação entendemos três coisas:

1. Educação Intelectual
2. Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginástica e militares.
3. Educação tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos indústrias.<sup>74</sup>

A relação entre formação intelectual, formação para o trabalho e educação física surge nas duas passagens da obra marxiana como os elementos para a formação do ser social em sua plenitude.

No decorrer de nossos escritos, pautamos as relações de contradição e unidade historicamente constituídas entre formação intelectual e formação para o trabalho, contudo sem esgotar os elementos desta discussão, ou seja, a relação entre trabalho e educação. No entanto, nos interessa centrar nossa análise sobre o terceiro elemento da formação humana em sua plenitude: a educação corporal do ser omnilateral, a relação entre educação corporal e trabalho, educação corporal e educação intelectual. Sobre esse assunto, debruçar-nos-emos no próximo tópico.

---

<sup>73</sup> MARX, Karl. *O Capital*. Op. cit., 2006, p. 548-549.

<sup>74</sup> MARX, Karl. *Instruções aos Delegados do Conselho Central Provisório*. Marx & Engels. In: *Textos sobre educação e ensino*. Op. cit., p. 60.

#### 1.4.1 Trabalho, Cultura Corporal<sup>75</sup> e a Formação Omnilateral

Para compreendermos o que a análise marxiana aponta sobre a educação corporal, recorreremos novamente a análise ontológica empreendida por Lukács, sempre à luz dos escritos de Marx. Encontramos em tal análise o fato de que o homem é o início e o fim, iniciador e resultado final do processo de auto-criação que coloca em movimento ao imprimir, em sua relação com a natureza, um mediador, o trabalho.

O corpo do ser humano se constitui enquanto um complexo qualitativamente superior à sua base orgânica, uma base natural, que, segundo Lukács, faz recuar suas barreiras naturais ao avançar qualitativamente sobre elas. Portanto, o homem auto-constitui, no curso do processo histórico, sua própria materialidade corpórea. O seu próprio corpo que possui em sua substância os elementos tanto da natureza inorgânica – reações químicas, proteínas, albuminas etc., quanto a semelhança físico-anatômica aos seres orgânicos superiores – novamente recorreremos a o exemplo da mão do macaco em comparação com a mão humana, é um corpo historicamente constituído. Em poucas palavras, estamos afirmando que a sua base natural é transformada qualitativamente para dar origem ao ser social.

Na reflexão sobre o corpo humano, fundamentada nas assertivas lukácsianas, podemos afirmar que o seu processo de constituição, historicamente, se dá mediado por um movimento dialético, base natural-social, a partir do qual ocorre um salto qualitativo. Originando, por intermédio do salto ontológico um retrocesso às barreiras naturais do seu próprio ser-em-si biológico – já que o processo teleológico de prévia-ideação apenas se efetiva no plano real quando ocorre o pleno domínio da existência do ser social, de sua existência material humana, ou seja, do corpo humano. Como nos relata Lukács:

Essa transformação do sujeito que trabalha – o verdadeiro tornar-se homem do homem – é a conseqüência ontológica necessária do objetivo ser-precisamente-assim do trabalho. Quando [...] Marx se detém nas características do trabalho, ele também fala de sua ação determinante sobre o sujeito humano. Ele mostra como o homem, ao operar sobre a natureza e transformá-la, “muda ao mesmo tempo a sua própria natureza. Desenvolve as

---

<sup>75</sup> O conceito de cultura corporal é aqui tratado como conceito da literatura marxista para Educação Física desenvolvida a partir da tendência crítico-superadora.

potências que nela estão adormecidas e sujeita o jogo das suas forças ao seu próprio poder”. Isto significa, antes de mais nada [...] que aqui existe um domínio da consciência sobre o elemento instintivo puramente biológico. Visto do lado do sujeito, isto implica uma continuidade que sempre renovada de um tal domínio, e uma continuidade que se apresenta em cada movimento do trabalho como um novo problema, uma nova alternativa e que cada vez, para que o trabalho tenha êxito, deve terminar com uma vitória da visão correta sobre o elemento meramente instintivo.<sup>76</sup>

Portanto, a reflexão do filósofo húngaro nos leva a afirmar que o domínio dos movimentos humanos pressupõe o domínio da consciência sobre o corpo puramente animal, o que impõe a transformação do próprio corpo e a constituição de um corpo qualitativamente distinto, tanto em sua estrutura anatômico-fisiológica como em suas habilidades motoras – um salto que permite ao homem adquirir a capacidade de assimilar novos movimentos humanos, novas habilidades motoras, novas utilidades para o próprio corpo e seus membros, como o andar ereto, a capacidade de apoiar-se sobre a parte posterior dos pés que lhe permite correr. O andar ereto libera as mãos para outras atividades, este é um nexos determinante para que a mão mesmo surja como a primeira ferramenta humana, um meio de produção que se especializa ao transformar-se fisiologicamente e permitir a pegada em pinça exclusiva ao ser humano. Engels nos aponta tal processo ao se referir à mão como a primeira ferramenta humana. Para ele,

a mão não é apenas o órgão do trabalho; é também produto dele. Unicamente pelo trabalho, pela adaptação a novas e novas funções, pela transmissão hereditária do aperfeiçoamento especial assim adquirido pelos músculos e ligamentos num período mais amplo, também pelos ossos; unicamente pela aplicação sempre renovada dessas habilidades transmitidas a funções novas e cada vez mais complexas foi que a mão do homem atingiu esse grau de perfeição que pôde dar vida, como artes de magia, aos quadros de Rafael, às estátuas de Thorwaldsen e à música de Paganini.

Mas a mão não era algo com existência própria e independente. Era unicamente um membro de um organismo íntegro e sumamente complexo. E o que beneficiava à mão beneficiava também a todo o corpo servido por ela.<sup>77</sup>

Portanto, retomando a análise de Lukács, podemos aferir que no processo teleológico de transformação da natureza sobre a mediação do trabalho há dialeticamente a transformação do próprio corpo humano, o corpo que se apresenta

---

<sup>76</sup> LUKÁCS, Georg. “O Trabalho”. In: *Ontologia do Ser Social*. Op. cit., p. 37-38.

<sup>77</sup> ENGELS, Friedrich. *Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem*. Op. cit., p. 270-271.

como “órgão executivo a serviço das posições teleológicas, que só podem provir e ser determinadas pela consciência”.<sup>78</sup> Este é transformado no decorrer do salto. No processo de efetivação de novas objetivações, novas finalidades, novas posições teleológicas, esse salto (durante e em um espaço de tempo posterior a ele) levam à descoberta de novas habilidades, novas possibilidades ao movimento humano autorizando a constante transformação biológica do próprio corpo.

A trajetória por nós seguida aponta que as habilidades corporais que surgem com o ato de trabalho não são simples movimentos inerentes ao homem, não são puramente espontâneos – o caminhar, o correr, o arremessar, o saltar, o trepar, o pular, o empurrar, o levantar, o carregar, o esticar descritos como conteúdos da chamada ginástica natural – são habilidades adquiridas no processo histórico de tornar-se homem do homem. Essas habilidades corporais, que hoje compõem também a ginástica moderna, não surgem do salto ontológico como inerentes ao ser social, mas são adquiridas e construídas no processo e após o salto que determina a existência do ser social. Neste processo de constituição do ser social, o domínio do corpo atrelado ao desenvolvimento da consciência é essencialmente um processo que resulta da práxis humana, no qual encontramos o trabalho como o momento predominante, nesse complexo está a origem do domínio do corpo pelo homem “e a saída do homem da existência puramente animalésca”.<sup>79</sup> A superação da atividade instintiva de reprodução animal leva à superação do movimento animal puramente instintivo. O ato de trabalho como pôr teleológico impõe a existência do movimento corporal consciente.

O corpo humano mesmo surge como a primeira ferramenta de trabalho – como o exemplo da mão, utilizado por Engels. O movimento como o meio necessário para efetivação de uma finalidade teleológica, as capacidades físico-anatômicas de movimentar o corpo biológico, é o meio de exteriorização das capacidades humanas através do trabalho. Contudo, já afirmamos aqui por intermédio de Lukács que tais capacidades motoras não são instintivas, assim como também não são inerentes ao homem; tais capacidades são adquiridas no processo social de trabalho.

---

<sup>78</sup> LUKÁCS, Georg. “O Trabalho”, In: *Ontologia do ser social*. Op. cit., p. 85.

<sup>79</sup> *Ibidem*, p. 85.

Portanto, o movimento não é essencialmente prático, não é puro fazer em-si. Trata-se aqui do próprio ato de trabalho em si, antecedido pelo processo teleológico de prévia-ideação no qual o homem, no campo ideal, analisa antecipadamente todo o processo de trabalho que está por vir. No plano do reflexo apreende as causalidades dadas e as causalidades postas. As finalidades postas são efetivadas nas escolhas das alternativas acertadas, que autorizam uma determinada posição teleológica.

Contudo, a intervenção na realidade, mediada pelo trabalho, ou seja, o pôr teleológico é objetivado através do corpo, por meio do movimento humano como meio de efetivação de determinada posição teleológica. A escolha das finalidades postas passa pela escolha das alternativas impostas pelas capacidades motoras de determinado indivíduo ou grupo. A efetivação de uma nova objetivação está diretamente relacionada com a objetivação de um novo movimento, de uma nova habilidade motora ou nova técnica. E a sua elaboração está presente no plano do reflexo, como nos aponta a reflexão do filósofo húngaro, o seu não-ser-em-si que antecede o ser-em-si, ou seja, o reflexo do ser é anterior ao ser, portanto, o movimento em si, o gesto motor elaborado para o ato de trabalho é precedido por sua existência puramente intelectual, que é anterior à sua efetivação no plano real. Assim, a elaboração de novas habilidades motoras está presente na elaboração de novas objetivações. Tais gestos ou movimentos existem antecipadamente no plano da consciência. Como nos afirma Lukács,

o ponto central do processo de transformação interna do homem consiste em chegar a um domínio consciente sobre si mesmo. Não somente o objetivo existe na consciência antes de realizar-se praticamente, como essa estrutura dinâmica do trabalho se estende a cada movimento singular: o homem que trabalha deve planejar antecipadamente cada um dos seus movimentos e controlar continuamente, conscientemente, a realização do seu plano, se quer obter o melhor resultado concreto possível. Esse domínio da consciência do homem sobre o seu próprio corpo, que também se estende a uma parte da esfera da consciência, aos hábitos, aos instintos, aos afetos, é uma condição elementar do trabalho mais primitivo, e por isso não pode deixar de marcar profundamente as representações que o homem faz de si mesmo, uma vez que exige, para consigo mesmo, uma atitude qualitativamente diferente, inteiramente heterogênea em relação à condição animal, e uma vez que tais exigências são postas por todo tipo de trabalho.<sup>80</sup>

---

<sup>80</sup> Ibidem, p. 84.

#### 1.4.2 O Homem fez-se Corpo: do Corpo fez-se a Cultura Corporal

A reflexão de Lukács nos permite afirmar que a capacidade de reflexão – surgida do ato de trabalho – distingue o homem dos animais, permite-lhe apreender um processo ou técnica de trabalho, assim como reinventá-la, ou repassá-la, de geração em geração. O próprio movimento humano, quando superado a sua natureza simplesmente espontânea, torna-se elaborado, planejado concomitante ao ato de trabalho. Portanto, um conjunto de movimentos e práticas corporais são acumulados e repassados de geração a geração como movimentos necessários ao ato de trabalho. Este é o processo de constituição da cultura corporal humana. Esta surge associada ao trabalho, e o leque de habilidades e vivências motoras elaboradas e acumuladas pelo ser social passa a compor parte da cultura humana, enquanto cultura corporal, assim como a linguagem e os demais complexos têm no trabalho a sua gênese.

Está demonstrado agora que o movimento humano não se trata de um fazer puramente prático, não é o simples fazer espontâneo e impulsivo. A intervenção do corpo (ser social) na realidade concreta se efetiva com o movimento corporal por intermédio de um leque de possibilidades motoras historicamente constituídas que tem em si o momento de domínio da consciência, ou seja, a execução de uma determinada linguagem da cultura corporal exige tanto a habilidade motora como o hábito mental ou conhecimento intelectual, pois, como estamos tentando demonstrar, a apropriação ou a execução de uma “habilidade corporal envolve, simultaneamente o domínio de um conhecimento, de hábitos mentais e habilidades técnicas.”<sup>81</sup>

Porém, a atividade da consciência, expressa pelo filósofo húngaro, demonstra que o corpo está submetido à consciência em-si, que esta possui uma certa autonomia em relação ao próprio corpo, e que surge como executor das posições teleológicas elaboradas no plano da consciência. Essa autonomia autoriza a consciência a reconstituir o corpo em movimento no plano do ideal, refazer o reflexo do ser. Tal distância permite ao ser social elaborar conceitos que definam o fenômeno, que é o

---

<sup>81</sup> COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do Ensino de Educação Física*. São Paulo: Editora Cortez, 1992, p. 65.

corpo em movimento, constituindo, assim, os conceitos que definem por signos sonoros os diversos conhecimentos elaborados em torno da cultura corporal.

Contudo, esse fenômeno, que nos aponta para o domínio da mente em relação ao corpo, pode nos levar ao erro de interpretarmos corpo e mente como uma existência em sua essência dual, ou seja, que a relação entre mente e corpo seja até mesmo uma relação entre sujeito e objeto. Mas nada mais equivocado do que a compreensão dual do ser social. Este é um ser integral em sua existência. Corpo e mente compõem um todo ontologicamente constituído, uma unidade insuperável em sua essência, pois, como nos aponta Lukács, a relação de dominação entre mente e corpo nos coloca diante de uma contradição entre essência e fenômeno.

Contraposta a essência do ser social, que aponta para uma unidade insuperável entre o ser biológico e o ser da consciência, o qual forma um todo integrado: o ser social, o autor nos afirma que a independência objetivamente operante da mente em relação ao corpo – presente no fenômeno, é uma independência ontologicamente relativa, já que ambos – corpo e mente – constituem-se mutuamente no processo de formação do ser social. Encontramos a unidade ontológica entre corpo e mente na eterna relação dialética de co-determinação que tem sua gênese na própria constituição do ser social, no qual o processo de elaboração existente no plano da consciência é determinante para a constituição do corpo humano, assim como as capacidades anatômico-fisiológicas autorizam novas objetivações ao ser social, e dão origem aos nexos causais que permite o desenvolvimento das capacidades intelectuais humanas, ou seja, a sua própria consciência. Portanto, o ser da consciência e o ser biológico humano são uma existência integrada que surge com o salto ontológico, no qual ambos se constituem mutuamente em sua gênese – as palavras de Lukács confirmam nossa análise quando este afirma que o homem deve ser compreendido em seu:

conjunto, como indivíduo, como personalidade e não, ao invés, pelo corpo ou pela consciência (alma) cada um por si, tomados isoladamente; ao contrário, encontramos aqui uma insuprimível unidade ontológica objetiva, na qual é impossível o ser da consciência sem o ser simultâneo do corpo. [...] Isto não contradiz o papel autônomo, dirigente e planificador da consciência das suas relações como corpo, pelo contrário, é o seu fundamento ontológico.



Encontramo-nos, aqui, face a uma forma muito clara de contradição entre fenômeno e essência.<sup>82</sup>

A reflexão por nós desenvolvida aponta para a essência histórica do ser social, reflete a constituição humana essencialmente distinta da existência animal, na qual o próprio corpo humano é determinado pelo processo social de sua reprodução. A práxis humana efetivada em determinada realidade material é o processo dialético de constituição de seu corpo (consciência e materialidade física), na mesma proporção em que a atividade humana é o ente construtor dessa realidade social. Temos o exemplo de quando o homem em seu processo de trabalho efetivou o domínio sobre o fogo, é um nexos que lhe permitiu um avanço produtivo que levou a um conjunto de novos nexos causais e apontou para um desenvolvimento da consciência e transformação do corpo. Assim como, o exemplo do domínio do homem sobre os animais de montaria, a efetivação da habilidade de montar – uma cultura corporal, é um nexos que deu origem a um leque de novas possibilidades e novos nexos causais que levaram ao desenvolvimento produtivo, assim como do corpo em sua totalidade.

Dizendo de outro modo, em sua atividade vital, o homem efetiva o domínio sobre a cultura corporal – o corpo em movimento é sua força essencial – o próprio corpo humano torna-se um objeto humano, ou seja, o corpo orgânico transforma-se em natureza humanizada, no qual o ser social efetiva-se enquanto gênero humano. Portanto, o homem é objeto de si mesmo. Como nos aponta Marx,

Conseqüentemente, quando, por um lado, para o homem em sociedade a efetividade objetiva (*gegenständliche Wirklichkeit*) se torna em toda parte efetividade das forças essenciais humanas (*menschliche Wesenskräfte*) enquanto efetividade humana e, por isso, efetividade de suas forças essenciais, todos os objetos tornam-se [a] *objetivação* de si mesmo para ele, objetos que realizam e confirmam sua individualidade enquanto objetos seus, isto é, ele mesmo torna-se objeto. [...] A peculiaridade de cada força essencial é precisamente a sua essência peculiar, portanto, também o modo peculiar da sua objetivação, do seu ser vivo objetivo-efetivo (*gegenständliches wirkliches lebendiges Sein*). Não só pensar, portanto, mas com todos os sentidos o homem é afirmado no mundo objetivo.<sup>83</sup>

---

<sup>82</sup> LUKÁCS, Georg. “A Reprodução”. In: *Ontologia do Ser Social*. Op. cit., p. 86.

<sup>83</sup> MARX, Karl. Propriedade privada e Comunismo. In: \_\_\_\_\_. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Op. cit., 2004, p. 110.

Conforme já explicitado, a constituição do ser social, ou seja, sua existência em sociedade não significa a eliminação de sua existência enquanto ser da natureza, ser biológico. O homem existe eternamente em sua ligação ontológica com a natureza da qual surge. A existência humana se dá sob a influência das leis da natureza, químicas e físicas, as quais existem em ser-em-si, em seu corpo. A constituição do corpo enquanto natureza humanizada passa pela constituição dos próprios sentidos humanos, os quais são capazes de apreciar, distinguir e reconhecer tanto a natureza em si, como a natureza humanizada historicamente constituída pelo homem. Os sentidos humanos qualitativamente distintos dos sentidos animais permitem ao homem reconhecer-se a si mesmo dissociado da natureza em si, e reconhecer a si mesmo enquanto gênero humano, no outro. Portanto, está no homem a resposta para todos os mistérios humanos e está no homem a origem de sua existência, assim como, o ato de trabalho é a atividade engendradora do corpo humano.

O ser social, que é histórico, é constituído socialmente em todas as suas capacidades humanas, como a cultura, o corpo e, inclusive, seus sentidos. Como nos ensina Marx: os sentidos humanos são essencialmente distintos dos não-humanos, pois, assim como

a música desperta primeiramente o sentido musical do homem, assim como para o ouvido não musical a mais bela música não tem *nenhum* sentido, é nenhum objeto, porque o meu objeto só pode ser a confirmação de uma das minhas forças essenciais, portanto só pode ser para mim da maneira como a minha força essencial é para si como capacidade subjetiva, porque o sentido de um objeto para mim (só tem sentido para um sentido que lhe corresponda) vai precisamente tão longe quanto vai o meu sentido, por causa disso é que o sentidos do homem social são sentidos *outros* que não os do não social; [é] apenas pela riqueza objetivamente desdobrada da essência humana que a riqueza da sensibilidade humana subjetiva, que um ouvido musical, um olho para a beleza da forma, em suma as fruições humanas todas se tornam *sentidos* capazes, sentidos que se confirmam como forças essenciais humanas, em parte recém cultivadas, em parte recém engendradas. Pois não só os cinco sentidos, mas também os assim chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor etc.) numa palavra o sentido humano, a humanidade dos sentidos, vem a ser primeiramente pela existência do seu objeto, pela natureza humanizada. A formação dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história do mundo até aqui.<sup>84</sup>

---

<sup>84</sup> Ibidem, p. 110.

Distante de todo o percurso percorrido que revela a unidade insuperável entre corpo e mente, trabalho e teleologia, cultura corporal e consciência, as análises positivistas ou neo-positivistas insistem em afirmar que a habilidade, os conhecimentos motores, a técnica em si, seriam para “o ser social uma potência automatizada, ‘fatal’, completamente independente das vontades dos homens e o seu movimento autônomo determinaria em última análise o destino dos homens.”<sup>85</sup> Ou seja, aqui o corpo é independente da consciência, não existe um mínimo de atividade intelectual no ato mais simples de trabalho, na mais complexa técnica, e a cultura corporal propriamente dita está ausente do elemento intelectual. Conseqüentemente esta não seria parte do conhecimento humano, ou parte da cultura humana. Mas Lukács nos aponta ainda que, na análise positivista, a técnica é retirada do contexto total da produção e esta é entendida de maneira absoluta. A técnica é entendida de uma forma reificada e fetichizada como “um único momento do processo enquanto complexo, o que é igualmente obstacularizado o conhecimento correto do processo de reprodução”.<sup>86</sup>

A partir desta afirmativa do autor húngaro, podemos perceber que a análise positivista passa a compreender a técnica como exterior ao homem, como uma causalidade natural, a-histórica, determinada por impulsos espontâneos que apontam para uma determinação biológica do indivíduo. Compreendemos que tal reflexão apresenta o homem alienado do homem, o fetiche recai sobre as forças essenciais humanas ao entendê-las como uma essência que tem uma gênese exterior ao próprio homem. Portanto, esta análise fetichizada da técnica e da cultura corporal é a efetivação da reificação humana constituída em uma sociedade na qual a existência humana é coisificada, já que a técnica e a cultura corporal são exatamente a natureza humana em movimento, ou seja, a natureza humanizada é ressignificada, transformada em coisa com vida própria e independente dos homens.

O fetiche impõe ao ser-em-si dos objetos humanos a sua reificação, ou seja, estes adquirem vida própria independente dos homens. O fetiche camufla o simples ato humano de trabalho, assim como a cultura que dele provém, ao impor uma gênese estranha à cultura, que passa a ter uma suposta existência “universal” em uma realidade

---

<sup>85</sup> LUKÁCS, Georg. “A Reprodução”, In: *Ontologia do Ser Social*. Op. cit., p. 11.

<sup>86</sup> Ibidem, p. 11.

sempre existente, uma cultura abstrata em uma realidade igualmente inventada. A existência fetichizada aponta para a realidade construída pelo poder das coisas. Tal poder formulou a própria cultura corporal, a qual é entendida como um simples movimento espontâneo, ato inerente aos homens, uma coisa simplesmente existente em homens privilegiados, algo que é pré-concebido aos homens em uma existência cristalizada de um ser a-histórico, já que sua própria cultura é a-histórica. Portanto, a cultura corporal que é produto do cérebro humano e da cultura constitui-se como autônoma e independente do homem na sociedade capitalista.

O equívoco positivista tem sua origem no próprio processo de reprodução humana, já que, no processo de produção, a escolha das alternativas humanas passa necessariamente pela escolha de teleologias concretas já efetivadas, ou seja, por reflexos corretos da realidade sobre domínios do ser social. A efetivação de tais teleologias concretas, que são costumeiramente repetidas, confere ao homem a simples aparência de que tais atividades são apenas práticas em si, ou seja, automáticas e inconscientes. Mas a análise de Lukács nos aponta que não devemos nos deter à simples aparência dos fenômenos, o que pode nos levar a cometer os mesmos equívocos positivistas, pois não deve nos enganar

o fato de que no trabalho costumeiro a maior parte dos atos singulares parece já não ter um caráter diretamente consciente. O elemento “instintivo”, “inconsciente” se origina aqui da transformação de movimentos de origem consciente em reflexos condicionados fixos. No entanto, não é isto que os distingue das expressões instintivas dos animais superiores, mas, ao contrário, o fato de que este caráter inconsciente é continuamente revogável sempre pode acabar. Foram fixados por experiências acumuladas no trabalho, mas outras experiências podem, a cada momento, substituí-los por outros movimentos também fixos e revogáveis. A acumulação das experiências do trabalho segue, portanto, um duplo caminho, eliminando e conservando os movimentos usuais, os quais, porém, mesmo depois de fixados como reflexos condicionados, sempre guardam em si a origem de um pôr que cria uma distancia, determina os fins e os meios, controle e corrige a execução.<sup>87</sup>

Ao recuperarmos a história da educação, vimos que esta em seus primórdios, não se distingue do ato de trabalho, ou seja, a educação concretiza-se no e pelo trabalho – na simples repetição dos atos e comportamentos construídos socialmente nas relações

---

<sup>87</sup> LUKÁCS, Georg. “O Trabalho”. In: *Ontologia do ser social*. Op. cit., p. 39.

de trabalho. Mas este processo de formação humana encontra seus limites na medida em que o trabalho adquire formas mais complexas, assim como as próprias relações sociais, com valores e regras sociais distintas em diversas épocas passam a determinar os diversos modelos de sociabilidades que são históricas. Em especial, as formas especializadas de trabalho, necessárias em uma cooperação mais elaborada no ato de trabalho, exigem um processo de socialização do conhecimento que supere a simples reprodução e repetição dos gestos de trabalho. O desenvolvimento da linguagem autoriza a constituição das já apontadas teleologias secundárias. Estas têm como finalidade a socialização do conhecimento necessário a execução de uma práxis social, trata-se da apropriação do conhecimento, por parte de outros partícipes do trabalho, apropriação da teleologia efetivada apenas no campo do ideal, a socialização entre os diversos indivíduos partícipes do trabalho do reflexo correto da realidade. A socialização deste conhecimento teleológico, como o próprio planejamento do trabalho, passa, também, pela transmissão do domínio da técnica necessária à execução ao ato de trabalho.

Portanto, a superação do processo de aprendizagem que se efetiva na simples repetição dos gestos inaugura a educação corporal do homem, distinta da simples observação e reprodução do gesto executado por outro, meio por qual se efetivava a educação mútua dos homens. Na educação da técnica de trabalho, tal processo de aprendizagem, possui sempre um momento intelectual do qual não se separa do momento prático, que permite o acúmulo e o aprimoramento dos atos da pesca, da caça, da montaria, do arremesso, do trepar, do nado, etc. Esse processo mais elaborado de transmissão desse conhecimento, um processo educativo em si, no qual a linguagem ocupa um papel primordial ao possibilitar a conceituação da própria técnica e das diversas culturas corporais, vêm a constituir a própria educação da cultura corporal, que é inseparável do trabalho. Assim como, o próprio processo de construção do conhecimento, da cultura, de valores, a sua transmissão não se separam do ato de trabalho em seu primeiro momento. Como nos aponta Tonet:

Assim como a linguagem e o conhecimento, também a educação é, desde o primeiro momento, inseparável da categoria trabalho [...] Sendo o trabalho, por sua própria natureza, uma atividade social, ainda que em determinados momentos possa ser realizado isoladamente, sua efetivação implica, por parte

do indivíduo, na apropriação dos conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, objetivos, etc., comuns do grupo. Somente assim o ato de trabalho poderá se realizar.<sup>88</sup>

O trabalho, como já observamos, é o modelo de toda práxis social, é a gênese dos complexos que compõem a realidade humana. E nessa relação de identidade e não-identidade, os demais complexos se distanciam do complexo do trabalho e com este constituem o conjunto da práxis humana. A educação da cultura corporal segue este caminho, mantém sua relação ontológica com o ato de trabalho e passa a distinguir-se do ato de trabalho e a ocupar o espaço de não-trabalho: o processo de desenvolvimento produtivo, no qual a divisão do trabalho exerce um papel preponderante ao permitir a ampliação do tempo de não-trabalho.

No tempo de não-trabalho que se amplia, o ser social passa a constituir e reproduzir novos valores, normas de convivência, cultura e cultura corporal, atividades de lazer e transmiti-las em rituais e no ato educativo em si. Nesse processo, a cultura corporal se desenvolve independente do momento de trabalho em si, e o homem constitui novas culturas corporais como os jogos, danças, contorcionismo, mímica, lutas, ginásticas, etc., enfim, novas culturas constituídas historicamente em diversos momentos da existência humana, que passam a compor a própria existência do ser social.

#### 1.4.3 A Cultura Corporal: do Ser-em-si ao Devir-a-ser

A divisão do trabalho, como nos aponta Lukács, é originária da existência objetiva da economia, que tem o seu significado na existência humana – não na economia de posse de valores-de-troca, mas justamente na economia de tempo. É esse o processo engendrado pelo desenvolvimento da técnica e da divisão do trabalho, que permite o avanço histórico dos complexos da educação e da educação da cultura corporal. Portanto, esse movimento “é um passo adiante na realização de categorias

---

<sup>88</sup> TONET, Ivo. *Educação, Cidadania e Emancipação Humana*. Ijuí-RS: Editora Unijuí, 2005, p. 213.

sociais a partir de seu ser-em-si original até um ser-para-si sempre mais ricamente determinado e sempre mais efetivo.”<sup>89</sup>

A constituição da cultura corporal e a sua efetivação histórica no processo de socialização para as demais gerações é parte constituinte da formação do ser social. Dizendo mais precisamente, a socialização da cultura corporal, sempre possui em-si a elaboração de uma nova cultura, uma nova linguagem do corpo, como um meio de intervenção social, uma linguagem repleta de significados que são individuais e sociais, assim como, são historicamente determinadas pelos diversos momentos históricos constituídos pelo homem; essa linguagem corporal expressa, constrói e reproduz valores e regras sociais, mas também rompe e supera regras e valores sociais. Manacorda<sup>90</sup> descreve alguns exemplos desse processo histórico, como a educação guerreira nas sociedades antigas, a formação cavaleiresca na Idade Média e a formação ginástica militar nos primórdios da sociedade capitalista substituídas pela hegemonia do esporte no âmbito do capitalismo moderno - estes são conteúdos da educação corporal, conhecimentos específico formulados nas diversas sociabilidades históricas.

No movimento dialético em que se concretiza o processo de reprodução humana, a cultura corporal se desenvolve como uma linguagem humana, a qual é transformada, reinventada, re-significada. No processo de novas objetivações, de formação de novas técnicas e habilidades corporais, há a recriação da linguagem que se efetiva pela substituição do velho pelo novo. Na constituição de uma síntese, entre o que existe e o que está por vir, esse processo dialético dá existência a uma nova cultura corporal. A nova cultura é expressa como a superação do velho, é a efetivação da negação da negação. Esse caráter de criação do novo, está presente na educação, no seu caráter *lato*, o qual concretiza a criação de novas objetivações no processo infinito de auto-constituição do ser social. Nesse processo, o homem produz cultura, arte, literatura, e produz, também, cultura corporal, jogos, ginásticas, lutas e esporte. Todos estes conhecimentos históricos expressam a infinita capacidade do homem produzir o novo, processo esse que o leva sempre a constituir a si mesmo como um ser novo e distinto do seu antecedente histórico.

---

<sup>89</sup> LUKÁCS, Georg. “O Trabalho”. In: *Ontologia do Ser Social*. Op. cit., p. 71.

<sup>90</sup> MANACORDA, Mario Alighiero. *História da Educação: da Antiguidade aos Nossos Dias*. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1997.

Percebam que o caráter *estrito* não se separa do caráter *lato* da educação, é impossível construir o novo sem apropriar-se do que já existe. Sem dominar o saber histórico de uma época.

Todavia, o exame aqui empreendido nos aponta que o desenvolvimento do complexo da cultura corporal está numa relação direta com o processo de constituição de novas determinações sociais em sua totalidade, ou seja, está diretamente associado ao modelo de organização da vida social. Compreendemos a partir na análise marxiana que a efetivação da apropriação do trabalho alheio, vem concretizar a divisão social do trabalho e a separação dos reais produtores do domínio do processo de trabalho – do objeto de trabalho e dos meios de trabalho – efetivando o ser social em sua existência alienada. Em tal existência, o homem constitui a alienação do gênero humano, do outro e a si mesmo. É nesse processo de efetivação da apropriação do trabalho alheio que se encontra a gênese do estranhamento do homem em relação ao seu próprio gênero humano, já que este passa a ser concebido em uma existência fragmentada, isto é, partido em classes antagônicas.

O gênero humano se constitui cindido. Na existência de classe, o ser-em-si da classe, como nos refere Lukács, passa a ser socialmente constituído nos movimentos, costumes, hábitos, vestimentas, valores e interpretações do mundo que passa a corresponder à posição ocupada por cada indivíduo, por sua classe, no processo de produção social. A formação desse ser histórico se dá no processo educativo, descrito por Saviani, como o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a sua existência histórica, e na sociedade de classes esse processo caracteriza-se por reproduzir em cada ser social a sua existência de classe. Na sociedade partida em classes, as distintas classes conformam uma dada individualidade humana, ou seja, a coletividade cindida adquire vida na forma de ser da individualidade historicamente determinada.

A educação, como o processo de constituição do ser social efetiva-o como ser integrante de uma classe, a própria educação corporal constitui historicamente um emblema de classe tanto na elaboração de um acervo de práticas corporais próprios da sociedade de classes, como na negação histórica do acesso de parte do conhecimento da cultura corporal às classes dominadas.



Ao trabalhador está destinado o domínio da cultura de trabalho enquanto técnica de trabalho em sua existência unilateral, a qual tem sua origem no desenvolvimento do processo produtivo, atrelada à complexificação das relações estranhadas no interior da sociedade de classes. Noutros termos, a constituição do ser unilateral concretiza-se nas relações estranhadas do ser social em relação ao objeto e ao ato de trabalho que engendram o estranhamento do gênero humano e do outro – estranhamento da classe que é antagonista, efetivando também o estranhamento de si mesmo.

Mészáros, fundamentado em Marx, nos aponta que o estranhamento do ser social em relação a si mesmo efetiva-se na constituição do ser social expropriado da possibilidade de domínio sobre o ato e o objeto de trabalho, e que, historicamente, constitui-se como um ser alienado das capacidades intelectuais e materiais de planejamento, gestão do ato de produção e circulação dos produtos do trabalho, resultando que o trabalho efetiva o trabalhador em sua imbecilidade, no qual o trabalhador estranha a si mesmo.

O trabalhador efetiva o estranhamento de si na relação em que estranha o seu próprio corpo em movimento, estranha o corpo como executor de um ato de trabalho não pensado pela sua cabeça e sobre o qual o produtor não exerce domínio. O trabalhador acaba por naturalizar a sua existência unilateral, na medida em que se efetiva como um ser executor da atividade de trabalho, corpo autômato, o corpo como força de trabalho. O trabalhador é expropriado do domínio de si mesmo durante o ato de trabalho, esse domínio está alienado de si, no seu poder individual que lhe é alheio. A sua capacidade de trabalho, que é parte de sua cultura corporal enquanto técnica está sob o domínio de outro, o capitalista que é externo ao trabalho. O corpo em movimento no ato de trabalho é força de trabalho, é uma mercadoria, é um corpo alienado. Assim como a cultura corporal, produto de sua atividade humana, que preenche o seu tempo de não-trabalho, está sobre domínio do outro, lhe foi expropriada, está alienada de seu produtor, é propriedade do detentor de seu tempo de trabalho.

Como vimos analisando, o corpo do trabalhador é constituído em sua existência unilateral, corporificação do ser partido na constituição do ser social. Portanto, o corpo unilateral da classe trabalhadora se efetiva na apropriação e no desenvolvimento exclusivo das técnicas de trabalho, já que a constituição desses indivíduos históricos

evoluiu em circunstâncias que “apenas permitem um desenvolvimento unilateral, de uma qualidade em detrimento de outras”<sup>91</sup>. Marx acrescenta, ainda, que “se estas circunstâncias apenas lhe fornecem os elementos materiais e o tempo propícios ao desenvolvimento desta única qualidade, este indivíduo só conseguirá alcançar um desenvolvimento unilateral e mutilado”.<sup>92</sup>

Na sociedade capitalista, a origem do corpo fragmentado está na manufatura. No entanto, este vem concretizar-se enquanto corpo alienado na indústria moderna. É essa indústria capitalista que efetiva o trabalhador enquanto ser alheio ao domínio das técnicas tanto de planejamento e gestão intelectual da produção, assim como alheio ao domínio sobre a própria técnica de trabalho em sua totalidade, que é fragmentada, esfacelada em conhecimentos mínimos. Confirma-se, assim que a

deformação física e espiritual é inseparável mesmo da divisão do trabalho na sociedade. Mas, como o período manufatureiro leva a muito mais longe a divisão social do trabalho e também, com sua divisão peculiar, ataca o indivíduo em suas raízes vitais, é ele que primeiro fornece o material e o impulso para a patologia industrial. “Subdividir um homem é executá-lo, se merece a pena de morte; é assassiná-lo, se não a merece. A subdivisão do trabalho é o assassinato de um povo”.<sup>93</sup>

Contudo, entendemos com Marx que a existência unilateral do trabalhador efetiva-se não apenas no ato de trabalho esfacelado, no qual o trabalhador concretiza o ato de trabalho como uma repetição autômata de gestos técnicos. Mas a existência unilateral efetiva-se na própria existência da propriedade privada dos meios de produção, já que a:

A propriedade privada nos fez cretinos e unilaterais que um objeto somente é o *nosso* [objeto] se o temos, portanto, quando existe para nós como capital ou é por nós imediatamente possuído, comido, bebido, trazido em nosso corpo, habitado por nós etc., enfim, *usado*. Embora a propriedade privada apreenda todas estas efetivações imediatas da própria posse novamente apenas como meios de vida, e a vida, à qual servem de meio, é a vida da *propriedade privada*: trabalho e capitalização.

O lugar de todos os sentidos físicos e espirituais passou a ser ocupado, portanto, pelo simples estranhamento de todos esses sentidos, pelo sentido do

---

<sup>91</sup> MARX, Karl. A ideologia alemã. Marx & Engels. *Textos sobre educação e ensino*. Op. cit., p. 28.

<sup>92</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>93</sup> MARX, Karl. *O Capital*. Op. cit., 2006, p. 418-419.

ter. A esta absoluta miséria tinha de ser reduzido a essência humana, para com isso trazer para fora de si sua riqueza interior.<sup>94</sup>

Dizendo de outro modo, o ser unilateral constituído na sociedade capitalista não se concretiza apenas na divisão entre o ser intelectual e o ser essencialmente prático – no ser que domina a capacidade intelectual de planejamento e gestão do processo produtivo, e aquele com o domínio intelectual do ato de execução do trabalho. Outrossim, o ser unilateral se efetiva no acesso ao tempo de não-trabalho e, também, na divisão intelectual presente no domínio da cultura para o gozo e para o trabalho. Ao negar à classe trabalhadora o acesso ao tempo de não-trabalho, nega-se a possibilidade de apropriação do acervo cultural, como a própria cultura corporal, que são negados como conhecimentos de classes destinados aos momentos de gozo, o que concretiza o ser social cindido, na medida em que trabalho e gozo, produção e consumo, existem apenas em indivíduos distintos, na existência do ser unilateral, no ser de classe.

Voltando nossa análise para a escola capitalista, é lícito afirmar que a cultura corporal concretiza-se como conteúdo da educação física, enquanto conhecimento acessível em sua magnitude a uma minoria pertencente à classe burguesa, em contrapartida, na escola pública tem-se a presença de uma educação física que reduz ao mínimo o acesso ao conhecimento do acervo da cultura corporal.

Essa educação corporal expressa o seu caráter de classe ao constituir a formação de um ser unilateral capaz de exercer domínio apenas autômato em relação aos seus próprios gestos de trabalho e da cultura corporal, um ser unilateral que consome uma cultura corporal-mercadoria, expropriada de sua classe. Uma vez que, a educação física na escola socializa uma cultura corporal ausente de sua totalidade histórica e social, fragmentada em sua essência, uma cultura corporal alienada de seu elemento consciente-livre, autônomo e criativo.

Tal fato expressa que a existência do ser unilateral se efetiva, também, no espaço de não-trabalho, no ser alienado do acesso à produção, ao consumo e ao domínio sobre a circulação da cultura e da cultura corporal. Em outros termos, o modelo histórico de produção efetiva a relação fetichizada do homem em relação a própria cultura corporal,

---

<sup>94</sup> MARX, Karl. Propriedade privada e Comunismo. In: \_\_\_\_\_. Manuscritos Econômico-Filosóficos. Op. cit., p. 108-109.

ao constituir o aluno como um ser reprodutor/repetidor de gestos que lhe são passados como externos e alienados ao homem. Os conteúdos da cultura corporal são repassados no processo ensino-aprendizagem como detentores de uma gênese independente e exterior à história humana. Esse caráter predominante na aula de educação física constitui um corpo unilateral, do trabalhador incapaz de refletir intelectualmente sobre a sua cultura, sobre o seu corpo, sobre si mesmo enquanto ser social.

Cabe sublinhar que, o corpo do ser social não se concretiza apenas nas aulas de educação física, mas em todo o processo educacional presente na escola. Eis o processo de aprendizagem de técnicas de leitura e escrita presentes na constituição do próprio corpo, como nos descreve Saviani, ao afirmar que na aprendizagem de tais técnicas é necessário uma fixação de “certos automatismos, incorporá-los, isto é, integrá-los em nosso próprio corpo, de nosso organismo, integrá-los em nosso próprio ser.”<sup>95</sup> Afirmação essa que se encontra em total consonância com o processo de trabalho, descrito por Lukács, no qual os gestos motores repetidos diversas vezes tornam-se reflexos condicionados, atos corporificados, são na verdade conhecimentos apropriados que se automatizaram.

À leitura e a escrita citadas por Saviani, e o ato de trabalho descrito por Lukács, podemos acrescentar a apropriação da cultura corporal que permeia as aulas de educação física na escola. Todavia, tal processo de automatização citado pelos autores não deve estar ausente do elemento intelectual, não se trata de um automatismo mecânico do ser reprodutor, mas se trata do automatismo necessário ao domínio do conhecimento historicamente produzido. O ser que domina tal conhecimento seja este o ato de ler ou um gesto ginástico, deve ser capaz de refletir sobre essa técnica presente em uma existência social repleta de significados históricos, já que o automatismo descrito pelos autores passa anteriormente pelo domínio intelectual e consciente do conteúdo.

Assim, a transmissão da cultura corporal corresponde aos conhecimentos históricos de uma época, o saber necessário a uma determinada existência social, isto é, necessários para formular respostas e alternativas – teleologias acertadas – para os

---

<sup>95</sup> SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1992, p. 27.

problemas e possibilidades que subsistem nesta existência social. A formação do ser social sobre esta particularidade constitui a educação em seu caráter *estricto*, a qual na sociedade de classe constitui a incorporação da cultura corporal como a corporeidade de classe.

Contudo, no seio da educação corporal efetiva-se a formação do ser em seu sentido *lato*, processo no qual se constituem a objetivação do novo e a possibilidade de negação da continuidade social. Portanto, está neste caráter da formação humana a possibilidade ontológica de negar ao real e a si mesmo na medida em que esse caráter da educação impulsiona a formação humana para além de suas possibilidades já criadas, para além das possibilidades e alternativas já existentes. Deste caráter da formação humana emerge a alternativa de resistência à lógica hegemônica do capital. Faz-se importante observar que, a produção e apreensão da cultura corporal é uma forma de linguagem na qual está expressa a própria luta de classes. A capacidade limitada de formulação do novo em seus elementos parciais de criatividade e liberdade pode conduzir à produção cultural na direção da negação desta existência cindida do ser social, ou seja, a cultura pode surgir repleta de signos de resistência. O processo de negação deste real efetiva-se no confronto entre signos que permeiam a adaptação e a continuidade e aqueles signos que conduzem à formulação de novos valores e a descontinuidade desta realidade contraditória.

Podemos, portanto, aferir a educação corporal enquanto participe da constituição do ser social, uma vez que constitui parte do conhecimento histórico que forma o ser social em sua individualidade. Conhecimento este que autoriza uma permanente objetivação do novo, a formação de novas culturas, nova linguagens, novos símbolos e valores – no permanente anseio humano pela constituição de um devir-a-ser, como a formação de uma sociabilidade e de um ser social qualitativamente distinto.

Como já apontamos no tópico anterior, a análise de Marx do real expressa que o sistema capitalista detém as possibilidades de superação da existência unilateral do ser. A sua tendência ao desenvolvimento incessante das capacidades produtivas leva à possibilidade de ampla economia de tempo, assim como a superação do modelo autômato de trabalho imposto ao trabalhador, que trabalha como máquina. Contudo, a lógica contraditória deste sistema não permite que tal tendência se efetive. Portanto, a

possibilidade de uma existência omnilateral passa inevitavelmente pela superação deste modelo societário e pela constituição de uma sociedade realmente livre e emancipada, pautada na organização autônoma da produção, do consumo e da circulação, dos próprios bens culturais. Atendendo, assim, às necessidades de desenvolvimento do ser tanto para os espaços de trabalho, como para as possibilidades de gozo nos momentos de não-trabalho, no modelo social descrito por Marx, em que cada indivíduo trabalhará de acordo com suas capacidades e necessidades, pois como descreve o filósofo alemão

Na fase superior da sociedade comunista, quando houver desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, o contraste entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não for somente um meio de vida, mas a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos, crescerem também as forças produtivas e formarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva, só então será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte do direito burguês e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: de cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades.<sup>96</sup>

A existência omnilateral perpassa, portanto, o domínio de um leque de conhecimentos acumulados historicamente, o controle sobre o processo produtivo em si, assim como a produção da existência humana em sua totalidade, de forma consciente. A concretização do ser integral, sobre o domínio consciente de seu corpo, perpassa o domínio sobre a própria cultura corporal. Um ser que não se distingue entre o ser pensante e o ser prático, mas um ser que se efetiva como um ser pensante capaz de efetivar a prática, um ser total em sua práxis, detentor de todos os seus sentidos em sua essência, com a possibilidade de desenvolver as capacidades vinculadas aos sentidos que são humanos e constituídos pelo homem, que apenas socialmente os homens podem desenvolvê-los. A condição social para seu desenvolvimento pleno passa pela supressão da propriedade privada. Só então o

O olho que se tornou olho humano, da mesma forma como o seu objeto se tornou um objeto social, humano, proveniente do homem para o homem. Por isso, imediatamente em sua práxis, os sentidos se tornaram teóricos. Relacionam-se como a coisa por querer a coisa, mas a coisa mesma é um comportamento *humano objetivo* consigo próprio e com o homem, e vice-

---

<sup>96</sup> MARX, Karl. Crítica ao Programa de Gotha. In: Karl Marx e Friedrich Engels. *Obras Escolhidas*. Op. cit., p. 214-215.

versa. Eu só posso, em termos práticos, relacionar-me humanamente com a coisa se a coisa se relaciona humanamente com o homem. A carência ou a fruição perderam, assim, a sua natureza egoísta e a natureza a sua mera utilidade (*Nützlichkeit*), na medida em que a utilidade (*Nützen*) se tornou utilidade humana.

Da mesma maneira, os sentidos e o espírito do outro homem se tornaram a minha apropriação. Além destes imediatos formam-se, por isso, órgãos sociais, na forma da sociedade, logo, por exemplo, a atividade em imediata sociedade com outros etc., tornou-se um órgão da minha *externação* de vida e um modo da apropriação da vida *humana*.<sup>97</sup>

As capacidades humanas que são distintas entre si e se efetivam em cada individualidade única do ser já não seriam apropriadas pelo outro. A efetivação integral do ser concretiza-se na fruição das diversas capacidades humanas, que são sociais, e constituem uma totalidade ampla. A sua utilidade não concretiza apenas em seu interesse individual, mas seu interesse humano e coletivo. Ela se constitui na contribuição da realização da totalidade do ser social, que se confirma na livre e consciente organização dos trabalhadores associados – os quais terão o domínio da produção material da vida, assim como da produção da ciência e da cultura.

A socialização dos elementos materiais e intelectuais é necessária para uma lógica qualitativamente distinta de produção cultural. Na medida em que se passa a formular o consumo não apenas como um simples ter individual, mas, ao tornar cada produto individualmente produzido um produto social, acaba por transformar o consumo em-si, este já não surge como o simples adquirir, mas concretiza-se como o existir e usufruir do objeto em-si, individualmente e com o outro homem. Já que o homem que é um ser essencialmente social em sua produção, também o é em seu consumo. O consumo é socialmente e historicamente determinado, ou seja, no modelo social comunista está a possibilidade de superação do consumo de cultura, pautado no consumidor-espectador, ao eliminar-se a existência da cultura enquanto mercadoria.

A existência dessa nova sociabilidade pode vir a conduzir o ser social ao desenvolvimento de suas amplas possibilidades criativas, na cultura como um todo, como a cultura corporal, a concretizar uma estrutura de produção, circulação e consumo dos bens matérias e espirituais erguidas sobre as diretrizes do planejamento coletivo e consciente dos trabalhadores. O que cria a possibilidade de cultura surgir como meio de

---

<sup>97</sup> MARX, Karl. Propriedade privada e Comunismo. In: \_\_\_\_\_. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Op. cit., p. 109.

plena externalização do ser, meio de socialização de uma humanização repleta de significados, a qual passa por uma existência livre, criativa e produtiva de valores-de-uso e cultura. O ser omnilateral concretiza-se, portanto, a partir da apropriação dos meios necessários para produção e distribuição dos bens humanos, neste processo o ser social põe em movimento um constante reinventar da cultura e de si mesmo.

Nesse sentido, o próprio acervo da cultura corporal, como um conteúdo historicamente constituído, deve ser res-significado, de modo que jogos, esportes, danças, lutas, mímicas, artes circenses, etc. devem ser recriados culturalmente ao reproduzir distintos valores, costumes, habilidades e técnicas que devem pautar-se pela existência de uma sociedade sem classes. Ou seja, toda uma nova cultura corporal deve ser reconstruída a partir da existente, a negação da negação, que se efetiva na continuidade no interior da descontinuidade. Tal como no processo descrito por Mészáros: a constituição de diversas revoluções no interior da revolução, concretizando uma nova cultura que é efetivada e efetivadora de um novo homem, em um processo de co-determinação que apenas é possível a partir da apropriação da cultura em sua essência realmente social, dando origem ao ser omnilateral.

Como exposto, o ser omnilateral se concretiza ao constituir um amplo conhecimento e capacidade de efetivação de uma práxis social nos espaços de trabalho e de não-trabalho. Um amplo domínio das capacidades culturais e da cultura corporal é imprescindível para a existência omnilateral do ser. Marx compreende isso em sua análise ao apontar a educação corporal como elemento imprescindível para a constituição do ser omnilateral. Contudo, ao apontar a ginástica como o conteúdo da educação corporal, o filósofo alemão refere-se a uma afirmação histórica de um momento de desenvolvimento da sociedade capitalista quando a educação física surge na escola após a Revolução Francesa, e as “várias práticas corporais que se constituíam de saltos, corridas, esgrima, jogos, acrobacias, equitação, natação, exercícios de preparação para a guerra eram representados como ginástica.”<sup>98</sup> Portanto, os conteúdos da cultura corporal, dos quais a educação física trata na escola são bens mais amplos, do que simplesmente os conteúdos contemporaneamente reconhecidos enquanto ginásticas,

---

<sup>98</sup> BREGOLATO, Roseli Aparecida. *Cultura Corporal da Ginástica: livro do professor e do aluno*. (Coleção Educação Física Escolar: o princípio de totalidade e na concepção histórico-social; V. 2). São Paulo: Ícone, 2006, p. 75.



e são estes conteúdos – acrescentados o jogo, a dança, as lutas, os esportes, as ginásticas – que devem estar presentes na educação do ser omnilateral, existente na sociedade emancipada. É justamente na educação em seu caráter *lato* que está presente a possibilidade de amplo desenvolvimento de novas objetivações humanas no campo da cultura corporal, em modelo social que ofereça as possibilidades para o amplo desenvolvimento das potencialidades humanas. Assim, a efetivação do ser omnilateral, passa pelo seu domínio e produção multilateral das diversas possibilidades da cultura corporal.

Dando seqüência à análise de nosso objeto, passaremos, no próximo capítulo, a refletir sobre o metabolismo de (re)produção capitalista, os fundamentos das contradições do sistema que explicam sua atual crise, adjetivada por Mészáros de estrutural, bem como, a decorrente transformação superestrutural abordando, particularmente, as alterações no padrão de regulação social, da educação e da cultura.

## **2 O METABOLISMO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL, A ATUAL CRISE ESTRUTURAL DO SISTEMA E A DECORRENTE TRANSFORMAÇÃO SUPERESTRUTURAL**

A partir da análise formulada no primeiro capítulo podemos compreender o caráter eterno do trabalho, como processo de produção de valor de uso. O trabalho enquanto mediação necessária entre homem e natureza, processo no qual o homem pode reproduzir a sua existência. A análise ontológica empreendida por Lukács, nega qualquer tese que faça apologia ao fim do trabalho do seio do desenvolvimento tecnológico propiciado pelas sociedades modernas.

A impossibilidade de eliminar o trabalho no processo produtivo, contudo, não aponta a existência de um modelo societário a-histórico, imutável ou estanque. A análise marxiana aponta o caráter histórico de todos os modelos sociais, nesse sentido, a introdução de tecnologias é um dos elementos, que provocam transformações no modelo societário contemporâneo.

Contudo, as transformações sociais encontram razões mais profundas, as quais vão além da simples introdução de novas tecnologias no modelo de produção. Desvendar as leis sociais que apontam para estas transformações sociais e sua repercussão sobre o processo de formação humana surge como uma tarefa a ser executada no segundo capítulo desse estudo.

Com esse propósito, devemos, sempre que necessário, recorrer à base teórica formulada no primeiro capítulo, a partir do qual pudemos compreendermos a origem histórica da sociedade de classes no processo de apropriação do trabalho alheio, processo em qual o homem torna-se escravo do próprio homem. Encontramos nesse processo a origem da propriedade privada, a qual concretiza-se como uma das bases estruturais da sociedade capitalista.

Portanto, nossa análise distingue-se do caos social, da pura aparência, parte da essência do real, ao desvendar a base da desigualdade e da miséria humana, a qual é soerguida sobre os alicerces constituídos sob a propriedade privada. A propriedade privada que surge como resultado e resultante da subsunção do trabalho ao capital.

Nossa análise fundamentada nos estudos de Marx, buscará expressar as bases da sociedade do capital, o segredo do modelo de produção de mercadorias e o mistério da forma dinheiro, ao recuperar a discussão do fetiche da mercadoria. Entendemos que a referida análise oferece os meios necessários para compreendermos a origem do capital, ao desnudar o processo histórico de constituição da forma dinheiro, o qual oferece, em contrapartida, os elementos para apreendermos o modelo de circulação da própria mercadoria. Já que:

A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. Produção de mercadorias e circulação desenvolvida de mercadorias, comércio, são os pressupostos históricos sob os quais ele surge. Comércio mundial e mercado mundial inauguram o século XVI a moderna história da vida do capital.<sup>99</sup>

Portanto, o estudo formulado no interior desta primeira parte do trabalho, nos apresentará os elementos para entendermos o processo de reprodução do capital, assim como, a estrutura contraditória deste sistema. Para tanto, faz-se necessário desnudar as leis sociais que regem o movimento deste sistema, bem como as suas contradições para, então, adquirirmos os elementos necessários à compreensão das transformações efetivadas no seio da educação – sobre a qual já desvendamos o seu caráter de classe.

Com esse intuito, seguiremos com nossas reflexões sobre os elementos determinantes ao processo de formação humana, para tanto, devemos centrar nossa análise sobre a atual crise econômica por qual passa o sistema capitalista. Esforço expresso na tentativa de reconstruir uma síntese da estrutura do capital em seu modelo metabólico de reprodução do valor, uma estrutura contraditória que conduz esse sistema social a ocorrência de suas crises cíclicas, refletindo, na direção da análise de Mészáros em relação a ocorrência de uma crise estrutural.

Nesse sentido, entendemos ser necessário refletirmos sobre a atuação estatal, em particular, sobre o modelo de estado neoliberal, o qual tem sua eficácia questionada diante de uma crise sem precedentes na história do capitalismo mundial. Tal discussão, constituir-se-á mediações entre a análise da crise estrutural e seus determinantes a saber:

---

<sup>99</sup> MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 2. ed. Coordenação e revisão de Paul Singer. Trad. de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1983/1985. (Os Economistas), p. 125.

a ocorrência da atual crise financeira americana, bem como os desdobramentos da crise sobre os complexos da educação e da cultura.

Outro dado importante da análise são as transformações necessárias a esse sistema no referido contexto de crise, no qual a sua base estrutural permanece intocável, encontrando sobrevivida na transformação de sua superestrutura. Nessa direção, centraremos nossa reflexão sobre a transformação de sua superestrutura material de produção, ou seja, nas esferas política e jurídico-ideológica expressa no estado neoliberal.

Interessamos-nos, em particular, desenvolver nesse capítulo elementos de análise que desvendem as transformações no interior da superestrutura do sistema capitalista apontando para os novos meios de reprodução do domínio do capital sobre o trabalho, os quais têm reflexo imediato nas novas relações de regulação social e exploração do trabalho abstrato, repercutindo diretamente sobre a forma de organização da classe trabalhadora.

Portanto, nossa reflexão se prende a análise dos complexos determinantes sobre a educação, apontando como um caminho necessário a ser percorrido para o entendimento das transformações ocorridas na educação e no processo de formação de professores. Enfim, a análise formulada nessa etapa do estudo deve nos fornecer os elementos necessários para a análise do processo de formação de professores em educação física a ser realizada no terceiro capítulo.

## **2.1 Metabolismo Social de Reprodução do Capital e a Atual Crise Estrutural do Sistema**

O homem, como vimos, possui, em sua existência, o incessante processo de auto-criação de sua própria natureza ao pôr em movimento o trabalho, sua atividade vital livre e consciente de criação da vida, através da relação de intercâmbio com a natureza.

Assim o homem, como nos aponta Lukács e Mészáros nos rastros da teoria marxiana, é indissociável da natureza, pois terá sempre no ato de trabalho o meio de construção de sua existência social. Esse intercâmbio eterno entre homem e natureza

possui, desde o momento primeiro do salto ontológico até o momento contemporâneo da sociedade moderna, as mediações primárias de intercâmbio com a natureza, já que o homem não pode construir a sua existência em uma relação não-mediada com o mundo natural existente. Como resultado dessas condições e “determinações ontológicas, os indivíduos humanos devem sempre atender às inevitáveis exigências materiais e culturais de sua sobrevivência por meio das indispensáveis funções primárias de mediação entre si e com a natureza de modo geral.”<sup>100</sup>.

Comprendemos através dos escritos de Mészáros que o auto-reprodutor, a atividade efetiva-se pela mediação da consciência (teleologia), das capacidades físicas e até mesmo da linguagem como salvaguarda da continuidade da existência humana que atuam sempre sob condições que mudam constantemente dada a influência da própria intervenção da atividade produtiva na ordem original da natureza. Essa é a racionalidade da ontologia unicamente humana do trabalho, em sua constante história de reprodução auto-produtiva, ou seja, ao transformar a natureza, o homem transforma a si mesmo, efetivando-se o aprimoramento do ato de trabalho a partir de suas formas rudimentares, desenvolvendo os diversos complexos sociais no processo constante de co-determinação presente na complexa dialética do trabalho.

Mas, como exposto na teoria marxiana, o trabalho, na sociedade capitalista está subsumido ao capital. O trabalho em sua qualidade abstrata já não é o meio da realização da criatividade humana, mas torna-se apenas instrumento de reprodução do capital. Essa atividade deixa de ser o instrumento necessário para a realização das necessidades essencialmente humanas para tornar-se o mecanismo de satisfação do capital e, “nesse processo de alienação, o capital degrada o trabalho, sujeito real da produção social, à condição de objetividade reificada – mero ‘fator material da produção’ – e com isso derruba [...] o verdadeiro relacionamento entre sujeito e objeto”.<sup>101</sup>

Com os escritos marxianos pudemos discernir que sob o domínio do capital, o trabalho vivo é desumanizado ao ser transformado em simples mercadoria que, como qualquer outra mercadoria na sociedade capitalista, possui valor-de-uso e valor-de-

---

<sup>100</sup> MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução Paulo César Castanheira e Sergio Lessa – 1º edição, São Paulo: Boitempo, 2006, p. 212.

<sup>101</sup> MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. Op. cit., p. 126.

troca. O valor-de-uso do trabalho apenas se realiza no processo produtivo no interior da indústria, após a efetivação da relação de troca da força do trabalho pela mercadoria dinheiro no espaço do “mercado de trabalho” humano da sociedade capitalista. No âmbito das relações humanas intermediadas pelas coisas, o ato em que o trabalhador disponibiliza a sua força de trabalho em favor da produção burguesa é apenas realização de uma relação de troca entre duas mercadorias, a mercadoria dinheiro e a mercadoria força de trabalho. O próprio trabalhador que carrega em si a sua única mercadoria – a sua força de trabalho – e dela não pode separar-se, ao ceder o seu valor-de-uso, cede uma parte de si e efetiva-se ele próprio como uma mercadoria, como simples força produtiva. A relação de trabalho assalariado é realização da troca, na qual o capitalista compra a mercadoria força de trabalho, de posse do trabalhador, apropriando-se de uma parte da existência do próprio trabalhador que se incorpora ao produto do trabalho. Segundo Marx,

Ao comprador pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho apenas cede realmente o valor-de-uso que vendeu, ao ceder o seu trabalho. Ao penetrar o trabalhador na oficina do capitalista, pertence a este o valor-de-uso de sua força de trabalho, sua utilização, o trabalho. O capitalista compra força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhe pertencem. Do seu ponto de vista o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo pertence-lhe do mesmo modo que o produto do processo de fermentação em sua adega.<sup>102</sup>

O trabalho é a fonte de riqueza humana, mas o trabalho enquanto mercadoria é a fonte de riqueza do capital. A relação estranha entre capitalista e trabalhador, e a fria relação entre os homens intermediadas pelos dígitos do papel moeda é a relação de exploração do homem pelo próprio homem, a efetivação da prostituição do trabalhador no qual este subverte a essência de sua existência ao construir a sua autodestruição, a sua desmoralização, e sobre esse alicerce se ergue a sociedade regida pelo capital, construtora e construída no processo de coisificação do homem.

---

<sup>102</sup> MARX, Karl. *O Capital*. Op. cit., p. 219.

A teoria marxiana é enfática ao expressar que a exploração capitalista efetiva-se na relação de compra do trabalho vivo. No uso da força de trabalho do trabalhador está inserido o processo de extração da mais-valia na sua utilização por parte do capitalista, está implícita a produção de valor. A extração da mais-valia ou trabalho excedente está na relação de troca efetivada entre capitalista e trabalhador, já que o valor-de-troca da mercadoria força de trabalho, ou seja, salário, é um valor distinto e menor que o valor produzido pela força de trabalho enquanto valor-de-uso do capitalista.

Portanto, fica constatado a partir das afirmações do teórico alemão, que ao capitalista o que interessa é a produção de mais valor, ou seja, ele, “além de um valor-de-uso, quer produzir mercadoria; além de valor-de-uso, valor, e não só valor, mais também valor excedente (mais-valia).”<sup>103</sup> E a mais-valia imperceptível aos economistas clássicos “se origina de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho”.<sup>104</sup>

Está na mais-valia o segredo da extração da riqueza da sociedade do capital, a fonte de fortuna do capitalista e de exploração do trabalhador, a origem de sua miséria material e humana. Contraditoriamente, essa forma de produção baseada na constante extração do trabalho excedente, acabou levando a humanidade ao desenvolvimento das capacidades de produção, elevando-a a um nível antes inimagináveis ao superar as barreiras impostas pelos modos anteriores de reprodução da vida. Marx afirmou-nos que o capital impulsionou o desenvolvimento das forças produtivas na busca incessante pela expansão do sistema e, a conseqüente, maior acumulação de riqueza. São suas as seguintes palavras citadas por Mészáros:

A grande qualidade histórica do capital é criar este trabalho excedente, trabalho supérfluo do ponto de vista do mero valor de uso, da mera subsistência; e seu destino histórico [Bestimmung] é realizado tão logo tenha havido, de um lado, tal desenvolvimento das necessidades que o trabalho excedente, acima e além da necessidade, se tenha tornado uma necessidade geral que brota das próprias *necessidades individuais* [...] e, por fim, quando o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho que o capital incessantemente força avante na sua mania ilimitada por riqueza e pelas condições únicas em que esta mania pode ser realizada, *tenha florescido* até que a posse e a preservação da riqueza geral exijam menos tempo de trabalho da sociedade como um todo, e em que a sociedade trabalhadora se relacione cientificamente com o processo de sua reprodução progressiva, sua

---

<sup>103</sup> MARX, Karl. *O Capital*. Op. cit., p. 220.

<sup>104</sup> *Ibidem*, p. 231.

reprodução em *abundância cada vez maior*; portanto, onde cessa o trabalho no qual o ser humano faz algo que pode ser feito por outra coisa... O impulso incessante do capital para a forma geral de riqueza leva o trabalho para além dos limites da sua insignificância natural [Naturbedürftigkeit], e assim cria os elementos materiais de uma *individualidade rica, tão multifacetada na sua produção quanto no seu consumo*, e cujo trabalho, por isso, já não aparece mais como trabalho, mas como o desenvolvimento *pleno da própria atividade*, da qual desapareceu a necessidade natural em sua forma direta, porque é a *necessidade historicamente criada* que tomou o lugar daquela natural. É por isso que o capital é produtivo isto é, uma relação essencial para o desenvolvimento das forças produtivas sociais. Ele deixa de existir como tal somente onde o desenvolvimento dessas próprias forças produtivas encontra sua barreira no próprio capital.<sup>105</sup>

Como explicitado pelo teórico de Trier, apesar de todos os avanços propiciados às capacidades e necessidades humanas pelo sistema do capital, ele mesmo torna-se criador das próprias barreiras que impede a continuidade do avanço dos homens. A origem de suas barreiras está na mesma razão de seu desenvolvimento histórico: a relação de domínio do capital sobre o trabalho, uma relação explicitamente negativa na qual o trabalho está subsumido ao capital, que existe apenas em função do trabalho e exerce perante este uma relação parasitária, na sua necessidade estrutural de dominar e explorar o trabalho humano. Sobre o domínio do capital, o trabalho tem a sua unidade histórica entre produção e necessidade humana totalmente rompida em detrimento da necessidade da produção da riqueza, que passa a ser a finalidade última da humanidade sobre o domínio do capital.

A produção está pautada no interesse burguês, na necessidade incessante de acúmulo privado da riqueza social. A consequência direta deste modelo de produção capitalista, na qual o trabalho concreto produtor de valor-de-uso está subsumido ao trabalho abstrato produtor de valor-de-troca, é a própria subordinação do valor-de-uso ao valor-de-troca. E, portanto, o que determina o uso e a utilidade de um objeto já não é a necessidade real do produtor, mas a própria necessidade do lucro capitalista. Como nos afirma Méészáros,

tal inadmissibilidade prática de limites no sistema do capital emerge do modo pelo qual a prevalência da relação produtiva anterior com o *uso* é alterada de maneira fundamental no curso do desenvolvimento histórico. Como resultado, “*útil*” torna-se sinônimo de “*vendável*”, pelo que o cordão umbilical que liga o modo de produção capitalista à necessidade humana

---

<sup>105</sup> MARX apud MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. Op. cit., p. 676.



direta pode ser completamente cortado, sem que se perca a aparência de ligação. Simultaneamente, as formas de *troca* anteriormente praticadas –, até então diretamente relacionadas à necessidade humana, quaisquer que fossem suas limitações sob outros aspectos – são superadas pelo domínio do *valor de troca*, de tal modo que, depois disso, não se pode mais conceituar a troca em si a menos que seja definida em termos das transações formalmente equalizadas de mercadorias que ocorrem na estrutura estritamente quantificadora das relações-de-troca reificadas.<sup>106</sup>

Seguindo os escritos de Mészáros, podemos aferir que essa relação de domínio do capital passa a subverter todas as relações humanas – desde a produção, o uso, a troca, assim como as próprias necessidades humanas, que são submetidas ao frio interesse de acumulação incessante – não é mantida com tranquilidade pelo sistema capitalista. Ao contrário, todas essas contradições apenas são possíveis pelo domínio da força do capital em relação ao trabalho, o domínio do burguês em relação ao trabalhador. A sociedade capitalista, descrita por Marx como uma contradição viva, é ela mesma erguida sobre essa que é a maior de todas as contradições: a extração de sobre-trabalho pelo capital. Portanto, toda a unidade expressa por este sistema é mantida artificialmente, já que a própria unidade entre produção e necessidade humana está rompida em detrimento das necessidades opostas do capital.

O teórico húngaro afirma que os antagonismos criados por este sistema coexistem em suas dimensões fundamentais no decorrer de seu desenvolvimento histórico: produção, consumo e circulação. A vitória histórica do desenvolvimento do capital é alcançada graças à unidade artificialmente articulada entre seus fundamentos – o que cria a ilusão de que o sistema e suas contradições antagônicas são apenas barreiras momentâneas que, ao serem superadas, propiciar-lhe-iam um desenvolvimento ilimitado – quando, na realidade, o avanço e o alargamento do capital produzem em igual medida o agravamento de seus antagonismos e contradições, e a construção de uma última barreira intransponível pelo sistema.

É exatamente da falsa unidade dos três fundamentos do capital que se ergue a maior de suas barreiras, construída tijolo a tijolo pela tríplice contradição entre produção e controle, produção e circulação, produção e consumo. Ou seja, da falsa unidade de seus fundamentos emergem-se as contradições inerentes ao funcionamento

---

<sup>106</sup> Ibidem, p. 659.

do sistema do capital, o que expressa que no interior dessa sociedade estão os substratos que possuem elementos que o levam à sua própria negação e falência.

Ainda aliado aos escritos de Mészáros podemos compreender que a ruptura entre produção e necessidade – na qual o produtor subverte a produção para o uso em favor da supremacia do valor-de-troca, pondo um fim à limitação imposta pela soberania da necessidade humana, onde os processos produtivos não estão mais “diretamente atados (e subordinados) às limitações do consumo dado, mas podem antecipar-se significativamente a ele, estimulando, na forma de uma nova reciprocidade tanto a produção como ‘a demanda conduzida pela oferta’”<sup>107</sup> – oferece ao sistema do capital a dinâmica necessária para a sua auto-reprodução.

O próprio uso passa, em certa medida, a estar subordinado pela produção voltada para a troca, invertendo, assim, a lógica histórica socialmente constituída. Tal anomalia social apenas é possível face o controle exercido pelo capital que, com sua força de dominação, impõe aos produtores um processo produtivo no quais estes estão alienados de qualquer forma de controle, assim como totalmente apartados dos meios de produção. Como afirma Mészáros, “primeiro, os produtores são radicalmente separados do material e dos instrumentos de sua atividade produtiva, tornando-lhes impossível produzir para o seu próprio uso, já que nem sequer parcialmente estão no controle do próprio processo de produção.”<sup>108</sup>

A produção apartada dos trabalhadores sob controle da classe burguesa está totalmente voltada para a produção de valores de troca, o que impõe aos trabalhadores recorrer ao mercado de troca capitalista para satisfazer as suas necessidades, tornando-se produtor de valor tanto na produção quanto no uso, reproduzindo, assim, o sistema de acumulação do capital. O segundo momento da ruptura entre necessidade e produção, ocorre porque

as mercadorias produzidas com base em tal separação e alienação não podem emergir diretamente do processo de produção como valores de uso relacionados à necessidade. Elas requerem a intervenção de um momento estranho para suas metamorfoses em valores de uso e para tornar possível a continuidade da produção e reprodução global do sistema do capital. Em

---

<sup>107</sup> Ibidem, p. 660.

<sup>108</sup> Ibidem, p. 624.

outras palavras, já que a grande massa das mercadorias produzidas não pode constituir valores de uso para os seus proprietários (o número comparativamente insignificante de capitalistas) deve entrar na relação de troca do capital – por meio da qual pode funcionar como valor de uso para seus não-proprietários (isso é, majoritariamente os trabalhadores) – para se realizar como valor em benefício da reprodução ampliada do capital.<sup>109</sup>

As pretensões dos escritos de Mészáros estão em expressar as leis do capital que perfazem um todo interligado, constituídas em seus nexos causais, no processo dialético de co-determinação. Leis estas que vão superando os limites impostos pelos modos anteriores de produção construindo um metabolismo totalmente novo que mostra a sua força de domínio em seus menores microcosmos, perfazendo todas as relações humanas pautadas no interesse da troca, assim como em sua estrutura global de atuação onde o comércio mundial de incessantes trocas comerciais propiciam ao capital atingir elevados níveis de acumulação de riqueza.

O capital, como força de dominação, impõe ao trabalhador uma forma de produção heterodeterminada e escravizada pelo poder do capitalista que exerce todo o controle da produção em um singular espaço produtivo. Ou seja, em uma indústria isolada, todo poder expropriado do produtor está nas mãos do capitalista, que explora a força de trabalho e direciona a produção para a sempre crescente extração de mais-valia. A contradição está, no fato de que, diferentemente dos produtores associados, os vários capitalistas que dominam os diversos fragmentos isolados da produção não podem planejar a produção total da riqueza dos homens. Eles se relacionam entre si apenas no processo competitivo pela maior fatia do trabalho excedente, mas nunca em prol de um planejamento da produção global. Portanto, não existe controle da produção total no sistema capitalista, e qualquer anseio de controle não passa de uma vã esperança, pois os diversos fragmentos isolados da produção sempre caminham em direção de um maior acúmulo de riqueza e, portanto, caminham sempre para a expansão sem nenhuma perspectiva de controle.

O autor de *Para Além do Capital*, demonstra que a ausência de unidade entre produção e controle é insuperável, porque, em nenhum momento predominante deste sistema, o controle específico dos diversos microcosmos de produção pode significar

---

<sup>109</sup> Ibidem, p. 624.

uma forma de controle da estrutura do macrocosmo desse sistema. Apesar de sua estrutura totalitária interligada formar uma espécie de metabolismo global, na qual as reduzidas partículas estão diretamente associadas ao todo, o sistema do capital não permite qualquer forma de controle que possa impor restrições às suas leis tendenciais de expansão e acumulação da riqueza. Portanto, a produção total do sistema do capital adquire características anárquicas, e as tentativas de controle por parte de monopólios específicos, oligopólios, ou cartéis, por exemplo, exercem o efeito inverso ao aproximar o sistema ainda mais de seus limites estruturais, como nos mostra Mézáros.

Para as empresas que operam segundo a lógica do capital, a única forma de melhorar as oportunidades de controle é aumentar constantemente sua escala de operação – o que torna a expansão do capital uma exigência absoluta –, não importa o quanto sejam destrutivos em termos globais as conseqüências da utilização voraz dos recursos disponíveis (para os quais as empresas privadas não têm medidas nem preocupações). Sua vantagem relativa é viável e eficaz (enquanto os limites absolutos não estiverem plenamente ativados) pelo aperfeiçoamento da racionalidade e da eficácia parciais de suas operações específicas – pela produção em massa destinada a um mercado global, pelo controle da maior fatia do mercado possível etc. – em conformidade com o imperativo absoluto da expansão do capital que se aplica a todas elas. É o que empurra para a frente não apenas as empresas isoladas, mas também o sistema do capital em geral, trazendo em primeiro lugar o deslocamento de suas contradições e, no devido tempo, a intensificação inevitável e assustadora destas.<sup>110</sup>

A expansão do capital é uma de suas leis tendenciais que permitiu ao sistema apoderar-se e impor sua força de dominação em todos os lugares do globo e criar as condições de dar respostas efetivas às necessidades reais dos homens. Mas as conseqüências diretas de uma expansão incontrolável estão na criação de necessidades artificiais e apetites imaginários, como forma de escoar a produção sempre em expansão em todo o planeta.

O teórico citado acima afirma que o resultado da contradição entre produção e consumo está na imposição do uso dos bens produzidos pelo sistema, no qual o consumo crescente apenas é possível ao ser culturalmente induzido a todos os produtores que estão alienados das suas capacidades de decisão. Portanto, a produção heterodeterminada subverte a lógica histórica do consumo baseada na satisfação das

---

<sup>110</sup> Ibidem, p. 258.

necessidades em favor da reprodução do sistema do capital. Mas a saída para um sistema de produção em constante expansão é a constante ampliação do círculo de consumo, a ampliação em extensão desse círculo de consumo em uma escala mundial ao chegar aos países subdesenvolvidos – como também a intensificação do círculo de consumo por parte das grandes potências capitalistas no interior de suas próprias fronteiras, com a intensificação do consumo nas grandes metrópoles ao promover o chamado consumo de massa, o que leva a dupla exploração do trabalhador: como produtor e consumidor.

A implantação do consumo de massa é viabilizada pela redução do tempo médio de produção dos bens duráveis promovida pelo avanço tecnológico e até mesmo pela aquisição de matéria-prima a baixo custo nos países subdesenvolvidos, o que levou à redução do valor dos bens duráveis produzidos em grande escala, tornando esses produtos acessíveis a uma grande massa de trabalhadores dos países desenvolvidos. Como nos relata Mészáros, os grandes representantes do capital, ao incentivar e propiciar essa modalidade consumo, “perceberam [...] que o surgimento do trabalhador na qualidade de consumidor de massa estenderia radicalmente o mercado, produzindo uma válvula de escape aparentemente, e para eles esperançosamente, sem limites para a expansão capitalista.”<sup>111</sup>

As estratégias do capital, descritas por Mészáros, tentam articular produção e consumo, ao instituir o chamado consumo produtivo, como mecanismo para alargar os horizontes de seus limites absolutos não podem funcionar indeterminadamente. As barreiras imensas de tal modelo social no qual tudo está submetido à lógica universalmente mercantilizadora, onde a produção está indissociável da necessidade cruel do lucro, impõe limites sociais até mesmo à intocável produtividade capitalista, ao subverter o próprio critério de utilidade que deve estar submetido a sempre presente demanda de expansão do sistema, que impõem sérios limites à produção, onde tudo o que não é viável ao sistema está previamente vetado. Mas a contradição explosiva do sistema está no fato de que os limites do consumo humano, mesmo o consumo em massa ao assimilar e oferecer um destino favorável à produção capitalista é infinitamente maior aos próprios limites impostos à produção pelo sistema. Esse

---

<sup>111</sup> Ibidem, p. 537.

antagonismo inerente ao sistema vem se agravando à semelhança de uma grande bola de neve, tal contradição tende a chegar ao momento predominante no qual atinge proporções incontornáveis e extremamente perigosas para a continuidade deste sistema.

De outra forma, as conseqüências de tal modelo produtivo marcado por uma relação predatória do meio ambiente para o homem em sua atual geração, assim como as que virão, com a utilização perdulária dos recursos naturais renováveis e não-renováveis em escala monumental, levam-nos a questionar a continuidade não só deste sistema, mas também da própria existência humana nesse planeta<sup>112</sup>. A esse respeito é esclarecedora a análise de Mészáros:

Pois, enquanto o processo de produção dado segue suas próprias determinações, multiplicando a riqueza divorciada dos desígnios humanos conscientes, os produtores desse processo reificador e alienado devem ser impostos aos indivíduos como “apetites” destes – no interesse do processo de reprodução dominante, sem se levar em conta as conseqüências a um prazo mais longo. Assim, “afastar o terreno natural das fundações de qualquer indústria” não nos livra da necessidade, mas nos impõe cruelmente e difunde universalmente um novo tipo de necessidade em escala mais ampla possível, colocando em risco a própria sobrevivência da humanidade e não apenas o altamente ampliado sistema do capital.<sup>113</sup>

O conjunto da tríplice contradição do capital, descrita pelo filósofo húngaro, encerra-se com a relação antagônica entre consumo e circulação sobre a força deste sistema, pois o sistema do capital enquanto produtor de valor, só pode efetivar-se quando adentrar no âmbito da circulação dos produtos do trabalho humano e sobre este exercer todo o seu domínio e impor sua lógica estruturante de reprodução iminentemente antagônica, fundada na submissão das reais necessidades humanas – o que é apenas possível pela imposição de um controle hierárquico e discriminatório tanto na produção como na circulação (distribuição). O produtor está alienado do poder de

---

<sup>112</sup> Os efeitos ambientais do modo d produção do capital são observados pelas próprias instituições burguesas, pois o próprio Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) reconhece que as mudanças climáticas devem forçar o deslocamento de 50 milhões de pessoas na próxima década. Segundo Wellington Carneiro (Oficial de proteção da ACNUR no Brasil) “Dafur, no Sudão, é um dos primeiros casos de refugiados climáticos, porque, segundo ele, as disputas étnicas foram provocadas pela escassez de recursos causados pelas secas prolongadas na região, localizada entre o deserto do Saara e a África tropical.” O oficial da ACNUR ainda afirma a preocupação com “O provável desaparecimento de pequenas ilhas do Pacífico, como Tuvalu, e as Ilhas Maldivas, no Oceano Indico, por causa do aumento do mar e a desertificação de regiões semi-áridas pode deixar milhares de pessoas sem pátria.” (Jornal O Povo, 02/ 03 / 2009, Ano LXXXII, n° 26. 949, p. 24).

<sup>113</sup> Ibidem, p. 260-261.

definir o destino dos produtos por eles produzidos. O trabalho exteriorizado pelo trabalhador, e presente no objeto por ele transformado em natureza humana, terá a sua distribuição determinada pelos critérios do capital, ou seja, pelo lucro e pela acumulação. Isso subverte o próprio conceito de troca como meio de satisfação das necessidades humanas, aquelas que são impossíveis ao trabalhador atender pelo seu trabalho particular, e para tanto necessita do trabalho social como complemento de sua existência. Portanto, a circulação era, historicamente, o meio de realização do homem através do outro homem. Mas a circulação, agora também ela privada e isolada da decisão da maioria dos homens, é o processo de desumanização do homem sob o controle hierárquico do capital. Como nos relata Mészáros, a lógica da propriedade privada permite aos capitalistas determinar arbitrariamente

O curso da distribuição da riqueza em virtude de sua posição privilegiada na estrutura de comando do capital, como “capitães da indústria” ou como guardiões políticos do Estado burguês. Desse modo, para piorar, eles podem absurdamente elevar a si próprios ao excelso *status* de “criadores de riqueza” de modo a se apropriar, de acordo com a grandiosidade desse *status*, de uma porção importante do produto social para o qual eles não contribuem com absolutamente nenhuma substância.<sup>114</sup>

Nesse sentido, o mesmo autor reflete que a conseqüência direta de tal modelo de organização da vida – no qual produção e circulação formam uma unidade artificial em contradição com a própria necessidade genuinamente humana – é justamente a distribuição desigual e injusta da riqueza social. O controle hierárquico da circulação nas mãos dos “capitães da indústria” ou dos “guardiões do Estado” determina a sua efetivação em prol da acumulação e da auto-reprodução do sistema do capital, ou seja, a distribuição de grande parcela da riqueza social total entre um número reduzido de abastados. Essa realidade leva-os a perceber o imenso antagonismo entre a vida humana e o interesse egoísta de acumulação do capital, já que toda riqueza humana produzida atualmente no planeta, se distribuída em igualdade, seria capaz de manter todas as necessidades básicas humanas do globo. Mas o interesse do sistema e de seus guardiões apenas permite a circulação da miséria e da fome<sup>115</sup> em uma proporção ampla do globo.

---

<sup>114</sup> Ibidem, p. 617.

<sup>115</sup> O sistema que concentra riqueza nas poucas mãos da classe burguesa espalha os números da miséria em todo o globo, segunda a FAO (agência da ONU para agricultura e alimentação) afirma que 14% da

A reflexão de Mészáros indica que a lógica necessária ao sistema impõe a existência de um modelo de circulação hierarquicamente constituído para o escoamento de toda a produção, o que determina uma relação hierárquica entre os Estados-nações produtores de bens duráveis e os Estados-nações essencialmente consumidores e dependentes. Nessa lógica, a permanência forçada dos países da África, Oriente Médio, América do Sul e Central em um subdesenvolvimento forçado é imprescindível ao sistema capitalista ao inseri-los no novo “colonialismo” como um pólo comercial essencialmente consumidor apto a ser explorado e expropriado de suas riquezas naturais. E qualquer pretensão de igualdade entre esses dois mundos, que formam uma unidade antagônica, sem transformar radicalmente esse modelo global de produção, não pode alcançar êxito, já que para

manter a existência do sistema de produção absurdamente ampliado e “superdesenvolvido” do capital “avançado” (o qual depende necessariamente da continuação da dominação de um “vasto território” de subdesenvolvimento forçado) e, ao mesmo tempo, impedir o “Terceiro Mundo” a um alto nível de desenvolvimento capitalista (que apenas poderia reproduzir as contradições do capital ocidental “avançado”, multiplicadas pelo imenso tamanho da população envolvida).<sup>116</sup>

A contradição viva que é a sociedade capitalista carrega em seu interior as reais possibilidades de sua própria superação. A unidade artificialmente articulada entre suas três dimensões fundamentais levou o sistema a todos os recantos do planeta, e elevou potencialmente todas as capacidades humanas. Mas a relação real entre suas três dimensões é marcada pela contradição da submissão entre si, na qual a produção eminentemente humana é subjugada à produção para a troca. O valor-de-uso subsumido ao valor-de-troca, como o único meio da engrenagem de auto-reprodução do capital girar, leva inevitavelmente este sistema ao limite de suas contradições estruturais, que se efetivam em crises econômicas, as quais ocorrem em tempos e tempos, em

---

população mundial passa fome, o que representa um total de 925 milhões de pessoas. UM total de 1,4 bilhões de pessoas sobrevivem como menos de US\$ 1,25 dia, enquanto 2,5 bilhões de pessoas vivem sem saneamento básico e água potável. O debate de acesso saúde na sociedade capitalista não pode solucionar as o numero que aponta 3,5 milhões (equivale a 10% de todas as mortes) de mortes anuais em decorrência da ausência de saneamento e água potável. No Brasil 54% da população não possui saneamento. Este [é o modelo de circulação inerente ao sistema do capital. (Jornal O Povo, 30/ 11/ 2008, Ano: LXXXI, nº 26.861, p. 36).

<sup>116</sup> Ibidem, p. 810.



determinados momentos históricos. São as chamadas crises cíclicas, apontadas por Marx, ainda no *Manifesto Comunista*:

As crises comerciais que, repetindo-se periodicamente, ameaçam cada vez mais a existência da sociedade burguesa. Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já criadas. Uma epidemia, que em qualquer outra época já teria parecido um paradoxo, desaba sobre a sociedade – a epidemia da superprodução.<sup>117</sup>

A análise de Mészáros formulada sobre o alicerce da teoria marxiana, apresenta a tese de que quando a tríplice contradição do sistema atinge proporções incontornáveis, o sistema é inevitavelmente inserido em um período de intensa crise, que põe à mostra as suas imensas rachaduras estruturais. Mas o sistema do capital em toda a sua dinâmica tem encontrado sempre estratégias que impedem a sua completa derrocada e o levam a uma sobrevida de momentânea calma até a ocorrência da crise subsequente. No entanto, face a capacidade do sistema de sempre se desvencilhar das crises, ou mesmo, dissipá-las ou desarmá-las, e ao fato de que as reais contradições que as provocam nunca são atacadas em suas raízes, algo que este sistema não pode realizar, apenas provoca o alargamento e agravamento de suas sérias contradições onde suas falhas estruturais não são superadas, mas apenas acumuladas, ao ponto de adquirirem proporções gigantescas – o que leva a explosão de suas contradições em intensidade nunca sentidas antes e eliminam as possibilidades das antigas estratégias do sistema conseguir absorver os seus efeitos destrutivos. As crises cíclicas de caráter periódico e intensidade inconstante têm as suas causas acumuladas e levam o sistema à ocorrência de uma crise agora em proporção estrutural. Como nos afirma Mészáros,

as premissas e os imperativos operacionais necessários do capital como um modo de controle, tudo o que o sistema poderia realizar seria transformar uma das suas crises periódicas mais ou menos temporárias e conjunturais em uma crise estrutural crônica, afetando diretamente, pela primeira vez na história, toda a humanidade.<sup>118</sup>

A existência de uma crise estrutural como consequência das perturbações crescentes na tríplice contradição do sistema coloca em cheque a capacidade desse

---

<sup>117</sup> MARX, K. e ENGELS, F. *O Manifesto Comunista*. Tradução Álvaro Pina. 1º Edição, São Paulo: Boitempo, 2002, p. 45.

<sup>118</sup> MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. Op. cit., p. 633.

sistema de deslocar indefinidamente suas contradições acumuladas, aproximando-se de seus limites, já que

o capitalismo contemporâneo atingiu um estágio em que a *disjunção radical* entre produção genuína e auto-reprodução do capital não é mais uma remota possibilidade, mas uma realidade cruel com as mais devastadoras implicações para o futuro. Ou seja, as barreiras para a produção capitalista são, hoje, suplantadas pelo próprio capital de formas que asseguram inevitavelmente sua própria reprodução – em extensão já grande e em constante crescimento – como *auto-reprodução destrutiva*, em oposição antagônica à produção genuína.

Nesse sentido, os limites do capital não podem mais ser conceituados como meros obstáculos materiais a um maior aumento da produtividade e de riqueza sociais, enfim como uma trava ao desenvolvimento, mas como um desafio direto à própria sobrevivência da humanidade. Em outro sentido, os limites do capital podem se voltar contra ele, como mecanismo controlador todo-poderoso do sóciometabolismo, não quando seus interesses vierem a colidir com o interesse social geral de aumentar as forças da produção genuína – o primeiro impacto de tal colisão pôde ser sentido, de fato, há muito tempo –, mas somente quando o capital já não for mais capaz de assegurar, por quaisquer meios, as condições de sua *auto-reprodução destrutiva*, causando assim o colapso do sóciometabolismo global.<sup>119</sup>

Conforme o teórico marxista, as contradições estruturais do sistema, para quais os antigos remédios já não surtem mais os mesmos efeitos, apresentam-se próximas de seu limite absoluto. O que é sentido desde a década de 1970 com a presença de uma crise que surge com um caráter universal presente em todos os ramos da produção e das esferas de organização do sistema, como comercial e financeira, por exemplo. Assim como, também, em escala global ao chegar a todos os recantos do planeta dominados pela lógica do capital.

A crise estrutural na qual o modo de produção capitalista está inserido apresenta-se em uma escala de tempo mais ou menos constante, ou seja, é sempre extensiva ou permanente. Mas as suas conseqüências já não se apresentam como as sérias erupções e colapsos presentes em suas antigas aparições periódicas. Em sua modalidade estrutural e constante a crise tem em seu modo de desdobrar-se uma aparência rastejante, com disfunções e complicações sempre presentes ao funcionamento da sociedade capitalista, sendo assimiladas como a nova forma de existência do seu sistema, quando, na verdade, essa é a efetivação perigosa de suas disjunções radicais, que podem vir a assumir novamente as características de intensos colapsos quando o sistema do capital esgotar

---

<sup>119</sup> Ibidem, p. 699.

todos os mecanismos que viabilizam a sua auto-reprodução. A atual crise americana comprava a existência de colapsos mais freqüentes e intensos no interior deste sistema. Veremos esse elemento da realidade com mais afinco ainda neste capítulo, nós tópicos seguintes.

Por hora nos detemos sobre a análise do filósofo húngaro, que expressa a contradição deste sistema ao afirmar que apesar de todas as suas contradições radicais, o capital tem em sua grande dinâmica e capacidade de comando hierárquico os meios de estender a sua sobrevivência em uma escala de tempo impossível de prever. Os novos meios utilizados nas últimas décadas para desvencilhar-se da crise atual vêm obtendo êxito em amenizar os efeitos destrutivos finais, ao conseguir alargar os limites absolutos da sua tríplice contradição – mas as novas estratégias do capital continuam a apresentar um caráter acumulativo das disjunções radicais do sistema.

A unidade artificial propiciada pelo sistema entre produção e consumo deve sua existência prolongada à estratégia do capital de interferir na utilização dos bens produzidos, reduzindo-a a níveis tão baixos que se aproxima a zero, elevando o consumo dos bens produzidos, em especial os bens duráveis.

A produção crescente de bens materiais duráveis é, de certa maneira, implícita aos avanços propiciados pela produtividade, onde uma maior parcela de tempo total de trabalho esteja voltada para a produção de bens de consumo imediato (não-duráveis) é disponibilizada à produção de bens duráveis, que passam a ser produzidos em grande escala. A consequência direta dessa expansão produtiva dissociada da necessidade humana real é uma produção maior do que a capacidade humana de consumo.

A análise do filósofo húngaro, afirma que as estratégias deste sistema possuem a pretensão de equilibrar a relação entre produção e consumo na sociedade capitalista com a efetivação do chamado consumo de massa, e com a redução da taxa de utilização dos bens duráveis com a pretensão de possibilitar um consumo periódico de novas mercadorias, criando, assim, a “sociedade dos descartáveis”. Essa realidade se efetiva quando, por exemplo, um trabalhador adquire uma camisa e com a redução do tempo de uso dessa mercadoria ao mínimo possível, associada com a elevação do poder aquisitivo da classe trabalhadora dos países desenvolvidos, cria a necessidade de aquisição de uma segunda camisa.

A taxa de utilização decrescente também é perceptível, segundo os escritos de Mészáros, na denominada produção destrutiva, na qual o sistema perdulário de produção do capital reduz o tempo de vida útil das mercadorias produzidas. Ou seja, uma mercadoria torna-se rapidamente obsoleta, seja pelo implemento de novas tecnologias ou pela inviabilidade decretada pelo sistema de sua manutenção, o que determina um consumo constante de novas mercadorias, para atender necessidades anteriormente satisfeitas, sejam estas artificiais ou reais. De fato, o interesse do capital é efetivar o objeto produzido enquanto valor-de-troca não importando o desperdício necessário dos recursos naturais e humanos propiciados pela produção destrutiva. Como nos relata Mészáros, as

mercadorias destinadas ao “alto consumo de massa” deixam de ser suficientes para manter longe da porta os lobos da crise de expansão da produção (devido à ausência de canais adequados à acumulação do capital). Torna-se, desse modo, necessário divisar novos meios que possam reduzir a taxa pela qual qualquer tipo particular de mercadoria é usada, *encurtando* deliberadamente sua vida útil, a fim de tornar possível o lançamento de um contínuo suprimento de mercadorias superproduzidas no vórtice da circulação que se acelera. A notória “obsolescência planejada” em relação aos “bens de consumo duráveis” produzidos em massas; a substituição, o abandono ou o aniquilamento deliberado de bens e serviços que oferecem um potencial de utilização intrinsecamente maior (por exemplo, o transporte coletivo) em favor daqueles cujas taxas de utilização tendem a ser muito menores, até mínima (como o automóvel particular) e que absorvem uma parte considerável do poder de compra da sociedade; a imposição artificial da capacidade produtiva quase que completamente inutilizável [...]; o crescente desperdício resultante da introdução de tecnologia nova, contradizendo diretamente a alegada economia de recursos naturais [...]; o “extermínio” deliberado das habilidades e dos serviços de manutenção, para compelir os clientes a comprar dispendiosos produtos ou componentes novos, quando os objetos descartados poderiam facilmente ser concertados [...]. Tudo isso pertence a essa categoria, dominada pelos imperativos e determinações subjacentes para perdulariamente diminuir as taxas de utilização praticáveis.<sup>120</sup>

O mesmo também ocorre com o maquinário produtivo da indústria capitalista, algo que Marx já havia previsto em seus escritos quando afirmou que o sistema burguês de produção “não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção”<sup>121</sup>, essa é a essência de sua existência sem a qual o sistema não pode dar continuidade ao seu desenvolvimento, mas, a contradição deste sistema é exposta por

---

<sup>120</sup> Ibidem, p. 670.

<sup>121</sup> MARX, K. e ENGELS, F. *O Manifesto Comunista*. Op. cit., p. 43.

Mészáros quando este afirma que o mesmo elemento que garante a sua permanência, ao provocar um imenso desperdício dos recursos naturais existentes no planeta, coloca em risco a própria permanência da sociedade capitalista, já que a

Devastação sistêmica da natureza e a acumulação contínua do poder de destruição – para as quais se destina globalmente uma quantia superior a um trilhão de dólares por ano – indicam o lado material amedrontador da lógica absurda do desenvolvimento do capital.<sup>122</sup>

Mas quando os dois mecanismos anteriores não surtem mais os efeitos esperados pelo sistema, a taxa decrescente de utilização como uma tendência insuperável do capital passa, então, a atingir o próprio trabalho vivo – devido à redução do tempo de produção propiciado pelo avanço tecnológico associada ao maior controle concretizado pela divisão do trabalho em caráter vertical e horizontal – reduz o tempo total de trabalho vivo necessário para a efetivação da produção. Isso possibilita ao sistema do capital a redução de custo com a eliminação de parte do trabalho vivo do processo produtivo, ou seja, é a redução da taxa de utilização do trabalho vivo que nos leva à situação de desemprego em massa, que surge como uma tendência estrutural desse sistema, como nos mostra Mészáros, já que

Só quando o potencial das duas primeiras dimensões – tal como manifestas em relação a (1) bens e serviços; e (2) instalações e maquinário – para afetar as contradições inerentes à taxa de utilização decrescente não conseguir um efeito suficientemente abrangente, somente então será ativado o selvagem mecanismo de expulsão em quantidades maciças de trabalho vivo do processo de produção. Isto assume a forma de *desemprego em massa*, mesmo nos países mais avançados, independentemente de suas conseqüências para a posição da “massa consumidora”, e das necessárias implicações de decadência da posição do consumidor na “espiral descendente” de desenvolvimento das economias envolvidas.<sup>123</sup>

Sob tais circunstâncias, quando uma proporção sempre crescente de trabalho vivo se torna força de trabalho supérflua do ponto de vista do capital, o próprio desemprego adquire uma existência constante no sistema, no qual a sua ocorrência apenas agrava-se no interior do mesmo, adquirindo a característica de desemprego estrutural, o que possui conseqüências explosivas para o sistema, já que “do ponto de

---

<sup>122</sup> MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. Op. cit., p. 801.

<sup>123</sup> *Ibidem*, p. 674.

vista do capital – o trabalho não é apenas um ‘fator de produção’, em seu aspecto de força de trabalho, mas também a “massa consumidora” tão vital para o ciclo normal da reprodução capitalista e da realização da mais-valia”.<sup>124</sup> Portanto, o desemprego estrutural tem conseqüências explosivas para o sistema ao elevar as contradições entre produção e consumo, assim como entre produção e circulação a níveis extremos, face uma parcela cada vez mais ampla de produtores em situação de desemprego que estão excluídos do próprio consumo dos bens superproduzidos, o que também inviabiliza a contínua circulação desses bens órfãos de consumidores. A inexistência de consumo e circulação inviabiliza a produção de uma grande quantidade de valor-de-troca, o que gera a necessidade de redução de boa parte da produção para troca, ou seja, mais trabalho supérfluo. As contradições do capital interligadas se agravam mutuamente, até atingir um nível extremo em que a tênue unidade artificial entre produção, consumo e circulação não poderá continuar de pé. Este é o momento no qual as contradições chegam a proporções insuportáveis. É a efetivação do colapso e erupção de um sistema agonizante perante sua crise estrutural já presente.

No entanto, a análise de Mészáros nos permite aferir que o modelo de circulação e consumo – no qual a ampla maioria da população mundial está excluída do acesso a boa parte da riqueza produzida – o único viável a este sistema produtivo, encontra ainda mecanismo para o prolongamento de sua existência. A saída encontrada pelo sistema está justamente na elevação sempre constante do consumo da população minoritária que domina uma ampla parcela da riqueza do planeta, para tanto se transforma o “luxo em necessidade, tanto para os indivíduos como para seu sistema de reprodução sociometabólico”<sup>125</sup>, para a sua perpetuação.

Todavia, mesmo a implantação do luxo enquanto necessidade de forma isolada não é suficiente para dar uma sobrevida a este sistema. Um dos mecanismos mais efetivos para contenção da crise é colocado em prática pelo mecanismo central de poder do capital, o Estado, com a ativação de seus potenciais bélicos – já que o sistema do capital possui em sua história um constante agravamento da competição entre as potências capitalistas, as quais são forçadas a trocar a mesa de negociações por uma

---

<sup>124</sup> Ibidem, p. 672.

<sup>125</sup> Ibidem, p. 260.

forma de disputa mais rentável ao próprio sistema como nas duas guerras mundiais do século XX, nos quais as disputas existentes pela divisão dos diversos mercados mundiais foram solucionadas pela convincente diplomacia do fuzil.

As crises bélicas surgem, elas mesmas, como solução para as crises econômicas capitalistas, ao elevar as capacidades de consumo do sistema e levar a destruição uma grande capacidade de forças produtivas. O exemplo emblemático é a segunda grande guerra (1940-1945) que surge após a crise econômica de 1929-1933, a qual balançou as estruturas desse sistema com a famosa quebra da bolsa de valores de Nova Iorque. Apenas após a guerra, o sistema do capital conseguiu retomar níveis de crescimento semelhantes aos apresentados antes da crise. Apesar de todos os méritos serem ofertados à metodologia keynesiana, implantada na década de 1930 após a crise, “o verdadeiro fundamento material da expansão foi o novo dinamismo do complexo militar-industrial”<sup>126</sup> reforçado durante a guerra e ao seu final associada à lógica de expansão do capital tornando-se um importante mecanismo de manutenção da viabilidade do sistema patrocinada pelo próprio Estado. Portanto, em um contexto de crise estrutural, o complexo militar-industrial cumpre duas importantes tarefas em favor da manutenção do sistema:

A primeira [...] é a transferência de uma porção significativa da economia das incontroláveis e traiçoeiras forças do mercado para as águas seguras do altamente lucrativo financiamento estatal. [...] A segunda função não é menos importante: deslocar as contradições devidas à *taxa decrescente de utilização* que se evidenciaram dramaticamente durante as últimas décadas de desenvolvimento nos países de capitalismo avançado.<sup>127</sup>

A sociedade capitalista submete a necessidade humana da forma mais grotesca ao impor à humanidade o complexo militar, este que vai de encontro à própria existência humana ao carregar em si a possibilidade de extinção da vida humana. O complexo militar supera as limitações impostas pela necessidade real e até mesmo pelo apetite de consumo ao reestruturar consumo e produção. A produção parasitária do complexo militar que aloca uma crescente massa de recursos humanos e materiais que se auto-consome – ou seja, o complexo militar-industrial é ao mesmo tempo produtor e consumidor – não necessita da relação de troca. Ao sair da fábrica, já insere valor

---

<sup>126</sup> MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. Op. cit., p. 685.

<sup>127</sup> *Ibidem*, p. 809.

àquela mercadoria (basta observar a máquina de guerra dos Estados Unidos, a maior do planeta, em ação no Iraque despejou até aqui 2 trilhões<sup>128</sup> de dólares no confronto bélico iniciado sobre o governo de Bush filho, que tentou justificar o orçamento bélico astronômico daquele país).

O potencial destrutivo armazenado pelos grandes países capitalistas tem a capacidade de eliminar a vida humana no planeta sobre a ocorrência de uma terceira guerra mundial<sup>129</sup>. Entretanto, mesmo que essa capacidade destrutiva não seja colocada em prática pelo sistema, os prejuízos causados pela utilização perdulária dos recursos naturais para o abastecimento desses imensos complexos militares já exhibe um enorme potencial destrutivo com sérias repercussões à vida no planeta. Esta é a forma mais radical de desperdício adotada pelo sistema com a chamada destruição produtiva na qual ocorre com “a destruição direta de vastas quantidades de riqueza acumulada e de recursos elaborados – como maneira dominante de se livrar do excesso de capital superproduzido.”<sup>130</sup> Mas a análise empreendida nos mostra que tal modelo de produção destrutiva já não é exclusividade da indústria bélica, mas torna-se a regra de toda produção do capital em crise. E a razão para que tal modelo de produção torne-se viável aos

parâmetros do sistema de produção estabelecido, é que *consumo e destruição* vêm a ser *equivalentes funcionais do ponto de vista perverso do processo de “realização” capitalista*. Desse modo, questão de saber se prevalecerá o consumo normal – isto é, o consumo humano de valores de uso correspondentes às necessidades – ou do “consumo” por meio da destruição é decidida com base na maior adequação de um ou de outro para satisfazer os requisitos globais da auto-reprodução do capital sob circunstâncias variáveis.”<sup>131</sup>

---

<sup>128</sup> Jornal O Povo, p. 30, 05/ 12/ 08, Ano: LXXXI, nº 26.8660

<sup>129</sup> Novamente os dados dos organismos internacionais burgueses comprovam a nossa análise teórica. Basta observarmos o pronunciamento do atual presidente da assembléia geral da ONU, citado na coluna de Leonardo Boff, o nicaraguense Miguel d’Escoto, que denunciava em seu “discurso inaugural em meados de outubro: existem aproximadamente 31.000 ogivas nucleares em depósitos, 13.000 distribuídas em vários lugares do mundo e 4.600 em estado de alerta máxima, quer dizer, prontas para serem lançadas em poucos minutos. A força destrutiva destas armas é aproximadamente de 5.000 megatons, força que é 200.000 vezes mais arrasadora que a bomba lançada sobre Hiroshima. Somada com as armas químicas e biológicas, pode-se destruir por 25 formas diferentes toda a espécie humana.” (Jornal O Povo, p. 30, 05/ 12/ 08, Ano: LXXXI, nº 26.8660).

<sup>130</sup> MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. Op. cit., p. 679.

<sup>131</sup> *Ibidem*, p. 679.



Mészáros afirma, ainda, que as estratégias aqui apontadas para a superação das contradições do capital surtem o efeito contrário. O máximo que o sistema conseguiu foi desvencilhar-se ou afastar temporariamente as conseqüências diretas de suas contradições, o que resulta na acumulação constante de seus antagonismos. Portanto, as rachaduras estruturais do sistema são insuprimíveis e as suas reformas apenas escondem os efeitos auto-destrutivos deste modelo de organização da vida.

Apesar dos representantes do capital continuarem afirmando a sua eternidade e a ausência de alternativa para a humanidade e de que o sistema sobreviveu e superou todas as crises por quais passou, um estudo rigoroso do atual momento histórico reafirma a análise marxiana de que o sistema capitalista possui um caráter essencialmente transitório. Na medida em que as suas possibilidades de expansão e acumulação continuada parecem estar atingindo os seus limites, ao deparar-se com uma crise que resulta do próprio rompimento da relação centrífuga do sistema, as fracas ligações entre suas três dimensões fundamentais estão rachadas, o que impede que a roda capitalista continue a girar na velocidade necessária à reprodução do sistema.

Mészáros descreve, ainda, que devido à lógica espiral de funcionamento do sistema, a produção voltada para a extração de mais-valia efetiva-se na circulação e no consumo, e o mais-valor produzido retorna novamente ao início, gerando acumulação de capital, e mais produção. O capital acumulado deve sempre ser inserido no processo de circulação, pois o intuito do sistema capitalista é sempre gerar mais-valia. É essa lógica que faz a roda do sistema girar. Mas o rastejar constante da crise estrutural parece enguiçar a engrenagem do sistema, na qual o consumo já não se efetiva nas proporções necessárias para escoar a superprodução e a própria circulação não se realiza, o que leva invariavelmente ao momento em que a roda simplesmente quebre – já que a atual crise assume as características de um “padrão linear de movimento [...] um *continuum depressivo*, que exhibe as características de uma crise *cumulativa, endêmica* mais ou menos permanente e crônica, com a perspectiva última de uma crise estrutural cada vez mais profunda e acentuada.”<sup>132</sup>

A perspectiva da atual crise estrutural descrita por Mészáros não afirma a teoria da III Internacional Socialista que conclama a teoria do colapso do sistema capitalista,

---

<sup>132</sup> Ibidem, p. 697.

tese essa descrita por Gorender<sup>133</sup>, a qual afirma que o sistema do capital caminha invariavelmente em direção a sua auto-destruição. A organização operária manipulada pela burocracia stalinista apontava a vitória do “socialismo real” ao ser confirmada a tendência insuperável do sistema capitalista ao colapso completo, o que afirmaria a vitória socialista em âmbito global. Contudo, a história comprova o equívoco dessa teoria, de modo que ao demonstrar que e o sistema capitalista mesmo sob a crise estrutural mais profunda não caminha diretamente a sua auto-dissolução. A análise de Mészáros<sup>134</sup> nega a teoria do colapso e conclama a famosa epígrafe de Rosa Luxemburgo, “socialismo ou barbárie” como o resumo das possibilidades humanas.

A crise não leva a dissolução do sistema do capital, mas pode levar a constituição de uma sociedade híbrida<sup>135</sup>, uma sociedade onde os valores individualistas do sistema capitalista seriam levados ao extremo, sob a ordem do sobrevivem os mais fortes: a sociedade da barbárie. A referida configuração social representa a continuidade de uma sociedade ainda pautada sobre a circulação de valores-de-troca, a descontinuidade dentro da continuidade, pois a estrutura capitalista passaria a efetivar-se sobre a égide da escassez dos meios mais básicos à continuidade da existência humana. Escassez essa que tem sua origem confirmada na lógica de produção destrutiva deste sistema, portanto, a continuidade desta estrutura destrutiva possui sérias tendências a conduzir a humanidade a uma realidade bárbara, na qual a luta pela sobrevivência transforme-se em uma luta de vida e morte diária. Algo semelhante a uma realidade de guerra constante, que levam certamente a conflitos de grupos armados, como os recentes exemplos em Haiti e Darfur.

---

<sup>133</sup> GORENDER, Jacob. In: *O capital*. 1983/1985. (Os Economistas).

<sup>134</sup> MÉSZÁROS, István. *O Século XXI: Socialismo ou Barbárie?* Tradução Paulo Cezar Castanheira – 1º edição, São Paulo: Boitempo, 2003.

<sup>135</sup> Este o termo utilizado por Mészáros para definir os regimes auto denominados de “socialismo real”, os quais na análise do autor conseguem superar o modelo de sociedade capitalista, contudo, não foram capazes de ultrapassar a força de controle do próprio capital, dando origem às sociedades híbridas. O modelo de sociedade designado de barbárie também é referida pelo o mesmo autor, como uma sociedade híbrida, na qual predomina a força estrutural do capital, mas em modelo societário em que sua lógica centrífuga não pode efetivar-se, ou seja, a sua estrutura metabólica é incapaz de concretizar-se efetivamente. O resultado prático desta questão é a impossibilidade de concretização do modelo de ordem liberal, inviabilidade dos instrumentos de controle pelo consenso. Já que a política do consenso não pode existir em forma social na qual a mínimas necessidades deixam de ser asseguradas a uma numero significativo de indivíduos.

A solução para superar as contradições desse sistema, que se efetiva em sua crise agora constante, passa não pelo aprofundamento de suas contradições a níveis extremos, pois tal tendência deve conduzir invariavelmente à humanidade não a superação deste modelo contraditório de organizar a vida, mas deve conduzi-lo exatamente ao modelo societário denominado de barbárie. Outrossim, a superação dessa sociedade das contradições passa pela organização da luta da classe trabalhadora, organização da luta política que tenha força para efetivar uma revolução social, que inicie a superação desse sistema perdulário. Noutros termos, a superação de sua lógica organizativa, da estrutura de domínio do capital, inicia-se com a efetivação da revolução como o primeiro passo rumo a supra-sunção do trabalho alienado, da relação de domínio do capital sobre o trabalho: “tomar de assalto os céus”, reconstruir o céu em toda totalidade social, com a superação da existência divinizada do Estado burguês, já que a estrutura de domínio do sistema capitalista ergue-se sobre o tripé: trabalho abstrato, capital e Estado. Assim, a superação desse sistema concretizar-se-á na superação de sua estrutura, em especial da base sobre a qual este sistema se concretiza, pois como afirma Mészáros: “devido à inseparabilidade das três dimensões do capital plenamente articulada – capital, trabalho e Estado –, é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e o Estado.”<sup>136</sup>

A superação da sociedade capitalista e a conseqüente construção de uma nova estrutura societária pautada na auto-gestão dos espaços de reprodução da vida, se concretiza não apenas com a destruição da estrutura previamente existente da sociedade capitalista, mas se constitui na ruptura radical com o modelo societário anterior, em uma relação dialética na qual a continuidade co-existe no interior da descontinuidade revolucionária. Trotski se refere a constituição da sociedade socialista e a superação dos elementos capitalista remanescentes no interior da novo modelo societário, quando afirma que:

Os problemas do Estado e do dinheiro possuem vários aspectos em comuns, pois ambos se reduzem, no fim de contas, ao problema essencial: a produtividade do trabalho. A coação estatal e monetária pertencem a herança da sociedade dividida em classes, que só pode determinar as relações entre os seres humanos com a ajuda de fetiches religiosos ou laicos, que são

---

<sup>136</sup> Ibidem, p. 600-601.

colocados sob a proteção do mais terrível de todos, o Estado, com um grande punhal nos dentes. Na sociedade comunista, tanto o Estado como o dinheiro desaparecerão. O seu desaparecimento progressivo deve começar sob o regime socialista. Só poderá falar de vitória real do socialismo a partir do momento em que o Estado não seja mais que um semi-Estado e o dinheiro comece a perder a sua força mágica. Isto significará então que o socialismo, libertando-se dos fetiches capitalistas, começa a estabelecer entre os seres humanos, relações, mais livres e mais dignas.<sup>137</sup>

Superar o Estado, o trabalho abstrato, o dinheiro como o meio da circulação que se pautava na produção de valor, eis alguns dos objetivos da Revolução de Outubro – da qual Trotski<sup>138</sup> foi uma das grandes lideranças – a qual inaugura as lutas vitoriosas no século XX. O exemplo Russo levou vários países burgueses da Europa a enfrentar os levantes operários na Itália, Alemanha, Hungria, mas a classe operária que empunhou armas nesses países foi derrotada. A revolução de 1917 rompe o elo mais fraco da corrente capitalista na Rússia feudal, mas fica isolada em sua vitória, de modo que as derrotas operárias espalham-se pelo mundo e tiveram efeitos devastadores para a própria Revolução Socialista.

Não podemos refletir aqui sobre a história da derrocada soviética, mas apontá-la é essencial para entendermos as crises no século XX, tanto a crise de 1929 como a crise atual em seu caráter estrutural, já que é sobre os efeitos da crise de 1929, que a organização operária se levanta novamente sobre o seu algoz. Espanha, Alemanha, entre outros, empunham armas em luta contra as causas da crise e não sobre os seus efeitos. O exemplo soviético provoca uma radicalização dos conflitos de classe nos principais países capitalista em crise, o espectro comunista volta a rondar o velho continente e os demais recantos do mundo.

Após 1917, a ânsia operária por superar o sistema capitalista não alcança êxito, a crise e a disputa imperialista pelos mercados do mundo impõem uma segunda guerra mundial. A saída momentânea da crise capitalista é conquistada sobre uma ampla reformulação no modo de acumulação vigente e nas próprias superestruturas do Estado,

---

<sup>137</sup> TROTSKI, Leon. *A Revolução Traída*, Ed. Instituto José Luís e Rosa Sundermann, São Paulo, 2005, p. 89.

<sup>138</sup> Trotski vai ser um dos responsáveis por analisar tais conseqüências deste isolamento e a luta política que estabelece-se na então União Soviética, com a ascensão Stalinista ao poder, e sobre suas conseqüências para a luta socialista.

como afirma Trotski em sua análise contundente: a social democracia provoca a derrota da revolução socialista.

A Historia aponta que a burguesia conquista sobrevida ao seu sistema perdulário seguindo parte das receitas já revistas por Marx em 1848, quando responde a própria retórica: “E de que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos.”<sup>139</sup>. Soma-se a essas tendências inerentes à racionalidade capitalista a constante tendência, apontada por Marx no mesmo texto, e já aqui citada anteriormente, de revolucionar incessantemente a sua base produtiva, tendência essa que é acelerada em momentos de crise. Mas na passagem a seguir Marx aponta as conseqüências futuras de tais tendências, que momentaneamente o sistema capitalista encontra para as suas crises cíclicas, “A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios de evitá-las”<sup>140</sup>.

As análises de Mészáros, sob a qual fundamentamos a nossa discussão sobre a crise, vão de encontro a reflexão marxiana realizada ainda no Manifesto de 1848. A conclusão que chegamos é que impossível analisar a atual crise – que supera a sua existência cíclica e adquire uma característica constante – sem refletirmos sobre as crises anteriores, bem como as suas conseqüências sobre o atual contexto histórico.

Portanto, a crise de 1929 está diretamente interligada à atual crise americana, como uma crise dentro da crise que é estrutural. Para refletirmos então, sobre a atual crise e suas conseqüências sobre o âmbito da educação, passaremos a análise da estrutura das crises anteriores e suas estratégias de sobrevida do sistema. Assim como, discutiremos a importância do Estado moderno, enquanto terceiro elemento do tripé a ser analisado, destacando sua importância na manutenção deste sistema perdulário.

---

<sup>139</sup> MARX, K. e ENGELS, F. *O Manifesto Comunista*. Op. cit., p. 45

<sup>140</sup> *Ibidem*, p. 45.

## **2.2 O Estado e a Superestrutura do Capital face sua Crise Estrutural**

O discurso dos defensores do sistema capitalista presente na grande mídia “esbraveja aos quatro cantos” que o sistema vive sobre a existência de periódicas crises e que o mesmo sobreviveu a todas elas, pintando-o como a figura mitológica da ave fênix, que “ressurge das cinzas”, mais poderosa. Os períodos de crises são interpretados pelos apologistas do capital como um momento de transformações positivas sobre o sistema, tais análises enxergam na atuação do mercado uma lógica evolucionista ao determinar a sobrevivência das economias fortes o suficiente para resistir às intempéries do capital.

Podemos presenciar após o colapso do sistema financeiro americano em setembro de 2008, os jornais e programas de televisão exibir em abundância as reflexões dos teóricos liberais que descrevem receitas as mais diversas para a solução da crise. Os Estados nacionais dos diversos países, por sua vez, divulgam seus pacotes anti-crise. Porém, a crítica marxista revela que o discurso liberal é reflexo de uma análise fenomênica sobre a crise. Os teóricos burgueses com a visão manchada pela sua ideologia de classe e seus interesses individuais são incapazes de revelar que a origem essencial da crise capitalista está na contradição entre propriedade privada dos meios de produção e os interesses sociais, ou seja, a contradição entre produção e a necessidade social - vimos com Mézáros, no tópico anterior, que o sistema de produção regido sobre a estrutura metabólica do capital impõe à produção sua necessidade de expansão e acumulação em detrimento das necessidades humanas.

Para o pensamento dominante, é impossível refletir sobre essa contradição estrutural, pois a visão burguesa possui sensibilidade suficiente apenas para entender a descida dos números da taxa de lucro do sistema capitalista. Já vimos que a queda da taxa de lucro surge como meio de efetivação e confirmação das crises econômicas no seio do sistema capitalista. Nossa análise recuperou os fundamentos das crises de superprodução apontando para a existência de rachaduras estruturais na base deste sistema, as quais se evidenciam ao centrarmos nosso olhar sobre a tríplice contradição deste sistema, entre produção e controle, produção e circulação, produção e consumo.

Apesar da crítica marxista apresentar a estrutura contraditória deste sistema como a razão histórica da existência das crises capitalistas, as estratégias de controle da crise incrementada pela burguesia não buscam enfrentar os fundamentos que dão origem à crise, mas as ações dominantes possuem como principal finalidade apenas a solução de questões imediatas e mediatas. O que é perceptível dado o interesse da classe dominante na elevação do nível da taxa de lucro a valores satisfatórios aos seus interesses de acumulação.

É com esse propósito que a superestrutura do sistema é alterada, e o modo de produção capitalista reforma-se com uma nova face ideológica, política e cultural, passando a ser – essa superestrutura – reconstituída para que o sistema do capital possa adquirir uma nova sobrevida. Mas a essência das contradições estruturais do sistema, causadora real da crise, permanece intocável. A análise marxiana revela o caráter de determinação entre estrutura e superestrutura, sob a qual são expressas as contradições dos diversos modelos produtivos, vejamos:

na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então.<sup>141</sup>

As crises econômicas burguesas não impõem uma transformação radical da sociedade, nem acarretam uma ruptura estrutural do atual sistema, mas imputam a necessidade de um movimento transformador no interior de sua superestrutura – criando as condições necessárias para a continuidade deste sistema quando permite a manutenção do atual modelo de propriedade privada. Ou seja, a transformação da

---

<sup>141</sup> MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Tradução Maria Helena Barreiro Alves, 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 24-25.

superestrutura deste sistema concretiza-se como um movimento de descontinuidade no interior da continuidade das bases fundamentais deste sistema.

Portanto, reconhecemos o potencial transformador da crise, mas apontamos os seus limites e rechaçamos o seu caráter fetichista que advém da concepção liberal de mercado, a qual pondera sobre a capacidade deste de regular este sistema e descreve o mercado enquanto uma força eterna de ordenamento das relações humanas. Em nenhum momento, o mercado caminha para o equilíbrio nem sua atuação espontânea seria capaz de fazer o sistema capitalista voltar a trilhar os rumos das elevadas taxas de lucro apresentadas no período que antecede a crise.

A impossibilidade do mercado reconstituir-se de forma autônoma é corrigida parcialmente pela atuação direta do ente centralizador do poder político neste modelo societário, nos referimos ao Estado. A análise marxiana expressa por Mészáros confirma nossa proposição, ao afirmar que o sistema capitalista não poderia funcionar adequadamente sem a intervenção constante do Estado enquanto centro do poder capitalista. Como a personificação do poder do capital, o Estado é o meio principal pelo qual a sociedade capitalista se mantém como modo hegemônico de organização da vida e conseqüentemente um instrumento prioritário para soerguer a sua taxa de lucro.

É na atuação do Estado perante as crises que o seu caráter de classe fica em evidência. O socorro milionário aos membros da classe burguesa contrasta com a manutenção insensível dos números da fome. Mais do que nunca, a análise de Lênin fica à prova: o Estado é uma arma a serviço de uma classe, uma arma que serve à opressão da classe dominada. Mészáros concordando com a análise de Lênin, descreve o Estado, como o meio da burguesia perpetuar seu domínio sobre a classe trabalhadora, um Estado que surge como personificação do domínio do capital sobre o trabalho. Na continuidade desta análise do Estado, enquanto poder central do capital, Mészáros expressa a sua força de determinação do real em defesa desse sistema ao consolidar-se como uma estrutura do capital e por possuir, ele próprio, uma superestrutura. Como nos afirma o autor,

seria completamente equivocado descrever o próprio Estado como uma superestrutura. Na qualidade de estrutura totalizadora de comando político do capital (o que é absolutamente indispensável para a sustentabilidade material de todo o sistema), o Estado não pode ser reduzido ao *status* de



superestrutura. Ou melhor, o Estado em si, como estrutura de comando abrangente, tem sua própria superestrutura – a que Marx se referia apropriadamente como “superestrutura legal e política” – exatamente como as estruturas reprodutivas materiais diretas têm suas próprias dimensões superestruturais. [...] Da mesma forma, é perfeitamente inútil perder tempo tentando tornar inteligível a especificidade da categoria “*autonomia*” (especialmente quando se expande esta idéia para significar “independência”) ou de sua negação. Como estrutura de comando político abrangente do sistema do capital, o Estado não pode ser autônomo, em nenhum sentido, em relação ao sistema do capital, pois ambos são um só e inseparáveis. Ao mesmo tempo, o Estado está muito longe de ser redutível às determinações que emanam diretamente das funções econômicas do capital. Um Estado historicamente dado contribui de maneira decisiva para a determinação [...] das funções econômicas diretas, limitando ou ampliando a viabilidade de algumas contra outras.<sup>142</sup>

A inseparabilidade entre Estado e capital está expressa na sua atuação de classe em grandes proporções nos períodos de crise, seja a crise clássica de superprodução ou suas conseqüentes crises sociais e políticas, quando o Estado expõe sua força bélica de proteção ao sistema capitalista.

No exemplo emblemático da crise de 1929, contra o levante revolucionário que o precedeu, o Estado armou-se com dinheiro e fuzil, com a pretensão de derrotar a crise política alavancada pela efervescência socialista em diversos locais do globo. O êxito momentâneo concretiza-se na instalação de uma nova superestrutura política, ideológica e cultural de reprodução material do sistema como saída fenomênica da crise.

O estouro da crise de 1929 é sentido na devida proporção da redução da taxa de lucro do sistema. As soluções capitalistas, apenas alcançaram efeito com a destruição de uma grande quantidade de capitais com a instalação de uma guerra que cumpre a tarefa de elevar o consumo e consolidar o complexo industrial militar como meio para amenização da contradição entre produção e circulação – agravada pelo desemprego em massa provocado pela crise.

A destruição das forças produtivas é posta em marcha pela crise e, como afirma Marx, resta ao capital cumprir a sua tendência histórica de revolucionar constantemente sua base produtiva, pois, como o filósofo alemão afirma, “A indústria moderna nunca considera nem trata como definitiva a forma existente de um processo de produção. Sua

---

<sup>142</sup> MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. Op. cit., p. 119.

base técnica é revolucionária, enquanto todos os modos anteriores de produção eram essencialmente conservadores”<sup>143</sup>.

A característica revolucionária da base produtiva deste sistema tem seu movimento acelerado em decorrência de suas crises que o obriga a uma reestruturação da base produtiva como meio de intensificação da extração de mais-valia relativa e absoluta enquanto mecanismo de incorporação da taxa de lucro do sistema.

Essa tendência do sistema é cumprida nos elementos de descontinuidade dentro da continuidade inerente à crise e na relação dialética entre tais processos, onde as transformações superestruturais se realizam em uma relação de co-determinação. Concordamos com Coggiola quando este afirma que não se deve considerar “o progresso científico e técnico, como se faz comumente, como uma variável independente, portadora de soluções miraculosas para a crise, mas como uma variável dependente do conjunto do sistema econômico e social.”<sup>144</sup> Portanto, não partimos da análise de que a crise é o único elemento determinante da reestruturação produtiva do capital, mas a sua ocorrência leva tal sistema a uma intensa transformação de sua superestrutura em todas as dimensões, levando à aceleração da constante revolução tecnológica nutrida sobre bases de acumulação e expansão do capital.

Analisaremos esse processo transformador da superestrutura capitalista nos tópicos que se seguem, refletindo sobre a transformação política e ideológica do Estado, assim como, sobre o padrão de acumulação e as repercussões desse processo nas esferas da cultura e da educação.

### 2.2.1 O Estado e o Padrão de Regulação Social

Para percebemos o elemento determinante das crises nas formas de organização da produção no sistema capitalista, basta expor os dados de Almeida<sup>145</sup>, quando este aponta as diversas crises desde o século XVIII, as decorrentes transformações na base reprodutiva e do meio de extração da mais-valia no sistema capitalista. A crise de 1929

---

<sup>143</sup> MARX, Karl. *O Capital*. Op. cit., p. 551.

<sup>144</sup> COGGIOLA, Osvaldo. *Universidade e Ciência na Crise Global*. São Paulo: Xamã, 2001, p. 75.

<sup>145</sup> ALMEIDA, Eduardo. *Está se Abrindo uma Nova Onda Longa Recessiva*. Op. cit., p. 42-43.

é apontada como a consolidação no interior do maquinário elétrico, ao efetivar a superação da indústria à base da máquina a vapor.

Contudo, as mudanças são bem mais amplas do que uma simples reformulação da base energética. A década de 1930 concretiza o modelo fordista associado ao taylorismo como o principal paradigma de organização da produção industrial capitalista. A análise de Antunes expressa que o binômio fordismo/taylorismo enquanto padrão produtivo estruturou-se

com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor dos veículos. Paralelamente à perda de destreza do labor operário anterior, esse processo de desantropomorfização do trabalho e sua conversão em apêndice da máquina-ferramenta dotavam o capital de maior intensidade na extração do sobretrabalho. A mais-valia extraída extensamente, pelo prolongamento da jornada de trabalho e do acréscimo da sua dimensão absoluta, intensificava-se de modo prevaemente a sua extração intensiva, dada pela dimensão relativa da mais-valia. A subsunção real do trabalho ao capital, própria da fase da maquinaria, estava consolidada.

Uma linha rígida de produção articulava os diferentes trabalhos, tecendo veículos entre ações individuais das quais a esteira fazia as interligações, dando o ritmo e o tempo necessário para a realização das tarefas. Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela mescla da produção em serie fordista com o cronômetro taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução. Para o capital, tratava-se de apropriar-se do *savoir-faire* do trabalho, “suprimindo” a dimensão intelectual do trabalho operário, que era transferida para as esferas da gerência científica. A atividade de trabalho reduzia-se a uma ação mecânica e repetitiva.<sup>146</sup>

Podemos aferir, a partir da descrição acima, que o fordismo é a concretização da lógica fragmentaria da produção, do trabalho alienado, já apontado por Marx nos primórdios da indústria moderna. O complemento dessa lógica de organização do processo produtivo no seio da indústria moderna do século XX está na implantação do taylorismo enquanto base científica da organização da produção. Taylor impõe um caráter de cientificidade ao fragmentado gesto técnico, na medida em que estuda a base motora do processo de trabalho nas linhas de produção, planejando cada ação de trabalho sobre a lógica de economia de tempo e energia fornecendo maior rentabilidade ao trabalho. A partir das formulações de Taylor aprofunda-se a existência do “operário

---

<sup>146</sup> ANTUNES, Ricardo L. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Boitempo Editorial, 1999, p. 37.

máquina”, no qual este atua como simples apêndice da máquina, devendo executar o gesto técnico de trabalho até a perfeição, sobre o controle do cronômetro e tendo a esteira como elemento de interligação da cooperação operária. A análise de Antunes também descreve a produção fordista como detentora de uma organização vertical, rígida e hierarquizada, a qual utiliza-se de um exército de operários semi-qualificados para a produção em massa. O sistema capitalista, ao mesmo tempo em que cria o operariado em massa constitui o consumo em massa – a expansão extensiva descrita no primeiro tópico deste capítulo – possibilitando a efetivação do modelo de acumulação intensiva através do binômio fordista/taylorista, criando uma solução imediata, mas temporária à contradição entre produção e circulação.

No entanto, como apontam Antunes e Nozaki, tal modelo de organização da produção, pautado na introdução de tecnologias rígidas, não se erige sobre a suposta auto-regulação do mercado, mas sobre a intervenção direta do Estado – de acordo com a política keynesiana – a qual efetiva uma determinada planificação econômica, associada à política de assistência social como à “política do pleno emprego, estabilidade, seguro desemprego, políticas de renda com ganhos de produtividade, previdência social, direito à educação, subsídio no transporte, entre outros”<sup>147</sup>. Tal modelo de superestrutura estatal constitui o chamado *Welfare State*. As pretensões burguesas expostas na teoria de Keynes estavam fixadas na ilusão de regulação do sistema metabólico do capital de forma efetiva e duradoura; um modelo de regulação erigido sobre um suposto pacto social entre capital e trabalho, o qual carregava a ilusão de eliminar as crises ao instituir uma economia amplamente regulada e a suposta superação do conflito de classes fincada sobre o pacto social.

A configuração da superestrutura estatal do *Welfare State* constitui-se, portanto, em uma saída provisória da crise econômica, ao ofertar soluções imediatas e mediatas para a crise econômica através de um plano de intervenção econômica e social do Estado. A saída capitalista sobrepõe-se à saída radical do movimento operário de superação das estruturas do sistema do capital. O movimento operário é cooptado, na constituição do operariado-massa que passa a concretizar a política do *Welfare State* ao

---

<sup>147</sup> NOZAKI, Hajime Takeuchi. *Educação Física e Reordenamento no Mundo do Trabalho: mediações da regulamentação da profissão*. Niterói, 2004. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal Fluminense, 2004, p. 77.

promulgar um acordo político com a social democracia. Esse projeto político impõe ao operariado a perda do horizonte histórico da revolução socialista – enquanto saída coletiva da crise – ao ser seduzido pela conquistas de direitos sociais e trabalhistas. Assim, o movimento operário, em sua ampla organização sindical, e os partidos passaram a se constituir num braço da gestão política do *Welfare State*. Antunes descreve esse processo esclarecendo que a luta de classes, enquanto confronto direto do movimento dos trabalhadores, dá lugar às negociações realizadas entre as empresas e os sindicatos, com lideranças sindicais altamente especializadas. A luta dos trabalhadores resume-se às conquista imediatas por salários e direitos trabalhistas etc., mobilizações que estão distantes de romper os horizontes da propriedade capitalista, pelo contrário, passam a efetivar a própria fragmentação do movimento operário, já que as negociações passam a ser realizadas por fábrica ou categoria profissional, favorecendo o corporativismo entre as diversas categorias e enfraquecendo o movimento operário em sua totalidade, inviabilizando momentaneamente a organização de uma ampla mobilização unificada da classe.

Sobre tal modelo de controle das reivindicações históricas da classe trabalhadora, o sistema do capital entra em uma fase de ampla acumulação associada à expansão intensiva no centro capitalista, ficando o restante do globo na posição periférica do sistema, subjugado ao domínio imperialista. O modelo de Estado *Welfare State*, pautado na negociação dos conflitos inegociáveis entre capital e trabalho é restrito aos países centrais capitalistas, enquanto uma superestrutura totalizante no centro do grande capital, restando à periferia a tirania estatal em diversas ditaduras patrocinadas pelo poder imperialista. Mas a ausência plena do modelo *Welfare State* em todos os espaços do globo não impediu que a lógica fordista/taylorista tornar-se hegemônica e se consolidasse como um modo social e cultural de organização da vida, a qual as demais superestruturas se submeteram, como a própria educação e cultura.

Mas é central observarmos em nossa análise a afirmativa de Antunes, na qual o autor aponta que, nessa superestrutura, a própria compreensão de Estado em seu caráter fetichista, se consolida na compreensão de Estado enquanto árbitro do conflito entre trabalhadores e capitalistas, atribuindo, assim, ao Estado, um caráter de independência e exterioridade ao próprio capital. O equívoco de tal compreensão é logo perceptível,

quando observamos que o modelo taylorista/fordista, como uma das fases áureas de acumulação capitalista, efetiva-se em sua instalação e sua manutenção sobre a intervenção direta do Estado em defesa do capital. Nozaki exemplifica esta questão quando afirma que

as políticas públicas de assistência sociais como saúde, educação e emprego, tornaram-se um pressuposto do financiamento de reprodução da força de trabalho, permitindo que o capital pudesse destinar seus gastos com o capital constante, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento tecnológico.<sup>148</sup>

O caráter fetichista do Estado, citado por Antunes, expressa a consolidação de uma nova superestrutura necessária ao capital em crise, que pressupõe também um modelo de regulação social em um contexto histórico do capital, no qual as concessões do Estado burguês e do capital frente às exigências do movimento operário surgem como um mecanismo de estagnação das lutas de reivindicação históricas por um novo modelo de organização societária. Nesse processo de regulação social, surge a negociação em substituição ao conflito, e a cooptação das lideranças especializadas dos sindicatos como mecanismo de controle social da classe trabalhadora. Configura-se, enfim, um novo meio de regulação do conflito entre capital e trabalho.

Porém, esse modelo de expansão e acumulação atinge os seus limites ainda no final da década de 1960. Uma crise fiscal e a conseqüente redução da taxa de lucro expõem, mais uma vez, as contradições do sistema capitalista. O fim do ciclo ascendente do capital surge sobre a forma de mais uma crise capitalista, fato este em concomitância com o levante operário em 1968 - uma geração de trabalhadores que se recusa a adaptar-se ao modelo de equilíbrio proposto pela social democracia e rejeita o pacto social proposto no modelo taylorista/fordista associado ao *Welfare State*.

Antunes se refere aos limites da relação contraditória entre produção e controle impostos sobre a égide do trabalho alienado, expostos no levante dos trabalhadores e estudantes, no famoso maio de 1968, como anseio por apoderarem-se do processo total de gestão da reprodução da vida material, em oposição à estrutura capitalista e sua superestrutura taylorista/fordista. Essa superestrutura que

---

<sup>148</sup> Ibidem, p. 82.

realizava uma expropriação intensificada do operário-massa, destituindo-o de qualquer participação na organização do processo de trabalho que se resumia a uma atividade repetitiva e desprovida de sentido. [...]

Essa contradição entre autonomia e heteronomia, própria do processo de trabalho fordista, acrescenta da contradição entre produção (dada pela existência de um despotismo fabril e pela vigência de técnicas de disciplinamento próprias da exploração intensiva de força de trabalho) e consumo (que exaltava de lado “individualista” e “realizador”), intensificava os pontos de saturação do “compromisso” fordista.<sup>149</sup>

O levante operário não encontra as condições objetivas necessárias para derrubar a estrutura capitalista e a nova derrota será seguida por um intenso ataque do capital sobre o trabalho.

Essa crise é compreendida pela classe dominante capitalista com decorrente da significativa redução da taxa de lucro provocada tanto pelos limites do modelo de acumulação intensivo taylorista/fordista quanto pelos limites da superestrutura estatal, a qual “viabilizava o compromisso” entre trabalhadores e capitalistas. A solução para a crise é proposta, portanto, pelos apologistas do sistema pela superação de sua superestrutura estatal e de sua base material de acumulação.

### 2.2.2 A Crise Estrutural e a Reestruturação Produtiva: o Padrão de Acumulação Flexível

As análises burguesas apontam as conseqüências da crise como fim do ciclo de expansão e acumulação do padrão taylorista/fordista, assim como culpam a crise fiscal do *Welfare State* e os elevados valores do trabalho concedidos sobre o jugo do pacto social viabilizado pela social democracia européia. Contudo, a nossa reflexão, calcada nos pressupostos marxista, compreende a origem da crise na relação contraditória dos fundamentos desse sistema. Trata-se, portanto, de uma crise no interior da crise estrutural, uma nova crise imposta pelos limites das estratégias de contenção apresentados pelo sistema, como: a imposição do modelo de Estado *Welfare State*, o pacto social entre capital e trabalho, o complexo industrial-militar, o consumo de massa associado ao operário de massa. São essas algumas das estratégias, aqui debatidas, que exercem interferência apenas na superestrutura do sistema, mantendo intactas suas

---

<sup>149</sup> ANTUNES, Ricardo L. *Os Sentidos do Trabalho*. Op. cit., p. 41.

contradições estruturais e que foram incapazes de impedir a ocorrência de mais uma crise do capital em plena década de 1970.

A crise citada anteriormente tem sua gênese em meados da década de 1960, quando a recessão provocada pela contradição entre produção e circulação apontava para a diminuição da taxa de lucro, a saída proposta pelo sistema central foi a substituição da exportação de mercadorias pela exportação de capitais. Segundo Cardozo, essa estratégia configura-se na transferência de investimentos em capital produtivo para territórios do globo nos quais existe a possibilidade de ampliação da taxa de lucro. Portanto, a solução escolhida para a crise do sistema passa pela concretização da chamada expansão extensiva, o que leva à industrialização tardia de regiões da Ásia – China, Coréia do Sul, Cingapura, Taiwan – aumentando a concorrência e a própria produção mundial. A consequência direta para o sistema capitalista está na ocorrência de mais uma crise de superprodução, a qual é agravada pela crise da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em 1973, que obriga a alteração da base energética da produção.

Todavia, a crise, mesmo em seu caráter estrutural, não leva o sistema a uma total derrocada, pois os seus representantes encontram saídas para as suas diversas crises históricas e mantêm o capital em sua existência satisfatória aos interesses da classe detentora dos meios de produção. No que se refere a crise ocorrida na década de 1970, segundo Antunes, as estratégias encontradas para sua contenção passam pela constituição de uma nova superestrutura capaz de atender às necessidades inerentes ao sistema capitalista em constante expansão e acumulação, elevando sua taxa de extração de mais-valia absoluta e relativa e repondo o projeto de dominação societário abalado pelos confrontos e questionamentos realizados pelo trabalho sobre o capital ao final da década de 1960. A reflexão de Antunes descreve que

Opondo-se ao contra-poder que emergia das lutas sociais, o capital iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação societal, não só procurando reorganizar em termos capitalistas o processo produtivo, mas procurando gestar um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade. Fez isso, por exemplo, no plano ideológico, por meio do culto de um subjetivismo e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social. Segundo Ellen Wood, trata-se da fase em que transformações econômicas, as mudanças na produção e nos mercados, as



mudanças culturais, geralmente associadas ao termo “pós-modernismo”, estariam em verdade, confirmando um momento de *maturação e universalização* do capitalismo, muito mais do que um trânsito da “modernidade” para a “pós-modernidade”.<sup>150</sup>

Quanto a pós-modernidade relatada na citação acima, nos deteremos a ela no tópico a frente deste capítulo, aqui deteremos nossa reflexão sobre a transformação da superestrutura capitalista, no que se refere ao novo padrão de acumulação, o qual impõe uma nova ordem jurídica e política, uma nova perspectiva ideológica constituída sobre a superação do alicerce do antigo modelo de acumulação e expansão do sistema capitalista.

A descontinuidade no modelo de reprodução capitalista é determinada pela imposição de novas tecnologias e técnicas de organização da produção, a partir dos limites encontrados pelo modelo fordista/taylorista para extração da mais-valia absoluta. A introdução de novas tecnologias no modelo flexível – padrão toyotista de acumulação – impõe à espiral capitalista um novo fôlego ao desobstruir momentaneamente a contradição entre produção, circulação e consumo. A origem desta sobrevida concedida ao sistema capitalista está na direta intensificação de exploração do capital sobre o trabalho, pautado na extração da mais-valia absoluta e relativa.

As análises de Antunes, Coggiola e Nozaki expressam que a extração intensiva da mais-valia, adquire um caráter mundial a partir da nova configuração das relações entre capital e trabalho, impondo uma nova lógica organizacional para o mercado mundial, que se estabelece a partir: da divisão dos mercados através das grandes áreas de livre comércio; da divisão global do trabalho, impondo aos países periféricos do capital a base produtiva sobre a extração de matérias-primas ou atividades produtivas de baixa e média complexidades; da criação do capital volátil; da reorganização financeira das empresas; das altas taxas de desemprego como regra normativa para a intensificação da exploração.

Antunes afirma, ainda, que o padrão de acumulação flexível implantado a partir do modelo toyotista, introduz o elemento de descontinuidade no interior da continuidade no movimento dialético da realidade, ao transformar o padrão de

---

<sup>150</sup> Ibidem, p. 48.

organização da produção sem efetivar transformações na estrutura orgânica do sistema capitalista. A ruptura da estrutura hegemônica do modelo taylorista/fordista de acumulação representa a descontinuidade na ordem mundial, que se concretiza: 1) na realidade material sobre o incremento de um novo padrão de acumulação instituído, a partir da introdução de tecnologia computadorizada associada à produção; 2) a descentralização horizontal da produção, imposta pela terceirização e por um novo modelo de gestão; 3) a produção por demanda.

Seguindo as análises de Antunes, Coggiola, e Nozaki percebemos como o modelo de acumulação flexível impõe a horizontalidade como modelo de organização da produção em detrimento da experiência vertical fordista. A descentralização da produção é concebida através da utilização de empresas terceirizadas responsáveis por um importante percentual do total produzido. A descentralização provoca a superação do modelo operário-massa instituído sobre a base taylorista/fordista e o sistema capitalista introduz a terceirização como meio de desvinculação do trabalho ao grande capital.

Antunes expressa que a exploração capitalista mediada pela terceirização, é concretizada através de sua integração ao processo produtivo por intermédio do sistema *just in time* de comunicação que interliga as diversas fases da produção que se encontram fragmentadas em diversas empresas. O novo modelo de acumulação é imposto aos diversos setores produtivos como necessidade de integração ao processo de produção e circulação controlado pelo grande capital.

A fragmentação produtiva e a flexibilização têm no grande capital acumulado o seu explorador indireto, na medida em que a terceirização da produção impõem à classe trabalhadora efetivar a produção de mercadorias para o grande capital, sem efetivar qualquer vínculo direto de trabalho com as grandes corporações, impondo a dupla extração de mais-valia, em parte pelo contratante direto, instrumento da precarização do trabalho, e uma parcela maior da extração da mais-valia concedida ao grande capital. A terceirização, também, permite ao capital a intensificação da extração da mais-valia absoluta, ao impor a pesada carga de horas extras, bancos de horas, elevada carga horária, flexibilização do trabalho, redução dos direitos trabalhistas, hiperexploração de mulheres, crianças, imigrantes e trabalho familiar.

Neste sentido, o desemprego, provocado pela taxa decrescente de utilização do trabalho vivo associado à descentralização do trabalho, é instituído como instrumento de coerção do capital sobre o trabalho ao limitar as possibilidades de reorganização e de contra-ofensiva da classe trabalhadora em um período histórico de desmobilização.

Antunes nos aponta, ainda, que o avanço do capital em suas pretensões de domínio sobre o trabalho é intensificado nos novos modelos de gestão do trabalho impostos pelas características do modelo toyotista que determinava a produção por demanda na perspectiva da produção diversificada e vinculada aos interesses individualizados do mercado consumidor (diferenciando-se do modelo de produção em massa do modelo fordista/taylorista). A nova gerência produtiva é imposta como uma estratégia do sistema voltada para a superação da contradição entre produção e controle.

Seguindo os passos da reestruturação como meio de sobrevivência do capital em crise, a redução do trabalho vivo é imposta pelas novas estratégias de gestão através da eliminação de tarefas que não agregavam valor como estocagem e transporte, diversificação da produção, imposição ao trabalhador das tarefas de supervisão, controle de qualidade e ao manuseio de diversas máquinas, o que se concretiza através do novo modelo de cooperação no interior da produção por intermédio das chamadas *team works*, ou equipes de trabalho, no qual um grupo de trabalhadores tem a responsabilidade direta sobre uma determinada quantidade de máquinas.

As equipes de trabalho, associadas aos sistemas de comunicação *kaizen* e os círculos de controle de qualidade, assumem papel preponderante nas estratégias de hiperexploração impostas pela tecnologia flexível. São esses mecanismos que determinam uma ofensiva ideológica do capital sobre o trabalho, ao consolidar a transferência de responsabilidade do processo produtivo ao trabalhador individual.

Antunes nos aponta que as equipes de trabalho com o caráter de multivariabilidade de funções rompem com o trabalho parcelar da produção fordista. As equipes fomentam o envolvimento do trabalhador com a empresa e instituem a relação fetichizada de controle do processo produtivo, ao substituir a atuação automática e repetitiva pelo processo comunicativo e racionalizado entre trabalho e capital como mecanismo de organização da produção. A hiperexploração do trabalho é adquirida pela imposição da competição entre os diversos times de trabalho e entre os trabalhadores na conquista de

ascensão à posição de líder de equipe. Os trabalhadores no interior das equipes se auto-reconhecem como gestores do processo produtivo ao adquirir funções de definição da qualidade, orçamento, treinamento, custo e desempenho de trabalho, entre outras, o que determina a perda do caráter hierárquico vertical do modelo fordista.

Antunes nos descreve, também, que as equipes de trabalho permitem a exploração intelectual do trabalho ao instituir ao trabalhador a responsabilidade de definição de parte do processo produtivo. Contudo, esse mecanismo de produção apenas concretiza uma falsa unidade entre capital e trabalho, ou seja, entre trabalho intelectual e manual, já que o trabalhador está apartado do controle real do processo produtivo. A produção é privada, assim como os meios de circulação. À classe trabalhadora é permitido encontrar respostas efetivas que possibilitem o avanço qualitativo da produção, mas não o controle desta, pois, qualquer dificuldade do sistema, os “trabalhadores-gestores” são eliminados do processo produtivo. Assim como, também, está subvertida qualquer possibilidade de transformação radical do processo de produção, circulação e consumo. Portanto, não existe controle real, apenas gerência parcial – o que permite o domínio do capital sobre o trabalho e a mistificação das suas relações antagônicas em uma falsa harmonia de co-gestão das classes sobre a produção, enquanto uma estratégia do sistema de aplacar as relações estranhadas entre o trabalhador e o processo e objeto de trabalho.

Como nos aponta Antunes, o estranhamento adquire elementos singulares no modelo de acumulação toyotista, dada a diminuição das hierarquias e do modelo de participação no interior do processo de produção, pois, como relata o autor

Se Gramsci fez indicações tão significativas acerca da concepção integral do fordismo, do “novo homem”, em consonância com o “novo tipo de trabalho e de produção”, o toyotismo por certo aprofundou esta integralidade. O estranhamento próprio do toyotismo é aquele dado pelo “envolvimento cooptado”, que possibilita ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho. Este, na lógica da integração toyotista, deve pensar e agir para o capital, para a produtividade, sob a aparência da eliminação efetiva do fosso existente entre a elaboração e execução no processo de trabalho. Aparência porque a concepção efetiva dos produtos, a decisão do que e de como produzir não pertencem aos trabalhadores. O resultado do processo de trabalho corporificado no produto permanece alheio e estranho ao produtor, preservando, sob todos os aspectos, o fetichismo da mercadoria. A existência de uma atividade autodeterminada em todas as fases do processo produtivo, é uma absoluta impossibilidade sob o toyotismo, porque seu comando permanece movido pela lógica do sistema produtor de mercadorias. Por isso

pensamos que se posso dizer que, no universo da empresa da era da produção japonesa, vivencia-se um processo de estranhamento do ser social que trabalha, que tendencialmente se aproxima do limite. Neste preciso sentido é um estranhamento pós-fordista.<sup>151</sup>

As novas estratégias de domínio do capital são impostas através da “cooptação” do trabalho associada à desarticulação das organizações de classe formuladas pela fragmentação da classe trabalhadora. Neste contexto, o discurso ideológico imposto pelo capital propõe a substituição do conflito de classe – expresso nas negociações sindicais – pelo diálogo direto entre trabalho e capital.

O processo de dispersão da luta dos trabalhadores é concretizado por intermédio do sistema *kaizen* de comunicação. Como nos aponta Antunes, esse modelo de comunicação permite a direção empresarial apropriar-se do conhecimento dos trabalhadores sobre o processo de produção, eliminando o desperdício e amenizando conflitos antes que estes se concretizem em confrontos reais. O *kaizen* consolida a aparência de unidade entre capital e trabalho e cumpre a função ideológica de inserir o trabalhador no projeto da empresa, projeto do capital.

Os círculos de controle de qualidade concretizam a superestrutura de domínio no interior do processo produtivo. O processo de supervisão recai sobre as equipes e sobre o trabalhador individual. Este acumula a função de supervisão durante o processo produtivo. Nesse sentido, trabalhadores, em intensa competição pela possibilidade de venda de sua força de trabalho, fiscalizam-se mutuamente. Contudo, o controle de qualidade está pautado na taxa decrescente de utilização do valor de uso, ao qual nos referimos no primeiro tópico deste capítulo. A qualidade está definida pela produção destrutiva que impõe, na esfera do tempo, a redução da utilidade de diversos valores de uso, requer a sua constante substituição por novos valores-de-uso, o que apenas é possível com a imposição de novos valores-de-troca.

As novas estratégias de gerência do capital em crise exigem a hiperexploração do trabalhador como estratégia para reaver os níveis anteriores da taxa de lucro. Tal mecanismo impõe-se sobre o domínio da subjetividade da classe trabalhadora no modelo de acumulação do capital – o que apenas concretiza-se sobre uma ampla

---

<sup>151</sup> ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaios Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 11º ed. Campinas – SP. Editora Cortez, 2006, p. 42.

desmobilização e descentralização da luta da classe trabalhadora. A negociação coletiva do modelo sindical anterior é substituída pelo diálogo consensual entre trabalho e capital. O antagonismo inerente às classes é substituído pela suposta harmonia entre as classes. A classe trabalhadora é dispersada e cooptada pelas estratégias ideológicas de domínio da classe burguesa. A luta da classe trabalhadora é substituída pela luta do “salve-se quem puder” na sociedade do desemprego estrutural.

Além disso, Antunes expressa em sua análise do real, que no seio da relação entre continuidade e descontinuidade, no processo dialético do desenvolvimento desigual, as transformações toyotistas não se efetivam de maneira igualitária no interior do capitalismo mundializado. Nas diversas regiões do globo, os métodos japoneses são reinventados e se coadunam com o padrão fordista e com diversos modelos de acumulação que co-existem no interior da sociedade capitalista. Nesse contexto de transição, entre o modelo das tecnologias rígidas<sup>152</sup> e as chamadas tecnologias flexíveis<sup>153</sup>, Cardozo analisa que a

composição e as formas de organização da classe trabalhadora vêm sofrendo uma progressiva heterogeneidade. De um lado a adoção de contratos de trabalhos flexíveis (trabalho em tempo parcial, temporário, terceirizado, familiar, subcontratos) vem provocando um crescimento dos empregos precários. De outro, as multinacionais promovem deslocalizações dos setores industriais de uma região para outra, inclusive dentro de um mesmo país – exemplo do setor têxtil e da eletrificação são os mais freqüente –, a fim de se aproveitarem de uma força de trabalho barata e sem qualificação.<sup>154</sup>

---

<sup>152</sup> As tecnologias rígidas se referem ao grande maquinário instalado neste padrão fordista de produção, construído diretamente para a produção de determinados produtos, interligados entre si pela esteira. Uma mudança na produção acarretada em uma grande mudança do maquinário da respectiva fábrica.

<sup>153</sup> Nozaki, descreve a tecnologia flexível como originária da microeletrônica associada a informatização, a microbiologia e a engenharia genética que passam a compor o processo produtivo. É a introdução destas novas tecnologias que permitem a alteração do bem produzido no interior de uma fábrica a partir da simples adaptação do maquinário, o que cria possibilidade de diversificação da produção necessária ao modelo de produção por demanda, é esta característica que designa o termo flexível a essas tecnologias.

<sup>154</sup> CARDOZO, M. J. P. B. A Produção Flexível e a Formação do Trabalhador: o modelo da competência e o discurso da empregabilidade. In: SOUSA, A. A.; ARRAES NETO, E. A.; FELIZARDO, J. M.; CARDOZO, M. J. P.; BEZERRA, T. S. A. M.; (Org.) *Trabalho, Capital Mundial e Formação dos Trabalhadores*. Fortaleza: Editora SENAC Ceará – Edições UFC, 2008, p. 168.

### 2.3 O Estado Neoliberal e o Controle da Crise Estrutural

A reestruturação produtiva em curso, que se inicia com a superação do modelo fordista/taylorista, não seria possível sem a reformulação do modo de intervenção estatal. O trabalhador corporifica não apenas o modelo toyotista de produção em sua forma integral, mediada pela exploração intelectual do trabalhador, mas este assimila o processo político e cultural do novo modelo de acumulação. Esse fenômeno apenas é possível com uma ampla participação do Estado enquanto poder central do capital, o qual impõem as novas condições de hegemonia do capital sobre o trabalho e as consolida frente uma ampla reestruturação jurídica, política e ideológica do Estado.

A análise burguesa encontra no modelo *Welfare State* a razão da ocorrência de mais uma crise, e impõe a sua substituição pelo modelo estatal neoliberal, como estratégia para superação da crise sistêmica. O neoliberalismo surge na propaganda política como a solução do conflito entre trabalho e capital. Após a derrota do “socialismo real”, e o noticiado “fim da historia” – o que pode ser traduzido no fim da luta de classes – o neoliberalismo vem conclamar-se como o modelo possível de organização da vida.

Contudo, Coggiola nos descreve o modelo neoliberal de Estado como a concretização de uma ofensiva do capital sobre o trabalho, regida sobre um discurso dominante que se pautava na defesa da liberalização econômica a ser concretizada com a superação do modelo de Estado enquanto interventor direto no mercado acarretando, assim, na reestruturação estatal formulada através: da implantação de um novo modelo de regulação do mercado imposta com as privatizações das empresas estatais; transformação de direitos sociais em serviços, o que possibilitou a expansão do setor de serviços; da hipertrofia do setor financeiro; da reestruturação do sistema previdenciário e da redução de gastos do Estado. O discurso estatal se ergue sobre a falsidade do discurso neoliberal de defesa da liberalização do mercado.

A concebida liberalização do mercado com o fim da intervenção estatal concretiza-se como estratégia deste sistema ao instituir o controle do capital sobre setores do mercado, antes sobre controle exclusivo do Estado, como mecanismo de superação da crise. Estratégia essa que garante a sobrevivência deste sistema, que já se

aproxima de seus limites de expansão extensiva ao atingir as diversas partes do globo, restando-lhe como possibilidade de desvencilhamento da crise uma expansão intensiva com a imposição de novos mercados antes não explorados. Portanto, o caráter de classe do Estado expresso por Mészáros está presente na sua desresponsabilização com gastos sociais, ao permitir uma sobrevivência ao sistema do capital na medida em que autoriza a exploração de setores como: educação, saúde, segurança, telecomunicações, etc, os quais passam a ter amplo investimento do setor privado, propiciando a expansão do setor de serviços. No sistema capitalista em crise, como nos aponta Coggiola, a suposta conquista de uma

cada vez mais precária estabilidade do ciclo se apóia, não no seu dinamismo econômico, mas na coerção extra-econômica do Estado, o que demonstra a completa mistificação do chamado “neoliberalismo” e da suposta tendência para um “Estado mínimo”, que só existe na imaginação dos apologistas do capital.<sup>155</sup>

O neoliberalismo, portanto, não concretiza uma nova forma de Estado, mas efetiva-se como uma necessária reorganização da intervenção regulatória – de coesão e coação – do Estado burguês na sociedade capitalista em crise. Como nos afirma Antunes, em uma relação dialética o modelo neoliberal de intervenção estatal criou as condições necessárias para a concretização do modelo toyotista de acumulação, enquanto a reestruturação produtiva do capital se constitui na base material do projeto ideológico neoliberal, nos quais estão impressos os mecanismos de responsabilização do trabalhador pela gestão parcial da produção enquanto mediação para construção de consenso entre trabalho e capital, mediação para o controle da subjetividade do trabalhador.

O Estado capitalista segue expressando o seu caráter de classe ao instituir uma superestrutura legal que autoriza a precarização do trabalho imposta pelo modelo de acumulação flexível. Segundo Antunes, a desregulamentação do trabalho concretiza-se na substituição da negociação coletiva pelas negociações individuais entre trabalho e capital e pela opressão à atuação sindical, assim como o desmonte ou flexibilização das legislações trabalhistas conquistadas durante o *Welfare State*.

---

<sup>155</sup> COGGIOLA, Osvaldo. *Universidade e Ciência na Crise Global*. Op. cit., p. 30-31.



A flexibilização é instituída sobre o discurso ideológico e pragmático neoliberal, que passa a afirmar que o trabalho com seu conjunto de direitos conquistados atinge um preço elevado – o que provocou a redução da taxa de lucro do capital e, conseqüentemente, a crise. Portanto, a superação da crise deve ser conquistada com a supressão dos direitos trabalhistas. Antunes descreve esse processo mundial de ofensiva do capital sobre o trabalho como uma transição de um

sistema legal anterior, que regulamentava de maneira mínima as relações de trabalho, para um forte sistema de regulamentação cujo significado essencial era, por um lado, desregulamentar as condições de trabalho e, por outro, coibir e restringir ao máximo a atividade sindical. Em outras palavras, de um sistema de pouca regulamentação que possibilitava a ampla atividade sindical, para uma sistemática de ampla regulamentação, restritiva para os sindicatos e desregulamentação no que diz respeito às condições do mercado de trabalho.<sup>156</sup>

A definição de “livre mercado” para o capital em crise está expressa na relação em que o Estado institui uma regulamentação que engessa a própria organização do movimento sindical. O modelo neoliberal de Estado não institui uma chamada desregulamentação das relações sociais e de mercado, na verdade este promove uma intensa regulamentação que favorece as relações de expansão do capital e opressão sobre a classe trabalhadora. É nesse sentido que o Estado amplo do capital impõe uma burocratização à atuação sindical ao impor um conjunto de regras que impedem a sua atuação – o exemplo da greve é elucidativo: existem regras para votações, prazos delimitados para convocação de assembleias e declaração do movimento grevista. A suposta legalidade do movimento, instituída pelo Estado de classe, praticamente impossibilita a execução de greves representativas e coíbe a organização do movimento operário.

Somado à ampla repressão legal está a própria descentralização do processo de produção em diversas microempresas na lógica de produção terceirizada, ou os modelos de trabalho temporário, parcial e de extrema precarização – o que facilita a implantação de mecanismos que avançam sobre a hiperexploração do trabalhador frente à desmobilização do movimento de classe. Portanto, a atuação do Estado neoliberal

---

<sup>156</sup> ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*. Op. cit., p. 68.

expressa o seu caráter burguês, já que, como visto, Estado e capital constituem uma unidade insuprimível neste sistema. O Estado é, pois, o meio de opressão de uma classe sobre a outra. Como nos afirma Lênin:

O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis.<sup>157</sup>

É na ocorrência de crises onde as relações de classe atingem confrontos extremos que a atuação do Estado torna-se imprescindível para a manutenção do sistema perdulário, o qual demonstramos sobre a atuação do Estado de ideologia neoliberal.

Seguindo a reflexão sobre o fetiche do livre mercado instituído a partir da suposta “ausência de intervenção estatal”, podemos perceber a contradição deste discurso quando analisamos as próprias disputas inter-capitalistas, as quais podem ser representadas nas próprias disputas entre os diversos estados-nações na defesa dos interesses do capital nacional. Portanto, o processo de mundialização do capital, que avançou sobre os diversos ciclos de acumulação desde o final do século XIX – culminando com a instituição do imperialismo<sup>158</sup> no início do século XX, seguindo pela fase áurea do modelo fordista/taylorista e tendo continuidade na atual fase neoliberal de acumulação flexível com a promoção do livre mercado, não significa a supressão das fronteiras dos Estados nacionais. Pois, como nos aponta Coggiola, o sistema global do capital persiste em uma constante contradição entre a economia mundial e nacional e o conflito entre os capitalistas dos diversos países concretiza-se, portanto, no confronto entre os diversos Estados nacionais enquanto os reais defensores dos interesses das suas burguesias nacionais. Coggiola afirma ainda sobre a mundialização do capital em crise:

No quadro da sua decadência histórica e da crise mais profunda da sua história, o ponto álgido atingido pela abstração do capital e a internacionalização sem precedentes da produção, entram em choque também sem precedentes com o reforço das fronteiras nacionais e da exploração

---

<sup>157</sup> LÊNIN, Vladimir. *O Estado e a Revolução*. Tradução Aristides Lobo – São Paulo: Editora Hucitec, 1987, p. 9.

<sup>158</sup> Data deste período a análise de Lênin, sobre a constituição do imperialismo na obra “Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo”.

imperialista (processo expressado na guerra comercial, financeira e industrial; na formação de blocos regionais ao redor das potências; no fabuloso endividamento interno e externo; no reforço policial e militar dos Estados e a virulência dos conflitos localizados). Se o desenvolvimento capitalista se caracterizou historicamente pela contradição entre o caráter cada vez mais social da produção e caráter cada vez mais privado da apropriação, na era imperialista essa contradição se desdobra naquela entre o caráter cada vez mais internacional da produção e o caráter cada vez mais nacional da apropriação, contradição que atinge seu paroxismo na hora atual.<sup>159</sup>

A impossibilidade de eliminação da ação interventora do Estado está expressa no modo de produção do capital, nas disputas inter-capitalistas e na luta de classes. A atuação do Estado neoliberal caminha na direção inversa ao discurso de livre mercado. Em outros termos, a ideologia do Estado mínimo é instituída para a efetivação de novos mercados no setor de serviços antes sobre domínio estatal, e surge como meio de concretização das necessidades do capital de acumulação e expansão. Assim, o Estado de classe, sob o discurso de liberalização econômica e redução orçamentária, concretiza um avanço da classe dominante na redução de direitos sociais, enquanto estratégia para a superação da crise.

O Estado cumpre, pois, sua tarefa histórica ao perpetuar a estrutura de produção e dominação do capital reformulando sua superestrutura. Coggiola confirma a nossa proposição, da impossibilidade de um Estado mínimo para os interesses do capital ou que este consiga efetivar um passo atrás sequer sobre a sua função histórica de estrutura central do capital, ao afirmar que

Economicamente, e contrariamente à apregoada “ideologia de mercado”, estamos diante de uma violenta reação antiliberal (se é que o termo “liberalismo” conserva algum sentido econômico) que concretiza a mais violenta intervenção estatal na economia de que se tem memória na história do capitalismo. Apesar de todos os “acordos de livre-comércio”, a realidade mundial é a de um crescimento espetacular do protecionismo, expressão da guerra comercial entre as potências capitalistas (a tentativa de constituição de “blocos econômicos” também obedece a essa tendência). Principalmente, porém, e especial e crescentemente desde a declaração da inconvertibilidade do dólar pelo governo Nixon em 1971, o capitalismo se sustenta graças à intervenção direta e cotidiana dos Estados nos mercados monetário e financeiro, cujo desabamento implicaria no deslocamento ulterior do comércio e da indústria.<sup>160</sup>

---

<sup>159</sup> COGGIOLA, Osvaldo. *Universidade e Ciência na Crise Global*. Op. cit., p. 37-38.

<sup>160</sup> *Ibidem*, p. 43-44.

Portanto, fica demonstrada a impossibilidade real de aplicação do discurso neoliberal de implantação do Estado mínimo ao interesses do capital. Outrossim, o Estado é um dos principais alicerces que impedem a derrocada deste sistema, visto que este possui um caráter de estrutura indissociável da base material do sistema metabólico do capital, determinado e determinante em uma relação dialética de co-determinação com o capital, onde o seu próprio processo de formação é marcado pela simultaneidade dialética, na qual o capital forma-se e se expande em conjunção com o Estado.

O capital, como os afirma Mészáros, enquanto meio de organização da vida que a tudo subverte, necessita do Estado como estrutura central do poder político capaz de permitir a expansão do capital a todas as partes do globo e a todos os microcosmos da vida humana. O capital, enquanto força de controle, não pode perpetuar-se sem a coexistência do Estado, assim como o Estado burguês não possui razão de existir sem a existência do capital. É na sua intervenção direta que o sistema concretiza suas diversas estratégias frente à crise de superprodução, portanto, o Estado mínimo não passa de uma ilusão ideológica proposto pela classe dominante no seio do sistema capitalista em crise.

### 2.3.1 A Crise Financeira Americana de 2008 e a Crise Estrutural

O viés neoliberal, apesar de todos os esforços engendrados, é incapaz de instituir a superação da crise estrutural do sistema capital. As suas estratégias alcançaram êxito temporário ao desvencilhar-se de suas contradições, conduzindo o sistema a um novo ciclo de acumulação e expansão, o qual resulta na acumulação constante de seus antagonismos – já que a possibilidade de expansão do sistema aproxima-o de seus limites absolutos como vimos anteriormente. Contraditoriamente, a acumulação acelerada, como motor da espiral capitalista, conduz este sistema invariavelmente a novos colapsos, pois, resulta na redução da própria taxa de lucro do sistema. A acumulação<sup>161</sup> sobre o modelo neoliberal aumentou o fosso existente entre os mais ricos

---

<sup>161</sup> “Os 20% mais pobres do mundo ficavam, em 1993, com apenas 1,4% da renda do planeta, uma queda de 0,9% ponto percentual em relação a 1960. Os 20% mais ricos viram a sua fatia saltar, no mesmo período, de 70% para 85% da riqueza mundial. 358 bilionários têm ativos que superam a renda anual somada de países em que vivem 2,3 bilhões de pessoas (45% da população mundial)! E 33% da

e os mais pobres. A crise estrutural, apontada por Mészáros, em um padrão linear e mais ou menos constante, é expressa, como vimos, desde a crise da década de 1970 e os efeitos de seu caráter cumulativo<sup>162</sup> ressurgem na década de 1990 e início desta década. São emblemáticos os exemplos da crise no México (1994), Brasil (final de 1998), Coréia (1998) e EUA (2000-02) que expressa o seu caráter endêmico ao estender-se a Argentina (2001) e à Bolívia (2003 e 2005). A atual crise que atinge a estrutura do sistema do capital expressa a sua existência endêmica ao projetar crises constantes que surgem como resultado imediato dos remédios das crises precedentes, como o exemplo da atual crise americana que estourou em setembro de 2008, como consequência da crise de 2000-2002 ocorrida naquele país.

Iniciamos nossa análise afirmando, em conjunto com Costa, que a crise atual não pode ser entendida como uma crise puramente do setor financeiro, dissociada da crise estrutural deste sistema. A tríplice contradição entre produção-controle, produção-circulação e produção-consumo impõe ao sistema capitalista a criação de mecanismos de auto-reprodução do capital dissociada do processo de produção de valor-de-uso.

Oliveira<sup>163</sup> nos auxilia na tarefa de compreender o fenômeno denominado “mercado financeiro” como um novo mecanismo de reprodução do capital. A sua análise formulada a partir do legado marxiano explicita que o teórico alemão descreveu dois circuitos de reprodução do capital. O primeiro circuito, considerado longo, efetiva-se no seio do processo produtivo, no qual dinheiro (D) é investido na produção de mercadorias e a consequente extração de mais-valia, o que concretiza-se no processo de circulação da mercadoria dando origem a mais dinheiro (D’). Este circuito alongado é descrito na fórmula  $D - M \dots P \dots M' - D'$ . Já o segundo circuito de reprodução do

---

população dos países em desenvolvimento (1,3 bilhão) vivem com menos de um dólar por dia.” Ibidem, p. 24.

<sup>162</sup> A expressão fenomênica do efeito cumulativo da crise estrutural está expresso na taxa de lucro decadente do capital. Como expressa Almeida, “a taxa de lucro nos EUA, na década de 60, era de 15-20% das vendas antes dos impostos. A crise que se segue ao boom do pós-guerra baixou essa taxa para 8-9% na década de 70. Com os planos neoliberais, a taxa de lucro voltou a se ampliar, chegando a 10% em 89 e a 13% em 97. A taxa elevou-se 1,2% ao ano durante a década de 80 recuperando 7% de sua queda anterior” (ALMEIDA, Eduardo. Está se Abrindo uma Nova Onda Longa recessiva. *Revista Marxismo Vivo*. Ed. Instituto José Luís e Rosa Sundermann. Nº 19, 2008, p. 47).

<sup>163</sup> OLIVEIRA, A. A.; MOREIRA, C. A. L.; MARQUES, M. S. Crise Estrutural do Sistema do Capital, Dominação sem Sujeito e Financeirização da Economia. In: SOUSA, A. A.; ARRAES NETO, E. A.; FELIZARDO, J. M.; CARDOZO, M. J. P.; BEZERRA, T. S. A. M.; (Org.) **Trabalho, Capital Mundial e Formação dos Trabalhadores**. Fortaleza: Editora SENAC Ceará – Edições UFC, p. 201 - 222, 2008.

capital é encurtado na medida em que o investimento de dinheiro gera mais dinheiro sem a mediação, do processo produtivo em-si, o que significa a inexistência da produção de mercadorias e a ausência do processo de consumo. Portanto, o modelo encurtado expressa um mecanismo de auto-reprodução do capital que se concretiza apenas na esfera da circulação. A fórmula que descreve esse segundo circuito é: D – D’.

O significado histórico deste processo está no anseio do capital em encontrar um mecanismo que permita a sua auto-reprodução dissociada do trabalho, contudo, as diversas crises financeiras apenas expressam a impossibilidade desta alternativa concretizar-se indefinidamente. À luz da análise marxiana, podemos compreender a razão histórica da atual hipertrofia do setor financeiro, enquanto mecanismo determinante para a sobrevivência do sistema em crise, concretizada por intermédio do capital fictício<sup>164</sup> como meio encurtado de acumulação de valor – o qual não adentra diretamente no processo produtivo, mas perpetua-se no processo de circulação e especulação do sistema financeiro. Cardozo descreve que a possibilidade de expansão do setor financeiro é instituída a partir da

assinatura do Acordo da Jamaica em 1976, quando a Comunidade Econômica Internacional abandonou definitivamente o acordo de Bretton Woods e passou a adotar um sistema de taxa de câmbio flexível, criando, assim, os determinantes estruturais que têm afetado as economias nacionais e internacionais nas últimas décadas.<sup>165</sup>

Coggiola nos aponta que a hipertrofia do setor financeiro desregulamentado surge como meio para aliviar a contradição inerente a este sistema entre produção e circulação, ao constituir-se em uma alternativa de reprodução do capital em oposição a reinserção deste capital na esfera produtiva. Entretanto, a própria elaboração do capital fictício como meio de acumulação direta na esfera da circulação apenas indica os limites intrínsecos a este sistema ao expressar as contradições entre produção-controle e

---

<sup>164</sup> “Em geral, esta grande massa de capital disponível é injetada de novo na economia sob a forma de uma enorme oferta de créditos (ações em bolsa, títulos da dívida pública, créditos para exportação, créditos para as empresas, créditos ao consumidor), pela qual os capitalistas esperam conseguir uma remuneração maior e mais rápida que a obtida na produção”. (Secretaria Internacional da LIT. O Capitalismo Arrasta o Mundo para o Abismo. Só uma Revolução Socialista Pode Salvar a Humanidade. *Revista Marxismo Vivo*. Ed. Instituto José Luís e Rosa Sundermann. Nº 19, Ano: 2008, p. 10.)

<sup>165</sup> CARDOZO, M. J. P. B. *A Produção Flexível e a Formação do Trabalhador*. Op. cit., p. 163.

produção-circulação, na medida em “que o capital não encontra mais aplicação lucrativa no campo produtivo, o que torna evidente uma crise de sobre-produção”.<sup>166</sup>

Portanto, a instituição do sistema financeiro não está deslocada do processo produtivo, assim como não está livre de seus colapsos. Edmilson Costa<sup>167</sup> relata sobre o exemplo mais recente de crise financeira como resultado das contradições acumuladas na crise americana de 2000 - 2002. Dizendo de forma mais desenvolvida, sobre uma ampla especulação, as empresas de tecnologia obtiveram uma ampla valorização de suas ações nas bolsas de valores mundiais, atingindo números exorbitantes e valores fictícios quanto a real capacidade lucrativa destas empresas. Próximo aos seus limites de super valorização, a bolha especulativa das chamadas empresas “ponto.com” perde capacidade especulativa e conseqüentemente perde investidores, resultando na queda dos preços das ações, resultando em 60 empresas falidas e 500 mil novos desempregados, e recessão na economia americana.

Costa denuncia ainda que o governo Bush impôs como saída para a recessão a redução da taxa de juros, dos impostos das grandes empresas e instituiu a campanha militar no Afeganistão e Iraque, o que propiciou um aumento do orçamento estatal com o seu complexo industrial-militar. Tal complexo utilizado a partir da Segunda Grande Guerra, enquanto mecanismo de amenização da contradição entre produção e circulação, ao incumbir o orçamento público como responsável pela produção dos bens beligerantes, assim como, pela sua utilização. A produção militar patrocinada com recursos públicos não corre risco de não gerar valor na esfera da circulação, ao ter no próprio Estado um consumidor direto.

Costa descreve, também, que sob taxas de juros baixíssimas o mercado adquire nova dinâmica com crédito em abundância, instala-se um novo ciclo de consumo e instaura-se a possibilidade da bolha especulativa do sistema imobiliário, ou seja, a conseqüência é uma crise mais profunda. A migração de capital do meio produtivo para o meio financeiro caracteriza a contradição entre produção e necessidade no interior do sistema capitalista, já que a impossibilidade do meio produtivo de reproduzir o capital

---

<sup>166</sup> COGGIOLA, Oswaldo. *Universidade e Ciência na Crise Global*. Op. cit. p. 44.

<sup>167</sup> COSTA, Edmilson. *A Crise Mundial do Capitalismo e as Perspectivas dos Trabalhadores*. Disponível em: <[http://resistir.info/crise/a\\_crise\\_do\\_capitalismo.html](http://resistir.info/crise/a_crise_do_capitalismo.html)>, Acesso em 03 de março, 2009.

constitui-se como uma barreira ao desenvolvimento das capacidades produtivas. As conseqüências de uma economia que tem a sua expansão determinada pelo crédito já eram previstas por Marx em *O Capital*:

Num sistema de produção em que toda a conexão do processo de reprodução repousa sobre o crédito, quando então o crédito subitamente cessa e passa apenas a valer o pagamento em espécie, tem de sobreviver evidentemente uma crise, uma corrida violenta aos meios de pagamento. À primeira vista a crise apresenta apenas como crise de crédito e crise monetária. E de fato trata-se apenas de conversibilidade das letras em dinheiro. Mas essas letras representam, em sua maioria, compras e vendas reais, cuja extensão que ultrapassa de longe as necessidades sociais, está em última instância na base de toda a crise [...]. Enquanto o processo de reprodução mantém a fluidez, assegurando com isso o refluxo do capital, esse crédito perdura e se expande e sua expansão se baseia sobre a expansão do próprio processo de reprodução. Tão logo ocorre uma estagnação em conseqüência de refluxos retardados, mercados saturados, ou preços em queda, há excesso de capital industrial, mas numa forma que não pode desempenhar sua função. Massas de capital-mercadoria, mas invendáveis. Massas de capital fixo, em virtude da paralisação da reprodução, em grande parte desocupadas. O crédito contrai-se 1) porque esse capital está desocupado, isto é, paralisado em uma das fases de sua reprodução porque não pode completar sua metamorfose; 2) porque a confiança na fluidez do processo de reprodução está quebrada; 3) porque a procura por esse crédito diminui.<sup>168</sup>

O exemplo da mais recente crise financeira no interior do sistema, as letras a serem convertidas em dinheiro eram conquistadas por intermédio da hipoteca de casas de milhares de americanos. Costa<sup>169</sup> descreve que a bolha do setor financeiro incentivada pelo governo americano tem sua origem na medida em que com os baixos juros e a desregulamentação do setor financeiro, representavam uma ampla possibilidade de lucro. Sob essa perspectiva, os bancos passaram a propiciar créditos fáceis atrelados às hipotecas imobiliárias. O repasse das hipotecas sobre o modelo das chamadas finanças estruturadas para outras instituições financeiras garantia a possibilidade de novo crédito e, conseqüentemente, novos empréstimos. A ciranda financeira altamente lucrativa era completada com a participação das companhias seguradoras que emitiam garantias quanto aos riscos, essas que atuam como meio de auto-regulação do mercado.

---

<sup>168</sup> MARX apud COSTA, Edmilson. *A Crise Mundial do Capitalismo e as Perspectivas dos Trabalhadores*. Op. cit.

<sup>169</sup> Ibidem.



A disponibilidade do crédito imobiliário elevou os valores das casas, o que apenas aumentava a especulação financeira no setor. O crédito, enquanto motor da economia e da própria bolha imobiliária, ainda evidenciava uma ampla possibilidade de lucro, o que apenas ampliava a concessão de crédito concedido de maneira indiscriminada, chegando a ser ofertados ao setor *subprime*<sup>170</sup>. Em relação aos bancos, os riscos pareciam não existir, já que as hipotecas apenas eram repassadas e essas instituições ainda possuíam as casas como garantia.

Contudo, como nos relata Costa, em função de uma transformação na conjuntura econômica, na qual os Estados Unidos sofrem uma reversão de suas expectativas de desenvolvimento, as taxas de juros sobem e surgem sinais de inflação. O processo inflacionário é provocado pelo consumo acelerado pela abundância de crédito. Esses elementos conduzem à inadimplência no setor dos créditos *subprime*. A previsão de Marx comprova-se, os detentores das letras de créditos percebem a possibilidade de perda financeira e realizam uma verdadeira corrida para sua conversão em papel moeda, mercadoria alienada universal. A grande oferta de papéis gera a sua desvalorização. Frente a esse processo, a corrida apenas é ampliada, o que conseqüentemente amplia a desvalorização.

A crise está instalada. Esta logo amplia-se aos demais setores da economia americana. Uma crise no epicentro<sup>171</sup> do capitalismo mundial logo atinge proporções mundiais ao chegar aos países diretamente dependentes da maior potência econômica do mundo. Os efeitos da crise são devastadores.

Os escritos de Costa citam que os sistemas financeiros dos Estados Unidos e da Europa encontram-se em plena quebra, grandes bancos estão falidos. Os efeitos da crise chegam à produção, já que a crise financeira possui efeitos diretos na produção, isto é, as próprias empresas possuem ações e investimentos no mercado financeiro, além do que a crise no sistema financeiro emperra a concessão de créditos inibindo a produção e a circulação, e impossibilitando o consumo. O desemprego agrava a contradição entre

---

<sup>170</sup> *Subprime* é o termo utilizado para classificar grupos de consumidores que detêm rendimentos inferiores. No caso específico da bolha imobiliária, estes não possuíam capacidade orçamentária de honrar com os compromissos fixados com a sessão de empréstimos e a concessão hipotecária. O que não impediu o seu acesso aos créditos imobiliários.

<sup>171</sup> Os EUA como a maior potência capitalista é aqui apontado como o epicentro deste sistema.

produção e circulação. Portanto, não se trata de uma crise simplesmente financeira, mas constitui-se na ocorrência de uma crise que é crônica e mais ou menos constante em sua existência estrutural, como nos afirma Mészáros.

Sob a crise do capital, o Estado expõe seu caráter enquanto estrutura indissociável da base material do sistema metabólico capitalista. Portanto, a ação das maiores potências econômicas do mundo, ao conceber socorro<sup>172</sup> aos seus sistemas financeiros em crise apenas expressa a natureza de classe do Estado burguês e, consentaneamente, expõe a impossibilidade de existência de um suposto Estado dissociado dos interesses do capital.

A intervenção econômica implementada com a injeção de dinheiro público no seio do sistema financeiro apenas confirma a análise da impossibilidade de transformação histórica do Estado burguês enquanto uma estrutura de controle e intervenção econômica e social em defesa do sistema do capital. No que se refere à desregulamentação econômica instituída sobre a égide do neoliberalismo, Coggiola afirma em sua análise que este modelo de Estado concebe em verdade um novo modelo de regulação, pois o modelo neoliberal com suas “desregulamentações de modo algum tinham como resultado a eliminação dos controles políticos das relações econômicas por organismos e governos nacionais, e sim a criação de novas instituições reguladoras das relações econômicas mundiais.”<sup>173</sup>

Contudo, ao modelo de regulação promovido pelo Estado, nos afirmam as análises de Mészáros, na relação entre Estado e capital, está vetado qualquer possibilidade de constituição de uma estrutura estatal altamente reguladora que impeça o capital de colocar em movimento a sua estrutura espiral de expansão e acumulação.

Mas diante da crise, o discurso da classe dominante, exposto na mídia burguesa, encontra no modelo de Estado neoliberal e no sistema de livre mercado os responsáveis pela atual crise. Os defensores do processo metabólico de reprodução do capital expressam a necessidade de instituir o Estado enquanto regulador do mercado, a falsa

---

<sup>172</sup> Os números exorbitantes da ajuda do Estado às grandes empresas transnacionais e financeiras. Os números apontam que França, Japão, China e EUA já tinham injetado, até março de 2009, respectivamente € 26 bi, U\$ 54 bi, U\$ 586 bi e U\$ 1,5 trilhão nas economias nacionais. (Jornal O Povo, Caderno de Economia, 15/ 03/ 09, Ano: LXXXII, n° 26.952, p. 22).

<sup>173</sup> ALVATER apud COGGIOLA, Osvaldo. *Universidade e Ciência na Crise Global*. Op. cit., p. 18.

esquerda esbraveja pela necessidade de implantação de um “novo-velho” modelo de Keynes como caminho para a superação da atual crise.

O modelo auto-regulatório do mercado instituído pelo Estado neoliberal migra no discurso dominante de herói a vilão. O Estado interventor novamente surge nas proposições dominantes como a solução para as contradições deste sistema. Os grandes líderes mundiais, reunidos em Davos, em seu Fórum Econômico, expressam a necessidade de regulamentação do mercado, em especial, o mercado financeiro.

As análises burguesas e pequeno-burguesas, turvas pelo seu caráter de classe, são incapazes de admitir os elementos estruturais da atual crise. Ao conceber ao modelo neoliberal de Estado o caráter de principal determinante para a ocorrência da atual crise, esta análise apenas reproduz o equívoco de conceber a um paradigma superestrutural a existência de uma crise que tem sua origem na estrutura metabólica deste sistema.

Quanto à proposta de implantação de um modelo keynesiano de Estado, a História nos ensina que esta possibilidade está associada não só a ocorrência de crises econômicas, mas está diretamente associada à existência de crises sociais e, conseqüentemente, crises políticas que surgem a partir da crise econômica do sistema capitalista. Portanto, o modelo keynesiano surge como uma superestrutura de coesão do Estado burguês sobre a classe trabalhadora. Todavia, a ausência até aqui de uma ampla ameaça ao sistema do capital por parte do movimento operário e a atual estrutura do capital em crise – no qual este se aproxima dos seus limites absolutos, que impõe a conquista de novos meios de expansão e acumulação, impedem um recuo da superestrutura neoliberal.

Portanto, a extinção do modelo neoliberal e a restituição dos direitos dos trabalhadores, somente poderá ser concebida sobre uma ampla crise política que imponha riscos à sustentabilidade do sistema do capital e do Estado burguês, ou seja, frente a uma situação revolucionária.

O percurso da análise empreendida descreve a crise do modelo neoliberal de Estado enquanto expressão de uma crise política deste sistema, a qual é acarretada pela própria crise estrutural do capital. Contudo, as contradições deste sistema não elevaram as relações sociais a um contexto de ativo questionamento deste modelo de organização da vida por parte da classe trabalhadora.

Nesse contexto de crise, cabe a burguesia pôr em movimento os antigos métodos já descritos por Marx no *Manifesto Comunista* de 1848, os quais apontam que a elevação da sua taxa de lucro está diretamente condicionada à conquista de novos mercados como meio para atender às necessidades orgânicas do sistema, com a reativação momentânea de sua força centrífuga. Portanto, a crise aponta para a necessidade de uma nova superestrutura para o sistema capitalista. É imperativo que passemos por um momento de reformulação das superestrutura deste sistema. A fala do primeiro ministro inglês expressa esta possibilidade, quando afirma que “O velho Consenso de Washington acabou”.<sup>174</sup>

Contudo, Mézáros nos descreve que as possibilidades de manobra deste sistema para desvencilhar-se da atual crise são mínimas em um contexto de proximidade aos seus limites absolutos. Apesar da necessidade de transformação do modelo de regulação estatal deste sistema, a instituição de um modelo regulatório do sistema financeiro proposto pelo G-20 não significa um desmonte do modelo neoliberal de organização estatal. Noutros termos, a supressão do modelo neoliberal apenas estaria na contramão da necessidade inerente do sistema em expandir suas ações por novos mercados e persistir seu domínio sobre aqueles que ainda permitem níveis satisfatórios de acumulação necessários ao capital. Na mesma medida em que o desmonte do modelo neoliberal de Estado significa a incorporação, ao poder do Estado, do controle do chamado setor de serviços.

Apesar da proximidade dos acontecimentos, o que impede uma análise mais contundente dos elementos da realidade capitalista, as tendências apontam para a continuidade da política neoliberal, no que caracteriza a desvinculação do setor de serviços do Estado e a constituição de medidas regulatórias que se adequam aos interesses inerentes ao mercado em oposição ao interesses da sociedade.

Mas no que se refere às conseqüências imediatas desta mais recente crise, podemos apontar para o incremento de um modelo de regulação estatal parcial e momentâneo devido à grande infusão de dinheiro público no interior do sistema financeiro em crise. Assim como, há a possibilidade de uma readequação de forças no

---

<sup>174</sup> Revista Veja. Os Primeiros Tijolos. Editora: Abril, Edição: 2107, ano 42 – nº 14, 8/ 04/ 09. p. 80.

campo das relações inter-capitalistas internacionais devido à crise no epicentro do sistema.

A par das conclusões parciais a respeito da análise da mais recente crise, podemos afirmar que este contexto é favorável ao discurso ideológico que clama pelo fim do estado neoliberal em convergência com o debate que aponta para a necessidade vigente de humanização do capitalismo. Entretanto, contraditoriamente ao discurso oficial de Estado expresso pelo primeiro ministro inglês, a análise da realidade deste sistema nos aponta para a continuidade do controle do mercado sobre o setor de serviços como atual lócus de expansão do sistema. Assim como, os ataques aos direitos dos trabalhadores persistem na agenda dos principais estados capitalistas e dos capitães da indústria e do setor financeiro. No que se refere a possibilidade de criação de um sistema regulatório amplo soerguido sobre o domínio do Estado, apenas apontamos a impossibilidade de tal medida efetivar-se, já que o Estado enquanto poder centralizador do capital não pode imprimir uma ação que acarrete em uma inversão metabólica da ação norteadora deste sistema.

Contudo, como já apontamos anteriormente, a crise capitalista em seu mais recente colapso do sistema financeiro americano impõe a este sistema uma transformação de sua superestrutura, mas esta não deve e não pode autorizar qualquer forma de controle sobre as intenções de auto-reprodução do capital. Portanto, nem mesmo a crise mais severa é capaz de instituir uma ação humanizante a este sistema. Ao contrário, a crise vem desnudar o caráter essencialmente desumano deste sistema, onde as necessidades essencialmente humanas estão subvertidas aos interesses da apropriação privada das riquezas sociais.

Portanto, se a classe trabalhadora não conseguir reorganizar-se ao ponto de instituir uma real possibilidade de confronto frente ao sistema capitalista, ela sentirá sobre si mais uma ofensiva do sistema do capital, a qual se efetivará com a destituição de direitos dos trabalhadores que ainda restam em algumas regiões do globo, bem como com o alargamento da precarização do trabalho sobre a continuidade da superestrutura neoliberal, acrescida do discurso das necessidades impostas pela crise. Assim, a classe burguesa continuará descarregando sobre os trabalhadores os efeitos da atual crise estrutural do capital.

## **2.4 A Crise Estrutural, a Reestruturação Cultural e a Irracionalismo Pós-moderno**

Consideramos expressa em nossa análise a impossibilidade do Estado burguês constituir-se em “mínimo” diante dos interesses inerentes ao capital. Pelo contrário, a atuação estatal aponta para uma ação determinante na manutenção do atual sistema em meio a uma crise sem precedentes em sua história. Assim, o Estado burguês, enquanto arma da classe proprietária para opressão da classe proletária, não se constitui enquanto um Estado neutro aos conflitos entre capital e trabalho, mas o que ocorre é exatamente o inverso: institui-se como uma severa máquina de opressão, regulamentação, vigília, destituição, especialmente de direitos, e punição aos movimentos contestatórios à ordem vigente. Particularmente, no atual momento histórico o Estado consolida-se enquanto um instrumento de coesão, ao instituir a construção do consenso – formulado sobre o discurso de harmonia entre as classes sociais – como regra do jogo democrático. Portanto, o Estado neoliberal é máximo em seu domínio sobre a classe trabalhadora: em seus instrumentos de opressão e repressão, assim como em suas estratégias de construção de consensos, cooptação e coesão.

Pudemos observar, nos tópicos anteriores, a expressão primordial do Estado em sua atuação para garantir a sobrevivência ao sistema capitalista, no fomento de mecanismos para a sua contínua expansão e acumulação. Decorrentemente, analisaremos a sua ação de classe expressa em sua superestrutura própria, a qual institui um construto ideológico e cultural de adaptação da classe proletária a um contexto de crise constante – uma superestrutura ideológica e cultural necessária ao modelo de controle societário ou de regulação social, frente às condições precárias de existência impostas por este sistema, à ampla maioria da população.

Somente sobre um severo modelo de controle e disciplinamento das consciências individuais e coletivas, à maneira de reprodução contraditória da vida, o sistema do capital pode ser supostamente concebido como um eterno e único. O controle das consciências coletivas é mediado pela irracionalidade científica, nomeado de pós-modernidade, enquanto mecanismo encontrado pelo sistema para apaziguar as suas contradições intensificadas sobre a atual crise estrutural.

As barreiras criadas pelo sistema capitalista estão expressas na estrutura orgânica deste sistema tanto nos meios de produção, circulação e consumo dos bens materiais, como também dos bens culturais dessa sociedade. O modelo hierárquico de produção associado ao valor-de-troca impõe limites ao amplo desenvolvimento da cultura e da ciência. Noutras palavras, na medida em que este sistema veta a produção de tudo aquilo que não pode conceber valor, assim como, impossibilita um amplo avanço das capacidades espirituais humanas ao impedir a universalização do acesso à produção intelectual e científica, a imposição ao acesso ao conhecimento apresenta-se como uma necessidade histórica da classe dominante como meio para viabilização do controle hierárquico sobre a classe trabalhadora. No seio da sociabilidade capitalista apenas a obediência incondicional às personificações do capital pode ser socializada.

Costa<sup>175</sup> expressa em seus escritos que, contraditoriamente, a classe burguesa no momento de sua ascensão histórica à classe dominante, cumpre uma função essencialmente revolucionária ao subverter os valores éticos, estéticos, e culturais do modelo produtivo precedente. Sobre a pretensa necessidade histórica de transformação das relações sociais, a classe burguesa impulsiona sempre à frente a produção de valor por intermédio da mercadoria. Um modelo societário que passa a submeter os valores-de-uso aos valores-de-troca, impõe o atendimento das necessidades sociais à mediação da troca reificada, na qual o dinheiro cumpre a função de mercadoria absolutamente alienável e a extração de mais-valia no processo de trabalho. Marx reflete sobre esse processo ainda no *Manifesto Comunista*, quando afirma que

Onde é que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Rasgou todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus “superiores naturais”, para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do “pagamento à vista”. Afogou os fervores sagrados da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas duramente, por uma única liberdade sem escrúpulos: a do comércio. Em uma palavra, em lugar da exploração dissimulada por ilusões

---

<sup>175</sup> COSTA, F. Elementos para compreensão do Pensamento Pós-moderno: O Irracionalismo como Subproduto da Crise do Capital. In: JIMENEZ, S. V.; RABELO, J. (Org.). *Trabalho, Educação e Luta de Classes: a pesquisa em defesa da história*. Fortaleza: Editora Brasil Tropical, 2004.

religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, direta, despuorada e brutal.<sup>176</sup>

Costa afirma, ainda, que o caráter essencialmente revolucionário da burguesia, no trato com o conhecimento e com a cultura, transmuta-se logo que esta consolida-se enquanto classe dominante e ver surgir na classe proletária o meio de sua negação em movimento – a negação do modelo burguês de produção – ao instituir a possibilidade de constituição histórica do modelo socialista de organização da vida.

Os interesses burgueses impõem a substituição da razão descritiva do real em sua essência formulada por pesquisadores desinteressados, os quais “foram substituídos por espadachins mercenários, a investigação científica imparcial cedeu lugar à consciência deformada e às intenções perversas apologéticas”<sup>177</sup>.

Concretiza-se, portanto, na prevalência do pensamento apologético do atual sistema, o momento de decadência do pensamento burguês, decadência essa que se aprofunda sobre o jugo da divisão social do trabalho imposta sobre seu domínio. Como afirma Costa, sobre esse modelo de organização do trabalho vida e teoria estão em oposição, assim, produção cultural e científica destacam-se por negar os problemas centrais da vida humana, ao negar a crítica ao modelo capitalista de organização da vida.

A institucionalização da educação pública formulada pela burguesia não garante o acesso da classe trabalhadora ao conhecimento intelectual acumulado historicamente pela humanidade, já que, o conhecimento socializado aos trabalhadores na escola é constituído na esfera do denominado racionalismo técnico – desenvolvido sob o domínio burguês - responsável pela análise pragmática dos processos de trabalho em sua estrutura fragmentada. Ou seja, o trabalhador está alienado da possibilidade de refletir para além da aparência das coisas, o que lhe é imposto pela deformação do ser social sob o jugo da divisão social do trabalho, que lhe permite o acesso apenas a essa razão puramente técnica necessária às operações simples do trabalho. Lukács citado por Costa refere-se ao racionalismo instrumental, como o racionalismo cerrado que

---

<sup>176</sup> MARX, K. e ENGELS, F. *O Manifesto Comunista*. Op. cit., p. 42.

<sup>177</sup> MARX, K. *O Capital*. Op. cit., p. 24.



não é certamente mais que a formulação no pensamento dos pequenos fins imediatos da vida profissional capitalista, a filosofia da rodilha na maquinaria, cuja rotação nada tem que ver com um processo conjunto da evolução humana nem com problemas da vida individual.<sup>178</sup>

Todavia, a razão burguesa não se resume apenas à “filosofia de rodilhas”. Em sua decadência a racionalidade instrumental encontra-se em constante oposição ao chamado irracionalismo. Essa contradição tem sua origem na absorção do indivíduo à divisão burguesa do trabalho que “possui um caráter anti-humano, por dilacerar o homem burguês em uma oposição metafísica entre racionalidade técnica e afetividade ensandecida”<sup>179</sup>. Por sua vez, Costa expressa a ligação ontológica entre o positivismo e o irracionalismo moderno, ligação a qual fica expressa na centralidade da superficialidade fenomênica do real como uma concessão aos interesses do capital. Coutinho citado por Costa destaca, sobre a relação entre o positivismo e o irracionalismo burguês, que

o positivismo agnóstico desenvolve a tendência dos primeiros apologistas do capitalismo. Sublimada em questões metodológicas, a característica essencial dessa orientação consiste em afastar da realidade (e, conseqüentemente, das categorias racionais que a refletem) os problemas contedutísticos, os problemas da contradição. A sociologia positivista e a economia vulgar, por um lado, desligando-se da história e formalizando ao extremo seu objeto, afastam de suas preocupações qualquer referência à objetividade das contradições no capitalismo; a filosofia, por outro lado, transformando-se em pura epistemologia (isto é, recusando cidadania filosófica à ontologia e à ética), propõe-se como tarefa limitar a validade da Razão àqueles domínios do real que possam ser homogeneizados, formalizados, manipulados, sem consideração pela sua natureza objetivamente contraditória. A um objeto depurado de contradições, vem juntar-se uma “razão” que considera todos os momentos ontológicos da realidade como incognoscíveis ou irracionais. A “miséria da razão” – seu empobrecimento e extrema formalização – desemboca num agnosticismo que oculta o real.<sup>180</sup>

A continuidade da reflexão de Costa, expressa a contradição do pensamento burguês que subsiste em tendências extremas polarizadas pelo racionalismo instrumental, em ciclos de estabilidade social vivenciados pelo capital, e o mais extremo

---

<sup>178</sup> LUKÁCS apud COSTA, F. Elementos para compreensão do Pensamento Pós-moderno. Op. cit., p. 73.

<sup>179</sup> Ibidem, p. 73.

<sup>180</sup> COUTINHO apud COSTA, F. Elementos para compreensão do Pensamento Pós-moderno. Op. cit., p. 73-74.

irracionalismo como meio de negação do real no seio da instabilidade propiciada pela crise do sistema do capital.

Portanto, a negação do real no seio da corrente pós-moderna tem suas raízes na própria crise do sistema – a negação de qualquer reflexão ontológica, assim como de qualquer racionalidade moderna iluminista, negando desde os métodos de aferição do real como, também, a possibilidade de apreensão da verdade, o racional, a objetividade. Tonet nos afirma que se passa da negação da possibilidade de aferição da coisa-em-si defendida por Kant, para a completa negação de uma essência da coisa-em-si. Nesse sentido, a pós-modernidade afirma a impossibilidade de apreensão da essência do real pela negação de qualquer essência. Consentaneamente, prevalece a análise do discurso e a supremacia da linguagem, como paradigma determinante de análise científica.

A linguagem torna-se o paradigma determinante não apenas das relações sociais, mas é o próprio paradigma fundante do ser social nas análises de Lacan. É Coggiola quem denuncia Lacan por romper, em seus estudos sobre a psicanálise, com a base material de Freud na explicação do inconsciente e explicitá-lo sobre uma base essencialmente idealista. Coggiola citando Pierre Fougeyrollas confirma a centralidade da linguagem na obra de Lacan, quando expressa que

“o inconsciente está estruturado como uma linguagem”, ou seja que a linguagem precede ao inconsciente, isto é, ao ser humano, quer dizer, que no “no princípio era o Verbo, e o Verbo se fez carne”. Lacan, por outro lado, escreveu de fato que “é de fato o verbo que está no princípio”, e ainda que “é o mundo das palavras que cria o mundo das coisas”.<sup>181</sup>

Portanto, a negação da essência do real está refletida na negação das bases materiais socioeconômicas como determinante para compreensão da aparência em-si, a consequência deste fato está na compreensão do real, ou seja, em como este surge em sua aparência imediata: como um todo fragmentado e caótico. Do exemplo de Lacan, podemos perceber as tendências à negação das bases materiais que conduzem o homem à sua própria auto-constituição – enquanto ser social – através do trabalho e a necessidade material humana como ente-guia do homem ao ato de trabalho. Partindo da

---

<sup>181</sup> FOUGEYROLLAS, Pierre apud COGGIOLA, Osvaldo. *Universidade e Ciência na Crise Global*. Op. cit., p. 58.

reflexão de Engels, perguntaríamos aos defensores do verbo como ente formador do ser social: o homem apreende como a linguagem e para comunicar exatamente o quê?

O verbo, como formador da carne, reflete-se na des-razão filosófica da pura análise do discurso. O irracionalismo, que afirma a impossibilidade de apreensão do real, nega à ciência humana o seu propósito histórico de entender a coisa em sua essência. A centralidade da linguagem impõe a análise do discurso como a única tarefa “coerente” da ciência, e como afirma Coggiola, não se investiga a coisa-em-si, mas exatamente o nome da coisa. A teoria não possui exterioridade, a ciência é incapaz de efetivar um espelhamento do real, como afirma a passagem a seguir de Veiga Neto, um autor foucaultiano, ao expressar que:

cada paradigma tem não só seu próprio vocabulário, como, também, seu próprio discurso e sua própria maneira de colocar suas questões e de determinar o que é e o que não é relevante e problemático. [...] Dito de outra maneira, não existe uma exterioridade – com seus problemas – a ser desvendada e compreendida por nosso conhecimento – que hoje estaria fracionando em múltiplos paradigmas, campos e disciplinas, etc. Isso que vemos como problemas exteriores são construções contingentes, que se estabelecem a partir de visões de mundo específicas. E que também engendram visões de mundo...<sup>182</sup>

Podemos aferir que, diante da propagada impossibilidade de reconstrução do real no campo do ideal, a miséria da razão burguesa recai sobre as análises epistemológicas que recorrem, nas palavras do autor acima citado, à “genealogia do discurso” e à descrição de suas “epistemes”, ou seja, o que em nossa reflexão significa apenas a pura análise do discurso em si. A reflexão centrada sobre como se constrói o discurso, em detrimento das questões materiais determinantes em um contexto social de crise, conduz a miséria científica burguesa a uma miséria literária travestida de ciência. A negação da história é expressa na descrição do cotidiano imutável, no tempo presente insuperável, na metafísica do presente como expressa Moraes. O recuo da teoria foi decorrência da negação da ciência como meio de apreensão do real, o que inaugura uma

época cética e pragmática dos textos e das interpretações que não podem mais expressar ou, até mesmo, se aproximar da realidade, constituído-se em simples relatos ou narrativas que, presos às injunções de uma cultura, acabam

---

<sup>182</sup> VEIGA NETO, A. J. Currículo, disciplina e interdisciplinaridade. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Campinas-SP, v. 17, n.2, p. 128-37, 1996, p. 132.

por arrimar-se no contingente e na prática imediata – uma metafísica do presente, ou, como define Jameson, uma história de presentes perpétuos. O ceticismo, todavia, não é apenas epistemológico, mas ético e político.<sup>183</sup>

As narrativas do cotidiano expressam a aparência caótica de uma realidade fragmentada. Concretiza-se uma visão puramente fenomênica do real, a des-razão burguesa é incapaz de ausentar-se da pura reflexão do discurso que apenas confirma o real como um caos esfacelado em suas múltiplas determinações sem um vínculo totalizante. Tonet advoga nesse processo a própria negação da apreensão da totalidade, assim como, a negação da possibilidade de apreensão da realidade concreta, ou seja, da verdade. Esta é mitificada como uma pura ilusão da razão. Como nos afirma o próprio autor,

Pense-se a questão da verdade. Coerente com os fundamentos do conhecimento, na concepção moderna, a verdade não poderia deixar de ser uma produção do sujeito, pois o próprio objeto do conhecimento era um “objeto construído” e não um objeto real. Por isso mesmo, a verdade não poderia ser a reprodução da realidade objetiva, mas apenas o resultado da aplicação rigorosa do método e de um processo intersubjetivo. Ora, a dissolução da idéia de verdade pelo chamado pensamento pós-moderno nada mais é do que o resultado da “constatação” de que a “realidade”, que, para os modernos ainda poderia adquirir uma certa unidade, já é, atualmente, uma infinidade de fragmentos aleatórios, que jamais poderão ser unificados.<sup>184</sup>

A pós-modernidade promove a fragmentação do conhecimento, a impossibilidade de emersão aos fundamentos estruturais do real inviabiliza a compreensão da essência do real, nega a totalidade social, nega o real como um todo interligado em seus fundamentos estruturais. Nega o metabolismo do sistema capitalista em seu movimento orgânico em sua incessante expansão e acumulação. Nega a totalidade das relações sociais, em sua histórica luta de classes, em um momento histórico de ofensiva do capital sobre a classe proletária fragmentada em sua organização, após a instituição do modelo neoliberal de trabalho precário e terceirizado. Portanto, o irracionalismo pós-moderno efetiva a negação do todo social e impõe um obstáculo ideológico e cultural à reorganização da classe revolucionária na luta histórica

---

<sup>183</sup> MORAES, M. C. M. Recuo da Teoria. In: MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O.; TORRIGLIA, P. L. (ORG). *Iluminismo as Avessas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 157.

<sup>184</sup> TONET, IVO. Modernidade, Pós-modernidade e Razão. Disponível em: <[http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/MODERNIDADE POS-MODERNIDADE E RAZAO.pdf](http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/MODERNIDADE_POS-MODERNIDADE_E_RAZAO.pdf)>, Acesso em 30 de abril de 2009.

por uma sociedade socialista. A luta política radical e de classe é substituída neste contexto de fragmentação por uma esfera política estilhaçada em

uma miríade de movimentos com reivindicações particulares e aparentemente não integradas. A luta pelo poder político central – a conquista ou a destruição do Estado – foi substituída pelas infinitas questões dos “poderes locais”. A luta de classes, ou seja, o antagonismo básico nas sociedades capitalistas entre burguesia e proletariado, foi empurrado para debaixo do tapete do conceito de cidadania, que quanto mais conquista divulgação e adeptos, mais perde em profundidade e operacionalidade.<sup>185</sup>

A análise de Costa afere na pós-modernidade a declaração burguesa do fim da luta de classes, assim como, a proclamação da eternidade do trabalho alienado e a necessidade de humanização do capitalismo. O novo mecanismo de regulação social do capital é constituído sobre a mediação de um discurso ideológico que conduz à supressão dos elementos radicais da luta de classe, ao impor a inviabilidade epistemológica da luta revolucionária e da constituição de uma sociedade qualitativamente distinta ao modelo capitalista. O recuo da teoria implica no retrocesso na luta socialista e o avanço do capital sobre uma classe desarmada pelo desemprego estrutural e pelas derrotas históricas do sindicalismo combativo. O novo modelo de controle societário conduz à naturalização do sistema capitalista e ao fetichismo da diversidade associada à negação do conflito, enquanto resultado da pulverização do poder e das opressões – opressão e poder que se efetivam no oprimido e no dominado e em todos os espaços e relações da vida social. As formulações teóricas pós-modernas compactuam para a impossibilidade de resistência e de enfrentamento da realidade e das bases estruturais da economia burguesa. A negação da luta confirma-se na luta de todos contra todos e contra tudo, ou seja, a luta de classes é inconcebível.

A negação da luta radical instaura-se no cotidiano coletivo sobre o filtro pragmático que elimina todas as análises ou termos que possuem uma concepção crítica a este modelo social. Desde o vocabulário, às organizações de classe, às relações de opressão e o cotidiano são vinculados ao vazio. Tudo que se instaura sobre a aura do conflito de classes é negado. Moraes nos aponta como os novos modelos de controle e

---

<sup>185</sup> COSTA, Frederico. *Elementos Para Compreensão do Pensamento Pós-moderno*. Op. cit., p. 66.

obediência social perpassam a construção do consenso coletivo efetivado na cooptação de intelectuais e nas políticas reformistas, em especial no campo da educação.

Portanto, como vimos argumentando, o pensamento pós-moderno constitui-se um instrumento de domínio ideológico e cultural que oferta respostas subjetivas ao disciplinamento e ao controle da classe trabalhadora em um contexto de crise do sistema capitalista. O discurso pós-moderno coaduna com a perpetuação do projeto histórico dominante ao negar a razão como mecanismo de interpretação do real em suas estruturas, acabando por negar o projeto histórico de superação do real coisificado. Afirmando, por esse via, a eterna existência deste modelo social, a existência do suposto “indeterminado”, negando a histórica possibilidade de transformação e afirmando a continuidade infinita do existente.

Contudo, apontamos que o real é real independente das questões subjetivas individuais que o afirmam ou o recusam no plano do ideal. Portanto, o real concreto existe independente das formulações teóricas pós-modernas. Seguindo a análise de Costa, afirmamos que, mesmo irracionalmente, o que as idéias pós-modernas efetivam é

uma apologia indireta à sociabilidade burguesa ao hipostasiar as características do capitalismo em crise em qualidades inerentes à própria existência humana. A coisificação das relações sociais sob a forma de imagens, o dilaceramento do indivíduo entre uma objetividade funcional inumana e uma subjetividade enimesmada impotente, o fosso crescente entre o público e o privado sem sentido, a submissão à indústria cultural e ao consumismo, os limites impostos pela alienação a uma compreensão ontológica do real, o fetichismo da linguagem, a fragmentação imposta pelo mercado compõem os adornos do intelectual “pós-moderno”.<sup>186</sup>

A superestrutura do capital adapta a cultura aos anseios do irracionalismo burguês e a efetiva como meio de propagação na consciência coletiva, das intenções da razão, sem nenhuma preocupação ética e política com o real e os conflitos sociais que o permeiam. A cultura é re-significada como meio de dominação ideológica da subjetividade do trabalhador ao cooptá-lo ao modelo do consenso e do diálogo, entre trabalho e capital. A regulação social mediada pela ausência de racionalidade expressa o reflexo da atuação da nova superestrutura social na construção de consensos, disciplinamento das consciências e ações coletivas através do discurso de harmonia

---

<sup>186</sup> Ibidem, p. 77-78.

social e negação da luta de classes. Cabe, por fim sublinhar que a ação desta superestrutura está associada ao próprio poder central do capital, o Estado.

## **2.5 A Crise Estrutural, a Reestruturação Educacional e o Racionalismo Instrumental**

A superestrutura do sistema em crise expressa no contraditório e decadente pensamento burguês, isto é, no conflito entre o irracionalismo e o racionalismo instrumental, tem inserção na política educacional do sistema em crise. Dizendo de outro modo, a vertente pós-moderna como o maior expoente do irracionalismo predomina no campo da cultura, adentra as universidades, numa produção teórica que se exime em descrever o real e se contenta em “descobrir” o cotidiano. A vertente racionalista instrumental, por sua vez, atende os anseios do sistema em crise por um novo projeto político-pedagógico de formação pautado no modelo de acumulação flexível. A “filosofia da roldana” citada por Lukács surge como paradigma definidor das políticas educacionais dos principais países capitalistas por intervenção direta dos instrumentos internacionais de poder sobre as políticas públicas dos Estados nacionais.

O processo amplo de expansão do sistema do capital, que leva aos diversos recantos do planeta sua estrutura centrífuga de acumulação, impõe a necessidade de meios mundiais de regulação do capital. As estratégias neoliberais de reestruturação estatal chegam ao seu destino no interior dos estados nacionais por intermédio das imposições do grande capital em suas instâncias de gerência mundial. O Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comercio (OMC), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo Monetário Internacional (FMI), Grupo dos Países Desenvolvimento e os sete mais ricos do mundo (G-20), Grupo dos sete países mais ricos acrescentado da Rússia (G-8) e UNESCO, configuram-se em meios encontrados pelo sistema para impor um mínimo de controle sobre esse sistema global.

Contudo, aliada as análises de Mészáros, podemos afirmar que as possibilidades de controle do sistema são inexistentes no interior da intervenção dos Estados nacionais, assim como a constituição de um controle mundial é impossível pela própria

impossibilidade de existência de um Estado mundial que venha impor algum controle aos diversos estados-nações em suas relações conflitantes entre si.

Para Vergel, a impossibilidade de imposição de um Estado Mundial com poder de regulação sobre os conflitos internacionais não impede que as políticas de gestão da crise adquiram um caráter quase global ao ser imposta pelos meios de gerência em âmbito mundial e regional. Todavia, o processo de adequação dos Estados nacionais às políticas internacionais do capital, está vinculado à imprescindível necessidade de todos os estados-nacionais adentrarem no sistema internacional de circulação de mercadorias. Soma-se a isso a imposição dos grandes capitais imperialistas.

Portanto, é por meio de uma estrutura mundial do capital que a política neoliberal chega a todos os recantos do globo. Tal estrutura impõe a transformação da educação em mercadoria, enquanto novo mercado e meio de gerência da crise estrutural. Desde o Consenso de Washington, documentos do BID e do Banco Mundial – o qual tem atuado como o “Ministério Internacional da Educação”<sup>187</sup> – referem-se a um novo modelo internacional de educação comprometido com a formação do “novo trabalhador” exigido pela reestruturação produtiva, modelo estes que surgem a partir do paradigma do “aprender a aprender”<sup>188</sup> ou a denominada teoria das competências.

A implantação deste modelo educacional designado pelos instrumentos internacionais constitui parte do processo de transformação da educação em um mercado lucrativo de trabalho intensivo. A educação enquanto mercadoria surge como um campo extremamente lucrativo para investimento privado ao utilizar trabalhadores qualificados sobre reduzido valor de venda da sua força de trabalho, ou seja, o professor também está exposto ao novo modelo de hiperexploração e extração extrema de sua mais-valia, quando na condição de trabalhador da rede privada de ensino.

Vergel da continuidade a sua análise ao apontar que o sistema capitalista, em sua estrutura global, impõe a necessidade de constituição de um modelo mundial de

---

<sup>187</sup> JIMENEZ, Susana Vasconcelos. *Consciência de classe cidadania planetária?* Notas críticas sobre os paradigmas dominantes no campo da formação do educador. Fortaleza, 2003 (mimeo), p. 4.

<sup>188</sup> Para uma análise crítica dos fundamentos e significados do paradigma sócio-educacional “aprender a aprender”, publicizados no afamado Relatório Jacques Delors, resultante da Conferência Mundial de Educação, realizada em Jomtien, promovida com o apoio expressivo do Banco Mundial, cf. JIMENEZ, Susana V. E MAIA FILHO, Osterne. A Chave do Saber: um exame crítico do novo paradigma educacional concebido pela ONU. In: JIMENEZ, S. V. E RABELO, J. (Orgs). *Trabalho, Educação e Luta de Classes: a pesquisa em defesa da História*. Fortaleza, Ceará: Brasil Tropical, 2004.



educação como mediação para a sua circulação, enquanto mercadoria, em âmbito global. Ou seja, para que a educação seja vendida enquanto mercadoria extremamente lucrativa pelas grandes transnacionais dos países imperialistas é necessário a desregulamentação da estrutura jurídica da educação, que apontavam para a educação como um direito em diversos países e, decorrentemente, sua transformação em serviço de livre circulação. Assim, as diretrizes mundiais determinam que todos os sistemas nacionais de educação devem reestruturar-se e adaptar-se a partir do exemplo de um único modelo político-pedagógico, esta iniciativa atende aos anseios do mercado ao padronizar internacionalmente a educação, o que propicia a sua circulação enquanto mercadoria no comércio mundial. Desta forma, substitui-se a regulação estatal da educação – enquanto direito – pela regulação do mercado – educação enquanto serviço – mediada pela intervenção estatal, o estado-mercado.

O autor acima citado refere-se, ainda, a intervenção do estado neoliberal como meio para constituição de uma nova regulamentação dos sistemas educacionais, na medida em que o Estado reduz o financiamento público da educação e, em contrapartida, introduz uma forte intervenção nos rumos da estrutura político-pedagógica do sistema educacional. A ação do Estado neoliberal é descentralizadora quanto ao financiamento da educação ao desresponsabilizar-se deste encargo, repassando-o para o setor privado, comunidades, a família, ONGs, etc. Mas sobre a definição da estrutura educacional, a ação do Estado é extremamente centralizadora, criando um modelo de regulamentação que impõe à educação os padrões exigidos pelo comércio internacional ampliando dessa forma o comércio mundial da mercadoria educação.

Vergel<sup>189</sup> descreve que a ação definidora do Estado sobre os rumos da educação está presente tanto nos processos de avaliação por estes instituídos, como por meio de uma nova regulamentação jurídica para os sistemas educacionais. No caso do Brasil, esse processo inicia-se com o Provão do Ensino Superior e a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (nº 9.394/96), que possui na teoria das competências seu eixo norteador, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso. A constituição da educação

---

<sup>189</sup> VERGEL, Carlos. A Política Educacional do Imperialismo para o Século XXI. *Revista Marxismo Vivo*. Ed. Instituto José Luís e Rosa Sundermann. Nº 19, p. 64 a 78, 2008.

neoliberal tem sua continuidade no governo Lula com o implemento do Plano Nacional da Educação, o SINAES, REUNI, entre outros.

Direcionando a nossa análise ao conteúdo do projeto político-pedagógico dominante podemos aferir que a teoria das competências cumpre a função de constituição de uma razão instrumental que abasteça o novo modelo toyotista de acumulação com força de trabalho qualificada para os novos paradigmas produtivos. Contudo, como nos afirma Cardozo e podemos observar em nossa análise durante este capítulo, o processo de formação pelos ditames das competências avança não apenas sobre o saber-fazer necessário ao ato de trabalho abstrato, mas se remete primordialmente ao domínio da subjetividade do trabalhador e à sua adequação ao processo de hiperexploração ao qual o trabalhador está imposto.

Portanto, a reflexão de Cardozo expressa que a noção de competência não se remete à posse do conhecimento histórico pela classe trabalhadora para as novas atividades complexas de trabalho exigidas no padrão de acumulação flexível. Porém, o conceito de competência, que é utilizado como sinônimo de qualificação, apresenta contraditoriamente conotações distintas e opostas ao conceito de qualificação enquanto domínio do conhecimento e enquanto possibilidade de intervenção consciente na realidade – já que a teoria das competências enfatiza

a mobilização de saberes técnicos para serem utilizados em situações imprevistas de trabalho e não a posse de tais saberes. Desse modo, a noção de competência coaduna-se com a idéia de polivalência, uma vez que esta última significa uma racionalização formalista com fins instrumentais que enfatiza os conhecimentos empíricos disponíveis, porém a ciência permanece algo exterior e estranho ao trabalhador.<sup>190</sup>

Cardozo se refere, ainda, a formação polivalente que supera o enfoque sobre o posto de trabalho. A polivalência, como necessidade do trabalhador flexível capaz de exercer várias tarefas em um mesmo trabalho, permite concentrar atenção sobre a pessoa na “medida que não exigiria um trabalhador qualificado para uma função específica, mas um portador de conhecimentos e habilidades que seja capaz de se movimentar por todo o processo produtivo, a fim de apontar e solucionar possíveis

---

<sup>190</sup> CARDOZO, M. J. P. B. A Produção Flexível e a Formação do Trabalhador. Op. cit., 2008, p. 171.

problemas”.<sup>191</sup> O ser unilateral adquire nova forma sobre o modelo toyotista de trabalho, a polivalência toyotista corresponde a “fluidez de funções”, descrita na passagem marxiana citada durante o primeiro capítulo deste estudo, quando o autor referia-se a tendência multilateral do trabalho capitalista. Portanto, a polivalência toyotista significa o fim da formação rígida do trabalhador expressa em uma única especialização e a confirmação das capacidades multilaterais do trabalho. A formação para a polivalência corresponde, portanto, a formação de um trabalhador com múltiplos conhecimentos práticos e nenhuma especialidade, o que deságua na chamada “especialização flexível”<sup>192</sup> como um dos modelos do trabalhador flexível.

A formação para a competência é um modelo histórico da educação em sua relação dialética entre o seu caráter *estrito e lato*, constitui-se, portanto, como o novo modelo da educação de classe, o qual é historicamente constituído e marcado pelo recuo da teoria e por uma extrema precarização da formação humana, o que coaduna para a idiotização extrema do trabalhador apontada por Marx ainda nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844.

A exterioridade estranhada do conhecimento se concretiza nos saberes técnicos especializados das diversas profissões constituídas no modelo industrial moderno. O estranhamento do conhecimento atinge nova efetividade no modelo toyotista, ao concretizar-se agora sob o domínio da subjetividade do trabalhador que se dá no processo de reestruturação do trabalho. O estranhamento ao saber aprofunda-se não apenas na sua utilização puramente instrumental. Mas o estranhamento toyotista concretiza-se, também, na desvalorização de todo conhecimento teórico que não possua um elemento prático imediato, ou seja, não tenha uma funcionalidade previamente estabelecida ou simplesmente instrumental. O conhecimento acumulado historicamente, instrumental teórico necessário à análise do real para além de sua aparência caótica, é expropriado da classe trabalhadora. Neste processo de construção de consensos o trabalhador é convencido da inoperabilidade desse saber histórico, e este é constituído enquanto um ser alheio aos conhecimentos históricos que continuam sob posse exclusiva da classe dominante.

---

<sup>191</sup> Ibidem, p. 171-2.

<sup>192</sup> ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*. Op. cit., p. 48.

Segundo Cardozo, a teoria das competências atende a três propósitos no processo de constituição do novo projeto político-pedagógico, são estes:

reordenar conceitualmente a compreensão de relação trabalho-educação, desviando o foco dos empregos, das ocupações e das tarefas para o trabalhador em suas dimensões subjetivas com o trabalho; institucionalizar novas formas de educar/formar os trabalhadores e de gerir o trabalho internamente às organizações e no mercado de trabalho em geral, sob novos códigos profissionalizantes que configuram as relações contratuais, de carreira e de salário; e formular padrões de identificação da capacidade real de trabalho para determinada ocupação, de tal modo que possa haver mobilidade entre as diversas estruturas de emprego em nível internacional e nacional.<sup>193</sup>

A concretização das novas formas do educar/formar os trabalhadores efetivadas no seio da racionalização instrumental concretiza-se, como já anunciado, sobre os pilares do aprender a aprender, que tem na obra “Os Sete Saberes Necessários Para a Educação do Futuro” um dos seus principais referenciais. Destacam-se no texto de Morin os saberes: “educar para ser”, “educar para aprender”, “educar para compreender”, “educar para conviver”. O que, em outras palavras, como aponta Lira<sup>194</sup>, significa: aprender a ser, aprender a fazer, aprender a aprender e aprender a conviver. O aprender a aprender se destaca por quatro posicionamentos valorativos, segundo Duarte: o primeiro aponta que é mais desejável o aprender sozinho, o que constitui a supremacia do individual no processo de auto-formação e descarta o processo de transmissão, por outros indivíduos, de conhecimentos e experiências e “estabelecem uma hierarquia valorativa na qual aprender sozinho situa-se num nível mais elevado do que a aprendizagem resultante da transmissão de conhecimentos por alguém”<sup>195</sup>. O segundo critério aponta para o desenvolvimento individual de um método, como meio de aprimorar a criatividade para a resolução de problemas e estabelecendo a hierarquia do método individual sobre o próprio conhecimento acumulado historicamente. Como nos aponta Duarte,

---

<sup>193</sup> Ibidem, p. 172-3.

<sup>194</sup> TAFAREL, C. Z. e SANTOS JUNIOR, C. L. Nexos e Determinações entre a Formação de Professores de Educação Física e Diretrizes Curriculares: competências para que? IN: FIGUEIREDO, Z. C. C. *Formação profissional em educação física e mundo do trabalho*. Vitória, ES: Gráfica da Faculdade Salesiana, 2005, p. 132.

<sup>195</sup> DUARTE, Nentow. *As Pedagogias do “Aprender a Aprender” e Algumas Ilusões da Assim Chamada Sociedade do Conhecimento*. Disponível em: <[www.anped.org.br/reunioes/24/ts7.doc](http://www.anped.org.br/reunioes/24/ts7.doc)> Acesso em: 11 de maio de 2009, p. 3.

é mais importante o aluno desenvolver um método de aquisição, elaboração, descoberta, construção de conhecimentos, do que esse aluno aprender os conhecimentos que foram descobertos e elaborados por outras pessoas. É mais importante adquirir o método científico do que o conhecimento científico já existente.<sup>196</sup>

O terceiro e o quarto elementos apontam para a flexibilização da formação aos interesses individuais e aos interesses efêmeros do mercado. Esses interesses são constituídos em conjunto, pois, no processo de determinação pelo aluno do saber a ser apropriado de acordo com a sua necessidade e interesse individual, estão imbricados em sua decisão os interesses funcionalistas da razão instrumental a ser por este adquirida. Esse processo é concretizado com o quarto elemento valorativo. Sobre esse quarto elemento, Duarte afirma que, de acordo com essa lógica,

a educação deve preparar os indivíduos para acompanharem a sociedade em acelerado processo de mudança, ou seja, enquanto a educação tradicional seria resultante de sociedades estáticas, nas quais a transmissão dos conhecimentos e tradições produzidos pelas gerações passadas era suficiente para assegurar a formação das novas gerações, a nova educação deve pautar-se no fato de que vivemos em uma sociedade dinâmica, na qual as transformações em ritmo acelerado tornam os conhecimentos cada vez mais provisórios, pois um conhecimento que hoje é tido como verdadeiro pode ser superado em poucos anos ou mesmo em alguns meses.<sup>197</sup>

A referida análise do autor acima citado, coaduna-se ao estudo realizado no primeiro capítulo deste trabalho, no qual desvendamos, através de Lukács, o caráter *lato* da educação. Tal caráter aponta para a construção de novas objetivações e, conseqüentemente, para a transformação constante da realidade. Contudo, a transformação do real e a constituição de um novo saber presente no caráter *lato* da educação efetivam-se na unidade dialética entre o caráter *lato* e *estrito* da educação, o qual compõe uma totalidade. A conclusão que chegamos dessa relação dialética apontada por Lukacs, centra-se na assertiva de que a constituição de um novo conhecimento passa necessariamente pela apropriação do conhecimento historicamente acumulado – que conduz o ser social e a sua atuação determinados a um correspondente período histórico; enquanto a negação da possibilidade de apropriação

---

<sup>196</sup> Ibidem, p. 4

<sup>197</sup> Ibidem, p. 5.

do conhecimento, concebida no seio da teoria das competências, conduz para impossibilidade por parte da classe trabalhadora de entender o real, assim como, perpetua a impossibilidade de efetivação de novos conhecimentos.

As barreiras do capital estão expressas no plano da produção intelectual do ser social, na medida em que o racionalismo burguês nega a apropriação do conhecimento como meio para interpretar o real. Esse fenômeno tem sua origem na remodelação do trabalho assalariado e conseqüente readequação do trabalhador aos novos ditames deste mercado volátil, que exige um trabalhador flexível e incapaz de exercer uma reflexão crítica quanto à sua condição de exploração intensa. Estado, mercado, educação e cultura, em processo dialético – no qual os novos pilares da exploração vão constituindo no cotidiano a nova consciência do trabalhador – fazem prevalecer a escolha criativa e o desenvolvimento individual como única saída para sobrevivência no mercado de trabalho do desemprego. Contra o trabalho supérfluo instituído pelo capital em crise, as saídas coletivas das estratégias da luta de classe estão descartadas no ideal coletivo do trabalhador. A negociação coletiva, nos limites dos ganhos mediatos, é substituída pelo diálogo individual, no qual prevalece a valorização de suas competências, habilidades, demonstração de responsabilidade e compromisso com a empresa para a conquista de melhores condições para a venda de sua força de trabalho. Em uma palavra, o “diálogo” – negociação individual – entre capital e trabalho é mediado pelas competências.

Exatamente nesse contexto de crise, o conflito entre irracionalismo e racionalismo instrumental da decadência burguesa convergem para a desarticulação da luta de classes como saída histórica para a classe trabalhadora, na medida em que negam a posse do conhecimento histórico à classe trabalhadora e, portanto, a possibilidade de desvendar o real. Taffarel expressa em sua análise que a estratégia dominante de desmobilização da classe adquire forma na articulação entre a teoria das competências e a dimensão do chamado aprender a conviver, advogando ser essa a forma mais grotesca da pedagogia do consenso, como mecanismo de regulação social – o discurso da harmonia, o diálogo em oposição ao conflito.

Nesse contexto, a pedagogia do aprender a conviver é essencial para conter os ânimos dos trabalhadores que conseguem se indignar contra a realidade de extrema exploração a qual estão submetidos, e anseiam por organizar a luta coletiva de

resistência. Portanto, é nessa perspectiva que o paradigma do aprender a conviver concretiza-se como instrumento de apaziguamento das contradições e dos conflitos de classe, na medida em que

incentiva comportamentos individuais e sociais desvinculados de conteúdos, em que a afetividade e a criatividade passam a ser racionalizadas. As desigualdades e divergências são acomodadas sob a pretensa unidade, dissolvem-se as relações de poder e a política desaparece sob a racionalidade técnica.<sup>198</sup>

À adequação do trabalhador ao novo modelo de regulação social articula-se, ainda, mediada pela educação, o aprender a ser polivalente, ou seja, o aprender a ser o que o mercado determina, e o aprender a fazer, isto é, aprender a solucionar problemas no seio do trabalho alienado. Nesse contexto, Taffarel nos aponta que a formação humana passa a destacar-se pela chamada simetria invertida, na qual nega-se a apropriação do conhecimento teórico no processo de formação, como a base necessária para atuação no trabalho e, em troca, propaga-se, sob seus pilares, a necessária aprendizagem de forma imediata e direta de todos os atos práticos necessários para a atuação profissional ainda durante a formação.

Por sua vez, Cardozo discute que a formação do novo trabalhador aponta, em seu conjunto de determinantes, para a chamada formação para a empregabilidade – o modelo de formação do trabalhador que deve estar preparado para conviver com o desemprego, a precarização, a variedade de funções nos trabalhos por este exercidos. A formação para a empregabilidade é justamente a preparação de

coração e mentes para as relações sociais precarizadas, para a legitimação dos critérios de remuneração que passam a ser fundamentados em competências individuais. Entretanto, essa lógica ao mesmo tempo em que valoriza competências pertencentes à esfera individual, persegue também diversas formas de objetivar, expropriar e padronizar o conhecimento tácito, gerando o paradoxo da complexificação do trabalhador coletivo, a simplificação e o esvaziamento do trabalhador individual, que, ao ser descartado do processo produtivo, não deixa qualquer marca pessoal.<sup>199</sup>

---

<sup>198</sup> TAFAREL, Celi Zulke. *Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores de Educação Física: a Imprescindível Unidade Teórico Metodológica, o Trabalho como Princípio Educativo e o Padrão Unitário Nacional de Qualidade*. Disponível em: <[http://www.faced.ufba.br/rascunho\\_digital/](http://www.faced.ufba.br/rascunho_digital/)>. Acesso em: 11 de maio de 2009.

<sup>199</sup> CARDOZO, M. J. P. B. *A Produção Flexível e a Formação do Trabalhador*. Op. cit., p. 173.

O processo de dominação sobre o trabalhador tem na estrutura total do capital, ou seja, no processo de regulação social, a sua maior força. Tal força que a tudo submete tem na teoria das competências a nova mediação para concretizar o esvaziamento espiritual do trabalhador efetivando-o como um simples possuidor de força de trabalho. Este deve recorrer sempre ao mercado para adquirir a mercadoria dinheiro, enquanto mediação universal aos valores de uso necessários à sua sobrevivência. Portanto, estabelece-se a dependência do trabalhador ao modelo de produção de valor de troca, já que o novo modelo de formação não oferece qualquer possibilidade ao trabalhador de produzir valores de uso de forma independente ao capital.

Sob essa determinação o trabalhador é premido a transformar sua força de trabalho em valor. Este deve recorrer à formação pelas competências para adentrar ao mercado. A transformação de homens e mulheres em mercadoria, sobre a intervenção da teoria das competências, significa a “possibilidade multivariada do capital usar essa capacidade de trabalho da forma que melhor lhe convier”.<sup>200</sup>

O modelo de formação proposto pelo sistema capitalista em crise impõe, assim, uma relação de contradição entre capacidades produtivas e formação do trabalhador, na qual a primeira avança sob domínio dos capitães da indústria e segunda sobre o aprofundamento do domínio do capital em relação ao trabalho. Nessa direção, Cardozo analisa que a formação pelas competências num contexto de continuidade e descontinuidade exposto na relação entre fordismo/taylorismo e a fragmentação do toyotismo impõe uma dilaceração da classe trabalhadora em múltiplas funções e relações de trabalho, o que nos coloca diante de uma relação dialética entre qualificação e desqualificação, pautada sobre o modelo toyotista de formação. Circunscritos por esse modelo, os setores reduzidos da classe trabalhadora têm acesso a uma formação qualificada no interior dos novos ditames, enquanto a maioria da classe subsiste sobre a mais severa desqualificação para o trabalho, que passa a ser realizado sob condições de extrema precarização.

Via de regra, as novas teorias educacionais, no âmbito do irracionalismo burguês ou do racionalismo instrumental, promovem um extremo recuo da teoria e da

---

<sup>200</sup> Ibidem, p. 177.



possibilidade de aferição do real – cujas conseqüências sobre a classe trabalhadora recaem na negação do conhecimento histórico como mediação necessária para organização da luta. Portanto, as teorias vigentes constituem as novas formas estratégicas do capital de regulação societal, que constituem a nova superestrutura do capital em crise crônica tendo no modelo de acumulação flexível a sua base material, e no modelo de Estado neoliberal a sua estrutura política e jurídica – a qual se submete aos construtos intelectuais da burguesia, seja no campo da cultura sobre o jugo pós-moderno, seja no campo pedagógico sobre os paradigmas pragmáticos do aprender a aprender. Estes elementos constituem parte do todo social e figuram como mediação de regulação da - insatisfação coletiva, da classe explorada e expropriada.

A força coletiva é individualmente recrutada pelo poder de domínio do capital, que tem, como afirma Duarte, no fetichismo da individualidade o meio para atender aos seus interesses de expansão e acumulação – esse processo apenas é possível sobre a direta intervenção estatal, seja no momento expresso de colapso do sistema econômico sobre o braço do Estado burguês, na elaboração dos mecanismos de expansão do capital que figuram como meio de continuidade de exploração do trabalho e regulação social; seja enquanto arma da classe dominante, que auxilia o domínio do capital sobre o trabalho em seus mecanismos históricos de opressão - hodiernamente, através dos novos modelos de construção do consenso social erguidos sob a aparência democrática e harmônica do atual contexto capitalista.

### **3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL**

Nossa reflexão que até aqui tem apontado as contradições entre trabalho e capital através da análise da estrutura sócio-metabólica do sistema capitalista desnudando, por esse meio, suas contradições, as quais apontam para o processo de constituição de suas crises cíclicas e sua transformação em crise estrutural demarcando, também, as mudanças superestruturais alavancadas em decorrência da própria crise do sistema.

Percebemos com Lênin o Estado como a arma da classe burguesa, que exerce sua força de domínio sobre a classe trabalhadora. Nessa direção, apontamos a partir de Mészáros que o Estado burguês, como uma estrutura própria do capital, tem ação determinante para manutenção e perpetuação do domínio do sistema capitalista.

Seguindo as análises formuladas por Mészáros, Antunes e Coggiola compreendemos que no atual contexto de crise sistêmica do capital a educação é tomada enquanto mecanismo de re-incorporação da taxa de lucro do capital, ou seja, como um dos meios estratégicos para superação das conseqüências fenomênicas da crise. A educação assume essa tarefa na medida em que: 1) cumpre a função de elevação da taxa de lucro, ao ser transformada em mercadoria sob o poder de domínio do capital que tudo subverte aos seus interesses; 2) é utilizada como mecanismo de preparação da força de trabalho sobre o padrão de especialização flexível, em conformidade com os padrões exigidos pela reestruturação produtiva implantada no interior do sistema do capital; 3) aparece como mecanismo de regulação social, constituidor de padrões comportamentais, éticos e morais.

Em nosso trabalho, temos refletido sobre parte do todo social para análise das mediações determinantes sobre o objeto da educação, particularmente, as repercussões do novo contexto social que apontam para a necessidade de constituição de um novo padrão de educação do ser social. Contudo, a própria educação representa uma totalidade, parte de uma estrutura maior, enquanto a educação física integra esta totalidade, enquanto elemento constituinte da educação, ao ser definida como:

uma disciplina que trata, pedagogicamente, na escola, do conhecimento de uma área denominada aqui de cultura corporal. Ela está configurada com temas ou formas de atividades, particularmente: o jogo, esporte, ginástica, que constituirão seu conteúdo. O estudo desse conhecimento visa aprender a expressão corporal como linguagem.<sup>201</sup>

Os determinantes que atuam sobre a educação, descritos no capítulo anterior, exercem severas influências sobre a Educação Física e sobre o seu processo de formação acadêmico-profissional. De forma que, refletir sobre o processo de formação em si obriga-nos a uma análise das transformações que o modelo de acumulação flexível e a expansão no setor de serviços repercutem sobre a vida da força de trabalho do professor de Educação Física, qual seja: o processo de sua transformação em profissional neoliberal no atual contexto. Sadi define as profissões liberais como aquelas que estão:

em constante mudança, orientam-se pela ética mercadológica do trabalho e apresentam-se como serviços (não importa se de qualidade ótima ou não). Nesta época, o cliente é o sujeito da ação. A legitimidade dos trabalhos transformados em serviços se dá através da formação em nível superior, a primeira disputa da seleção dos melhores que permanecerão na competição profissional, a segunda disputa, do prestígio social, do controle de qualidade profissional de fiscalização e do código de ética, a disputa decisiva pela fatia legítima do mercado de trabalho.<sup>202</sup>

Na seqüência de nosso estudo pretendemos expor os complexos determinantes para a constituição do professor de Educação Física enquanto um profissional liberal, nas características apontadas por Sadi. Refletimos em particular sobre o processo de regulamentação de Educação Física, enquanto um complexo determinante para a adequação desses profissionais às novas mediações exigidas pelo modelo de acumulação flexível, enquanto meio de extração da mais-valia do trabalho assalariado. Portanto, uma análise da regulamentação da profissão se faz necessária para que possamos estabelecer uma compreensão acerca dos determinantes e os elementos que

---

<sup>201</sup> COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do Ensino da Educação Física*. Op. Cit., p. 61-62.

<sup>202</sup> SADI, Renato Sampaio. *Invasão de novas esferas, mercadoria, empregabilidade e valorização educacional: Uma revisitação do Mundo do Trabalho no cenário da regulamentação do profissional de educação física no Brasil*. Boletim Educação Física, Campo Grande, ano III, n. 31, nov. 2003. Disponível: em < <http://www.mncr.rg3.net/>>, Acesso em 16 de junho de 2009.

tangenciam política e conjuntamente à venda da força de trabalho do professor de Educação Física, assim como a própria repercussão do Conselho Federal de Educação Física sobre o processo de formação de professores em Educação Física.

Na segunda parte deste capítulo nos deteremos especificamente no debate sobre as Diretrizes Curriculares, analisando o processo de formação em Educação Física sobre os novos determinantes inseridos pela estrutura do capital; a adequação da formação em educação física aos novos padrões exigidos pelo modelo flexível de extração da mais-valia, assim como a incorporação dos paradigmas do aprender a aprender ao modelo de formação de professores em Educação Física.

Interessa-nos, pois, a análise sobre o histórico processo de formação em Educação Física e suas mediações com o modelo de acumulação do capital. Para tanto, refletimos sobre o trabalho de Lira, que recorre ao estudo de Fensterseifer para afirmar que historicamente a formação em Educação Física apresenta as seguintes características:

A) processo de formação profissional acrítico, a-histórico, e a-científico; B) currículo desportivizado; C) desconsideração, na graduação, do contexto de inserção social; D) o saber é tratado de forma fragmentada; E) dicotomia entre teoria e prática; F) o processo de formação está voltado para a estabilização do sistema vigente; G) importam-se e aceitam-se modelos teóricos acriticamente; H) a orientação na formação é voltada para atender as classes favorecidas socialmente; L) enfatiza-se o paradigma da aptidão física com forte influência da área biológica; e J) o esporte é interpretado como estabilizador do sistema, tratado na perspectiva da aptidão física, e no modelo de alto rendimento, tornando-se forte elemento de alienação.<sup>203</sup>

O mesmo autor citado por Lira ainda aponta que o processo de formação de professores em Educação Física, historicamente se destaca por sua vinculação com o modelo de acumulação taylorista/fordista, característica que prevalece, segundo o autor, a partir de um “paradigma curricular baseado no modelo *técnico-linear de tyler*, onde prevalece o interesse eminentemente técnico e destaca-se o enfoque curricular empírico-

---

<sup>203</sup> FENSTERSEIFER apud LIRA, Claudio Santos Junior. *Formação de Professores de Educação Física: a mediação dos parâmetros teóricos-metodológicos*. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação), Universidade Federal da Bahia, 2004, p.48.

analítico.”<sup>204</sup> Lira afirma ainda que este paradigma curricular toma como referência a analogia entre o processo orientador da escola e o da indústria, tendo como princípios básicos “preparar os indivíduos para desempenharem funções em situações definidas, e basear o currículo na análise destas funções. Este modelo predominava nos currículos dos cursos de Educação Física analisados.”<sup>205</sup>

O histórico do processo de formação em Educação Física expressa sua mediação na constituição do modelo de acumulação taylorista/fordista. Contudo, cabe-nos refletir: quais os novos meios de mediação do processo de formação em Educação Física com o projeto dominante, a partir de suas transformações superestruturais provocadas pela atual crise sistêmica? Para responder a essa pergunta, debruçaremos-nos sobre as transformações no campo de trabalho em Educação Física e sobre o seu processo de formação de professores, tendo as novas Diretrizes Curriculares como ponto central da análise.

### **3.1 Regulamentação da Profissão de Educação Física: A Resposta Fenomênica à Crise Estrutural do Capital**

Refletir sobre o processo de regulamentação da profissão nos impõe a necessidade de analisar as transformações sofridas por esse campo do trabalho no contexto de crise estrutural e, portanto, de transformações superestruturais na sociedade capitalista. Indagar sobre a realidade como uma totalidade coloca o imperativo de uma compreensão em que a Educação Física não está isenta das transformações materiais, políticas e ideológicas exigidas – a qual nos propomos expor durante este trabalho, pelo sistema capitalista.

Para tanto, é primordial refletirmos sobre as análises elaboradas por Nozaki<sup>206</sup>, as quais apontam que as transformações nas três esferas acima referidas repercutem na Educação Física. Nesse sentido, o autor destaca: necessidade de adequação da Educação Física ao modelo de acumulação flexível, ou seja, à nova base material produtiva;

---

<sup>204</sup> FENSTERSEIFER apud LIRA, Claudio Santos Junior. *Formação de Professores de Educação Física: a mediação dos parâmetros teóricos-metodológicos*. Op. cit., p.48.

<sup>205</sup> LIRA, Claudio Santos Junior. *Formação de Professores de Educação Física*. Op. cit., p. 48-49.

<sup>206</sup> NOZAKI, Hajime Takeuchi. *Educação Física e Reordenamento no Mundo do Trabalho*. Op. cit.

readequação ao setor de serviços mediadas pela transformação das práticas corporais em mercadorias, vinculado a nova ordem de precarização, fragmentação e terceirização impostas pela ordem neoliberal associada à nova base material; adequação da Educação Física ao novo modelo de regulação social, em sua relação de formador e formado, no seio dessa superestrutura, ou seja, a educação física surge como meio para adequação de corações e mentes à ideologia da empregabilidade. Todas essas transformações têm no processo de regulamentação da profissão uma mediação determinante para suas efetivações.

Nozaki sublinha que para refletirmos sobre a Educação Física e sua relação com a reestruturação produtiva precisamos entender a história dessa disciplina curricular na escola diretamente vinculada à formação do trabalhador de caráter fordista. A efetivação do operário-massa do padrão fordista que tinha na predominância do físico a característica eminente a este padrão de acumulação, encontra nas aulas de Educação Física – a partir da atuação docente tecnicista regrada à repetição de gestos mecânicos, o meio para constituição corporal do trabalhador fordista.

Contudo, a transformação da base produtiva acarretada pela alteração do modelo de acumulação, a qual surge como resposta do capital à sua crise estrutural, repercute na desvalorização da Educação Física no Projeto Político-Pedagógico da escola para a formação do novo trabalhador. Nozaki reflete que a Educação Física no interior da escola não atende, numa perspectiva imediata, aos anseios para a formação do trabalhador flexível, na qual a formação do corpo disciplinado, mediada pela concepção de aptidão física e saúde, perde centralidade em detrimento de uma formação intelectual, com centralidade nas capacidades comunicativas e de abstração. Nessa direção, Cardozo nos aponta as referidas competências necessárias ao novo trabalhador:

posse de escolaridade básica, formação geral e técnica suficientemente amplas; capacidade de adaptação a novas situações; possibilidade de ocupação de postos de trabalhos variados; capacidade de compreensão global de um conjunto de tarefas e das funções conexas o que demanda capacidade de abstração, de seleção, trato e interpretação de informações; iniciativas para resolução de problemas e, acima de tudo, responsabilidade com o processo de produção.<sup>207</sup>

---

<sup>207</sup> CARDOZO, M. J. P. B. *A Produção Flexível e a Formação do Trabalhador*. Op. cit., p. 169-170.

A desvalorização da Educação Física é expressa na análise de Nozaki nas tentativas constantes de redução da carga horária das aulas de Educação Física e a tentativa de eliminação de sua obrigatoriedade no campo da estrutura legal da própria educação, como no texto inicial da LDB de 1996. Apesar de o texto final da LDB expressar a obrigatoriedade da Educação Física enquanto componente curricular, a reflexão de Nozaki afirma que as tentativas de sua exclusão no texto oficial apresenta-se como evidências de sua desvalorização ao projeto político-pedagógico na escola. O autor segue enumerando evidências que refletem sobre a desvalorização desta disciplina no currículo da escolar, ao refletir sobre as vivências da Educação Física na escola que passam pela participação facultativa<sup>208</sup> por parte dos alunos; o processo de avaliação pedagógico que em seu cotidiano escolar pauta-se pela ausência de provas e notas no processo de avaliação<sup>209</sup>; postura ausente, passiva e espontânea do professor de Educação Física, promoção de atividades extra-aulas – torneios, festivais, festas – como meio de valorização da Educação Física no projeto pedagógico da escola, ausência do professor de Educação Física nas reuniões do conselho escolar e a vinculação da Educação Física com atividade manual ausente de processos intelectuais.

Nozaki aponta, ainda, que a impossibilidade de adaptação imediata da Educação Física ao novo projeto dominante de formação para o trabalho não expressa uma inerente incapacidade dessa disciplina para atender aos anseios acima requeridos para a formação do trabalhador flexível. Outrossim, a ineficácia de adaptação imediata dessa disciplina curricular aos ditames do aprender a aprender, associada aos interesses de transformação da educação de direito em serviços culminam na redução da importância da Educação Física no projeto político-pedagógico da escola pública para formação da classe trabalhadora, na sua nova forma corpórea, o trabalhador flexível.

Mas no que se refere à Educação Física, não podemos analisá-la dissociada da educação, numa relação dialética, de determinação recíproca, entre parte e totalidade. Assim, refletindo sobre a totalidade para chegarmos ao particular, em um caminho de

---

<sup>208</sup> É facultativa para trabalhadores, mães, militares e EJA.

<sup>209</sup> A inexistência de notas ou provas no processo de avaliação na disciplina de Educação Física efetiva-se como uma prática usual, não como uma ação normativa da LDB. A ausência de notas é expressa no processo de avaliação docente no qual a nota é conferida pelo professor levando em conta questões como: participação e frequência.

idas e voltas, nos reportamos à análise de Nozaki que descreve a nova mediação da Educação Física com o projeto dominante ao referir-se a educação da cultura corporal como artigo de luxo a ser ofertado nos setor de serviços fora da escola. Sadi coaduna com esta afirmação quando assevera que a respeito da educação, em um contexto de crise do capital e de contra-reformas neoliberais, devemos analisá-la enquanto uma mercadoria com ampla acessão no setor de serviços, a qual é tomada como meio de elevação da taxa de lucro do capital, e, para tanto,

podemos considerar que os investimentos em instalações máquinas e matérias-primas na área de educação, em comparação aos salários, são relativamente menores diante de setores da produção, ou mesmo diante do setor de serviços da saúde. Isso significa novamente dizer que a composição orgânica baixa permite ao capital obter taxas mais elevadas de mais-valia. Como se consegue tal façanha? Produzindo grandes quantidades de mercadorias a custos inferiores aos do mercado e vendendo-as a preços abaixo dos valores de referência do mercado. Esse processo, justamente com os princípios de produção japonesa, incluem o “modelo” de qualidade como o termômetro de aferição dos acertos e erros, do “enxugamento” organizacional das instituições. Realiza-se através da cooperação/cooptação dos sujeitos, que devem se envolver, participar e “saber ser” na concepção e execução dos projetos. Nesse sentido o capital penetra na educação como capital produtor de mercadorias.<sup>210</sup>

A partir das afirmações de Sadi e Nozaki podemos perceber que a Educação Física exerce uma nova mediação histórica com o projeto dominante ao ter os conteúdos das culturas corporais ofertados enquanto mercadorias no setor de serviços no chamado espaço não-escolar. A expansão da educação no setor de serviços tem como consequência que os conteúdos da cultura corporal passam a compor as mercadorias no setor de lazer e saúde. Nozaki afirma que as práticas corporais passam a ter um emblema de classe, já que estas se tornam acessíveis apenas à classe detentora do poder econômico, uma vez que estes conhecimentos passam a ser ofertados apenas no setor serviços e na escola privada, na mesma medida em que tais conteúdos são excluídos da escola pública. Esse esvaziamento pedagógico da Educação Física repercute na perda de

---

<sup>210</sup> SADI, Renato Sampaio. *Invasão de novas esferas, mercadoria, empregabilidade e valorização educacional: Uma revisitação do Mundo do Trabalho no cenário da regulamentação do profissional de educação física no Brasil*. Op. cit. Disponível em: < <http://www.mnccr.org3.net/>>, Acesso em 16 de junho de 2009.



postos de trabalho na atividade docente no interior da escola pública em detrimento do trabalho do professor liberal no campo de serviços no setor não-escolar.

A análise de Nozaki afirma que à crise do capital tem como consequência imediata para o trabalho do professor de Educação Física a substituição da venda de sua capacidade de trabalho no interior da escola pública, como um setor regulamentado pelas leis trabalhistas vigentes, por um setor em acessão que corresponde a um trabalho precarizado, temporário e desregulamentado no setor de serviços.

O autor acima citado expressa ainda em seus escritos que tal processo de reordenamento do campo de trabalho do professor de Educação Física, no qual este é submetido ao setor de serviços como saída fenomênica e imediata em um contexto de desemprego estrutural, impõe a essa categoria um confronto com trabalhadores que tradicionalmente ocupavam este setor de trabalho. A estratégia encontrada para garantir aos professores de Educação Física essa fatia do mercado foi a tese da regulamentação da profissão, fundada sobre a perspectiva de reserva de mercado e a conquista de vantagens legais sobre os demais concorrentes pelo nicho de mercado das práticas corporais na área não-escolar. Portanto, a lei 9.696 de 1998 que dá origem ao Conselho Nacional de Educação Física (CONFEF) e respectivos Conselhos Regionais de Educação Física (CREF's) é fundamentada em uma análise fenomênica da realidade, incapaz de compreender os nexos determinantes da crise estrutural desse sistema e suas conseqüentes transformações superestruturais, apontando como saída para a categoria a tese corporativista de reserva de mercado do trabalho para uma categoria de trabalhadores conquistada através da regulamentação da profissão.

Nozaki afirma em sua análise que a tese de regulamentação da profissão surge em um contexto de ampla desregulamentação do trabalho imposta pelo modelo de acumulação flexível, contudo, as novas estratégias apontadas coagulam com os projetos dominantes a partir do momento em que os próprios conselhos profissionais se constituem enquanto estruturas avançadas do próprio capital, atuando como mecanismos de adequação dos professores de educação física e das práticas corporais ao novo mercado, instituído no setor de serviços e à extração da mais-valia, concebida pelo modelo de acumulação flexível. Conforme expressa Taffarel, também a esse respeito, o modelo de regulamentação da profissão surge como meio de regulamentação

do mercado; ou seja, adequando os trabalhadores aos novos modelos de extração da mais-valia. A autora aponta que para os processos de “desregulamentação do mundo do trabalho, descentralização, precarização, provocam reajustes nas formas de organização da classe trabalhadora, daí a necessidade de se regulamentar o mercado pela via da regulamentação da profissão.<sup>211</sup>

Portanto, os conselhos profissionais surgem nesse novo contexto como mecanismo de auto-regulação do próprio mercado, como um dos mecanismos da própria estrutura capitalista. Esse processo é aprofundado sobre a reestruturação estatal imposta com as reformas neoliberais, na qual os próprios conselhos, como instrumentos de fiscalização de uma categoria profissional, perdem sua vinculação direta com o Estado a partir da aprovação da Lei 9.649 de 1998. Cortez citada por Nozaki expressa essa transformação na estrutura estatal e na atuação dos conselhos profissionais, ao referir-se à:

lei 9.649/98, a serviços delegados pelo Estado, os Conselhos Profissionais, excluídos do âmbito da administração pública, passariam a assumir, conquanto relação com a mesma, feições e característica jurídicas semelhantes às entidades prestadoras de serviço público por concessão, permissão ou autorização do poder político. A partir das premissas acima, podemos concluir que a inovação mais significativa, desde 1996, na estrutura dos Conselhos Profissionais, foi, sem sombra de dúvida, retirá-los do âmbito da administração direta do Estado, transformando-os em entidades privadas prestadoras de serviços públicos por delegação de poderes pelo Estado, mediante autorização do legislativo.<sup>212</sup>

Podemos resgatar a análise presente no capítulo anterior e apontar que o Estado cumpre aqui a sua função histórica ao permitir o avanço do capital. Estado e capital, em sua atuação de confronto e domínio ao trabalho, encontram na nova estrutura dos conselhos neoliberais um importante mecanismo de regulação social e de domínio da subjetividade do trabalhador ao impor o conceito de empregabilidade, ou inserindo nas

---

<sup>211</sup> TAFFAREL, C. N. Z. ; Santos, Jomar Borges; Barbosa, Ambrozi Joselúcia; ALVES, M. S.. *Regulamentação da Profissão de Educação Física: Nexos e Relações com a Reestruturação Produtiva e as Reformas do Estado*. In: III EBEM - Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo, 2007, Salvador. Caderno de resumos do III EBEM. Salvador: UFBA, 2007. v. 01. Disponível em: <<http://www.mncr.rg3.net/>>, Acesso em 16 de junho de 2009.

<sup>212</sup> CORTEZ apud NOZAKI, Hajime Takeuchi. *Educação Física e Reordenamento no Mundo do Trabalho*. Op. cit, 2004, p. 176.

consciências coletivas sobre a mediação de um discurso apologético ao mercado de trabalho efetivado pelos conselhos profissionais.

A análise marxiana compreende o mercado como espaço no qual as relações humanas são substituídas pelas relações das coisas, palco para concretização do fetiche da mercadoria enquanto espaço de reprodução do próprio capital. Em suas palavras Marx aponta que “cada novo capital pisa em primeira instância o palco, isto é, o mercado, mercado de mercadorias, mercado de trabalho ou mercado de dinheiro, sempre ainda como dinheiro, dinheiro que deve transformar-se em capital por meio de determinados processos”<sup>213</sup>.

No palco do mercado de trabalho, onde os homens se relacionam enquanto mercadoria – o trabalhador enquanto força de trabalho e o empregador enquanto detentor da mercadoria dinheiro – o dinheiro transforma-se em capital no processo de extração de mais-valia, na exploração do trabalho em sua forma histórica, ou seja, trabalho abstrato. É através da análise de Nozaki, fundamentada na obra marxiana, que percebemos que para a conformação do trabalhador a esse processo de exploração mascarada, através da mediação do salário, é imprescindível que o mercado de trabalho surja:

do ponto de vista da apreensão fenomênica, [...] como algo real e com vida própria, porém, trata-se de uma abstração da realidade, posto que é, no plano concreto, uma relação social movida através de correlação de força. O ponto de vista fenomênico cria noções como a da empregabilidade e do auto-emprego, que pressupõem a possibilidade da busca individual de competências do trabalhador para a sua inserção e relação com o mercado de trabalho.<sup>214</sup>

Em um contexto de extrema exploração do trabalho, a noção ideológica de mercado de trabalho adquire extrema importância enquanto mecanismo de coesão da classe trabalhadora ao projeto do capital. No seio da Educação Física, o sistema CONFEF/CREF's cumpre a tarefa de propagar o discurso da empregabilidade sobre a categoria dos trabalhadores da Educação Física e das práticas da cultura corporal, ao

---

<sup>213</sup> MARX, Karl. *O capital*. Op. cit., p. 125.

<sup>214</sup> NOZAKI, Hajime Takeuchi. *Educação Física e Reordenamento no Mundo do Trabalho*. Op. cit., p. 168.

impor como salvação ao pecado do desemprego a superação individual, com a conquista de competências impostas pelo mercado. Sadi expressa acordo à nossa análise no trecho a seguir, ao afirmar que:

desenvolver [a noção de] o mercado de trabalho foi a tarefa dos apologistas neoliberais espalhados pelo mundo e, na Educação Física, pelos defensores da Regulamentação. Mas o mercado não se desenvolve pela simples vontade de alguns intelectuais. Seus mecanismos internos de produção e circulação de mercadorias configuram um quadro de mútua dependências: do sujeito pelo objeto, cuja atual tendência é o consumo desenfreado e do objeto pela (re)criação do sujeito – novas necessidades e desejos desta relação. O mundo do trabalho nesta lógica, perde sentido, dilui-se na perspectiva única da troca estranhada.<sup>215</sup>

São amplos os nexos e determinantes do capital que impõem ao professor de Educação Física a necessidade de venda da sua força de trabalho em um contexto de extrema precarização e desregulamentação do trabalho no setor de serviços, no campo da saúde e do lazer. Contudo, concordamos com Sadi e percebemos na estrutura ideológica e política do sistema CONFEF/CREF um mecanismo de regulação do mercado e adequação do trabalho a nova ordem imposta pelo sistema metabólico do capital ao transformar o professor em um profissional liberal, prestador de serviços, convencido da necessidade de apresentar no palco do mercado a supremacia de suas competências individuais, como única saída viável à luta pelo acesso ao emprego. O projeto de regulamentação da profissão mascara as relações de exploração e as desigualdades sociais presentes na divisão social do trabalho que se realiza no palco do mercado de trabalho, e a divisão entre quem executa o trabalho e quem determina o seu conteúdo surge aos olhos dos trabalhadores como um fenômeno cristalizado e a-histórico.

O movimento do real como um processo de múltiplas determinações aponta que os mecanismos de adequação do professor de Educação Física ao setor de serviços, submetendo sua individualidade ao domínio tanto subjetivo quanto objetivamente através do mercado flexível, consolidando o conhecimento das culturas corporais

---

<sup>215</sup> SADI apud NOZAKI, Hajime Takeuchi. *Educação Física e Reordenamento no Mundo do Trabalho*. Op. cit., p. 169.

enquanto mercadoria. A regulamentação e o sistema CONFEF/CREF legitimam a venda desse conhecimento incrementada na ampliação do setor de serviços, o que culmina na constituição do professor como prestador de serviços de qualidade criando, assim, as condições necessárias para a venda dessa mercadoria - cultura corporal -, de qualidade, no campo não-escolar de trabalho. Em outras palavras, a regulamentação da profissão cria no ideal coletivo a compreensão de que as culturas corporais ofertadas por um profissional registrado pelo sistema CONFEF/CREF's compreendem mercadorias seguras e de qualidade, o que legitima o seu consumo e cria as condições necessárias à sua circulação e transformação em mercadoria. O sistema anteriormente citado consolida-se enquanto uma estrutura do capital, razão direta em que sua ação permite a reconstituição da unidade artificial entre produção, circulação e consumo, permitindo a expansão do capital no setor de serviços de lazer e saúde, em especial, nos quais são vendidos a cultura corporal enquanto mercadoria.

Percebemos ainda, através do escritos de Nozaki, que a transformação de um direito em mercadoria perpassa um processo de avanço do capital sobre o trabalho, um desses nexos constituintes do metabolismo que está na atuação do sistema CONFEF/CREF's, o qual legitima o ideal das competências na consciência coletiva dos trabalhadores de educação física e das tradições corporais, adaptando-os ao processo de reprodução do capital sob a lógica das competências no qual se insere o paradigma do *aprender a aprender* aquilo que é útil. Em um contexto de contradição entre produção e necessidade, trata-se de aprender aquilo que é vendável, ou seja, tudo aquilo que pode ser transformado em mercadoria. Portanto, o conhecimento mercadoria é o conhecimento adaptado ao processo de produção e circulação de mercadoria no interior do palco mercado de trabalho. Essa transformação perpassa o domínio da subjetividade do trabalhador pela concepção de competências que passam a determinar o que se deve saber e fazer sobre a égide do mercado, ou seja, apenas aquilo que cria as condições necessárias para o atendimento dos anseios de expansão e acumulação do sistema do capital. Nas palavras de Cardozo, esses anseios são efetivados na medida em que os trabalhadores são recrutados individualmente para o seio da produção social.

Já refletimos neste trabalho em acordo com Mészáros que, na relação de totalidade deste sistema metabólico, a produção determina o consumo, assim como o

consumo determina a produção. Nessa perspectiva, o constructo ideológico imposto pela crise do sistema, ao mesmo tempo em que determina a base produtiva deste sistema determina, também, o consumo de mercadorias. O modelo de empregabilidade institui necessidades artificiais impostas pelo mercado de trabalho, como meio de efetivação pelo trabalhador da venda de sua força de trabalho.

Nesse contexto, as práticas corporais se constituem em mercadorias necessárias ao trabalhador para ter acesso ao trabalho instituído, sob o princípio da empregabilidade, através do conceito individual de saúde, como nos aponta Nozaki:

A saúde vista, aqui, na perspectiva liberal, na qual o corpo se torna propriedade individual a ser mantida. O conjunto de outras mediações que a atravessam é reduzido à perspectiva da produtividade, buscando a promoção de alertas quando aos custos de uma população sedentária. [...] O sedentarismo visto como o “maior vilão da história” gerando, como consequência doenças hipocinéticas e estresse. [...] A ideologia da formação de estilo de vida ativa e saudável se liga, por fim à ideologia da empregabilidade quando trata de formar um corpo qualificado para uma boa apresentação pessoal.<sup>216</sup>

O autor citado acima aponta a boa apresentação pessoal como um determinante para a conquista do emprego, ou seja, a conquista dos padrões estéticos, de beleza e vestimenta determinados pela sociedade do capital, o que necessariamente conduz a classe trabalhadora ao consumo; entres as mercadorias necessárias ao consumo, estão as práticas corporais oferecidas pelos professores prestadores de serviço. O trabalhador está novamente inserido em sua jornada de dupla exploração: seja no trabalho, seja no consumo. Contudo, na ideologia da empregabilidade, os indivíduos desempregados não estão ausentes da estrutura de exploração, e a formação para o desemprego os transforma em excelentes consumidores, na medida em que têm que adquirir as competências necessárias para conquista do posto de trabalho almejado. Essa lógica os transforma em consumidores de cursos de formação, e até mesmo da cultura corporal. Nessa mesma perspectiva, em que o domínio da subjetividade determina o consumo, o oposto também é verdade, no qual o consumo determina a individualidade, e coletividade de uma classe, determina sua moral, ética e consciência sobre o real.

---

<sup>216</sup> NOZAKI, Hajime Takeuchi. *Educação Física e Reordenamento no Mundo do Trabalho*. Op. cit, p. 155.

Como vimos argumentando, o processo de consolidação da empregabilidade na consciência da classe trabalhadora tem no sistema de conselhos neoliberais uma estrutura de apoio do capital. Nozaki destaca que nesse processo, no “caso dos trabalhadores das práticas corporais, tornou-se um fator de empregabilidade possuir o seu registro no conselho profissional de educação física”<sup>217</sup>. Devido à ampla repressão instituída pelo sistema CONFEF/CREF’s a todos os trabalhadores das práticas corporais<sup>218</sup>, professores de Educação Física ou não, a estarem filiados ao sistema para poderem exercer suas atividades, o próprio campo empresarial passou a exigir o registro profissional dos seus trabalhadores, impondo-o como um elemento da empregabilidade instituída.

A atuação do sistema CONFEF/CREF’s ao exigir o registro profissional<sup>219</sup> para a atuação profissional concedido por intermédio do modelo de certificação cria, no momento em que o capital exerce um franco avanço sobre a educação superior, o currículo superior em Educação Física como meio necessário para venda da força de trabalho dos trabalhadores da cultura corporal. Ou seja, a formação superior como meio de qualificação para garantir a transformação da sua força de trabalho em valor, o que no processo dialético de co-determinação garante a circulação da mercadoria formação superior em Educação Física, criando possibilidades de ampliação da taxa de lucro do capital no setor do ensino superior.

A partir da análise empreendida podemos afirmar que o avanço do capital sobre a educação, o lazer e a saúde instituem a transformação da educação da cultura corporal em mercadorias no setor de serviços. Esse processo representa o atendimento das necessidades do capital em crise por novos mercados, o que impõe a sua expansão sobre a educação e a cultura corporal e, diante deste, culmina na implantação do modelo

---

<sup>217</sup> Ibidem, p. 239.

<sup>218</sup> Enquanto *práticas corporais* apontamos, a partir de Nozaki, as diversas vivências culturais historicamente constituídas, como: artes marciais, danças, esportes, ginásticas, jogos. Para as quais o processo de formação possui uma estrutura de formação no interior do caráter lato da educação, ou seja, o processo de formação para as intervenções nessas áreas independe de uma formação superior ou técnica. No caso dos esportes, ex-praticantes adquirem um conhecimento próprio, no caso das artes marciais, estas possuem um código formação próprio. Em outros casos como a dança, possui uma formação estrita específica como o curso superior de dança.

<sup>219</sup> O registro profissional é concedido àqueles que comprovassem exercer atividade profissional até três anos antes da homologação da lei 9.696, ou aqueles que adquirissem o currículo superior em educação física, mediante pagamento de anuidade junto ao conselho profissional.

flexível de acumulação como meio para amenização das contradições entre produção, circulação e consumo. Nesse processo de expansão do capital, o modelo de regulação do mercado, a partir da regulamentação da profissão, concretiza-se através da atuação do sistema CONFEF/CREF's como um nexos determinante para a transformação da cultura corporal em mercadoria e a continuada expansão do capital sobre os setores de serviços da educação, lazer e saúde. Sobre essa questão Nozaki aponta as evidências a seguir:

Os representantes do sistema CONFEF/CREFs articularam, pois, o discurso da regulamentação da profissão com o da maximização dos lucros capitalistas. Esta afirmativa pode ser confirmada a partir das declarações do conselheiro do CREF1, Écio Madeira Nogueira: “[...] *A regulamentação de uma profissão criou uma confiabilidade no mercado, dá suporte de orientação, o que facilita os investidores a maximizar os seus resultados [...]*”. Faz coro as declarações do conselheiro, o presidente da Associação de Proprietários de Academia (APA), Edson Figueiredo: “*Para o presidente da APA, de imediato a regulamentação trouxe definitivamente maior segurança para a profissão e mais credibilidade e respeito, não só junto aos alunos, mas principalmente no relacionamento com os proprietários de academias [...]*”. Outra evidência da materialização desta concepção pode ser apontada através do surgimento de parcerias do sistema CONFEF/CREFs com associações de proprietários de estabelecimentos das atividades físicas, tais como a parceria do CREF1 com a ACAD-Brasil e ACAD-Rio, feita “... *em prol do fortalecimento e crescimento da indústria do fitness em nossa região*” (2004, p. 225).<sup>220</sup> (Grifos do autor)

As mediações da regulamentação da profissão com o projeto capitalista vão para além do simplesmente garantir o processo de circulação das mercadorias educação e cultura corporal à medida que a concretização da regulamentação da profissão garante a implantação da tese corporativista de reserva de mercado, o que garante a propriedade de uma categoria profissional sobre uma parcela do mercado, a partir da própria transformação do conceito de propriedade privada instituído sobre o modelo neoliberal de política do estado, na qual aponta Ferreira

no neoliberalismo, mudanças no conceito de propriedade privada (e de seu direito) tem levado ao restrito critério de um “direito individual e

---

<sup>220</sup> NOZAKI, Hajime Takeuchi. *Educação Física e Reordenamento no Mundo do Trabalho*. Op. cit., p. 225.



exclusivo para usar e dispor de coisas materiais [o trabalho inclusive]” tal restrição acarretou ‘estritamente’ que definem o sentido neoliberal de propriedade, entre eles: propriedade como direito exclusivo [de profissionais de Educação Física?] de usar e dispor de algo [nossos mercados], de vendê-lo ou aliená-los, e como direito a excluir os outros [...] do usufruto de algo.<sup>221</sup>

A regulamentação da profissão trás outro dado importante de análise: põe em confronto professores de Educação Física com outros trabalhadores, sejam estes professores de artes marciais, professores de dança, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais. A estratégia de apropriação de uma parcela do mercado enquanto propriedade privada ou a idéia de propriedade privada das práticas corporais pelos professores de Educação Física, instituída sobre o modelo de patente por parte da educação física sobre os conhecimentos das práticas corporais, tem como conseqüência um confronto no interior da classe trabalhadora e a sua conseqüente fragmentação.

A lógica do trabalhador polivalente, já prevista por Marx ao apontar a tendência multilateral do trabalho capitalista, no qual o trabalhador deve recorrer as diversas possibilidades de venda da sua força de trabalho, recai no embate no interior da classe trabalhadora pelo domínio de respectivos nichos de mercados, como possibilidade de um grupo organizado apropriar-se de determinada parcela do mercado de trabalho. No contexto de desemprego estrutural e capital mundializado, essa luta entre trabalhadores tem expressão na repressão à imigrantes nos países europeus, por exemplo. Nozaki nos aponta que no interior de um mesmo território nacional a expressão desta disputa tem se efetivado na regulamentação das profissões, na qual uma categoria organizada em torno de um conselho profissional exerce avanços sobre os demais trabalhadores com o intuito de conquistar a posse legal sobre determinada campo de trabalho, enquanto resposta fenomênica contra a crise estrutural e seu desemprego.

A sociedade liberal em seu conceito de liberdade é expressa no interior desta disputa, preceito a partir do qual Marx faz o seguinte comentário todo “homem é

---

<sup>221</sup> FERREIRA, Marcelo Guina. *Educação Física: regulamentação da profissão e esporte educacional ou... neoliberalismo e pós-modernidade: foi isto que nos sobrou?* Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Florianópolis, v. 18, n. 1, set. 1996, p. 52.

igualmente considerado como mônada auto-suficiente”<sup>222</sup>. Mônadas com liberdade para entrarem em choque em suas disputas pela sobrevivência. O conselho profissional representa a luta corporativista organizada de um grupo de trabalhadores sobre os demais trabalhadores, são as mônadas organizadas em sua luta imediata, autorizada pela legalidade instituída pelo Estado burguês. A luta do conselho promove a luta no interior da classe, fomentando a divisão da classe em um contexto já descrito, de extrema fragmentação e desarticulação da luta unificada da classe trabalhadora. Sadi nos destaca essa fragmentação ao olhar para a flexibilização do mercado de trabalho e a temporalidade do trabalho, afirmando sobre as

trocas que o mercado possibilita. Trocas de forças de trabalho, de serviço, prestação de serviço ao Estado ou ao patrão. Nessas trocas, os trabalhadores entram em choque com outros trabalhadores. Perdem de vista o inimigo comum que é a burguesia e os setores atrasados da sociedade. A unidade de luta contra o capitalismo vai por água abaixo.<sup>223</sup>

Percebemos, portanto, a partir de Nozaki, Taffarel e Sadi, como o sistema CONFEF/CREF’s é instituído como uma estrutura avançada do sistema capitalista no qual a atuação deste se constitui como casualidade posta, determinante na efetivação do avanço neoliberal sobre o setor de serviços no campo do lazer, saúde e educação, criando as condições necessárias para contínua expansão do sistema metabólico do capital, exercendo sua força de domínio em áreas antes inalcançáveis ao capital.

A adaptação dos novos setores do mercado ao domínio do capital perpassa, também, e sobremaneira, o domínio das consciências dos trabalhadores. Nesse quesito, percebemos a adequação psicológica, ética e moral dos trabalhadores aos novos padrões de acumulação flexível impostos pelo sistema em crise e sob a égide do sistema CONFEF/CREF’s, o qual cumpre uma tarefa primordial ao propagandear os elementos da empregabilidade aos setores profissionais submetidos à sua influência e ao transformar sua concessão do registro profissional em um elemento de empregabilidade.

---

<sup>222</sup> MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos - A Questão Judaica*. Tradução Tbbottomore. Editora: Edição 70, Lisboa-Po, 1964, p. 57.

<sup>223</sup> SADI, R. S. *Impactos da regulamentação no projeto pedagógico ideal para a Educação Física escolar*. Revista. Brasileira de Ciências do Esporte, v. 21, n. 2 e 3, 2000, p. 114.

A atuação do conselho enquanto uma estrutura do capital expressa os nexos determinantes para a perpetuação do sistema capitalista ao proclamar a sua atuação em favor dos mecanismos de domínio materiais e subjetivos sobre a classe trabalhadora. A atuação do referido sistema encontra convergência com o atual projeto dominante no momento em que a regulamentação da profissão se apresenta como saída fenomênica para a crise estrutural. A luta de classes, expressa no confronto entre trabalho e capital, é substituída na luta diária da classe trabalhadora pela sobrevivência. Demandas históricas do movimento dos trabalhadores, como a regulamentação do trabalho são esquecidas no projeto de regulamentação da profissão. A diferença do projeto dominante – regulamentação da profissão – e o projeto da classe trabalhadora – regulamentação do trabalho – enquanto programa mínimo do movimento dos trabalhadores é expresso por Nozaki, quando este afirma que

a regulamentação do trabalho consiste em uma estratégia de proteção à classe trabalhadora e acúmulo de força contra a compressão ou redução do salário abaixo do seu valor como causa contrariante à queda tendencial da taxa de lucro, fundamento da crise do capital. Já a regulamentação da profissão diz respeito simplesmente a uma demarcação territorial destinada a uma parcela dos trabalhadores – para este caso, os assim chamados profissionais de educação física – sem, contudo, considerar as relações mais profundas de confronto entre trabalho e capital, no interior do contraditório modo de produção capitalista.<sup>224</sup>

O projeto mediato do movimento dos trabalhadores na lutas nacionais é expresso na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)<sup>225</sup>. A supressão destas conquistas históricas estão expressas no atual contexto econômico e político de extrema desregulamentação e precarização do trabalho, ao mesmo passo que o projeto histórico de organização da classe trabalhadora pela luta socialista, é subsumido no discurso do fim da historia. Sob esse solo, a regulamentação da profissão surge como mais um

---

<sup>224</sup> NOZAKI, Hajime Takeuchi. *Educação Física e reordenamento no mundo do trabalho*. Op. cit., p. 166.

<sup>225</sup> O projeto de lei nº 1987/2007 – de autoria do deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP) já aprovado na Câmara e agora tramitando no Senado – surge sobre o discurso de tornar mais simples e moderna a legislação trabalhista brasileira e revogar tudo o que é obsoleto nesta legislação. O que o governo Lula pretende com este projeto de lei é na verdade alterar significativamente as conquistas dos trabalhadores presente na CLT, ao flexibilizar os direitos trabalhistas. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2007/11/402317.shtml>>, Acesso em: 10 de agosto de 2009.

mecanismo de domínio do capital sobre o trabalho, na medida em que aparece como falsa saída para os trabalhadores, em um momento histórico no qual as lutas mediatas e históricas, desde as conquistas reformistas de regulamentação do trabalho, assim como o ideal de ruptura radical com esse modelo social, são abandonadas em detrimento da luta individual. A existência das próprias classes sociais é negada, e seu conceito é substituído por categorias profissionais, que dão uma nova conotação à expressão luta de classes: torna-se a luta de trabalhadores de diversas categorias por fatias do mercado – nessa ótica ganha destaque o discurso pós-moderno de pulverização das relações de poder.

Portanto, o irracionalismo burguês adquire convergência na atuação do sistema CONFEF/CREF's, ao passo que este compartilha do processo ideológico de negação da luta de classes e do projeto histórico de constituição de uma sociedade socialista, prendendo-se a uma análise parcial, fenomênica do real.

Dessa forma, o projeto de formação do novo trabalhador proposto pelo sistema do capital também adquire eco no interior do sistema CONFEF/CREF's. Desde o discurso ideológico da valorização das competências individuais para conquista individual do mercado de trabalho, assim como na direta interferência deste sistema a favor do projeto de formação pautado pela lógica racionalista burguesa, constituído a partir do paradigma das competências, proposto e aprovado no processo de definição das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Superiores de Educação Física, na Resolução 07 de 2004.

No bojo das análises desenvolvidas, Nozaki esclarece que o sistema CONFEF/CREF's consolida-se enquanto estrutura avançada do capital em entidade representativa da área, o qual se deve à estrutura financeira almejada por este sistema por intermédio de cobranças de anuidades e atuação repressiva sobre os trabalhadores da cultura corporal e da Educação Física. Esse aporte financeiro associado à lógica neoliberal de auto-regulação do mercado permite um avanço colonizador deste sistema sobre os trabalhadores da cultura corporal e sobre o processo de definição do modelo de formação de professores, sobre essa questão são emblemáticas as palavras de Nozaki, quando este afirma que o

sistema CONFEF/CREFs estabeleceu-se enquanto estrutura avançada do capitalismo, na proporção em que se aproveitou a desobrigação do Estado em buscar interlocução com as práticas corporais e promoveu, por conta própria, um avanço colonizador, tomando para si a tarefa de ingerência nos vários campos de intervenção e formação/qualificação destas áreas.<sup>226</sup>

A ingerência do CONFEF/CREF's é perceptível na Comissão Especial para o Ensino Superior, na definição das novas Diretrizes Curriculares para o curso de Educação Física. Determinadas pela LDB de 1996, na qual fica clara as pretensões do Estado e do sistema de adequação dos professores de Educação Física aos novos padrões exigidos pelo sistema capitalista para a formação do novo trabalhador.

A intervenção no processo de formação de professores em Educação Física ocorre a partir da compreensão, por parte dos defensores da regulamentação da profissão, que a apropriação privada de uma determinada categoria profissional por um nicho específico do mercado de trabalho, compreende necessariamente dois momentos, como nos afirma Scherer:

O primeiro foi o de construir diretrizes curriculares para um novo curso de formação superior que abarcasse todas as possibilidades das novas demandas criadas e que habilitasse os professores de Educação Física a intervir nos diversos mercados de trabalhos existentes.<sup>227</sup>

O segundo momento é exatamente a instalação da regulamentação da profissão, o que foi concretizada com a homologação da Lei 9696/98 e a conseqüente instalação dos conselhos profissionais, no caso, o sistema CONFEF/CREF's, como já descrevemos anteriormente.

Para concretizar os anseios de conquista definitiva do mercado de trabalho das práticas corporais no espaço não-escolar, o setor defensor da regulamentação da profissão busca adequar a formação acadêmica ao modelo fragmentado, com base na formação de especialistas para o respectivo nicho do mercado de trabalho.

---

<sup>226</sup> NOZAKI, Hajime Takeuchi. *Educação Física e Reordenamento no Mundo do Trabalho*. Op. cit., p. 261.

<sup>227</sup> SHERER, Alexandre. *Educação física e os mercados de trabalho no Brasil: quem somos, onde estamos e para onde vamos?* In: FIGUEIREDO, Z. C. C. (Org) – Grupo de Trabalho Temático/ CBCE. *Formação profissional em educação física e o mundo do trabalho*. Vitória, ES: Gráfica da Faculdade Salesiana de Vitória, 2005, p. 34.

Consolidando, assim, um modelo de formação propagado pela lógica neoliberal ao atender os interesses do mercado de trabalho em sua existência fenomênica. Trataremos essa questão com mais detalhes no tópico a seguir. Aqui nos interessa refletir sobre a concretização de um novo modelo de formação de professores, referidos por Scherer, por possuir uma habilitação específica e supostas competências voltadas para intervenção no mercado de trabalho não-escolar.

Tal modelo vem efetivar-se com a criação de um currículo especialista, após a sua fragmentação em licenciatura e bacharelado determinada pelas novas Diretrizes Curriculares para os Cursos Superiores de Educação Física, homologada pela Resolução 07 de 2004 (CES/CNE). Confirmando os anseios do sistema CONFEF/CREF's – o qual atua diretamente enquanto entidade representativa da área no processo de definição das diretrizes curriculares – ao concretizar os meios necessários para a apropriação privada pelos profissionais da Educação Física do mercado de trabalho das práticas corporais no setor não-escolar.

Este processo nos remete à intervenção política dos conselhos no sentido de garantir o modelo de formação adequado aos anseios do grupo ao qual representam – proprietários de academias e grandes empresários do ramo do *fitness*. Evidencia-se, portanto, a intervenção e interesses do capital – representado pelo sistema CONFEF/CREF's, enquanto estrutura avançada do capital – sobre o processo de formação acadêmico-profissional. Nozaki nos aponta para ingerência do sistema sobre a classe trabalhadora e sobre processo de formação.

No tópico seguinte abordaremos o processo de definição das diretrizes curriculares para os cursos de Educação Física, assim como a interferência política do sistema CONFEF/CREF's e as consequências dessas novas diretrizes curriculares sobre a formação de professores de Educação Física, bem como sua medição com o projeto pedagógico do capital em crise.

### **3.2 Diretrizes Curriculares para os Cursos de Educação Física na Direção do Capital: da Formação para o Trabalho Precário à Precarização do Ensinar**

Nesse contexto de crise percebemos o caráter central da educação na efetivação das transformações superestruturais no sistema. As Diretrizes Curriculares para formação de professores cumprem uma tarefa central ao dar forma material às reformas do Estado burguês, no que concerne a formação do novo trabalhador. Na dissertação ora realizada, nos interessa refletir sobre as Diretrizes Curriculares para as Licenciaturas, em especial, as Diretrizes Curriculares para os cursos de Educação Física.

Como já argumentado, o complexo da educação em sua relação de constituinte do real cumpre a função de ser determinante e determinado, numa relação dialética com os demais complexos que constituem essa totalidade, o que expressa a impossibilidade de transformações sociais radicais serem efetivadas pela ação de um complexo isolado. Nesse sentido, a educação é um complexo que tem sua especificidade e importância tanto na organização das forças hegemônicas quanto das tendências contra-hegemônicas.

O processo de definição das Diretrizes Curriculares expressa uma disputa dessas forças em determinar o projeto político-pedagógico de formação do trabalhador. Em especial na Educação Física, este debate tem início na década de 1980, após a ditadura militar, quando do surgimento da primeira proposta de Diretrizes Curriculares, com a Resolução 03/87. O histórico descrito por Lacks e Taffarel expressa que “essa resolução extinguiu o currículo mínimo, orientou a organização do currículo pleno, por campos de conhecimento, bem como proporcionou dois tipos de titulação, a licenciatura e o bacharelado.”<sup>228</sup>

A divisão do curso entre bacharelado e licenciatura é desde o início do debate um dos grandes pontos da disputa dos projetos de formação. É desse período, também, a organização do movimento pela regulamentação da profissão, momento no qual os efeitos da crise começam a ser sentidos pelos trabalhadores da educação, pós fim milagre do crescimento da ditadura militar, dando início a reação corporativista pautada

---

<sup>228</sup> TAFFAREL, Celi; LACKS, Solange. *Diretrizes Curriculares: proposições superadoras para a formação humana*. In: Figueiredo, Z. C. C. (org.) *Formação profissional em Educação Física e o mundo do trabalho*. Vitória: Gráfica da Faculdade Salesiana, 2005, p. 89.

na tese de reserva do mercado de parte dos trabalhadores de Educação Física, embora a Resolução 03/87 tenha instituído o curso de bacharel como uma formação específica para a área de trabalho não-formal do professor de Educação Física. Elenor Kunz<sup>229</sup> aponta que a maioria das IES pauta-se pelo modelo de formação chamado *dois em um*, no qual as duas titulações são ofertadas no curso de um único processo formativo-acadêmico com carga horária equivalente a uma titulação. Processo no qual poucas alterações foram realizadas em relação aos currículos que antecedem às novas diretrizes curriculares, o que acarreta no insucesso do modelo de diretrizes curriculares instalados pela resolução 03/87.

O debate sobre as Diretrizes Curriculares retorna em momento histórico distinto ao da década de 1980, marcada por uma ascensão dos movimentos contestatórios após o fim da ditadura militar. Ressurge, então, o debate em pleno aprofundamento dos projetos neoliberais, isto é, após aprovação da LDB de 1996 e criação do sistema CONFEF/CREF's em 1998. Tais fatos oferecem ao embate em torno do projeto de formação humana na Educação Física uma nova correlação de forças, em comparação às vivenciadas na década anterior.

Lacks e Taffarel<sup>230</sup> nos apontam que o processo de redefinição das Diretrizes Curriculares reinicia-se com a convocação por parte da Câmara do Ensino Superior (CESu), do Conselho Nacional de Educação (CNE), de uma Comissão de Especialista em Ensino Superior em Educação Física (COES/EF)<sup>231</sup>, para formular as novas Diretrizes Curriculares a serem implementadas a partir da LDB recém aprovada. A comissão encerra os seus trabalhos ao elaborar o Parecer 09/2001, e instituir a Formação de Professores da Educação Física no curso de Graduação Plena em Educação Física.

---

<sup>229</sup> KUNZ, E. at all. *Novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Educação Física: justificativas - proposições - argumentos*. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Ijuí - RS. v. 20, nº 1, p. 37 - 48, 1998.

<sup>230</sup> TAFFAREL, Celi; LACKS, Solange. *Diretrizes Curriculares: proposições superadoras para a formação humana*. In: Figueiredo, Z. C. C. (org.) *Formação profissional em Educação Física e o mundo do trabalho*. Vitória: Gráfica da Faculdade Salesiana, 2005.

<sup>231</sup> A primeira Comissão de Especialista em Educação Física é formada por Eleanor Kunz, Emerson Silani Garcia, Helder Guerra de Resende, Iran Junqueira de Castro e Wagner Wey Moreira.



Diferentemente da Resolução 03/87, a proposta de diretrizes curriculares da comissão de especialistas estabelece que a formação superior em Educação Física deverá ser em curso de graduação que confere o título de “graduação em Educação Física” (extinguindo-se, portanto, as duas titulações, a de licenciado e bacharel), com aprofundamento em campos de aplicação profissional, visando a atender as diferentes manifestações da “cultura do movimento” da sociedade, considerando as características regionais, de mercado, relacionadas com o campo de atuação profissional.<sup>232</sup>

As autoras acima citadas seguem afirmando que, apesar do referido parecer extinguir a titulação em bacharel, o novo modelo de formação continua a se caracterizar pela formação fragmentada, ao instituir a especialização sobre os distintos espaços de atuação ainda no decorrer da graduação. Noutros termos, a proposta elaborada pela COES se constituía num modelo de formação dividido em: 1) Conhecimento Identificador da área; e 2) Conhecimento Identificador do Tipo de Aprofundamento. Já a proposta formulada no Parecer 09/2001, pela primeira Comissão de Especialistas, tentava superar a contradição entre uma formação especializada ou generalista ao supostamente constituir uma síntese entre ambas ao oferecer a formação com a titulação de Graduação Plena em Educação Física. Contudo, já percebemos nessa proposta de diretrizes o discurso da empregabilidade como elemento para a sua constituição, como revela o seu próprio conteúdo:

num contexto crítico de difícil empregabilidade, temos que resgatar a re-união da formação [*generalista e especialista*], conferindo um único título de conclusão – graduação em educação física –, apostilando-se a(s) sub-área(s) de aprofundamento de opção de graduando [...]. Mas o título será único para todos: Graduação em Educação física<sup>233</sup>

Apesar da especialização em subáreas a serem designadas pelo campo de atuação desejado pelo estudante, esta proposta não põe um fim às disputas em torno das Diretrizes Curriculares. Taffarel e Lacks descrevem que o modelo de formação proposto pela primeira COES não atende aos anseios do grupo hegemônico instalado no interior do sistema CONFEF/CREF's que defendia a fragmentação da Educação Física em duas

---

<sup>232</sup> TAFFAREL, Celi; LACKS, Solange. *Diretrizes Curriculares*. Op. cit., p. 90-1.

<sup>233</sup> KUNZ, E. at all. *Novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Educação Física*. Op. cit., p. 41.

formações com titulações distintas. A oposição é expressa quando os defensores de duas titulações inseridos no interior do sistema CONFEF afirmam que:

ficava sem sentido a proposta das diretrizes curriculares da Educação Física, que estabelecia uma graduação com intervenção, tanto na área formal como na informal, consenso entre os diretores das escolas de Educação Física e apresentada pela comissão de especialistas da Secretaria de Ensino Superior, do MEC.<sup>234</sup>

A afirmação de Nozaki de que este sistema acima citado, enquanto estrutura avançada do capital, que almejava se tornar a entidade representativa da área, ganha significado quando observamos a instalação de uma segunda COES para constituição das Diretrizes Curriculares da Educação Física. Essa história, descrita por Taffarel e Lacks, indica a referida comissão como diretamente vinculada ao sistema CONFEF/ CREF's. Os resultados das atividades desta comissão são apresentados na forma do Parecer nº 138 de 2002, homologado pelo CNE. O trâmite legal desse parecer só veio a ser suspenso em decorrência de uma rápida intervenção do Ministério do Esporte (ME) e Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) junto ao CNE.

Taffarel e Lacks nos relatam que as consequências desta intervenção passam pela instalação de uma terceira comissão de especialistas<sup>235</sup> agora sobre a coordenação de um novo relator, o deputado Éfrem Maranhão. Contudo, os resultados não são positivos para o campo que defende uma formação de qualidade para os professores de Educação Física: intenta-se, num parecer substitutivo, a elaboração de um *consenso possível*, quanto à definição das Diretrizes Curriculares de Educação Física, pautado numa tentativa de síntese entre propostas antagônicas, tanto no que se refere ao projeto de formação de professores, quanto no modelo de organização da sociedade.

Apesar da oposição expressada pelo Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF), às diretrizes curriculares efetivadas sobre o chamado “consenso possível”, tais diretrizes são aprovadas e homologadas após a instalação da quarta e última COES, dando origem a Resolução 07 de 31 de março de 2004. Taffarel e Lacks apontam que o

---

<sup>234</sup> TAFFAREL, Celi; LACKS, Solange. *Diretrizes Curriculares*. Op. cit., p. 94.

<sup>235</sup> A terceira Comissão de Especialistas em Educação Física é formada por: Helder Guerra de Resende; Maria de Fátima da Silva Duarte; Iran Junqueira De Castro; Zenólia Christina Figueiredo; João Batista Andreotti Gomes Tojal.

consenso foi construído envolvendo o “Ministério do Esporte, os dirigentes das escolas de Educação Física, o Conselho Federal de Educação Física e o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Tal consenso revelou-se frágil em sua consistência teórica.”<sup>236</sup>

Esta última afirmação das autoras acima citadas será analisada ainda no decorrer deste texto. Aqui nos interessa refletir sobre o significado político e histórico deste “consenso possível”, sobre o qual temos nos esforçado em demonstrar que, na verdade, trata-se de um consenso impossível. Tal impossibilidade fundamenta-se na debilidade de conciliação de posições antagônicas, portanto, de harmonização de posições que são antagônicas em-si, uma vez que se refere à projetos de organização societária formulados pelas duas classes fundamentais e antagônicas do modo de produção capitalista. Noutros termos, o projeto de diretrizes curriculares aprovado representa o projeto da classe dominante, calcado na eterna exploração da classe trabalhadora sob a extração de mais-valia; a negação histórica deste modelo de organização da vida está expresso no projeto comunista, o qual passa pela eliminação da própria burguesia como classe social, projeto esse defendido pelo Movimento Estudantil de Educação Física - MEEF, o qual aponta a construção do “consenso possível” como recuo da luta dos trabalhadores envolvidos nesse processo, significando, efetivamente, uma das expressões da derrota da classe trabalhadora na luta pela determinação do modelo de formação de professores.

A síntese anterior tem o claro propósito de negar a possibilidade de consensos calcados em acordos harmônicos entre capital e trabalho, já que ambos carregam em seu ser-em-si o germe da luta de classes no interior da sociedade capitalista. Nesse sentido, o processo de construção de um falso consenso em torno das diretrizes curriculares de Educação Física, deságua no estudo realizado no capítulo anterior deste trabalho, já que tal fenômeno aponta como um de seus determinantes o momento histórico atual marcado pela ascensão do discurso ideológico da classe dominante pautado pela conciliação de conflitos e a negação da luta de classes. Sobre esta questão é enfática a análise de Titton quando este afirma que o “consenso possível” trata-se de uma tomada de posição que “situa-se em consonância com o momento conjuntural do pacto social, ou seja, da conciliação de posições antagônicas de classes, e que acarretam em perdas

---

<sup>236</sup> TAFFAREL, Celi; LACKS, Solange. *Diretrizes Curriculares*. Op. cit., p. 97.

de direitos dos trabalhadores, pois Educação Física não está fora das disputas da sociedade”<sup>237</sup>.

Portanto, o consenso ou a conciliação expressa para além da base fenomênica do real uma derrota imposta pela classe hegemônica sobre a classe trabalhadora em sua luta contra-hegemônica. No que a se refere à especificidade às Diretrizes Curriculares, trata-se de uma derrota imposta ao projeto histórico dos movimentos sociais e dos trabalhadores da educação no tocante à formação de professores. Projeto esse que se alia à reorganização da classe trabalhadora e a sua bandeira histórica de defesa por uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Para além do chamado “consenso possível”, o itinerário de definição de diretrizes curriculares em suas constantes idas e vindas de comissões recebe críticas quanto ao processo antidemocrático de definição do norte da formação de professores de Educação Física. No que se refere ao próprio modelo de comissões de especialistas, é emblemática a análise do texto de Tilton, quando este escreve que “As sucessivas Comissões de Especialistas (COES/CNE) não contemplam uma ampla discussão e sua configuração determina a correlação de forças para a construção de uma proposta, sendo que sua visão restrita não encontra legitimidade na área”<sup>238</sup>.

Essa análise justifica a recusa do MEEF de compor, e assim legitimar, a última das Comissões de Especialistas. Mas a crítica dos estudantes não cessa neste único ponto. Tilton afirma ainda que

A insatisfação diante da forma com o que vem sendo conduzido o processo é evidente, pois de maneira atropelada e em pequenos grupos é decidido o currículo da área. O MEEF entende que só com o envolvimento de todos os setores do processo educacional, com amplos debates locais, regionais e nacionais; vislumbra-se uma forma democrática de construção de políticas públicas que atendam demandas sociais e não de mercado.<sup>239</sup>

---

<sup>237</sup> TITTON, M.; TRANZILO, P. J. R.; ALVES, M. S. *O Embate de Projetos na Definição das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Educação Física: contribuições do MEEF para formação de professores*. Revista Motrivivência, Ano XVII, nº 25, dez./2005, p. 89.

<sup>238</sup> TITTON, M.; TRANZILO, P. J. R.; ALVES, M. S. *O Embate de Projetos na Definição das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Educação Física*: Op. cit., p. 91.

<sup>239</sup> Ibidem, p. 91-2.

Ainda no âmbito do processo de definição das Diretrizes Curriculares, a crítica de Lira aponta para centralização das discussões sobre as diretrizes no eixo Sul-Suldeste e ingerência do sistema CONFEF sobre o processo de definição das Diretrizes Curriculares. Já as críticas elaboradas por Lacks e Taffarel<sup>240</sup> se referem à ação do CNE que desconsidera as

diretrizes encaminhadas pelas universidades e demais instituições de ensino superior do país, como também ignorou os documentos produzidos pelos movimentos dos educadores e encaminhados às comissões de especialistas das várias áreas de conhecimento da Secretaria de Ensino Superior, do MEC.<sup>241</sup>

### **3.2.1 Resolução 07/04 das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Educação Física**

Partimos, então, para análise da Resolução 07/04 que, após aprovada pelo processo anteriormente descrito, passa a definir a reestruturação curricular dos cursos de formação de professores de Educação Física, atrelada a LDB de 1996. Nossa análise segue os passos já trilhados por Lira quando este formula a crítica ao parecer sobre quatro pontos: 1) o paradigma hegemônico das competências como eixo norteador da formação de professores e profissionais; 2) a concepção de ciência presente nas diretrizes; 3) o objeto de estudo da área; e 4) a fragmentação da formação em duas titulações: bacharelado e licenciado.

---

<sup>240</sup> Taffarel estando a frente da Linha de Estudo e Pesquisa em Educação Física e Esporte e Lazer (LEPEL) constituiu estudos que visavam produzir um modelo de Diretrizes Curriculares em oposição aos paradigmas dominantes efetivadas nas propostas produzidas pelas diversas COES. A proposta curricular desenvolvida por este grupo foi entregue ao COES durante o processo de definição das Diretrizes Curriculares, esta também consta em publicações como as de Lacks, Lira, Titton, os quais propõem um modelo de organização curricular que se contraponha a proposta implementada pela Resolução 07/04. Expressamos aqui alguns dos eixos desta proposta de Diretrizes Curriculares em Educação Física com o qual mantemos acordo, como: o modelo baseado na chamada Licenciatura Ampliada, a qual defende a centralidade da docência, em oposição à fragmentação vigente; a cultura corporal como objeto de estudo da educação física; a Educação Física situada na área das ciências humanas; a garantia da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a história como matriz científica do currículo; e a unidade entre teoria/prática, a qual significa assumir uma postura em relação à produção do conhecimento científico que fundamenta a organização curricular dos cursos.

<sup>241</sup> TAFFAREL, Celi; LACKS, Solange. *Diretrizes Curriculares*. Op. cit., p. 92.

Iniciamos a nossa reflexão sobre a chamada teoria das competências, já que este elemento determina os demais pontos que serão alvos da crítica. Apesar de havermos nos detido sobre a análise da teoria das competências no capítulo anterior, cumpre aqui refletirmos sobre as conseqüências particulares do racionalismo instrumental burguês sobre o processo de formação de professores.

No que se refere à Resolução 07/04, as competências são citadas em vários pontos do texto sem uma explicitação clara em relação aos conteúdos ou ao real significado das competências. Concordamos com a reflexão de Lacks, quando esta expressa que o “conceito de competência aparece de maneira simplista, reducionista, pois não se sabe se são princípios ou objetivos.”<sup>242</sup>. O artigo 6º da resolução se refere às competências com mais ênfase dentre todos os 15 artigos do texto, e apenas afirma:

Art. 6º: As competências de natureza político-social, éticomoral, técnico-profissional e científica deverão constituir a concepção nuclear do projeto pedagógico de formação do graduado em Educação Física.<sup>243</sup>

Deste artigo pouco se pode deduzir do real significado do conceito de competências. Podemos obter mais êxito na análise realizada por Moraes e Torriglia<sup>244</sup> a respeito dos documentos lançados pelo Ministério da Educação intitulado *Proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em cursos de nível superior* publicados em duas versões nos anos de 2000 e 2001.

A partir da referida análise, podemos compreender mais radicalmente a repercussão da teoria das competências no que se refere ao processo de formação de professores, em relação ao conhecimento e seu processo de transmissão, ou seja, a prática pedagógica e os processos didáticos em si.

A imediatividade prática que deve estar em todo conhecimento a ser adquirido, como elemento definidor de sua importância, é reproduzido no processo de formação de

---

<sup>242</sup> Ibidem, p. 93

<sup>243</sup> RESOLUÇÃO 07, 31 de Março de 2007. Disponível em: <[http://www.cmconsultoria.com.br/legislacao/resolucoes/2004/res\\_2004\\_0007\\_CNE\\_CES.pdf](http://www.cmconsultoria.com.br/legislacao/resolucoes/2004/res_2004_0007_CNE_CES.pdf)> Acesso em: 16 de junho de 2009.

<sup>244</sup> MORAES, M. C. M.; TORRIGLIA, P. L. Sentidos do Ser Docente e da Construção de seu Conhecimento. In: MORAES, M. C. M. (Org.) *Iluminismo às Avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente*. Rio de Janeiro: DPpA, 2003, p. 45 – 60.

professores. No que se refere à prática pedagógica, essa regra adquire o caráter de exclusão do processo de apropriação dos conhecimentos universais em troca de um método que representa uma pura reflexão empirista sobre a prática docente.

A referida análise denuncia, ainda, que o modelo se pauta sobre a chamada “prática reflexiva” o que em sua essência significa apenas a reflexão da prática pela prática. Ou seja, trata-se de refletir sobre uma ação imediata com vias a encontrar solução para as diversas problemáticas sócio-educacionais no processo de ensino e aprendizagem, uma reflexão pautada na troca de experiências docentes e a valorização da criatividade, como bem expressam as palavras das autoras ao afirmarem que

não é difícil perceber que tal “reflexão”, na maioria das vezes, não ultrapassa o processo associativo de experiências compartilhadas – em um mundo abarrotado de pormenores quase imediatos [...] de uma “saber-fazer” pragmático, até mesmo criativo, que, todavia, restringe fortemente possibilidades mais amplas e críticas de conhecimento.<sup>245</sup>

Percebemos, portanto, que a tarefa de solução de problemas passa a ser um elemento determinante também da atividade docente, contudo a reflexão docente guiada pela centralidade simplória de solução de problemas cotidianos representa a própria degenerescência do processo de formação docente. Encontramos significado para essa afirmação, ao percebermos, a partir da citação anterior, que a chamada prática do professor reflexivo não passa de uma análise empírica e imediata sobre os acontecimentos corriqueiros existentes no interior do processo ensino e aprendizagem, ou seja, conclama-se a efetivação de uma reflexão ausente dos instrumentais teóricos necessários à superação da análise superficial e restrita ao elemento particular do real. Trata-se, portanto, de uma análise ausente de preceitos teóricos, o que necessariamente dá vazão a uma prática dissociada de preceitos teóricos. O modelo de formação pautado nos ideais do professor reflexivo significa

uma estratégia de ação, um projeto pedagógico conservador, pois não consegue aprender o ato educacional para além de sua imediaticidade, priorizando as respostas às questões práticas, como se estas pudessem

---

<sup>245</sup> MORAES, M. C. M.; TORRIGLIA, P. L. *Sentidos do Ser Docente e da Construção de seu Conhecimento*. Op. cit., p. 46-7.

ser formuladas totalmente independentes das questões teóricas. Atende, dessa forma, à nova qualidade de educação indicada pelas políticas educacionais, ou seja, o desempenho prático-imediato exigido pela nova organização do sistema produtivo em que a teoria, por exigir mais tempo para a sua elaboração, está fora dos ditames dessas políticas em vigor.<sup>246</sup>

Ávila destaca que esse novo projeto político-pedagógico nega qualquer relação entre o particular e o universal, ou seja, a concepção de reflexão do processo pedagógico nega ou no mínimo ignora, por exemplo, as relações imbricadas e necessárias entre escola e a totalidade social que a cerca.

Tal concepção acaba por negar o próprio processo de reflexão da atividade docente como um método no qual a análise dos diversos particulares só pode ser decifradas em sua essência no processo de abstração, onde devem ser reconstituídas as mediações entre esses fenômenos particulares e sua totalidade social, à medida em que o particular se sobpõe ao universal, refletindo a unidade contraditória entre particular e universal. Portanto, a precarização da formação está explícita na negação das relações entre particular e universal por parte do novo projeto pedagógico, o que acaba por negar o processo de ensino e aprendizagem regido sob o “princípio curricular para a organização dos conteúdos, o da *espiralidade da incorporação das referências do pensamento*. Significa compreender as diferentes formas de organizar as referências do pensamento sobre o conhecimento para ampliá-los”.<sup>247</sup> No qual se compreende o processo de apreensão do conhecimento em estrutura de múltiplas aproximações sucessivas.

Em outros termos, sob a compreensão da apropriação do conhecimento em seu caráter de espiralidade conduz no âmbito da educação a construção de mediações entre particular e universal, e os diversos complexos são expostos à razão humana, passando a ser determinantes no planejamento da atividade pedagógica. Nesse sentido, podemos aferir que esse processo teleológico de elaboração da prática docente está apartado do processo de formação de professores no interior do novo projeto hegemônico do capital.

---

<sup>246</sup> AVILA, A. B.; MULLER, H. V. O.; ORTIGARA, V.; Formação de Professores e Qualidade da Educação: “Direita, Volver”. In: Figueiredo, Z. C. C. (org.) *Formação profissional em Educação Física e o mundo do trabalho*. Vitória: Gráfica da Faculdade Salesiana, 2005, p. 89.

<sup>247</sup> COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do Ensino da Educação Física*. Op. Cit., p. 33.



Dizendo de outro modo, as premissas do projeto vigente erguem-se sob a possibilidade de superar a reflexão da prática docente aliada a uma teoria que explique o real em seus múltiplos determinantes, a conseqüência direta desse processo de esvaziamento do conhecimento preconizado sobre esse modelo de formação docente está na ação docente guiada pelo mais vulgar pragmatismo. Sobre essa questão é pertinente refletirmos sobre os escritos de Avila, quando este afirma que

O pragmatismo justifica-se na concepção de que é verdade aquilo que é útil para a ação imediata. Os parâmetros para se pensar as possibilidades de ação são estabelecidos pelo que é dado na relação imediata no cotidiano. Portanto, pensar na relação entre universal e particular torna-se indesejável ou inútil para a ação do “sujeito”, que se constitui na relação direta com o meio em que está inserido. Esse meio, no entanto, é entendido de forma reducionista, uma vez que compreende o seu entorno como se fosse descolado das relações sociais constituidoras daquelas que determinam suas condições socioculturais. No máximo, é admitida a mútua influência sobre esses dois campos ou então as relações sociais estabelecidas contemporaneamente são responsáveis pela condição que impossibilita ao sujeito assumir-se plenamente como tal.<sup>248</sup>

Esse modelo de formação enquadra-se na histórica estratégia burguesa de negar à classe trabalhadora o conhecimento como um instrumento essencialmente necessário para o entendimento e transformação do real. Essa estratégia resulta na negação do sujeito enquanto ser histórico, enquanto ser determinante no processo de determinação do real. No caso específico do professor, percebemos duas questões: negar o conhecimento, para negar o ser social em sua existência enquanto sujeito histórico. A negação do conhecimento adquire um papel preponderante na inserção do professor nos novos paradigmas de exploração intensiva impostos pelo modelo de acumulação flexível, bem como na extração da mais-valia adquirida com a venda da mercadoria educação. O que nos remete a segunda questão, estando esta diretamente determinada pela primeira: implica na inserção dos professores sobre o novo modelo de regulação social que se ergue sobre a supremacia do individualismo, a negação das classes sociais e da luta histórica da classe trabalhadora pela superação da propriedade privada.

---

<sup>248</sup> AVILA, A. B.; MULLER, H. V. O.; ORTIGARA, V. *Formação de Professores e Qualidade da Educação*. Op. cit., p. 90.

Por sua vez, a negação do conhecimento imposto pela teoria das competências transforma o professor em um simples executor de métodos e técnicas de ensino e aprendizagem. Lacks aponta nesse processo de negação ao acesso ao conhecimento à perda da autonomia pedagógica e política do professor. Confirma-se, afinal, a hipereexploração do professor em um processo de proletarização docente:

A abordagem pedagógica centrada nas competências acaba por limitar o processo de ensino-aprendizagem em sua dimensão técnico-instrumental, uma vez que o papel do professor é atender a desempenhos específicos, definidos pelas diretrizes curriculares. É, portanto, retirada sua autonomia do trabalho docente e materializada a proletarização do educador.<sup>249</sup>

Podemos refletir a partir da análise marxista realizada no primeiro capítulo desse texto que uma formação docente com essas características aprofunda e concretiza a atividade alienada do professor, já que este de forma geral encontra-se ausente dos processos reais de planejamento e elaboração de sua prática docente, ou seja, o professor está alheio às determinações que definem o projeto político-pedagógico em sua prática docente. Tal processo apenas é possível; primeiro pela re-significação do que é “conhecimento” e, conseqüentemente, por intermédio do aligeiramento da formação. Os dois pontos são centrais para a formação docente e para constituição do novo trabalhador, no que se refere ao segundo ponto por nós referido. As análises de Moraes e Torriglia destacam que a “formação profissional articula-se diretamente com o desenvolvimento das competências e não mais com os saberes ou conhecimentos. Ou seja, o conhecimento aparece como meio ou recurso.”<sup>250</sup> Trata-se, portanto, da própria subsunção do conhecimento às competências, e a razão direta desse processo está na redefinição do conceito de pesquisa no processo de formação dos professores.

A reflexão construída pelos autores acima citados aponta que a apreensão do conhecimento do que é pesquisa científica, ou o saber pesquisar, adquire uma nova definição ao passar a significar uma simples apropriação de métodos e procedimentos

---

<sup>249</sup> LACKS, Solange. *Formação de Professores: a possibilidade da prática como articuladora do conhecimento*. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação), Universidade Federal da Bahia, 2004, p. 90

<sup>250</sup> MORAES, M. C. M.; TORRIGLIA, P. L. *Sentidos do Ser Docente e da Construção de seu Conhecimento*. Op. cit., p. 53.

necessários à pesquisa científica. O que resulta na dissociação entre pesquisa, apropriação e produção do conhecimento. Já que, nessa nova lógica inserida pelo projeto dominante, a pesquisa está submetida aos procedimentos instrumentais de ensino oferecendo, desse modo, um caráter científico ao mais puro empirismo: a ciência a serviço da análise do eterno cotidiano do processo de ensino e aprendizagem. Novamente o irracionalismo e o racionalismo burguês encontram convergência no interior do novo projeto político-pedagógico dominante. Por fim, Moraes e Torriglia resumem a nova função concebida à pesquisa, ao afirmarem que;

Na medida em que estabelece a formação de competências no cotidiano como o horizonte possível da pesquisa, impõe-se não mais a tarefa de explicitar a complexidade da existência empírica, mas, inversamente, a de realizar empiricamente o processo de formação. Reafirma-se, assim, acriticamente, a existência empírica como orientação do processo.<sup>251</sup>

Podemos, assim, refletir que o processo de formação de professores expresso na política neoliberal visa re-significar o conceito de ensino-aprendizagem e de pesquisa, a partir da centralidade dos procedimentos e instrumentos metodológicos em detrimento da apropriação do conhecimento historicamente acumulado. No novo projeto político-pedagógico dominante, a ação docente não possui a centralidade no domínio pleno dos conhecimentos científicos, técnicos e políticos, a unidade inseparável destes conhecimentos aponta para uma atuação docente na qual os conteúdos ou conhecimentos necessários a uma época histórica são repassados às novas gerações; assim como a base intelectual necessária para que novas respostas sejam ofertadas aos acontecimentos imprevisíveis que permeiam a vida social, ou seja, para a constante objetivação do novo. São essas características que oferecem à educação a unidade dialética entre seu caráter *strito* e *lato* que *se* somam ao processo didático necessário à sua transmissão.

O novo modelo de formação proposto constitui a centralidade dos procedimentos e métodos didáticos em uma atuação alheia à política de classe que permeia a prática docente. O caráter de classe dominante impregna-se à ação do “novo

---

<sup>251</sup> Ibidem, p. 56.

docente”, a partir da negação da apreensão do real em sua totalidade e essência. A ausência dessa reflexão em seu processo teleológico de planejar a atividade docente cria uma ação docente que se alicerça na ruptura entre particular e universal, portanto, forma-se o professor alheio aos elementos políticos e de classe que permeiam a sua atividade pedagógica. Moraes e Torriglia definem o processo de formação de professores desempenhado sobre essas características e indicam os elementos de classe que constituem o “novo professor”:

Trata-se [...] de um processo a ser calcado na experiência cotidiana, na organização, na gestão, naturalizadas com os limites das competências empobrecidas que, pragmaticamente, anula as fronteiras entre o produzir conhecimento e, topicamente, manipular a prática. Não se trata mais de conhecer a realidade, de intervir sobre ela, mas tão-somente de perguntar como ocupar-se dela melhor, como alcançar mais eficazmente os objetivos.<sup>252</sup>

Configura-se o professor-gestor nos moldes do trabalhador-gestor, ou seja, conforme modelo de organização do trabalho proposto pela acumulação flexível, estudado no segundo capítulo deste estudo. O “novo educador”, alicerçado sobre a base da teoria das competências é necessário à efetivação do novo modelo de educação da classe trabalhadora proposto pelo sistema capitalista em crise.

No que se refere à Educação Física este modelo de formação docente pautado sob o neo-pragmatismo, constituído pela teoria das competências adquire um significado particular. Referimo-nos ao processo de re-edição do caráter anti-cientificista que historicamente tem marcado o processo de formação de professores nessa área. Estudo efetivado por Sousa Sb<sup>253</sup>, afirma que historicamente a formação em Educação Física esteve ausente de cientificidade ao estar calcada numa prática pedagógica dissociada de uma teoria, sobre a qual fosse possível à atuação docente um caráter consciente da política executada. Sob essa lógica, a velha perspectiva tecnicista dominante durante o regime ditatorial – na qual a atuação docente era referenciada por uma técnica despolitizada – ressurgiu sobre um novo espectro e alicerçado sobre um

---

<sup>252</sup> Ibidem, p. 56.

<sup>253</sup> SOUSA Sb. J. P. *Uma Análise Crítica Sobre a Formação Acadêmico-Profissional: o Curso de Educação Física da Universidade Estadual no Centro do Debate*. Monografia de Graduação em Educação Física, CCS, UECE, Fortaleza, 2005.

discurso *teorético* que justifica a negação do conhecimento e a supremacia da prática em relação à teoria ou, como nos aponta Moraes e Torriglia, a subsunção do saber às competências.

Percebemos a partir de Taffarel e Lacks que o novo modelo de formação de professores dá forma material no interior das salas de aulas às reformas neoliberais no campo da educação. Podemos aferir, ainda, que este modelo de formação ao mesmo tempo em que permite a formação de “mão-de-obra” docente em massa – a partir da possibilidade de redução do conhecimento a ser adquirido e do tempo de formação – cria no campo da educação um exército de reserva de professores necessário à expansão do capital neste novo setor de serviços a ser explorado. Trata-se, portanto, da reestruturação do currículo de formação de professores, que corresponde aos interesses de expansão do capital em propiciar mão-de-obra docente parcialmente (des)qualificada em quantidade necessária para hiperexploração do capital. O discurso ideológico da empregabilidade em um contexto de desemprego estrutural são as mediações necessárias à imposição da hiperexploração do trabalhador.

Mas a redefinição do caráter de pesquisa, apontada acima, tem relação direta com o segundo ponto de nossa análise, qual seja a concepção de ciência ofertada pelas Diretrizes Curriculares para os cursos de Educação Física. Sobre essa questão nos referiremos a análise de Lira, quando este afirma que:

A concepção fundamental de ciência subjacente ao texto das diretrizes da Educação Física é empírico-analítica. Falamos em fundamentos porque a flexibilidade alcançada permite uma série de outras vertentes que não tenham uma perspectiva teleológica – multiculturalismo, pós-estruturalismo, neo-pragmatismo e outras tendências que podem ser agrupadas, como subdivisões, na alcunha de pós-modernismo por terem em comum “...a atitude cética em relação à razão, a ciência, ao marxismo e à possibilidade de o capitalismo ser superado por uma sociedade que lhe seja superior”. Desta forma, teremos a manutenção da hegemonia desta tradição de pesquisa que cinde a qualidade de quantidade, objetivo de subjetivo, que valoriza o micro em detrimento do macro.<sup>254</sup>

As análises de Lira, Moraes e Torriglia nos permitem aferir que na concepção hegemônica de ciência presente nas diretrizes curriculares prevalece a convergência entre o irracionalismo burguês e sua racionalidade puramente instrumental. Esta

---

<sup>254</sup> LIRA, Claudio Santos Junior. *Formação de Professores de Educação Física*. Op. cit., p. 58.

afirmativa surge da reflexão apontada por Moraes e Torriglia, os quais apontam que o processo de pesquisa passa a ter seu alicerce constituído sobre o irracionalismo pós-moderno e as suas vertentes ao negar a possibilidade de apropriação da essência das coisas e de apreensão da totalidade; tal concepção tem reflexo direto sobre as vertentes instrumentais de pesquisa que buscam analisar as relações de ensino-aprendizagem, desconsiderando os seus múltiplos determinantes, limitando-se a pesquisar o mais puro “didatismo”. O que, na prática, significa, como já argumentado, a supremacia da reflexão sobre os métodos, ações, técnicas de ensino, em uma reflexão descritiva do cotidiano escolar, entre seus conflitos, problemáticas, esmerando um repertório de estratégias e procedimentos que visam a aferição de um método didático reflexivo que aponte soluções criativas ao eterno cotidiano docente. Concretiza-se a pesquisa da roldana: o estudar a técnica pela técnica como meio para balizar a prática docente. Uma prática, por essa via, desnuda de teorias que venham refletir sobre o real em sua relação entre particular e universal, refazendo o real no campo do ideal em suas múltiplas aproximações sucessivas, nas quais os diversos complexos determinantes do fenômeno específico são desvendados; reproduzindo o real em um espelhamento qualitativamente diferente do caos imediato, já que a pesquisa científica deve permitir ao pesquisador expressar a essência do fenômeno, para além de sua aparência caótica imediata. Essa possibilidade se perde em detrimento da eterna reflexão sobre o particular e suas respostas imediatas.

Chegamos ao terceiro ponto de nossa crítica, a qual se refere ao movimento humano enquanto objeto de estudo da Educação Física. Sobre essa questão observamos o artigo 3º das Diretrizes Curriculares que afirma

Art. 3º A Educação Física é uma área de conhecimento e de intervenção acadêmica-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco em diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de

outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.<sup>255</sup>

A concepção de movimento humano nos remete à reflexão elaborada no primeiro capítulo deste trabalho, no qual está reconstruído o salto ontológico e o processo de constituição do ser social e de seu corpo, assim como de seus complexos, no qual demos destaque à linguagem, à cultura e à cultura corporal. A análise por nós desenvolvida, a partir de Lukács, demonstra que o processo de constituição do corpo está diretamente vinculado à efetivação das finalidades postas pelo trabalho, as habilidades motoras apreendidas, ou seja, a cultura corporal surge enquanto meio de efetivação da relação do homem com a natureza, o que a caracteriza como *mediação de primeira ordem*, processo no qual o corpo se constitui em sua totalidade. No gesto motor, no domínio das possibilidades anátomo-fisiológicas estão expressas as possibilidades de trabalho, de objetivação do novo, processo no qual o homem constitui a transformação da natureza e de si mesmo.

Desta forma, o domínio motor não se trata de um ato puramente anátomo-fisiológico, mas se efetiva também como um elemento teleológico, um constructo da consciência. São esses conhecimentos historicamente constituídos que compõem a cultura corporal e passam a enriquecê-la como atividade presente no tempo de não-trabalho, configurando-se enquanto *mediações de segunda ordem*.

A concepção hegemônica calcada na perspectiva positivista de ciência, impõe o conceito de movimento humano como objeto de estudo da Educação Física. Este conceito apresenta em sua relação com o real o entendimento de que o movimento humano é um constructo inerente ao homem, definido unicamente pelos determinantes anatômico-fisiológicos constituídos no plano puramente individual, ou seja, o sujeito isolado em sua existência e o gesto motor como algo inerente ao homem. Este deve desenvolvê-lo, aprimorá-lo sob a orientação do professor de Educação Física, dentro dos limites individualmente estabelecidos pela sua formação anatômico-fisiológica. Tal compreensão coloca o professor de Educação Física na função de facilitador do processo de incorporação das técnicas e habilidades motoras, já que a concepção de movimento humano elimina o caráter histórico e intelectual presente na cultura

---

<sup>255</sup> RESOLUÇÃO 07, 31 de Março de 2007. Op. cit.

corporal, concebe o gesto motor como espontâneo e dissociado do domínio da consciência. A consequência direta dessa vertente é que não há o que ensinar, não existe conteúdo, a função do professor passa a ser auxiliar os alunos a aprimorar a habilidade que já existe em seus preceitos anatômicos, já que esta é inerente ao homem, surge com ele, em suma, um ser a-histórico detentor de uma técnica também a-histórica.

Nossa análise, a partir da reflexão de Lukács, expressa o equívoco dessa vertente, pois até mesmo os reflexos condicionados na técnica de trabalho ou na técnica das diversas culturas corporais, expressam em-si um elemento teleológico no ato originário. Portanto, o domínio da técnica no qual o gesto é automatizado não expressa a ausência do elemento intelectual; o processo teleológico está na origem do processo de apropriação da técnica.

A eliminação do caráter intelectual na formação tem duas repercussões para a Educação Física: a primeira diz respeito à perda da centralidade da docência, necessária aos planos do sistema CONFEF/CREF's, de domínio sobre os nichos de mercados do campo não-escolar e a decorrente colonização sobre a atividade do professor de Educação Física neste campo de trabalho. A concepção de que o objeto de Educação Física é o movimento humano, elimina o conteúdo a ser ensinado, transformando o professor em um facilitador. O que nos leva ao segundo ponto: a aproximação da Educação Física ao novo projeto pedagógico dominante, que pauta o fim da centralidade da transmissão do conhecimento, legitimando na Educação Física o neo-pragmatismo vigente, no qual a relação entre o particular e o universal é superada pela eterna reprodução e apropriação “reflexiva” do particular imediato, ou seja, da técnica pela técnica. A reflexão de Lira expressa acordo com nossa análise quando este afirma que:

A opção pelo Movimento Humano como objeto de estudo da área demonstra a opção por uma Educação Física não crítica, já que seu maior expoente na área é a abordagem desenvolvimentista. Tomar o Movimento Humano como objeto é assumir, já na formação, uma concepção fragmentada de homem (cognitivo + afetivo + motor). Além do fato de ser um objeto muito abrangente já que o movimento humano pode ser objeto de investigação de várias disciplinas. Essa perspectiva de Educação Física foi amplamente criticada na década de 80 e situa-se no campo das pedagogias do consenso. Isto para não



mencionar que nesta acepção está inviabilizada a possibilidade de construção /ou consolidação de teoria pedagógica da Educação Física, à medida que torna como objetivo central o desenvolvimento da habilidade motoras básicas (andar, correr, saltar, arremessar, etc.) confinando esta disciplina ao praticismo acrítico. Aqui não existe o que ensinar; apenas o que treinar.<sup>256</sup>

Por sua vez, ao observarmos no artigo 3º (acima citado) um vasto número de áreas possíveis de atuação ao professor de Educação Física, percebemos os interesses do sistema CONFEF/CREF's em garantir o meio legal para apropriação privada dos diversos campos de trabalho possíveis ao professor de educação física no campo não-escolar.

O que nos aponta, ainda, para o conceito de empregabilidade e polivalência presente no processo de formação de professores, recorrendo à análise de Cardozo anteriormente citada por nós. A primeira está presente à medida em que são oferecidas diversas possibilidades de venda da força de trabalho do professor sobre condições de extrema precarização, bem como sobre uma variedade de funções como bem expressa o texto das diretrizes curriculares. A polivalência se apresenta como a necessidade de executar diversas funções sob uma mesma formação, o que surge como única saída individual para o contexto de desemprego estrutural. A questão recai na afirmação formulada pelas idéias dominantes de nossa época, as quais apontam que as oportunidades estão presentes, é necessário ter competência para aproveitá-las, afinal basta observar o texto das diretrizes.

Como analisa Nozaki, se o trabalhador não conquistar sua vaga de trabalho, a razão está expressa na ausência de competências da parte do trabalhador para conquistar seu posto de trabalho.

Desenvolvido o percurso até aqui delineado, podemos nos deter no quarto e último ponto no que tange a crítica das Diretrizes Curriculares, o qual trata da divisão da formação Educação Física em duas titulações: bacharelado e licenciatura. O artigo 1º do documento se refere logo a esta questão, quando expõe:

---

<sup>256</sup> LIRA, Claudio Santos Junior. *Formação de Professores de Educação Física*. Op. cit., p. 57.

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena, assim como estabelece orientações específicas para a licenciatura plena em Educação Física, nos termos definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores de Educação Básica.<sup>257</sup>

A divisão do currículo tem a defesa em dois pontos centrais expressos no texto formulado pela primeira comissão de especialistas. O primeiro se refere à expansão do mercado de lazer e saúde no setor de serviços, discurso que converge com a enfática defesa da conquista do mercado de trabalho do meio não-escolar para os professores de Educação Física. Para tanto existia necessidade de uma formação específica para esse campo de trabalho. Kunz expressa essa idéia com os seguintes termos:

a criação do bacharelado foi, fundamentalmente, uma resposta aos argumentos de que a formação do licenciado não vinha atendendo ao desenvolvimento das qualificações e das competências necessárias a intervenção do profissional nas diversos campos de trabalho não-escolar.<sup>258</sup>

O segundo ponto de argumentação presente no mesmo texto, ao qual se referem os defensores da docência escolar, versa sobre a descaracterização da formação para a licenciatura na escola face à necessidade assumida pelas instituições de formação de preparar os profissionais para o mercado não-formal:

Em resposta a essa crescente e diversificada demanda, os então cursos de licenciatura plena em Educação física foram incorporando a seus currículos diferentes disciplinas de fundamentos (em atendimento ao amadurecimento científico da área) e de intervenção (em atendimento à referida expansão e diversificação do mercado e da cultura do movimento). Certamente, essa incorporação de disciplinas, por um lado, acarretou a descaracterização da especificidade dos currículos de licenciatura plena e, por outro, não dava consistência à formação das competências específicas requeridas para atuação profissional nos diferentes campos de trabalho fora do âmbito escolar.<sup>259</sup>

---

<sup>257</sup> RESOLUÇÃO 07, 31 de Março de 2007. Op. cit.

<sup>258</sup> KUNZ, E. at all. *Novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Educação Física*. Op. cit., p. 38.

<sup>259</sup> *Ibidem*, p. 39.

O primeiro ponto foi o argumento central dos setores que defendiam a fragmentação da formação de professores, em especial os setores que constituíam ou defendiam as idéias do sistema CONFEF/CREF's. Nozaki aponta que os idealistas de plantão deste sistema não refletiram as reais circunstâncias de expansão do setor de serviços ordenada pelo sistema do capital em crise, resultando na extrema proletarização do trabalho docente, sua hiperexploração. Sob essa problemática entendemos que o item anterior deste capítulo já oferece vários elementos de análise, ao revelar, nesse processo, a direta intromissão do sistema CONFEF/CREF's e sua atuação enquanto estrutura avançada do capital.

Sobre o segundo ponto estamos novamente diante do debate expresso por Saviani<sup>260</sup> no início da década de 1990, no qual a competência técnica não deve separar-se da competência política. Na obra do referido autor, o conceito de competência aparece com significado distinto do expresso nos textos oficiais, representando o domínio dos conteúdos históricos; o domínio da técnica que envolve os diversos conteúdos, assim como seus elementos filosóficos e pedagógicos constituintes do processo didático-pedagógico, partícipes das mediações entre a parte e a totalidade.

Assim, a defesa da fragmentação da formação recorre a uma separação entre o saber técnico e político, na qual ao primeiro – que convencionou-se chamar de bacharel – caberia a formação de um suposto profissional que conhecesse as técnicas existentes nas diversas cultura corporais, uma formação dissociada de elementos pedagógicos e políticos, os quais seriam exclusivos à formação de licenciados. Contudo, o que os defensores da divisão do currículo almejavam indiretamente era o esvaziamento de conteúdo na formação superior, já que perfilaram uma formação na qual competência técnica está dissociada da competência política.

A partir da reflexão apontada por Saviani, podemos concluir qual o verdadeiro embate em torno da divisão do currículo proposto pelas Diretrizes Curriculares em Educação Física. O discurso dominante expressa a redução deste embate em torno da discussão do modelo de formação: de caráter generalista ou especialista. O texto da primeira comissão de especialista tenta reduzir o embate histórico em torno do modelo de formação a respeito da Educação Física a essa simples questão. Contudo, apenas uma

---

<sup>260</sup> SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica*. Op. cit.

análise essencialmente fenomênica resume a disputa pelo modelo de formação apenas à questão do modelo generalista e especialista de formação.

Para desvelarmos as contradições que permeiam a reflexão dominante quanto ao embate em torno das Diretrizes Curriculares, basta observarmos que as diretrizes do Banco Mundial, citadas por Leite, defendem o caráter generalista em seu modelo de formação, quando afirmam que

hoje em dia uma solida formação geral seria mais importante para as empresas do que a formação profissional, não só porque a segunda depende da primeira, mas também porque, por estar mais relacionada com as atividades específicas de vários ramos industriais, a formação técnica contaria com o interesse das empresas, que buscariam desenvolvê-las para as suas atividades.<sup>261</sup>

Segundo Cardozo, a formação deveria estar voltada para a treinabilidade, o que envolve as seguintes características, algumas já citadas nesse trabalho, mas não custa repeti-las:

desenvolvimento de habilidade cognitiva; desenvolvimento de atitudes científicas; domínio da língua nativa; capacidade de comunicação; desenvolvimento de habilidades comportamentais voltadas para as relações interpessoais e desenvolvimento da autodisciplina, da responsabilidade e da lealdade.<sup>262</sup>

Apesar das diretrizes curriculares para os cursos de Educação Física apresentarem acordo com o projeto internacional de educação do capital, como apontamos até aqui, no que se refere ao caráter polivalente do modelo de formação, o embate se efetivou no interesse do capital internacional com inserção no campo da educação contra os interesses dos capitalistas nacionais com investimento de capital no setor de *fitness* e ensino superior, representados pelo sistema CONFEF/CREF's, como expressamos a partir da análise Nozaki realizada no tópico anterior.

---

<sup>261</sup> LEITE apud CARDOZO, M. J. P. B. As Exigências Instrumentais da Acumulação Flexível do Capital e as Contribuições da Educação Básica para a Formação das Dimensões Subjetivas do Trabalhador. MENEZES, A. M. D.; FIGUEIREDO, F. F.; (Org.) *Trabalho, Sociabilidade e capital*. Fortaleza: Editora UFC, 2003, p. 312-313.

<sup>262</sup> CARDOZO, M. J. P. B. As Exigências Instrumentais da Acumulação Flexível do Capital e as Contribuições da Educação Básica para a Formação das Dimensões Subjetivas do Trabalhador. Op. cit., p. 313.

Podemos constatar a partir das análises de Nozaki, Taffarel e Sadi que os interesses do capital nacional defendidos pelo sistema CONFEF/CREF's, e garantidos com a divisão do currículo, são: a legalidade do próprio sistema em constituir um “profissional de Educação Física” responsável pelo mercado de práticas corporais no campo não-formal; constituição de um profissional que deve deter as características de um prestador de serviços no campo não-formal de trabalho; a criação de uma necessidade artificial de consumo do curso de bacharelado em Educação Física, concretizada ao instituí-lo como único meio de acesso legal ao mercado das práticas corporais fora da escola, após a regulamentação da profissão.

Percebemos, a partir dessa análise, como a estrutura do capital constrói a sua relação artificial entre produção, circulação e consumo em sua lógica metabólica, já que o processo de regulamentação cria a necessidade de uma formação específica para um campo de trabalho – ou seja, cria a produção da formação em bacharel – associada à necessidade de seu consumo por parte dos profissionais que almejam trabalhar no campo não-escolar de práticas corporais, garantido, assim, a circulação da mercadoria educação. O curso de bacharel representa, desta forma, a construção de uma forma de consumo artificial imposta pela lógica de expansão e acumulação deste sistema. A força de trabalho do ser social que domina os conhecimentos históricos de uma determinada cultura corporal deve recorrer ao diploma de bacharel, ou curso de provisionado<sup>263</sup> do sistema CONFEF/CREF's, para adquirir o registro profissional e, com isso, a permissão para a venda da sua força de trabalho. Esses são os meios para transformar a sua força de trabalho em valor-de-troca, ou seja, por intermédio do consumo da mercadoria educação.

Portanto, a crítica quanto ao modelo de formação está longe de resumir-se a contradição entre uma formação especialista ou generalista. Ela se desvela por um modelo de formação – seja este generalista, como defende as diretrizes do BM, ou especialista como aponta os interesses do capital nacional defendido pelo sistema CONFEF/CREF's. A crítica a esse modelo de formação está associada ao seu caráter de

---

<sup>263</sup> Curso ofertado pelo sistema CONFEF/CREF aos trabalhadores das práticas esportivas, que atuam fora da escola, como exigência para concessão do registro profissional na modalidade de provisionado. O registro é ofertada sobre a condição de comprovação da atuação profissional com as práticas corporais até três anos antes da confirmação da regulamentação da profissão de Educação Física.

classe, o qual almeja adequar os professores ao novo padrão de acumulação flexível e regulação social imposto por este sistema. Nessa direção, a nossa crítica se refere ao modelo de formação que se adéqua ao projeto da classe dominante, para tanto podemos observar as críticas realizadas por Lacks e Taffarel, quando apontam que a divisão do currículo em duas formações distintas favorece a divisão da própria classe trabalhadora, já que:

O esfacelamento da profissão acarreta agrupamentos cooperativistas e cria privilégios, fechando cada vez mais o mercado de trabalho. Isso leva à criação de códigos de ética como instrumento de poder e de defesa de monopólios. Os códigos de ética são também usados como fator de coerção profissional, promovendo a censura prévia e impedimento a divulgação de novas idéias.<sup>264</sup>

O esfacelamento da profissão, apontado por Taffarel e Lacks, é aqui justificado pela tese dominante de perda de centralidade da docência na Educação Física, a qual afirma que a atividade fora do ambiente escolar não caracteriza uma ação docente. Encontramos nesta tese uma das principais justificativas para a divisão do currículo do curso de formação de professores em Educação Física. O equívoco dessa tese está em negar o elemento intelectual e histórico presente em todos os conteúdos da cultura corporal, o que a caracteriza como um conhecimento humano, que deve ser repassado às demais gerações de homens e mulheres, seja na escola ou fora dela.

A compreensão da cultura corporal como um conhecimento sobre o qual perpassam a compreensão de técnicas, normas, históricos e sua relação com a totalidade social, conclama a atividade político-pedagógico como um processo de transmissão do conhecimento.

Podemos concluir, a partir de Lukács, que o caráter ontológico da cultura corporal apresenta sempre um elemento pedagógico em sua transmissão, seja no espaço escolar ou não-escolar, o que caracteriza a sua perpetuação como uma atividade docente. Essa análise nos leva a apontar que a diferenciação entre a atuação do bacharelado e licenciado resume-se ao local de trabalho de ambos, e não pela atividade exercida, já que ambos são professores de Educação Física.

---

<sup>264</sup> TAFFAREL, Celi; LACKS, Solange. *Diretrizes Curriculares*. Op. cit., p. 92.

A divisão do currículo oferta danos que vão para além da fragmentação da categoria profissional. Percebemos na divisão do currículo o próprio aligeiramento da formação de professores em Educação Física. Para sublinhar essa questão, recuperamos a análise de Lira, a qual aponta que a divisão do currículo efetiva a fragmentação do conhecimento e desqualificação do professor no processo de formação acadêmica.

A precarização da formação é expressa, ainda, pelo mesmo autor na razão em que a divisão do currículo entre bacharelado e licenciatura “traz problemas de ordem epistemológica e políticas porque implicará a seleção de conteúdos e procedimentos e a desarticulação do ensino-pesquisa-extensão para um; ou para os dois cursos, implica em diferenciar o trato com o conhecimento entre um e outro.”<sup>265</sup>

Em sua tese, Lira<sup>266</sup> complementa sua crítica ao apontar a impossibilidade de definição teórica de quais seriam os conteúdos referentes à formação de bacharel ou licenciado, qual disciplina é específica de um determinado curso e suas demais áreas transversais. Quanto a desarticulação entre ensino-pesquisa-extensão, o referido autor analisa que a fragmentação do currículo entre bacharelado e licenciatura provoca antinomias, anacronismo e contradições que podem

ser entendidas no sentido de “oposições recíprocas”, que têm como indicadores a separação entre “teoria e prática”, a separação entre as áreas de conhecimento técnico (ou área de conteúdo) e a área de conhecimento pedagógico, conhecimento biológico, conhecimento sociológico, conhecimento filosófico. As contradições podem ser identificadas nas relações de produção e segregação do conhecimento, qualificação individual x desqualificação do coletivo de trabalhadores, na alienação x consciência de classe.<sup>267</sup>

O pensamento do referido autor defende que a fragmentação do conhecimento, o processo de seleção dos conhecimentos para as respectivas áreas de formação, impede a relação entre ensino, pesquisa e extensão. A dicotomia é expressa na desarticulação entre competência política e competência técnica, sob a qual a relação pesquisa-ensino-extensão – que deve ter sua articulação formulada pela relação entre saber teórico e

---

<sup>265</sup> TAFFAREL, Celi; LIRA, C. S. J. Nexos e Determinações entre a Formação de Professores de Educação Física e Diretrizes Curriculares: competência para que? In: Figueiredo, Z. C. C. (org.) *Formação profissional em Educação Física e o mundo do trabalho*. Vitória: Gráfica da Faculdade Salesiana, 2005, p. 123.

<sup>266</sup> LIRA, Claudio Santos Junior. *Formação de Professores de Educação Física*. Op. cit., p. 60.

<sup>267</sup> Ibidem, p. 63.

prático – está inviabilizada, à medida em que os respectivos conhecimentos existem apartados no processo de formação.

A formação fragmentada expressa o aprofundamento da formação unilateral do ser social, ao representar a ruptura entre o saber intelectual e prático, ou seja, o processo histórico de especializações conduz a um tipo de formação em que o sujeito saiba mais de menos. Noutros termos, a contradição desse processo está que, ao aliar-se à lógica da teoria das competências, passamos a formar para que o sujeito possa “saber menos do mínimo”.

Portanto, as diretrizes curriculares de Educação Física representam uma parte do processo de domínio do capital sobre o trabalho. Nesse solo histórico, o processo de formação humana representa expropriação do saber histórico da classe trabalhadora, o qual representa uma barreira da própria da lógica metabólica do capital. Dizendo de outro modo, o conhecimento que pode elevar as capacidades intelectuais e culturais do ser social é expropriado da classe trabalhadora, em troca é ofertado no processo de formação apenas o saber explicitamente necessário à constituição de valor-de-troca no palco do mercado, ou seja, a “filosofia da roldana” como único saber necessário à classe explorada: o trabalhador deve entender sempre o micro e sem ligação com a totalidade, o saber executar, mas sem refletir sobre o processo de execução em sua totalidade.

Arrematando nossa análise, sublinhamos que a barreira ao desenvolvimento intelectual do ser social surge da contradição entre produção e necessidade, na qual o conhecimento produzido não atende aos anseios coletivos dessa sociedade, mas apenas aos interesses de expansão e acumulação do capital. Esse processo está claro à medida em que o saber socializado é o saber reprodutor de valor; a contradição entre produção e necessidade está expressa no saber disseminado que se constitui apenas como uma necessidade individual do trabalhador, ocultada a relação de exploração do trabalho assalariado, bem como do interesse privado de uma classe dominante que se apropria da mais valia do trabalho expropriado e explorado.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo construir uma análise sobre o processo de formação de professores de Educação Física, tendo como ponto central a reflexão sobre o atual documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o respectivo curso. Para tanto, o nosso estudo permeia uma reconstrução do real em seus diversos complexos, os quais constituem nexos determinantes quanto à definição do complexo da educação e para a formação de professores. A análise desses complexos perpassa a própria reconstituição de nosso objeto de estudo em sua essência material e histórica, buscando desnudar o movimento dialético do real em seus múltiplos processos de co-determinação, ou seja, entre os diversos complexos que compõem a realidade e sua totalidade. Essa análise nos permitiu refletir a Educação Física como parte dessa totalidade, ao compreendermos o nosso objeto específico inserido no interior do complexo da educação.

A reconstituição de parte da totalidade social concretizou-se ao apontarmos as diversas mediações entre o particular e universal; partimos da pura aparência imediata de nosso objeto particular – processo de formação docente – e reconstruímos a totalidade e sua essência ao expor as diversas mediações que constituem a sua unidade contraditória com o sistema social do capital.

Nessa direção, iniciamos nossa análise recuperando o trabalho enquanto o complexo fundante do ser social, ente gerador dos demais complexos. Apontamos o caráter eterno do trabalho enquanto produtor de valor-de-uso, bem como sua relação ontológica com os demais complexos, os quais mantêm com este uma relação de dependência ontológica e autonomia relativa. Reafirmamos o trabalho enquanto o complexo que tem em-si a gênese do movimento de auto-constituição do ser social, o qual se dá com o salto ontológico em relação às esferas orgânica e inorgânica do ser. A partir do salto, nos esforçamos em reconstituir a imbricada gênese dos complexos da educação e da cultura corporal.

Nossa análise, calcada nos escritos da onto-crítica marxiana-lukácsiana, adentrou na compreensão do desenvolvimento da estrutura do sistema capitalista, a qual soerguida sobre a exploração do trabalho alheio - constituição histórica do trabalho

abstrato - institui um modelo de produção e circulação, sob o qual se edifica uma sociabilidade contraditória de domínio do capital sobre o trabalho. Tal relação de subsunção do trabalho ao capital submete toda a estrutura social à lógica de acumulação e expansão do sistema capitalista. Noutros termos, a produção de valor-de-uso subsumida à produção de valor determina que toda a organização social - produção, circulação e consumo - deve estar sob domínio do interesse de acumulação do capital.

Vimos que a estrutura social imposta sobre o domínio do capital determina uma unidade artificial entre produção, circulação e consumo, a qual tem sua ruptura expressa a partir da contradição entre produção e necessidade coletiva de consumo. Regida sobre esta contradição, a produção passa a atender as necessidades de expansão e acumulação deste sistema, repercutindo, por sua vez, na tríplice contradição presente em sua estrutura metabólica, entre: produção e controle, produção e circulação, produção e consumo.

A análise apontou que a estrutura orgânica deste sistema tem em-si a origem das crises de super-produção, as quais são constantes no interior do capital e caminham sempre para crises mais profundas. Decorrentemente, provoca a existência de rachaduras mais profundas nas estruturas deste sistema, o que indica a ocorrência de uma crise que tem agora o caráter de crise estrutural. A proximidade dos limites absolutos deste sistema nos coloca diante do dilema histórico: socialismo ou barbárie.

O entendimento da crise de superprodução e a compreensão de sua ocorrência, a partir das contradições existentes no interior da estrutura metabólica desse sistema, nos forneceram os elementos para refletirmos sobre as transformações superestruturais incrementadas sob o interesse de perpetuação do sistema capitalista diante de sua mais recente crise.

Apontamos que a transformação superestrutural concretiza-se na mudança no padrão regulação social e de extração da mais-valia com a imposição modelo de acumulação flexível, o que apenas é possível através da imposição de novo modelo de domínio político e ideológico materializado com a instalação do chamado estado neoliberal. Demonstramos que a superestrutura metabólica do sistema em crise reflete sobre o domínio da subjetividade do trabalhador, o que adquire forma através da imposição hegemônica do irracionalismo burguês na esfera da produção cultural. Assim

como, a imposição do racionalismo instrumental concedido sobre o paradigma dominante do aprender a aprender, enquanto o novo projeto político-pedagógico necessário para a formação do novo trabalhador, exigido sobre a base de acumulação flexível.

Pudemos, decorrentemente compreender, ou seja, por intermédio da reconstrução de parte da totalidade social empreendida nos dois primeiros capítulos, as transformações conseqüentes no campo de atuação do professor de Educação Física. Particularmente, refletimos sobre o processo de Regulamentação da Profissão de Educação Física, através da Lei 9.696/98 como um meio de regulação social necessário à transformação do professor de Educação Física em profissional liberal, e sua respectiva adequação ao novo modelo de extração da mais-valia, consolidado sobre o domínio ideológico do conceito de empregabilidade. Na mesma medida, entendemos por quê o projeto de criação dos conselhos profissionais se adequa ao projeto neoliberal de Estado, ao conduzir através da Lei 9.649/98 ao seio do domínio privado a esfera de controle da atuação profissional, concedendo os conselhos profissionais o poder de regular as relações de mercado. Tal medida, possibilitou ao conselho profissional adequar os profissionais de educação física e das práticas corporais às novas mediações do capital em crise.

Os anseios corporativistas presentes no processo de regulamentação surgem como saída fenomênica para os trabalhadores da Educação Física, diante da crise do capital com a conquista mediata do acesso ao mercado de trabalho, através do domínio privado do mercado das práticas corporais no campo não-escolar promovendo, desse modo, a luta direta no interior da classe pela propriedade privada sobre uma fatia do mercado. Esse modelo de ganhos mediatos concretiza-se sobre os novos paradigmas culturais, pautados na negação da classe e pulverização das relações de poder. O que converge com o recuo das lutas históricas da classe trabalhadora pela superação da sociedade capitalista. Restando, nesse sentido, à classe trabalhadora, no contexto de extrema fragmentação, recorrer às conquistas imediatas e mediatas, impondo a supremacia da lutas entre, e no interior, de categorias profissionais, em detrimento da luta histórica da classe trabalhadora.

Dizendo de outro modo, vimos que a imposição da luta entre trabalhadores pelo acesso ao mercado de trabalho surge como meio de regulação social ao descaracterizar a luta histórica de classes, a qual se concretiza na relação antagônica entre trabalho e capital. Esse processo de desmobilização e pulverização da luta de classes adquire convergência com o projeto irracionalista burguês que nega a existência de classes e conclama a luta fragmentada que deve ser resumida aos diversos espaços das relações de poder. Este modelo de organização da luta nega a superação radical da sociedade capital e impõe aos trabalhadores uma organização de resistência, a qual se limita à transformação parcial do modelo burguês de sociedade.

Nesse contexto, enfatizamos a necessidade de organização da luta dos trabalhadores da Educação Física e práticas corporais contra o sistema CONFEF/CREFs, enquanto instrumento que propicia o avanço da superestrutura neoliberal necessária para o sistema do capital em crise. Análise essa que nos levou a proclamar que a luta contra o sistema CONFEF/CREFs não pode estar dissociada da luta contra o neoliberalismo e contra o próprio sistema capitalista. Essa luta deve estar guiada pela organização de um programa mínimo e do programa máximo: o mínimo reflete a luta mediata pela regulamentação do trabalho, enquanto o programa máximo pauta-se pela luta histórica por uma sociedade socialista. Portanto, defendemos a validade histórica da luta por uma sociedade socialista em oposição ao modelo do capital de organização da vida.

Recuperamos que é alicerçada sobre a nova base de organização da produção e domínio ideológico da empregabilidade que fomenta a reestruturação curricular dos cursos de Educação Física, através da instituição de novas Diretrizes Curriculares Nacionais. A nossa crítica às Diretrizes Curriculares se colocou tanto ao processo de definição das Diretrizes, quanto ao conteúdo da mesma. No que se refere ao conteúdo, formulamos nossa análise sobre quatro pontos: 1) o paradigma hegemônico das competências como eixo norteador da formação de professores; 2) a concepção de ciência presente nas diretrizes; 3) o objeto de estudo da área; 4) a fragmentação da formação em duas titulações: Bacharelado e Licenciado.

Demonstramos que esse modelo de formação institui o aligeiramento da formação docente, na medida em que fragmenta o conhecimento e determina a sua

subsunção ao paradigma da teoria das competências. Paradigma este que concretiza o saber puramente instrumental, e determina a formação pautada no aprender a solucionar as situações problemas, processos ausente de uma reflexão sobre os fenômenos para além de sua aparência caótica. A disseminação de uma chamada prática reflexiva no seio da atuação docente conduz a ação do educador dissociada da posse do conhecimento que autorize uma análise que reconstitua a unidade entre aparência e essência. Esse modelo de formação docente não permite ao professor a compreensão efetiva da realidade, e nega o acesso a instrumentos eficazes para uma intervenção docente consciente, repleta em sua dimensão técnica e política.

Reafirmamos que o viés pragmático do aprender a aprender segue o caminho oposto a apropriação do conhecimento historicamente constituído e a análise crítica do real. Constitui a formação do professor dissociado do saber histórico e o adéqua aos novos modelos de exploração constituídos sobre a hegemonia do capital. Na Educação Física, o processo de formação em duas graduações implementa a fragmentação e o aligeiramento da formação de professores; o aprofundamento do ser unilateral no seio da atuação docente; a formação de professores detentores da técnica para o meio não-escolar, e o professor detentor do saber político legitimado no interior da escola.

Compreendemos, em nossa análise, que o aligeiramento da formação de professores coaduna com o processo de formação de “mão-de-obra” barata e parcialmente qualificada para o novo setor a ser explorado, o atrativo mercado da educação. Destacamos nesse processo a chamada proletarização docente, o que significa inclusive a constituição de um exercito de reservas de professores para o mercado da educação, e a conseqüente hiperexploração da atividade docente no seio desse mercado emergente.

Pomos em relevo que o processo de luta pela superação deste modelo social, no qual subsiste a base para a constituição de novo modelo de organização da vida, consta da necessidade de proposições que transitam em organizar a luta de resistência e de superação deste sistema, assim como de proposições positivas ao modelo de organização socialista de sociedade. Para tanto, defendemos no campo da formação de professores em Educação Física uma proposta contra-hegemônica ao modelo descrito em nossos estudos. Algumas das formulações que se propõem a constituir um modelo

de Diretrizes Curriculares em oposição aos paradigmas dominantes foram efetivadas a partir dos esforços desenvolvidos pela Linha de Estudo e Pesquisa em Educação Física e Esporte e Lazer (LEPEL)<sup>268</sup>. A proposta curricular desenvolvida por este grupo foi entregue ao COES durante o processo de definição das Diretrizes Curriculares, esta também consta em publicações como as de Lacks, Lira, Titton, os quais propõem um modelo de organização curricular que se contraponha a proposta implementada pela Resolução 07/04.

Embora, reconheçamos os esforços empreendidos pelo referido grupo em formular uma contraproposta aos anseios hegemônicos, expressamos aqui a necessidade de uma análise séria sobre as formulações do grupo citado acima, a qual tem sua base de apoio na experiência Soviética desenvolvida por Pistrak, e descrita em sua obra *A escola do Trabalho*. Entretanto, admitimos a impossibilidade de efetivarmos aqui uma análise concisa e séria dos elementos presentes na citada proposta elaborada pelo grupo da LEPEL, apontando a necessidade de um estudo específico, que venha analisar as possibilidades existentes no campo da formação de professores em Educação Física, bem como os limites imposto à formação no seio da sociedade capitalista.

Estudo esse que deve vislumbrar os limites impostos pela formação humana no seio da sociedade de classes, o qual podemos apontar primam-se pelos pilares de um projeto de formação que visa não a formação de um ser omnilateral – como descreve os escritos de Titton – face à impossibilidade de efetivação desse projeto sobre o domínio do capital, tal como analisamos no decorrer de nosso estudo, no qual destacamos que a constituição do ser social em sua totalidade passa pela supra-sunção da propriedade privada. Assim como, devemos refletir sobre os limites de um projeto de educação assentado sobre o trabalho como princípio educativo constituído no seio de uma sociedade pós-revolução socialista, erguido sobre as contradições de um projeto de transição a ser implementado, por sua vez, como aponta as elaborações da LEPEL, nas contradições da sociedade de classes sob a hegemonia burguesa. Estes são problemas a serem desenvolvidos e analisados a fundo em estudo que vise contribuir com as formulações desenvolvidas no campo da formação de professores de educação física.

---

<sup>268</sup> A LEPEL é alocada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia.

Mas, sim temos acordo com a formação de um ser social crítico com pretensões de transformação radical deste modelo de sociedade. Para tanto, concordamos com uma educação associada à luta da classe trabalhadora ao efetivar a promoção de atividades educativas que apontem no sentido da emancipação. E por esse processo entendemos três pontos: educação política, formação de uma consciência de classe e organização revolucionária. Projeto este de formação que apenas pode ser concretizado ao estar umbilicalmente associado à apropriação do conhecimento histórico e às lutas de classes cotidianas. O que significa uma formação associada aos movimentos sociais que visam resistir ao modelo de sociedade implantado sobre o domínio do capital e buscam a sua superação radical na direção de uma sociedade socialista.

Defendemos um modelo de formação que expresse as contradições inerentes ao sistema vigente e, decorrentemente, aponte às possibilidades que subsistem junto ao ser social de superá-las. Noutros termos, que contemple as múltiplas possibilidades que perfazem a atividade humana e que podem ser desenvolvidas ao máximo a partir de uma forma de organização social qualitativa e radicalmente superior. Um modelo de sociedade na qual a contradição entre produção e necessidade social esteja superada, assim como a tríplice contradição entre produção e controle, produção e circulação, produção e consumo. Passando tais contradições a ser conteúdos apenas históricos, ao consolidar-se a eliminação do tripé de sustentação da forma de organização social atual: Estado, capital e trabalho alienado. Consentaneamente, quando todo o processo de produção estiver sobre o controle dos trabalhadores associados, a produção e circulação devem ser determinadas pelas novas necessidades históricas e sociais engendradas.

(Re)Afirmamos, então, que só nesse solo histórico o homem poderá desenvolver plenamente as suas capacidades, efetivando-se, assim, a constituição do ser omnilateral. Modelo de homem novo que se concretiza como um ser social superior, portanto, qualitativamente diferente, o qual reconstrói a unidade entre a atividade prática e intelectual. Neste processo, a cultura corporal desprendendo-se das amarras impostas pelo capital, a qual tudo transforma em mercadoria, passa a exercer um processo significativo no desenvolvimento das plenas capacidades humanas: superação do reino da necessidade pelo reino da liberdade, sob a edificação dos trabalhadores livres e associados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Julio Cesar da Costa. **Trabalho, Educação Física e Desporto da Década de 70 no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira), Universidade Federal do Ceará, 1999.

ALMEIDA, Eduardo. Está se Abrindo uma Nova Onda Longa Recessiva. **Revista Marxismo Vivo**. Ed. Instituto José Luís e Rosa Sundermann. Nº 19, Ano: 2008.

ANTUNES, Ricardo L. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Boitempo Editorial, 1999.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao Trabalho? Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 11º ed. Campinas – SP. Editora Cortez, 2006.

AVILA, A. B.; MULLER, H. V. O.; ORTIGARA, V.; Formação de Professores e Qualidade da Educação: “Direita, Volver”. In: Figueiredo, Z. C. C. (org.) **Formação profissional em Educação Física e o mundo do trabalho**. Vitória: Gráfica da Faculdade Salesiana, 2005.

BREGOLATO, Roseli Aparecida. **Cultura Corporal da Ginástica: livro do professor e do aluno**. (Coleção Educação Física Escolar: o princípio de totalidade e na concepção histórico-social; V. 2). São Paulo: Ícone, 2006.

CARDOZO, M. J. P. B. A Produção Flexível e a Formação do Trabalhador: o modelo da competência e o discurso da empregabilidade. In: SOUSA, A. A.; ARRAES NETO, E. A.; FELIZARDO, J. M.; CARDOZO, M. J. P.; BEZERRA, T. S. A. M.; (Org.) **Trabalho, Capital Mundial e Formação dos Trabalhadores**. Fortaleza: Editora SENAC Ceará – Edições UFC, p. 163 a 182, 2008.



\_\_\_\_\_. As Exigências Instrumentais da Acumulação Flexível do Capital e as Contribuições da Educação Básica para a Formação das Dimensões Subjetivas do Trabalhador. MENEZES, A. M. D.; FIGUEIREDO, F. F.; (Org.) **Trabalho, Sociabilidade e capital**. Fortaleza: Editora UFC, p. 304 a 315, 2003.

CHGAS, Eduardo Ferreira. Diferença entre Alienação e Estranhamento nos Manuscritos Econômicos-Filosóficos (1844) de Karl Marx. **Revista Educação e Filosofia**. Uberlândia, Universidade federal de Uberlândia, v. 8 – nº. 16 – jul./dez .1994.

\_\_\_\_\_. Método Dialético em Marx. JIMENEZ, S. O.; OLIVEIRA, J. L.; SANTOS, D. **Marxismo, Educação e Luta de Classes**. Fortaleza: EdUECE/IMO/SINTSEF, p. 45 a 62, 2008.

COGGIOLA, Osvaldo. **Universidade e Ciência na Crise Global**. São Paulo: Xamã, 2001.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Editora Cortez, 1992.

COSTA, Edmilson. **A Crise Mundial do Capitalismo e as Perspectivas dos Trabalhadores**. Disponível em: [http://resistir.info/crise/a\\_crise\\_do\\_capitalismo.html](http://resistir.info/crise/a_crise_do_capitalismo.html), Acesso em 03 de março, 2009.

COSTA, Frederico. Elementos para compreensão do Pensamento Pós-moderno: O Irracionalismo como Subproduto da Crise do Capital. In: JIMENEZ, S. V.; RABELO, J. (Org.). **Trabalho, Educação e Luta de Classes: a pesquisa em defesa da história**. Fortaleza: Editora Brasil Tropical, p. 65 a 80, 2004.

DUARTE, Nentow. **As Pedagogias do “Aprender a Aprender” e Algumas Ilusões da Assim Chamada Sociedade do Conhecimento**. Disponível em: [www.anped.org.br/reunioes/24/ts7.doc](http://www.anped.org.br/reunioes/24/ts7.doc).> Acesso em: 11 de maio de 2009.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem.** In: Karl Marx e Friedrich Engels. Obras Escolhidas. São Paulo, Alfa-Ômega, vol. 2, 1980.

JIMENEZ, Susana Vasconcelos. E MAIA FILHO, Osterne. A Chave do Saber: um exame crítico do novo paradigma educacional concebido pela ONU. In: JIMENEZ, S. V. E RABELO, J. (Orgs). **Trabalho, Educação e Luta de Classes: a pesquisa em defesa da História.** Fortaleza, Ceará: Brasil Tropical, 2004.

\_\_\_\_\_. **Consciência de classe cidadania planetária?** Notas críticas sobre os paradigmas dominantes no campo da formação do educador. Fortaleza, 2003 (mimeo).

Jornal O Povo, 02/ 03 / 2009, Ano LXXXII, nº 26.949.

Jornal O Povo, 15/ 03/ 09, Ano: LXXXII , nº 26.952.

Jornal O Povo, 30/ 11/ 2008, Ano: LXXXI, nº 26.861.

KUNZ, E. at all. Novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Educação Física: justificativas - proposições - argumentos. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Ijuí - RS. v. 20, nº 1, p. 37 a 48, 1998.

LACKS, Solange. **Formação de Professores: a possibilidade da prática como articuladora do conhecimento.** Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação), Universidade Federal da Bahia, 2004.

LÊNIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução.** Tradução Aristides Lobo – São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

LIRA, Claudio Santos Junior. **Formação de Professores de Educação Física: a mediação dos parâmetros teóricos-metodológicos.** Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação), Universidade Federal da Bahia, 2004.

LUKÁCS, Georg. **Ontologia do Ser Social.** Tradução Ivo Tonet. 2007. (mimeografado).

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação: da Antiguidade aos Nossos Dias.** 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. **Marx e a Pedagogia Moderna.** São Paulo: Cortez, 2000.

MARX, K. & ENGELS, F. In: **Textos Sobre Educação e Ensino.** São Paulo: Editora Moraes, 1976.

\_\_\_\_\_. **O Manifesto Comunista.** Tradução: Álvaro Pina. São Paulo, Editora Boitempo, 2002.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** Tradução Maria Helena Barreiro Alves, 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

\_\_\_\_\_. **Crítica ao Programa de Gotha.** In: Karl Marx e Friedrich Engels. Karl Marx e Friedrich Engels. *Obras Escolhidas.* São Paulo, Alfa-Ômega, vol. 2, 1980.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos - A Questão Judaica.** Tradução Tbbottomore. Editora: Edição 70, Lisboa-Po, 1964.

\_\_\_\_\_. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna – 24º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **O capital:** crítica da economia política. 2. ed. Coordenação e revisão de Paul Singer. Trad. de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1983/1985. (Os Economistas).

MÉSZÁROS, István. **O Século XXI:** Socialismo ou Barbárie? Tradução Paulo Cezar Castanheira – 1º edição, São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. **Para Além do Capital:** rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo César Castanheira e Sergio Lessa – 1º edição, São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Educação Para Além do Capital.** Tradução: Iva Tavares – São Paulo: Boitempo, 2005.

MORAES, M. C. M. Recuo da Teoria. In: MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O.; TORRIGLIA, P. L. (ORG). **Illuminismo as Aversas:** produção de conhecimento e políticas de formação docente. Rio de Janeiro: DPeA, 2003.

MORAES, M. C. M.; TORRIGLIA, P. L. Sentidos do Ser Docente e da Construção de seu Conhecimento. In: MORAES, M. C. M. (Org.) **Illuminismo às Aversas:** produção de conhecimento e políticas de formação docente. Rio de Janeiro: DPeA, p. 45 a 60, 2003.

NOZAKI, Hajime Takeuchi. **Educação Física e Reordenamento no Mundo do Trabalho:** mediações da regulamentação da profissão. Niterói, 2004. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal Fluminense, 2004.

OLIVEIRA, A. A.; MOREIRA, C. A. L.; MARQUES, M. S. Crise Estrutural do Sistema do Capital, Dominação sem Sujeito e Financeirização da Economia. In:

SOUSA, A. A.; ARRAES NETO, E. A.; FELIZARDO, J. M.; CARDOZO, M. J. P.; BEZERRA, T. S. A. M.; (Org.) **Trabalho, Capital Mundial e Formação dos Trabalhadores**. Fortaleza: Editora SENAC Ceará – Edições UFC, p. 201 a 222, 2008.

PONCE, A. **Educação e Luta de Classes**. São Paulo: Cortez, 1988.

RESOLUÇÃO 07, 31 de Março de 2007. Disponível em:  
<[http://www.cmconsultoria.com.br/legislacao/resolucoes/2004/res\\_2004\\_0007\\_CNE\\_CES.pdf](http://www.cmconsultoria.com.br/legislacao/resolucoes/2004/res_2004_0007_CNE_CES.pdf)>  
Acesso em: 16 de junho de 2009.

Revista Veja. Os Primeiros Tijolos. Editora: Abril, Edição: 2107, ano 42 – nº 14, 8/ 04/ 2009.

SADI, Renato Sampaio. *Impactos da regulamentação no projeto pedagógico ideal para a Educação Física escolar*. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 21, n. 2 e 3, p. 110 a 117, 2000.

\_\_\_\_\_. **Invasão de novas esferas, mercadoria, empregabilidade e valorização educacional**: Uma revisitação do Mundo do Trabalho no cenário da regulamentação do profissional de educação física no Brasil. Op. cit. Disponível em: <<http://www.mncr.rg3.net/>>, Acesso em 16 de junho de 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1992.

SHERER, Alexandre. Educação física e os mercados de trabalho no Brasil: quem somos, onde estamos e para onde vamos? In: FIGUEIREDO, Z. C. C. (Org) – Grupo de Trabalho Temático/ CBCE. **Formação profissional em educação física e o mundo do trabalho**. Vitória, ES: Gráfica da Faculdade Salesiana de Vitória, p. 31 a 46, 2005.

SILVEIRA, Paulo. Da Alienação ao Fetichismo – Formas de Subjetivação e de Objetivação. Illich. In.: SILVEIRA, P.; DORAY, B. (Org). **Elementos para uma Teoria Marxista da Subjetividade**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1989.

SOUSA Sb. J. P. **Uma Análise Crítica Sobre a Formação Acadêmico-Profissional: o Curso de Educação Física da Universidade Estadual no Centro do Debate**. Monografia de Graduação em Educação Física, CCS, UECE, Fortaleza, 2005.

TAFAREL, C. Z. e SANTOS JUNIOR, C. L. Nexos e Determinações entre a Formação de Professores de Educação Física e Diretrizes Curriculares: competências para que? IN: FIGUEIREDO, Z. C. C. **Formação profissional em educação física e mundo do trabalho**. Vitória, ES: Gráfica da Faculdade Salesiana, p. 111 a 136, 2005.

TAFAREL, Celi Zulke. **Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores de Educação Física: a Imprescindível Unidade Teórico Metodológica, o Trabalho como Princípio Educativo e o Padrão Unitário Nacional de Qualidade**. Disponível em: <[http://www.faced.ufba.br/rascunho\\_digital/](http://www.faced.ufba.br/rascunho_digital/)>. Acesso em: 11 de maio de 2009.

TAFFAREL, C. N. Z. ; Santos, Jomar Borges; Barbosa, Ambrozi Joselúcia; ALVES, M. S.. **Regulamentação da Profissão de Educação Física: Nexos e Relações com a Reestruturação Produtiva e as Reformas do Estado**. In: III EBEM - Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo, 2007, Salvador. Caderno de resumos do III EBEM. Salvador: UFBA, 2007. v. 01. Disponível em: < <http://www.mncr.rg3.net/>>, Acesso em 16 de junho de 2009.

TAFFAREL, Celi; LACKS, Solange. Diretrizes Curriculares: proposições *superadoras para a formação humana*. In: Figueiredo, Z. C. C. (org.) **Formação profissional em Educação Física e o mundo do trabalho**. Vitória: Gráfica da Faculdade Salesiana, p. 89 a 110, 2005.

TEXEIRA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx: Uma leitura Crítica-comentada de O Capital.** São Paulo: Ensaio, 1995.

TITTON, M.; TRANZILO, P. J. R.; ALVES, M. S. O Embate de Projetos na Definição das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Educação Física: contribuições do MEEF para formação de professores. **Revista Motrivivência.** Ano XVII, nº 25, dez./2005.

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana.** Ijuí-RS: Editora Unijuí, 2005.

\_\_\_\_\_. Modernidade, Pós-modernidade e Razão. Disponível em: <[http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/MODERNIDADE\\_POS-MODERNIDADE\\_E\\_RAZAO.pdf](http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/MODERNIDADE_POS-MODERNIDADE_E_RAZAO.pdf)>, Acesso em 30 de abril de 2009.

TROTSKI, Leon. **A Revolução Traída.** Ed. Instituto José Luís e Rosa Sundermann, São Paulo, 2005.

VEIGA NETO, A. J. Currículo, disciplina e interdisciplinaridade. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte.** Campinas-SP, v. 17, n.2, p. 128 a 137, 1996.

VERGEL, Carlos. A Política Educacional do Imperialismo para o Século XXI. **Revista Marxismo Vivo.** Ed. Instituto José Luís e Rosa Sundermann. Nº 19, p. 64 a 78, 2008.